

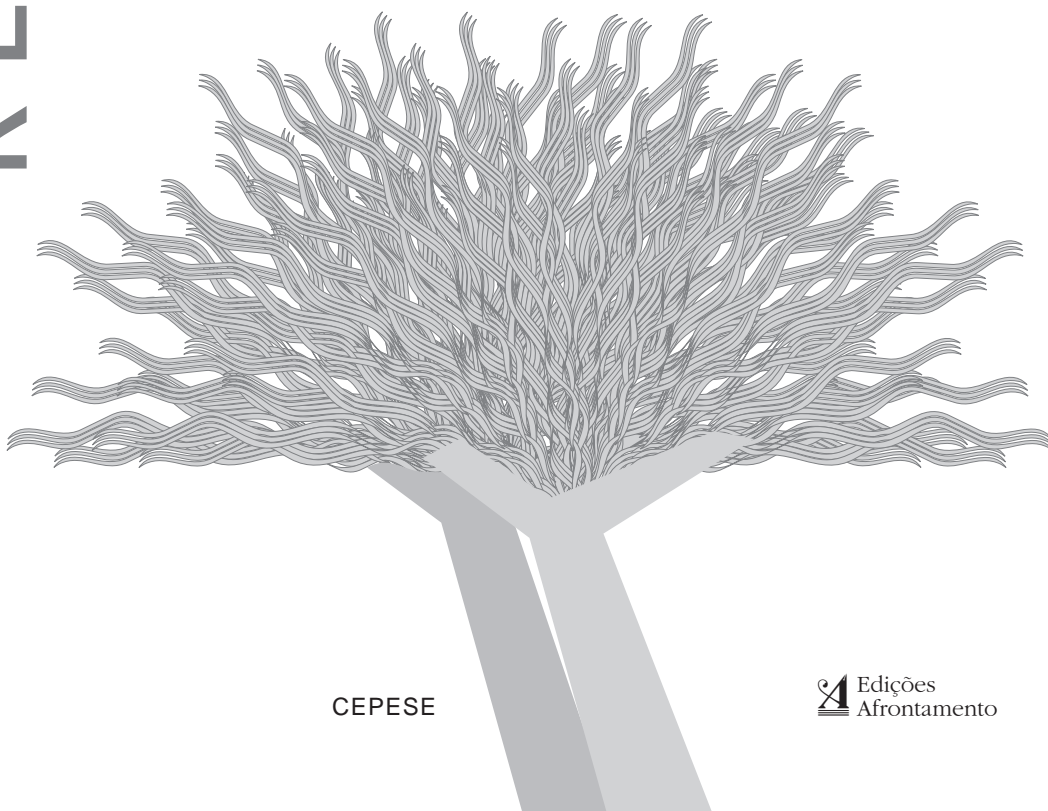
# 13

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO  
ECONOMIA E SOCIEDADE

REVISTA

## POPULAÇÃO E SOCIEDADE

III ENCONTRO RELAÇÕES PORTUGAL-ESPANHA  
*O Vale do Douro no Âmbito das Regiões Europeias*  
(Zamora, 10 e 11 de Outubro de 2002)



CEPESE

 Edições  
Afrontamento



**Título**

POPULAÇÃO E SOCIEDADE – n.º 13 / 2007

**Edição***CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade / Edições Afrontamento*

Rua do Campo Alegre, 1055 – 4169-004 Porto

Telef.: 22 609 53 47 / 22 600 15 13

Fax: 22 543 23 68

E-mail: cepese@cepese.pt

www.cepese.pt

*Edições Afrontamento*

Rua de Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto

Telef.: 22 507 42 27

Fax: 22 507 42 29

E-mail: geral@edicoesafrontamento.pt

www.edicoesafrontamento.pt

**Fundadores**

Universidade do Porto

Fundação Eng. António de Almeida

Fernando Alberto Pereira de Sousa – Universidade do Porto e Universidade Lusíada do Porto

Joaquim Manuel Pantoja Nazareth – Universidade Nova de Lisboa

Jorge Carvalho Arroiteia – Universidade de Aveiro

**Director**

Maria da Conceição Meireles Pereira

**Conselho de Redacção**

Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves

Paula Marques dos Santos

Teresa Rodrigues Veiga

**Secretariado**

Paula Barros / Ricardo Rocha

**Comissão de Aconselhamento Científico**

António Henrique de Oliveira Marques – Universidade Nova de Lisboa

Carlos Lessa – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Celso Almuíña – Universidade de Valladolid

Darc Costa – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Esther Martínez Quinteiro – Universidade de Salamanca

Jorge Carvalho Arroiteia – Universidade de Aveiro

Lorenzo López Trigal – Universidade de León

**Comissão Científica**

Alberto Jorge Estima / Alexandre Parafita Correia / Ana Maria Martins / Ana Paula Guimarães / ngelo

Vitor Patrício / António André Godinho / António José Queirós / António Matos Reis / António

Vilarinho Mourato / Armando Carvalho Homem / Artur Villares Oliveira / Carlos Diogo Moreira /

César Urbino Rodrigues / Cristina Anico / Fausto Sanches Martins / Fernanda Paula Maia / Fernando

de Almeida / Fernando de Sousa / Fernando Figueiredo / Francisco Lourenço Vaz / Helena Cristina

Abreu / Henrique Rodrigues / Isabel Babo Lança / Isabel Cantista Gomes / Isabel Luísa Silva / Isilda

dos Santos Monteiro / Isolina Alves Pereira / João Pedro Mendonça / João Ramalho Cosme / Joel

Ferreira Mata / Jorge Manuel Pinto / José da Cruz Lopes / José Francisco Queiroz / José Manuel

Chorão / José Marques / José Pedro Fernandes / José Sotto Mayor Pizarro / Judite Gonçalves de Freitas

/ Lúcia Cardoso Rosas / Luís Adão da Fonseca / Luís Alberto Casimiro / Luís Alexandre Rodrigues /

Manuel Moreira da Rocha / Manuel Nazareth / Manuel Pinto Teixeira / Maria Antónia Jardim / Maria

Cristina Cunha / Maria Cristina Pimenta Pinto / Maria da Graça Morais / Maria do Céu Pinto / Maria

Elsa Peralta / Maria de Fátima Amante / Maria Isabel Ferreira / Maria João Moreira / Maria Júlia

Rodrigues / Natália Ferreira-Alves / Orlando Pereira / Paula Cristina Rodrigues / Paula de Azevedo

Bessa / Paula Pinto Costa / Paulo Teodoro de Matos / Teresa Cierco Gomes / Virgílio Barbosa Tavares

**Capa:** João Machado Design**Execução gráfica:** Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira**Tiragem** 500 exemplares**Depósito legal** n.º 94133/95**ISSN** 0873-1861

Impresso em Abril de 2007

**III ENCONTRO  
RELAÇÕES PORTUGAL-ESPANHA  
O VALE DO DOURO NO ÂMBITO  
DAS REGIÕES EUROPEIAS**

ZAMORA, 10 E 11 DE OUTUBRO DE 2002

COM O PATROCÍNIO DE:

Fundação Rei Afonso Henriques  
Fundação para a Ciência e Tecnologia  
Fundação Eng.º António de Almeida  
Governo Civil do Porto  
Reitoria da Universidade do Porto  
Real Companhia Velha  
Carnady



## NOTA DE ABERTURA

O CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, da Universidade do Porto, no âmbito da sua linha de investigação intitulada *Relações Portugal-Espanha*, coordenada pela professora doutora Maria da Conceição Meireles Pereira, tem vindo a realizar, com regularidade, Seminários Internacionais sobre o mesmo tema.

O I Seminário ocorreu em 1999, subordinado ao tema *Relações Portugal-Espanha. Cooperação e Identidade*, tendo sido publicadas as suas Actas, por nós, em 2000.

O II Seminário aconteceu em 2000, registando como designação *Relações Portugal-Espanha. Uma História Paralela, um Destino Comum?*, que viu as suas Actas publicadas pelo CEPESE, em 2002.

O III Seminário, que teve lugar em Zamora, como os anteriores, na sede da Fundação Rei Afonso Henriques, em 2002, intitulou-se *Relações Portugal-Espanha. O Vale do Douro no Âmbito das Regiões Europeias*, cujas Actas o CEPESE agora edita, em 2006. Atrasos no envio dos textos das comunicações pelos seus autores e dificuldades de natureza financeira que afectaram o CEPESE nos últimos dois anos ajudam a explicar que só agora se dê à estampa esta obra que constitui, como os anteriores, um excelente contributo de investigadores dos dois países, que reflectem em conjunto uma história e um presente comuns aos dois Estados Ibéricos, e procuram anular, como já escrevemos noutra ocasião, fronteiras físicas e psicológicas e reforçar, desse modo, a construção e integração dos seus povos na Política Europeia.

Aproveitamos esta oportunidade para mais uma vez expressarmos o nosso reconhecimento aos coordenadores deste Seminário, a professora doutora Maria da Conceição Meireles Pereira, da Universidade do Porto e ao professor Celso Almuiña Fernández, da Universidade de Valladolid, pela forma empenhada como têm desenvolvido esta frutuosa cooperação universitária luso-espanhola que, estamos certos, irá continuar.

Por outro lado, no âmbito do processo de crescimento que se tem desenvolvido no CEPESE nos últimos dois anos, importa também renovar a equipa responsável pela sua revista, a *População e Sociedade*.

A Revista do CEPESE surgiu em 1995, enquanto órgão do CEPFAM – Centro de Estudos da População e Família (designação inicial deste Centro de Investigação), mas já com o título de *População e Sociedade*, que mantém ao presente. A Revista do CEPESE, anual, que conta hoje 13 números publicados, foi dirigida por nós, que para tal fomos designados pelos seus associados. Pensamos ser agora o momento de indicar outro dos investigadores do CEPESE

para se responsabilizar pela nossa Revista. E consensualmente, entendeu-se que o sócio mais indicado para exercer tais funções devia ser a professora doutora Conceição Meireles Pereira.

Trata-se de uma investigadora de reconhecido mérito, nacional e internacionalmente, sócia do CEPESSE desde a primeira hora, e que com a sua inteligência e dedicação tem prestado ao nosso Centro, para além da sua actividade científica, os mais relevantes serviços na sua Direcção, na organização de Seminários e na produção da nossa Revista.

Estamos certos que a professora doutora Maria da Conceição Meireles Pereira saberá dirigir com mais acerto e rigor que nós a Revista do CEPESSE *População e Sociedade*, de forma a esta continuar a ser um instrumento determinante da afirmação do nosso Centro, no plano nacional e internacional.

Fernando de Sousa  
(Presidente do CEPESSE)

## INTRODUÇÃO

### **O Vale do Douro no Âmbito das Regiões Europeias III Encontro Internacional Relações Portugal-Espanha**

Perseverando na sua intenção de contribuir para a reflexão sobre as múltiplas facetas da realidade peninsular na época contemporânea, o CEPESSE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade da Universidade do Porto – no âmbito da linha de investigação em relações históricas luso-espanholas e a Fundação Rei Afonso Henriques promoveram esta reunião científica que definiu como objecto de estudo o vale do Douro no contexto das regiões europeias.

Especialíssimo nos seus contornos e contrastes, o vale do Douro constitui um território comum aos dois países ibéricos que busca a consolidação de uma identidade nos moldes actuais do desenvolvimento, da preservação da memória, da cooperação transfronteiriça.

Não obstante as múltiplas implicações que o conceito de região, por si já assaz impreciso, contém – ambiente, clima, solo, paisagem, população, migração, território, fixação, produções, recursos, comunicações, turismo, etc. – alguns temas se destacaram neste encontro e os respectivos textos encontram-se publicados no presente volume com o objectivo de aprofundar conhecimentos, partilhar experiências, divulgar redes de saber.

No contexto da União Europeia, releva o princípio de que através de actuações comuns, a diversos níveis, poderão ser aproveitadas oportunidades que implicam processos de cooperação aprofundada. A economia, a cultura, o património, o turismo e o desenvolvimento são faces diversas de uma mesma realidade que importa serem compreendidas de forma integrada. As orientações emanadas das instituições europeias propõem uma gestão partilhada dos recursos naturais e culturais da “eurorregião” duriense, jogando um papel importante, no âmbito da cooperação transfronteiriça, os projectos relacionados com um turismo sustentado e de qualidade. Esta dinâmica revela-se, por exemplo, no recente projecto comum denominado “Cúpula do Douro”, lançado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte de Portugal e a Junta de Castela e Leão, com o objectivo de alcançar o arranque socioeconómico da região pela via da qualidade natural, agro-ambiental e turística.

A preservação patrimonial e a atitude musealizadora constituem uma vertente incontornável na valorização das vivências à escala local. Daí o estudo e avaliação da situação dos museus da Região Demarcada do Douro com vista à adequação da programação do anunciado Museu do Douro à realidade regional, nomeadamente no tocante à futura instalação de núcleos e sua integração numa rede intra-regional que englobe as instituições interessadas. Este museu,



criado pela Assembleia da República em 1997 e com atribuições nas áreas da museografia, investigação e acção cultural, destina-se a promover a recolha, valorização e divulgação do património da referida região demarcada. Encontrando-se a decorrer a instalação deste museu sob uma metodologia de processo, ele visa mobilizar a participação activa das populações e instituições para a construção de um espaço colectivo de memória e identidade, capaz de se assumir como um pólo dinâmico de acção cultural.

No âmago dessa memória/identidade encontra-se o vinho e o vidro de embalagem cuja produção se localizou nas margens do Douro desde os inícios do século XIX, suscitada pelo mercado, isto é, pela abundante produção de vinho, nomeadamente de vinho do Porto, que determinou o extraordinário progresso e vitalidade de fábricas de garrafas, algumas ainda hoje em laboração.

Região caracterizada pela secular produção vinícola de reputação internacional, os seus terrenos constituem objecto de estudos específicos. Classificada como Património Mundial pela UNESCO, a paisagem do Alto Douro Vinhateiro assume-se como cultural, evolutiva e viva. A sua formação decorreu ao longo de séculos, diferentes formas de paisagem foram-se acumulando e diversas técnicas foram sendo empregues na sua construção; colocam-se, agora, vários constrangimentos à gestão desta paisagem e avançam-se medidas de protecção e mitigação de danos. De igual forma, são equacionadas as oportunidades e perspectivas dos vinhedos das arribas do Douro, um património reduzido, de escasso valor económico, enquadrado num meio físico difícil, marginal e de mau acesso, trabalhado por uma população envelhecida, mas detentor de uma inequívoca singularidade ecológica.

Especificamente, a bacia hidrográfica do Douro apresenta características diversas – clima, fisiografia e geologia – determinantes para a compreensão da sua biodiversidade que implicam, por um lado, o estabelecimento de estratégias de conservação, quer ao nível local, quer nacional e, por outro, a enunciação de problemas de gestão decorrentes dos seus aspectos naturais e grande extensão, com vista ao aperfeiçoamento e desenvolvimento da preservação paisagístico-ambiental.

Paisagem física e humana, silvestre e antrópica, dela ressalta, com efeito, a diversidade e o contraste e, sobretudo, a importância ecológica dos espaços desenhados entre o rio e as colinas, entre as quintas e os mortórios.

O Departamento de Economia e Sociologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro tem, naturalmente, consagrado investigação no campo dos estudos durienses e, através da recente criação do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD) são de esperar novos investimentos e contributos nessa área.

O Douro/Duero é também espaço de fronteira e dela retém os receios e ameaças historicamente sentidos; daí as tradicionais precauções das autoridades nas regiões vizinhas luso-espanholas e a necessidade da sua percepção em tempos pretéritos, já que a passagem clandestina de pessoas, mercadorias e correspondência constituía uma prática recorrente.

Também por razões políticas e económicas, mas potenciada por obstáculos físicos, a questão da navegabilidade do rio ao longo da centúria de Oitocentos revelou uma negociação com várias revisões e poucos resultados, não obstante ter-se constituído como estandarte político do liberalismo peninsular, necessariamente condenado, no final do século, pela instalação das estruturas ferroviárias.

Uma última referência ao mosaico da Europa das regiões: regiões histórico-políticas, tantas vezes reivindicadas, mas também naturais-funcionais, entendidas como eixos articulados de desenvolvimento; e esta dinâmica deve harmonizar-se ainda com o papel das cidades que se pretendem activas e não diluídas no contexto regional.

Maria da Conceição Meireles Pereira

### **O Douro/Duero puente entre España y Portugal**

La geografía no quiso diferenciar dentro de la Península Ibérica entre España y Portugal, creó además dos grandes lazos de unión como son los ríos Douro/Duero y Tejo/Tajo, aparte de otros menores. Estas dos grandes corrientes fluviales, que avenan cuencas muy extensas, son dos puentes de unión, dependencia y usufructo compartido entre las dos naciones hermanas.

Por otra parte, aunque la utilización conjunta de los ríos entre Portugal y España arranca de la década de los años veinte del siglo pasado, cada día se percibe con mayor insistencia, especialmente en la España seca, la importancia del agua dulce para mantener un desarrollo sostenible. Los debates que últimamente han tenido lugar en torno a los trabases fluviales en España, especialmente en la cuenca Mediterránea, son una buena prueba de la toma de conciencia de la creciente dependencia del líquido elemento.

A partir de esta idea, o sea, de la importancia del agua para mantener un desarrollo sostenido, de las posibles implicaciones internacionales y de las múltiples potencialidades que ofrecen los valles como elemento de desarrollo, se han planteado estas reflexiones dentro del “III Encontro das Relações Portugal-Espanha” bajo el título de “*O Vale do Duero no Ambito das Regioes Europeias*”.

El río Douro/Duero avena una extensa cuenca fluvial que se puede aproximar a los cien mil kilómetros cuadrados; la cual presenta además diferencias importantes, aunque complementarias. Sus posibilidades, desde el punto de vista del desarrollo conjunto, son múltiples y variadas. Así se ponen de manifiesto en los estudios que se ofrecen en las páginas que siguen, redactados por reconocidos especialistas de ambos países procedentes de campos interdisciplinarios.

Sí la geografía nos invita a compartir dichas potencialidades, lo cierto es que la historia ha levantado una “Raya seca” (frontera), la cual demostrado de

forma fehaciente que ha sido nefasta para el desarrollo social de ambos lados. Todos han resultado perdedores. No han existido ganadores. Ante esta evidente paradoja, se ha tratado de poner al descubierto carencias, pero también las posibilidades para desarrollar este conjunto que es el Valle del Duero; el cual presenta características comunes, aunque también diferencias, pero que pueden ser complementarias desde planteamientos conjuntos.

Al menos, en tres aspectos ha habido una coincidencia prácticamente total entre todos los participantes: Conveniencia y aun necesidad de planteamientos conjuntos y armónicos para un mejor aprovechamiento de economías de escala; la pertenencia al común espacio europeo, dentro del cual las regiones están llamadas a jugar un papel muy destacado, exige nuevas reglas de cooperación; y, de entre otras muchas carencias a las que habrá que atender en el futuro, se debe comenzar por mejorar las infraestructuras, puesto que son la base de todo lo demás.

Todo ello apunta la necesidad de una cooperación más estrecha y a planteamientos conjuntos por parte de ambas naciones en esta especial parte compartida de nuestra geografía regional; es decir, el considerar al Valle del Duero como una unidad no únicamente geográfica, sino también desde una perspectiva integradora para un aprovechamiento global. Potencialidades que pueden ser muchas, pero que giran fundamentalmente en torno al agua, el vino y otra serie de productos con fuerte personalidad, bien incidiendo en la mejora de la calidad y/o en el desarrollo conjunto de programas en torno a actividades turísticas, medioambientales, etcétera.

Todas estas potencialidades no se podrán llevar a cabo si no se comienza por levantar unas modernas y eficaces comunicaciones, terrestres, pero también marítimas. El turismo, especialmente, se vería muy potenciado en esta segunda vertiente; aunque sin duda las comunicaciones terrestres (carreteras y ferrocarril) sean las fundamentales. La conclusión en este sentido es que, para que las potencialidades se conviertan en realidades benéficas para los moradores de ambas partes de esta región duriense, se debe comenzar por potenciar y mejorar notablemente las infraestructuras, especialmente las comunicaciones.

En resumen, sin pretender agotar el tema, puesto que su complejidad es notable, se detectan problemas y se proponen soluciones conjuntas, que nos ofrece y nos exige el pertenecer a un nuevo marco europeo de relaciones en que tenemos y queremos desenvolvernos. También los habitantes, de ambas partes de la frontera, de esta región compartida que es el Valle del Duero.

Celso Almuiña Fernández

# **O VALE DO DOURO NO CONTEXTO DA UNIÃO EUROPEIA**

*Juvenal Silva Peneda*

## **NOTA PRÉVIA**

Foi com muito gosto que tive a oportunidade de participar neste seminário, organizado pelo Sr. Professor Fernando de Sousa, a quem agradeço o convite.

Uma vez que optei por fazer a minha apresentação com o apoio de vários mapas e gráficos, que não são compatíveis com o testemunho escrito que é essencial deixar para quem possa eventualmente estar interessado, este texto foi elaborado posteriormente.

Nestas circunstâncias, ele é também tributário do interessante debate que teve lugar, e da minha interpretação das excelentes achegas que os participantes produziram.

## **O DOURO, UM RIO BINACIONAL**

Um pequeno texto do livro da escola primária contava uma história dos três grandes rios portugueses, que não resisto a recordar.

O Guadiana foi o primeiro a acordar: teve todo o tempo de fazer o seu caminho até ao mar devagar, desfrutando da paisagem, e calmamente chegou ao seu destino.

O Tejo acordou mais tarde, e para recuperar o atraso, galgou montes e vales, até que verificou que já estava adiantado, tendo a partir daí, caminhado, sossegadamente, espalhando-se na fase final do seu percurso.

O Douro foi o mais preguiçoso: acordou ainda mais tarde, e distraiu-se no caminho, fazendo o seu percurso, vagarosamente, até que ao aproximar-se de Portugal, tomou consciência do seu atraso, e a partir desse momento, escavou montanhas, perfurou montes e chegou ofegante ao seu destino.

Esta história transmite, na sua candura, o retrato mais marcante do rio Douro/Duero; quem vê o Duero castelhano, dificilmente reconhece nele os traços que toma no Douro português.

Temos, assim, um vale do Douro com características geográficas muito diferentes, criando formas distintas da população se relacionar com o rio adoptando padrões de vida diversos, sendo no entanto este vale o mesmo, e o rio único.

Após esta pequena história quase que poderia dar por concluída a minha comunicação com o que de mais importante se pode dizer. Com visões diferentes da vida e do mundo, descobrimos que o que estávamos habituados a reconhecer como diferente, afinal o não é, e o que estávamos habituados a conhecer como o outro, é afinal mais próximo do que imaginávamos<sup>1</sup>.

## **A UNIÃO EUROPEIA, PAÍSES E REGIÕES**

O vale do Douro é o traço geográfico mais marcante da Região do Norte e a bacia do Douro é a definição espacial de Castela e Leão.

Abordando esta questão a partir de Portugal, é inevitável utilizar como referência a Região do Norte.

Para compreender o contexto europeu do vale do Douro, é preferível avaliar de que forma a União Europeia nos olha. Em que é que somos diferentes, e de que forma essas características podem ser relevantes para a definição de processos de desenvolvimento<sup>2</sup>.

Assim, será apresentado de forma sintética o conjunto de elementos que, do meu ponto de vista, diferenciam o Norte de Portugal do conjunto da União.

## **O ATLÂNTICO**

Sendo a Europa marcada pela sua abertura ao Atlântico, esta característica é essencial para Portugal. Se actualmente a prioridade da Europa é o alargamento a mais dez, e de seguida a mais outros países europeus, nunca pode ser esquecido que a Europa só tem futuro se for um continente aberto ao mundo. A trocas de bens, pessoas e ideias, deverá ter como primeiro interlocutor as outras europas que os europeus criaram do outro lado do atlântico. Este deverá ser o eixo estrutural do desenvolvimento europeu.

Se assim não for, e se o Pacífico ultrapassar o Atlântico como oceano de inter-relação privilegiado, poderemos assistir a uma configuração do mundo que classifico de mapa-múndi à japonesa: Portugal fica aproximadamente onde costumamos ver o Alasca, e o Brasil nas proximidades da Austrália...

Neste cenário, a periferia de Portugal e da Península Ibérica seria muito mais agravada que a actual.

## **O TERRITÓRIO E O SISTEMA URBANO**

A Europa é um continente muito densamente povoado, com vários padrões de organização territorial.

De forma muito simplista, e para além dos efeitos provocados pelas barreiras orográficas ou pela insularidade, destacam-se dois espaços:

- um espaço central, limitado aproximadamente pelo polígono formado por Manchester, Paris, Milão e Berlim.
- o exterior deste polígono.

Na área central concentra-se a grande maioria da população, da actividade económica e a capacidade de geração de riqueza.

Esta mancha tem uma organização territorial, de que é exemplo extremo o Rhur, em que as metrópoles existentes, sendo de pequena ou média dimensão, têm como característica principal, a sua aglomeração. Cada centro urbano, tem no seu entorno imediato, centros urbanos de razoável dimensão, e o conjunto não é definido por relações de dependência de funções urbanas, mas pela importância das interdependências que exibem.

O exterior deste polígono tem uma ocupação territorial centrada em redes hierarquizadas de centros urbanos.

Em especial no Sudoeste Europeu, este padrão está associado a uma baixa densidade de população que torna muito mais clara esta forma de hierarquização urbana na ocupação do território. Cada território é claramente dominado por um centro urbano com distâncias significativas ao centro urbano vizinho e com dependências de funções urbanas muito marcadas. Nos seus conglomerados urbanos, mesmo os de maior dimensão, é muito marcada a diferença de escala da aglomeração central, face ao seu entorno.

Uma das zonas de excepção a esta regra do Sudoeste Europeu é a área entre Braga e Aveiro, onde o padrão de ocupação territorial é mais próximo do que se encontra no centro europeu, com ressalva das respectivas escalas, e em que centros urbanos de razoável dimensão estão a curtas distâncias entre si, e com uma ocupação do espaço entre centros urbanos muito densa.

Esta excepção enquadra-se num padrão de ocupação territorial da península onde a população está na costa, ou muito próximo dela, e uma rede de cidades de média e pequena dimensão ocupam a meseta, associado a muito baixas densidades populacionais.

Madrid emerge como uma metrópole central, com uma dimensão que é a história, e não a geografia, que explica.

## **A ESTRUTURA**

- a) Em primeiro lugar, o Norte de Portugal é uma região com crescimento demográfico significativo, atingindo em 2001, 3,7 milhões de habitantes;
- b) Um segundo traço caracterizador é a juventude, continuando a ser uma das regiões mais jovens da Europa;
- c) A participação da população na vida activa é extremamente elevada;
- d) Se algo da estrutura económica individualiza o Norte de Portugal é a sua industrialização. No que se refere ao emprego, o Norte de Portugal está entre as dez regiões mais industrializadas da Europa;
- e) Um quinto elemento estrutural é a abertura da sua economia ao exterior,

que é já histórica. A especial ligação dos seus portos de mar ao norte da Europa na Idade Média, a fixação e desenvolvimento de comunidades de mercadores, nacionais e estrangeiros, a grande ligação ao comércio com o Brasil, até em tempos mais recentes a participação de Portugal na EFTA, que concentrou no Norte de Portugal a maioria das estruturas económicas orientadas para a exportação, justificam esta orientação. Para além de um saldo positivo nas trocas com o exterior que as empresas sediadas no Norte apresentam (o único significativamente positivo a nível nacional), se compararmos o volume de exportações com o PIB no espaço peninsular, este índice atinge cerca de 1/3 no Norte de Portugal, 1/4 no País Basco, Catalunha e Valência e valores inferiores a 20% nas outras economias regionais ibéricas com dimensão significativa, orientadas para o exterior. Uma outra dimensão da abertura ao exterior, pode ser traduzida pela emigração, que historicamente e até aos anos 70, teve no Norte de Portugal a sua incidência largamente maioritária.

Se estes traços estruturais podem ser considerados positivos, há que assinalar dois pontos extremamente negativos na sociedade e economia do Norte de Portugal.

- a) O primeiro destes é a educação e formação. Os piores níveis de educação formal em Portugal, que é por sua vez o país pior colocado na Europa, registam-se no Norte;
- b) O segundo destes e seguramente consequência parcial do primeiro, é a produtividade da economia do Norte de Portugal.

## AS DINÂMICAS

Mais relevante do que apreciar a evolução de uma extensa bateria de indicadores, importa registar dois fenómenos:

- a) A convergência real das economias regionais portuguesas e espanholas nos primeiros dez anos de adesão que é no caso português, notável, posicionando o Norte e Centro de Portugal como um caso de sucesso de crescimento económico, medido pelo PIB per capita;
- b) Um intenso fenómeno de “reganhar a normalidade” do relacionamento das economias regionais vizinhas de Portugal e Espanha. Um dos factos de maior relevo da integração de Portugal e Espanha na União Europeia foi a rápida integração económica que estas duas economias iniciaram e que se julga estar ainda longe de um patamar estável.

Este último fenómeno pode ser ilustrado de várias formas. Apenas alguns exemplos:

Se em 1986 o relacionamento com a economia vizinha era irrelevante, em 2001, para a economia espanhola, Portugal foi um cliente mais importante que todo o continente americano, e cada português comprou o dobro de produtos espanhóis que um francês (sendo a França o maior cliente em valores absolutos da economia espanhola). O simétrico também se verifica, sendo neste momento a Espanha o primeiro cliente da economia portuguesa.

A nível regional, este fenómeno é ainda mais intenso. Se retirarmos o efeito da fábrica da Citroen em Vigo, responsável por metade das exportações galegas, Portugal (com especial destaque para o Norte de Portugal) é o primeiro cliente externo da economia galega. O Norte de Portugal está mais orientado para mercados do centro da Europa, sendo a Alemanha o seu primeiro cliente.

No caso de Castela e Leão, embora menos intenso, este fenómeno é já muito significativo, ocupando Portugal um dos quatro primeiros lugares como parceiro económico.

## UMA NOVA GEOGRAFIA

Se o comércio mútuo terá como efeito uma nova forma de “ver o vizinho”, outros fenómenos mais avançados começam a tomar forma. A articulação económica assume formas de articulação empresarial entre as regiões da Galiza, Castela e Leão, Norte e Centro de Portugal, de que se poderá indicar exemplos em sectores desde as confecções à comunicação social, passando pela construção naval madeira, vidro, ou o *cluster* automóvel, e até perspectivas no domínio das infra-estruturas públicas.

Um dos efeitos desta crescente articulação é a percepção da mudança dos referenciais geográficos. Um caso paradigmático é fornecido pela instalação de uma empresa multinacional de componentes do ramo automóvel em Bragança. De facto, Bragança já não é o extremo periférico do País. Está a 200 Km da maior fábrica mundial do grupo PSA, está a 200 Km de duas grandes fábricas da Renault (Valladolid e Palencia) e está a 200 Km da maior concentração do sector automóvel de Portugal (Braga-Aveiro).

Esta nova percepção obriga a mudar o mapa com que se olha o País. Existem territórios para lá da fronteira cuja estrutura económica e trajectória de desenvolvimento tem relevância na correcção das decisões que se tomam sobre o território.

## OPORTUNIDADE

Este processo, ao qual o Vale do Douro e Trás-os-Montes têm sido alheios, com a notável excepção da instalação da Faurecia em Bragança, pode ter um efeito territorial marcante para muitos anos.

Sendo inevitável, este fenómeno de rearticulação territorial provocada pelos



novos fluxos económicos está numa fase inicial, e definirá nos próximos dez anos uma nova morfologia do território, fase a partir da qual se estabilizará.

O que está em causa é, se é possível este território, no curto período de tempo que dispõe, utilizar a sua posição central, ou pelo contrário, por inacção, permitir um padrão de articulação territorial que contorne o seu território, ou que embora o atravessando, se limite a isso, a atravessar...

## **A NECESSIDADE**

Esta análise torna-se mais aguda se englobarmos ao Vale do Douro e Trás-os-Montes, a vizinha província de Zamora.

De facto, o trecho de vale entre Cinfães e as proximidades de Tordesilhas, embora possua uma variedade paisagística notável, é uma área que sofre dos problemas de periferia indicados acima, e à qual se coloca a questão de, sendo o centro geográfico de uma vasta região economicamente dinâmica e em processo de articulação económica rápida, transformar-se parcialmente no centro, para algumas actividades que o processo de articulação irá induzir.

A passagem de uma leitura de periferia face ao contexto nacional que cada uma das “metades” deste trecho de vale tem para uma visão de centro, implica a tomada em conjunto deste diagnóstico, e uma tática, pelo menos, de assumir uma posição conjunta para o aproveitamento das oportunidades.

Esta postura é uma necessidade premente.

## **ESTE VIRIATO É O NOSSO OU É OUTRO?**

Com visões diferentes da vida e do mundo, descobrimos que o que estávamos habituados a reconhecer como diferente, afinal o não é, e o que estávamos habituados a conhecer como o outro, é afinal mais próximo do que imaginávamos<sup>3</sup>.

Tal como prometi, o que de mais importante pode ser dito, estava já dito no início.

A capacidade que demonstrarmos de construir com o vizinho uma visão comum e de tomar a iniciativa de transformar as oportunidades em potencialidades, irá determinar durante muitos anos a situação económica e social do Vale do Douro/Duero.

## **NOTAS**

<sup>1</sup> “Mas, este Viriato, é o nosso ou é outro?” – Pergunta de um patrono português da FRAH, ao visitar pela primeira vez a praça principal de Zamora.

<sup>2</sup> Todos os elementos apresentados baseiam-se nos relatórios sobre a Coesão, documento que a Comissão da União Europeia publica bianualmente e que serve de plataforma factual ao

desenho das intervenções comunitárias e é sede de avaliação das políticas comunitárias e nacionais de coesão económica e social.

<sup>3</sup> Ver nota 1.



# O ALTO DOURO. DA DEMARCAÇÃO POMBALINA À CLASSIFICAÇÃO DE PATRIMÓNIO MUNDIAL

*Fernando de Sousa*

## INTRODUÇÃO

O Alto Douro constitui a mais antiga região vitícola demarcada e regulamentada do mundo, uma vez que as suas origens remontam a 1756, ano em que Sebastião José de Carvalho e Melo, ministro de José I, instituiu a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, com sede no Porto, Empresa que teve, entre as suas primeiras funções, a demarcação do Alto Douro e a regulamentação do “vinho de embarque”, “vinho do Douro” ou “Vinho do Porto”, remontando esta última designação ao século XVII.

Recentemente, em 2001, uma pequena parte da região do Alto Douro, ao longo do rio Douro, foi classificada pela UNESCO como Património Mundial.

Vejam, pois, a breves traços, a evolução do Alto Douro Pombalino (1756) até ao Douro Vinhateiro, Património Mundial (2001).

## 1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Se bem que a vinha em todo o Vale do Douro remonte à Antiguidade, é a partir do século XVI que a viticultura de qualidade, com objectivos comerciais, assume importância crescente na zona que virá a tornar-se, no século XVIII, a *Região Demarcada do Douro*. Foi sobretudo com a assinatura do *Tratado de Methuen*, em 1703, através do qual o Vinho do Porto passou a beneficiar de taxas aduaneiras preferenciais na exportação para Inglaterra, que os vinhos daquela região conheceram um forte desenvolvimento.

A rigorosa regulamentação pombalina de protecção aos vinhos do Douro levou à identificação do território alto-duriense com o «país vinhateiro» ou «região do vinho do Porto», configurando, desde o século XVIII, uma vocação económica e cultural específica e fixando o sistema de relações entre o Porto e o *hinterland* duriense. Desde então e até aos nossos dias, as vicissitudes da vitivinicultura e do comércio de vinhos do Porto têm dominado a história da região.

A especialização na viticultura de qualidade e a integração de vinhos do Douro nos circuitos internacionais levaram a que o Vinho do Porto se afirmasse

em Portugal como o exemplo mais importante, durante o Antigo Regime, da abertura de um sector económico ao sistema capitalista da economia-mundo.

Nesse processo, colaboraram:

- na produção, os galegos que, aos milhares, durante séculos, se deslocaram para o Alto Douro, a fim de trabalharem nas plantações da vinha e na construção dos socalcos;
- na comercialização, os exportadores ingleses, uma vez que a Grã-Bretanha, durante dois séculos, foi a principal consumidora do Vinho do Porto.

Desde 1757 até ao presente, a região foi objecto de várias demarcações e o Vinho do Porto conheceu diversas instituições e organismos responsáveis pela sua regulação e fiscalização (Tabela n.º 1).

Prevalecem actualmente, como principais instituições, a *Casa do Douro*, em representação da Lavoura, que mantém uma forte implantação no Douro e é proprietária do cadastro da região, a *Associação dos Exportadores de Vinho do Porto*, (que resultou da extinção dos anteriores Grémio dos Exportadores após o 25 de Abril de 1974), hoje *Associação das Empresas do Vinho do Porto (AEVP)*, e o *Instituto do Vinho do Porto (IVP)*, actualmente designado por *IVDP (Instituto dos Vinhos do Douro e Porto)* como entidade supervisora do Estado, cujo objectivo principal “tem sido o de fiscalizar o processo produtivo, o controlo de qualidade do vinho e da defesa da denominação de origem, tanto em Portugal como no estrangeiro”.

A região dispõe hoje de um moderno ficheiro vitivinícola, com suporte fotográfico e alfanumérico informatizados, elaborado pelo *Instituto do Vinho e da Vinha*, e um apertado sistema de controlo de plantações e alteração dos vinhedos, assegurado pela *Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes e Alto Douro*, que desempenham um importante papel enquanto instrumentos de identificação e preservação dos vinhedos e, conseqüentemente, dos socalcos e patamares que caracterizam a paisagem do Douro.

A estratégia e salvaguarda do Alto Douro Vinhateiro Património Mundial, para além dos Planos Directores Municipais, onde o Alto Douro goza de um estatuto de protecção, passaram pela constituição do *Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (PIOT-ADV)*, abrangendo, da área classificada, treze dos vinte e um municípios da Região Demarcada do Douro, a criação de um *Gabinete Técnico* como corpo de apoio na gestão técnica da paisagem, e a *Liga dos Amigos do Douro*. Estas três organizações integraram um projecto que a *Fundação Rei Afonso Henriques*, em nome da população duriense, candidatou e viu ser aprovado no Programa ON, Medida 2.1 Douro, denominado *Ordenamento e Gestão do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial*.

<b>Tabela n.º 1</b> <b>Região vinícola demarcada do Alto Douro (1757-2005)</b>
1757-1761 – Demarcações pombalinas, as primeiras do mundo
1788-1793 – Demarcações marianas e alargamento da área demarcada
Século XIX – Sucessivos alargamentos
1907 – Alargamento da região do Vinho do Porto até à fronteira com a Espanha
1908 – Redução da área produtora do Vinho do Porto
1921 – A área demarcada passa a ser praticamente a actual região demarcada

## 2. A IDENTIDADE DO ALTO DOURO

Segundo Lynch, a identidade é a qualidade que um objecto ou uma paisagem possuem e que lhes permite distinguir-se de outras coisas, possibilitando o seu reconhecimento como uma entidade à parte. No caso do Alto Douro, vários factores justificam a identidade que a região possui:

- Paisagem cultural única em toda a sua extensão, resultante de um processo de adaptação secular de técnicas e saberes específicos de cultivo da vinha em solos de especiais potencialidades de vinhos de grande qualidade – as denominações “Porto” e “Douro” – que constituem elementos fortes de identidade na medida em que são inequivocamente reconhecíveis;
- Cadeias montanhosas que defendem a região dos ventos húmidos do Atlântico, bem como dos ventos frios e secos de Espanha, criando um enclave mediterrânico entre terras frias;
- Solos xistosos que propiciam condições excepcionais para a produção de vinhos de qualidade;
- Extraordinária intervenção humana na natureza, utilizando técnicas de valorização do espaço possibilitando o cultivo da vinha nas encostas íngremes, evitando a erosão através de socalcos ou mais recentemente da “vinha ao alto”, seleccionando os melhores solos, as melhores castas (mais de uma centena de castas de videira), e adaptando-as aos vários tipos de terreno, modelando assim uma paisagem vinícola inconfundível e única no mundo;
- Enquanto «paisagem cultural» dominada pela produção vitícola, o Douro é também «uma paisagem histórica», no sentido de que conserva, por vezes, em vinhedos contíguos, modos de organização da vinha de diferentes épocas históricas: socalcos pré-filoxéricos e pós-filoxéricos, patamares e «vinha ao alto». É nesta perspectiva que se considera uma paisa-

gem evolutiva viva, no sentido da contínua transformação em função das novas tecnologias, mas centrada em saberes, técnicas, costumes, rituais, hábitos e crenças das populações locais.

A Região Demarcada do Douro constituiu, como vimos, a «primeira demarcação de uma zona de denominação de origem controlada no sentido contemporâneo do termo», segundo François Guichard e Phillipe Rodié.

Com efeito a primeira demarcação de 1756 e estabelecida no terreno entre 1757 e 1761, revela já uma grande modernidade, incluindo não só a definição dos limites de uma região vitícola, mas também a elaboração de um cadastro e de uma classificação das parcelas dos respectivos vinhos, tendo em conta a complexidade do espaço regional e, por outro lado, a criação de mecanismos institucionais de controlo e certificação do produto, apoiados num vasto edifício legislativo.

Igualmente importante é a continuidade temporal que associa a identidade regional à ideia de região vitícola demarcada, desde o séc. XVIII até aos nossos dias, independentemente das alterações na área (passando de cerca de 40 mil para 250 mil hectares) e, nos limites regionais na dimensão do vinhedo, nas práticas vitícolas ou na organização institucional do sector.

As sucessivas delimitações da Região Demarcada (1757-1761, 1788-1793, 1907-1908) reflectem, essencialmente, as vicissitudes da própria evolução técnica nos domínios da produção, dos transportes e da comercialização, mas mantêm uma forte continuidade face aos princípios orientadores que exerceram, tanto na mentalidade popular como das elites aliados a uma forte carga simbólica que constitui um elemento-chave da identidade regional.

Da interacção destes factores nasce uma paisagem cultural com uma identidade inequívoca, que se afirma através da sua autenticidade.

### **3. A CANDIDATURA DO ALTO DOURO VINHATEIRO A PATRIMÓNIO MUNDIAL**

A candidatura do Alto Douro Vinhateiro a património mundial, cuja iniciativa se deve à Fundação Rei Afonso Henriques (FRAH), teve dois objectivos fundamentais:

- prestar homenagem a todos aqueles que, durante séculos, contribuíram com o seu esforço para o domínio de factores adversos, “talhando a majestosa escultura da paisagem duriense”;
- dar um contributo para reforçar e valorizar o Vale do Douro e os seus recursos, estimular novas iniciativas e promover o seu desenvolvimento económico de forma sustentada, de forma a aumentar a expectativa e a esperança das gentes que aí permanecem e vivem.

**Tabela n.º 2**  
**Instituições responsáveis pela regulação e fiscalização do sector do Vinho do Porto**  
**(1756-2002)**

- 1756-1834 – *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*
- 1834-1838 – Liberalização da agricultura e comércio
- 1838-1852 – *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*
- 1852-1865 – *Comissão Reguladora da Agricultura e Comércio dos Vinhos do Douro* (organismo oficial, constituído por representantes dos agricultores do Douro e comerciantes)
- 1865-1907 – *Liberalização do sector, com o desaparecimento de instituições reguladoras*
- 1907-1932 – Disciplina e regulação do Vinho do Porto com a demarcação do Alto Douro por freguesias e não por concelhos
- Nova delimitação territorial do Alto Douro
  - *Criação da Comissão de Viticultura da Região do Douro* (só representantes da lavoura, apesar de ter, também, funções de regulação e disciplina do comércio)
- 1932-1974 – *Casa do Douro*
- *Federação Sindical dos Viticultores da Região Demarcada do Douro*, organismo de defesa dos seus interesses
  - *Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto*, associação imposta por lei, destinada a exercer o comércio do Vinho do Porto
  - *Instituto do Vinho do Porto* (controlo da qualidade e certificação oficial, promoção e defesa da denominação do Vinho do Porto)
- 1974-2002 – Extinção do Grémio de Exportadores do Vinho e criação da *Associação de Exportadores do Vinho do Porto*, hoje designada por *Associação das Empresas do Vinho do Porto (AEVP)*, em representação do sector
- Manutenção da Casa do Douro (CD) e reforço das suas funções; mas, ao presente, é apenas responsável pela gestão do cadastro e representante da produção
  - Continuação do Instituto do Vinho do Porto (IVP), com as mesmas funções, agora designado por *IVDP (Instituto dos Vinhos do Douro e Porto)*
  - Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro (CIRDD), que acolhia todas estas entidades, e que entretanto foi extinta, passando as suas funções para o IVDP
  - Criação do *Instituto da Vinha e do Vinho (IVV)*, responsável pelo suporte fotográfico e alfanumérico informatizados, apenas para vinhos de mesa
  - *Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes e Alto Douro* (controlo de plantações e alteração dos vinhedos), de acordo com o Instituto da Vinha e do Vinho

Foi um longo percurso que teve início com a elaboração de estudos de viabilidade levados a cabo por um consórcio luso-espanhol, e passou por diversas fases de trabalhos preparatórios que levaram, num primeiro momento, à inclusão do Douro Vinhateiro na Lista Indicativa da UNESCO das paisagens culturais, evolutivas vivas, cujo *dossier* técnico foi formalmente apresentado à UNESCO em Junho de 2000.



A legitimidade da candidatura foi reforçada através da articulação das valências técnicas, (históricas, culturais e físicas), e de uma progressiva sensibilização e obtenção de consensos junto dos diversos agentes e responsáveis regionais e locais, que reconheceram a importância da proposta de elevar o Alto Douro Vinhateiro a Património da Humanidade.

Do envolvimento gerado ao nível dos responsáveis políticos municipais resultou, posteriormente à decisão da UNESCO, a criação de um Plano Inter-municipal do Ordenamento do Território, de que já falámos e que preservasse a qualidade da paisagem e do património urbano e rural construído.

#### **4. CRITÉRIOS DE INSCRIÇÃO NA LISTA INDICATIVA DA UNESCO**

Nos critérios definidos pela Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural aplicáveis para efeitos de inscrição de bens culturais na lista do Património Mundial, são considerados os seguintes aspectos:

- Qualquer paisagem cultural evolutiva viva (categoria que se integra dentro de um conceito mais amplo de *sítio*), e que deve ser reconhecida como VALOR UNIVERSAL EXCEPCIONAL;
- Entende-se pela interpretação do regulamento estipulado pela Convenção referida, que o reconhecimento de VALOR UNIVERSAL EXCEPCIONAL pode ser concedido a um sítio, ou concretamente a uma paisagem cultural evolutiva viva, desde que o Comité lhe reconheça a representação de um conjunto de critérios.

Quanto aos critérios, depreende-se mais uma vez do regulamento daquela Convenção, que existem dois grandes grupos de critérios cuja aplicação é indispensável, e como tal devem ser cumpridos por qualquer bem cultural que se pretenda inscrever na lista do Património Mundial:

- autenticidade, que no caso das paisagens culturais se traduz pelo “seu carácter e as suas componentes singulares”;
- austeridade regulamentar e de gestão, traduzida por um conjunto de condições jurídicas, institucionais e organizativas que assegurem a protecção do Bem Cultural, implicando garantias de gestão, conservação e acessibilidade pública do bem cultural.

Existe ainda um outro conjunto de seis critérios, cuja aplicação é cumulativa, mas que, não constituindo na sua totalidade condições indispensáveis, são susceptíveis de contribuir para justificar a atribuição de VALOR UNIVERSAL EXCEPCIONAL. Não sendo de verificação cumulativa, pelo menos um desses

critérios deverá aplicar-se ao bem cultural em questão. Os critérios referidos são os seguintes:

- a obra-mestra do génio criativo;
- o testemunho de importantes intercâmbios de influência sobre a criação de paisagens, numa área cultural determinada ou durante um determinado período;
- o testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida;
- o exemplo evidente de uma paisagem ilustrativa de um ou de vários períodos significativos da história humana;
- o exemplo evidente de ocupação territorial representativa de uma cultura ou culturas, sobretudo se apresenta factores de vulnerabilidade face à mutações irreversíveis;
- a associação directa ou material a acontecimentos ou tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excepcional (não sendo este critério suficiente por si só).

Os critérios de avaliação tidos em conta para aferir e conseguir a inscrição e posterior classificação do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial obrigou a excluir, não apenas qualquer elemento vulgar, mas também a prescindir de bens de interesse cuja classificação perturbasse uma unidade excepcional, singular e única, que viesse a alcançar *valor de excelência de relevância e de singularidade internacional*.

Neste sentido, foi proposta uma grelha de avaliação com o seguinte conjunto de critérios retirados das Orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial:

- Autenticidade
- Identidade
- Singularidade universal
- Excelência
- Significado histórico
- Raridade
- Espiritualidade (no sentido da presença de relações de carácter espiritual estabelecidas especificamente com a natureza e a paisagem)
- Sustentabilidade socioeconómica
- Sustentabilidade regulamentar
- Viabilidade organizativa e de gestão
- Biodiversidade

## 5. LINHAS DE VALORIZAÇÃO DA CANDIDATURA DO ALTO DOURO A PATRIMÓNIO MUNDIAL

A aplicação dos critérios definidos pela UNESCO levou a que, no estudo de viabilidade encomendado pela Fundação Rei Afonso Henriques a uma equipa hispano-lusa, se concluísse que, das seis unidades de paisagem analisadas (Douro de Transição, Alto Douro, Arribas do Douro, Las Vegas, Ribera del Duero e Montaña), *só o Alto Douro Vinhateiro reunia condições para vir a ser considerado Património Mundial, enquanto paisagem evolutiva viva.*

No âmbito do estudo das potencialidades existentes com vista à obtenção da classificação da UNESCO, foi necessário enumerar os pontos fortes (a valorizar) e os pontos fracos (a minimizar).

### Pontos Fortes

- características geomorfológicas de interacção homem-natureza e de memória preservada e valorizada que permitiram a aplicação do conceito de paisagem cultural; constitui uma excepcional “obra conjugada da natureza e do homem”;
- o facto de o Alto Douro constituir a primeira demarcação no mundo de uma zona de denominação de origem, o que, como já foi referido, representou uma manifestação de modernidade inequívoca, na medida em que, para além da definição de uma região vitícola, integrou a elaboração de um cadastro e de uma classificação das parcelas e dos respectivos vinhos, podendo dizer-se que a demarcação histórica precedeu o próprio conceito;
- as características de excelência de uma paisagem cultural evolutiva viva, que apresentava fortes potencialidades de sustentação do ponto de vista produtivo;
- a coerente e relevante integração entre características de paisagem cultural evolutiva viva e um forte enraizamento histórico
- a forte articulação da área a classificar com o entreposto de Gaia e a Cidade do Porto, cujo núcleo histórico estava já classificado como Património Mundial;
- a afirmação, pelo Alto Douro, nos tempos mais recentes, de uma imagem exterior (nacional e internacional) de excelência e qualidade;
- a existência de firmas internacionais e de produtores locais interessados e apostados na valorização da plantação de vinha em socalco como instrumento de uma imagem de qualidade e prestígio.

### Pontos fracos

Sem fazer uma enumeração exaustiva dos pontos fracos a considerar, foram salientados os seguintes aspectos:

- um território com capacidade endógena enfraquecida, não só no plano demográfico, como no domínio empresarial;
- uma dinâmica de associativismo intermunicipal bastante embrionária;
- um eixo urbano em torno do qual se organiza a fileira de serviços da economia do Vinho no Douro – Régua e Vila Real – que não constituía a base urbana e patrimonial exemplar que, do ponto de vista da complementaridade de funções, a classificação da paisagem cultural do Douro exigia.

## 6. PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DO BEM

Tendo em conta o que foi referido, é indiscutível que o Alto Douro gozava já de uma visibilidade internacional que facilitou o seu reconhecimento mundial, associado a um vinho e a uma paisagem de excepção.

*A zona proposta para inscrição na Lista do Património Mundial correspondeu ao Alto Douro Vinhateiro, que integra três unidades de paisagem – Baixo Corgo, Cima Corgo, e Douro superior – aos quais correspondem os 250.000 hectares da Região demarcada do Douro.*

Os limites a classificar foram definidos em função de entidades físicas identificáveis na paisagem: linhas de água, linhas de cumeada, estradas e caminhos, referenciadas sobre a Carta Militar de Portugal.

*Assim, a área proposta correspondeu a 24 600 hectares, cerca de um décimo do total da Região Demarcada do Douro (250 000 hectares), e abrange parte dos concelhos de Mesão Frio, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Sabrosa, Alijó, Carrazeda de Ansiães e Torre de Moncorvo, na margem direita do rio Douro; e Lamego, Armamar, Tabuaço, S. João da Pesqueira e Vila Nova de Foz Côa, na margem esquerda.*

<b>Tabela n.º 3</b> <b>Salvaguarda do Alto Douro Vinhateiro, Património Mundial</b>
– Planos Directores Municipais
– Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (PIOT-ADV)
– Gabinete Técnico Intermunicipal do Alto Douro Vinhateiro
– Liga dos Amigos do Douro – pessoa colectiva de direito privado, sem fins lucrativos, sob a forma legal de associação cultural e de intervenção cívica

## CONCLUSÃO

O Comité Coordenador do INTERREG III C – Zona Oeste aprovou recentemente a candidatura de sete Regiões Vitivinícolas Europeias, inscritas na lista do Património mundial da UNESCO, do *Projecto Vitour*, com o objectivo de

proteger e envolver culturalmente as áreas vitivinícolas destas mesmas Regiões e assegurar um desenvolvimento sustentado e evolutivo das suas paisagens.

Este projecto, que tem como parceiros as regiões do Vale do Douro – Portugal, – nomeadamente o Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto (IVDP), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) e a Liga dos Amigos do Douro Património Mundial (LADPM) –, *Val de Loire e Saint Emillion*, em França, *Vale do Reno*, na Alemanha, *Fertö/Neusiedlersee*, na Áustria, *Tokaj*, na Hungria e *Cinqueterre*, em Itália, visa promover um modelo de desenvolvimento sustentado associado ao conhecimento, valorização e preservação do património cultural e paisagístico destes sete territórios. Deste modo, os parceiros do projecto pretendem partilhar e capitalizar as suas experiências e saberes de forma a envolverem todos os agentes (habitantes e turistas) num conjunto de acções inovadoras em termos de comunicação, turismo e desenvolvimento paisagístico.

O projecto será concretizado através das seguintes acções:

- *Criação de uma base de dados comum* para conhecimento dos recursos paisagísticos e patrimoniais das sete Regiões e de boas práticas em matéria de gestão de paisagens e turismo enológico;
- *Elaboração de um plano de comunicação e desenvolvimento de ferramentas comuns* (Portal Web, Guias operacionais, conferências de imprensa) para promover internacionalmente o turismo enológico das sete Regiões;
- *Definição de uma estratégia conjunta*, via elaboração de uma carta comum, para a aplicação de práticas e políticas que permitam um desenvolvimento sustentado das sete Regiões;
- *Definição de um plano de acção com vários agentes*, para conceber e promover produtos/instrumentos internacionais ao nível do turismo enológico.

As actividades relacionadas com este projecto prolongar-se-ão até Dezembro de 2007, sendo que a primeira reunião ocorrerá na Região Demarcada do Douro em Setembro de 2005, sinalizando assim o início oficial dos trabalhos do Comité Coordenador liderado pela Região Francesa do *Val de Loire*.

Esperemos que a concretização deste projecto leve as entidades públicas responsáveis pela gestão do *Alto Douro Vinhateiro, Património Mundial* e a própria Liga dos Amigos do Douro (cuja existência é mesmo ignorada por autarcas da região) a empenharem-se nas acções indispensáveis à preservação e valorização desta paisagem cultural classificada, assim como o património histórico-cultural que testemunha e fundamenta a sua construção, sob pena de a região poder vir a ser objecto de uma certa degradação e até, no limite, a perder o excepcional estatuto mundial adquirido.

### A Região Demarcada do Douro e os limites do Alto Douro Vinhateiro "Património Mundial"



## BIBLIOGRAFIA

- CABRAL, Afonso do Vale Coelho Pereira (1895), *A Região Vinhateira do Alto Douro desde Barca d'Alva até ao Cachão de Valleira*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- CANDIDATURA do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial (2000), Porto: Fundação Rei Afonso Henriques.
- FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da (1949-1951), *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*, in *Anais do Instituto do Vinho do Porto* (3 volumes), Porto: Instituto do Vinho do Porto.
- FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da (1996), *As Demarcações Marianas no Douro Vinhateiro*, Porto: Instituto do Vinho do Porto.
- FONSECA, Álvaro Moreira da; GALHANO, F.; PIMENTEL, E. Serpa (1981), *O Vinho do Porto. Notas sobre a sua História, Produção e Tecnologia*, Porto: Instituto do Vinho do Porto.
- LIDDELL, Alex; PRICE, Janet (1995), *Douro. As Quintas do Vinho do Porto*, Lisboa: Quetzal Editores.
- MÉDALE, Claude; PEREIRA, Gaspar Martins (2000), *Memória de Pedra*, Porto: Edições Afrontamento.
- MONTEIRO, Manuel (1911), *O Douro. Principaes Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes*, Porto: Emílio Biel & C.ª Editores.
- MOREIRA, Vital (1998), *O Governo de Baco. A Organização Institucional do Vinho do Porto*, Porto: Edições Afrontamento.
- PEREIRA, Gaspar Martins (1991), *O Douro e o Vinho do Porto. De Pombal a João Franco*, Porto: Edições Afrontamento.
- PEREIRA, Gaspar Martins; BARROS, Amândio Morais (2001), *Memória do Rio. Para uma História da Navegação no Douro*, Porto: Edições Afrontamento.
- SOUSA, Fernando de (coordenação) (2002), *Os Arquivos do Vinho em Gaia e Porto*, Porto: CEPESE.
- SOUSA, Fernando de (coordenação) (2003), *Os Arquivos da Vinha e do Vinho no Douro*, Porto: CEPESE.
- SOUSA, Fernando de (direcção) (2003), *O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, Porto: CEPESE.
- SOUSA, Fernando de (coordenação) (2005), *O Vinho do Porto em Gaia & Companhia*, Porto: CEPESE.
- SOUSA, Fernando de (direcção) (2005), *O Património Cultural da Real Companhia Velha*, Porto: CEPESE.
- SOUSA, Fernando de (direcção) (2006), *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*, Porto: CEPESE.
- SOUSA, Fernando de (coordenação) (2006), *Seminário Comemorativo dos 250 anos da Real Companhia Velha (Livro de actas)*, Porto: CEPESE.
- SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Gaspar Martins (1988), *Alto-Douro. Douro Superior*, Lisboa: Editorial Presença.
- TORGA, Miguel (1945), *Vindima*, Coimbra: Coimbra Editora.

# **EL TURISMO EN EL VALLE DEL DUERO. UNA RUTA TEMÁTICA JALONADA DE HITOS NATURALES Y CULTURALES**

*Luis Alfonso Hortelano Mínguez*

## **1. LA DEFINICIÓN DE LA RUTA DEL DUERO EN LA CUENCA FLUVIAL, LA COMUNIDAD AUTÓNOMA DE CASTILLA Y LEÓN Y LA “EURORREGIÓN” DEL DUERO, COMO EJE ARTICULADOR DEL TURISMO REGIONAL**

El último cuarto del siglo XX ha sido decisivo en España al consagrar un nuevo marco de organización territorial y de estructuración regional a raíz del Título VIII de la Constitución de 1978. En el ámbito de la *España de las Autonomías*, el territorio de Castilla y León nace de la fusión del Reino de León (León, Zamora y Salamanca) y de Castilla La Vieja (Avila, Burgos, Logroño, Palencia, Santander, Segovia, Soria y Valladolid) y, en concreto, de la superficie de las nueve provincias<sup>1</sup> vigentes desde la promulgación del decreto de 30 de noviembre de 1833 de Javier de Burgos, excluidas Logroño y Santander. Por tanto, la denominación contemporánea de Castilla y León comprende 94.147 km<sup>2</sup>, encerrados por los cordales cimeros de las montañas y los límites fronterizos con el vecino Portugal, salvo, pequeños enclaves históricos desagregados en otras comunidades autónomas (las entidades locales de Cezura y Lastrilla, del término municipal de Pomar de Valdivia, y el término municipal de Berzosilla en Cantabria, que pertenecen a la provincia de Palencia; y el Condado de Treviño en el País Vasco y las entidades locales de Comunidad y Ternero del municipio de Miranda de Ebro en La Rioja, de la provincia de Burgos).

Sin embargo, la región administrativa de Castilla y León, no se amolda a la región fluvial del Duero en la parte española porque tan sólo recoge las aguas de 79.000 km<sup>2</sup>, es decir, la cuenca duriense ocupa el 84 % del solar castellano-leonés (el total de la cuenca en la Península Ibérica asciende a 98.375 km<sup>2</sup>). Las tierras que quedan fuera corresponden a fosas y hoyas recorridas por ríos que desaguan en el norte (gallegos y cantábricos) y en las cuencas del Ebro y del Tajo. El río ocupa la zona central de la meseta septentrional de forma desigual provocando una disimetría entre los afluentes de la margen derecha y los de la margen izquierda. También, estas diferencias se reproducen en la irregularidad y en la cantidad de los aportes hídricos, tanto por el norte como por el sur. El



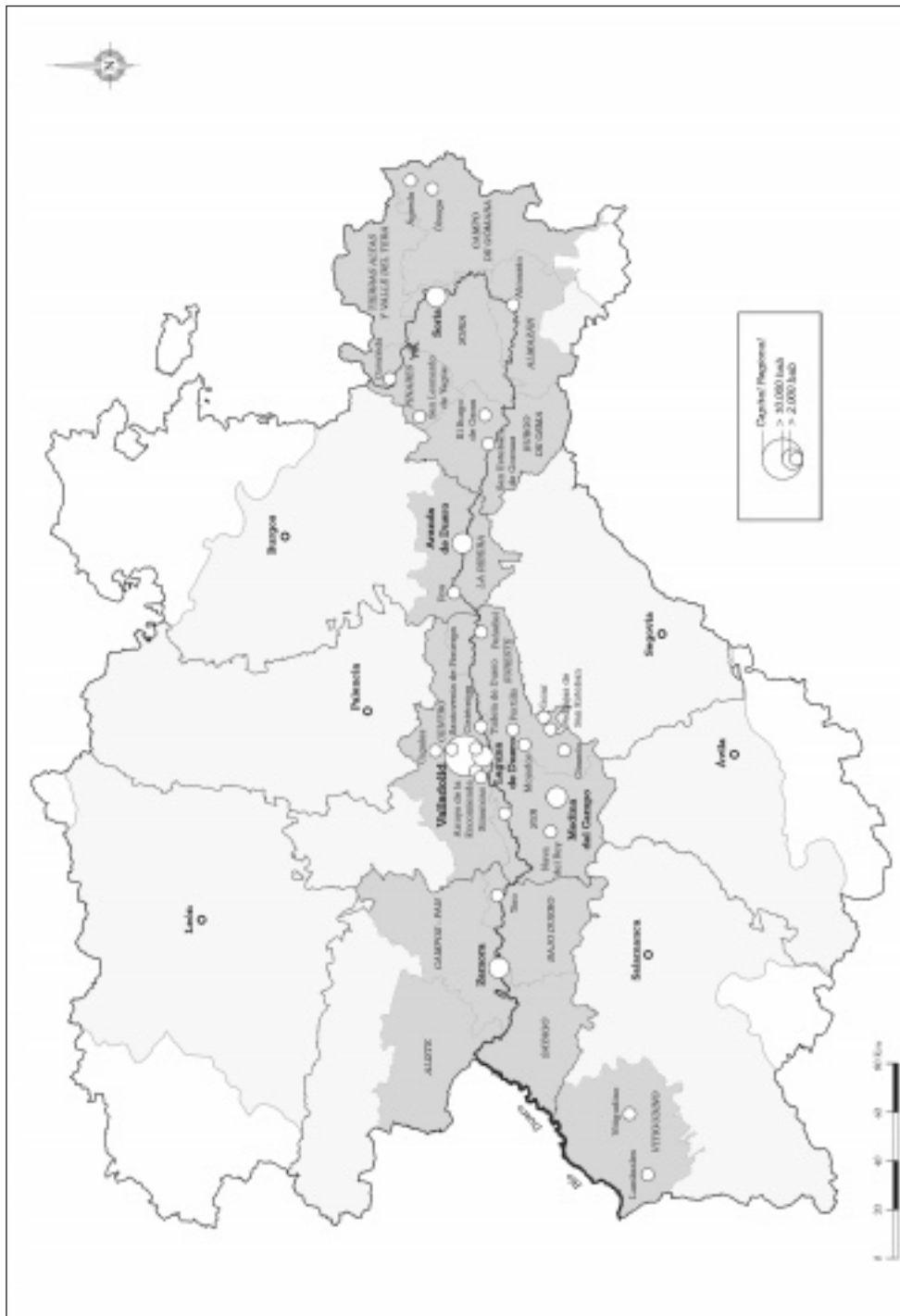
caudal a lo largo de sus más de 700 km, desde sus fuentes en las altas cumbres de los Picos de Urbión hasta que penetra en Portugal en el término municipal de La Fregeneda, está condicionado anualmente por los caracteres climáticos de la submeseta norte.

En los últimos años, en el contexto de la Estrategia Territorial Europea correspondiente al nivel 2 de la Nomenclatura Territorial Estadística (NUTS), se ha propuesto la creación de un espacio común de desarrollo y de cooperación entre la Región Norte de Portugal y la Comunidad Autónoma de Castilla y León a caballo de los bloques transnacionales de las Regiones Interiores y de la Fachada Atlántica, denominado Eurorregión del Duero: *“La región fluvial del Duero y su territorio ribereño de influencia atraviesa precisamente el territorio de una región interior característica, como es Castilla y León, y una región de la Fachada Atlántica, la Región Norte de Portugal. De este modo, el marco regional de referencia de la región del Duero abarca básicamente estas dos regiones y se puede decir se articula a modo de eurorregión, y es en este sentido, que la Comunidad de Castilla y León como la Región Norte, han de aprovechar este potencial de proximidad como una ventaja compartida en su posición común en relación a otras regiones ibéricas”*<sup>2</sup>. El desarrollo de la idea de la región-proyecto (geoidea) parte del cordón común que supone para ambas partes el río Duero/Douro y los lazos de vecindad que durante siglos han mantenido los municipios y las freguesias de la raya/raia húmeda. Las posibilidades de cooperación futura son grandes, no sólo en el papel de los centros urbanos y en la configuración territorial, sino en muchos campos económicos y, especialmente, en el sector turístico.

Con independencia de la organización regional, de las connotaciones físicas y de las propuestas de desarrollo y de cooperación, el río Duero ha ayudado a la creación de diversos *paisajes*, tanto naturales como culturales, en el espacio más próximo a su recorrido (Ver Mapa n.º 1). De este modo, la influencia directa del río se deja sentir por una superficie de 2.650.072 ha (28,14% de la superficie regional), y donde vivían 781.461 habitantes en el año 2001 (31,81% del total regional)<sup>3</sup>. En esta banda, dominada por el colector principal de Castilla y León, es donde se concentra un elevado porcentaje de población y muchas de las ciudades y villas más pobladas, incluida la capital regional. Sin embargo, como ha ocurrido a escala regional, la zona ha perdido 12.918 habitantes en la última década del siglo XX. Para definir el área de influencia del Duero hemos optado por elegir las Comarcas Agrarias bañadas por el río porque, en definitiva, es la base territorial y demográfico de la Ruta del Duero (Ver Cuadro n.º 1).

La promoción del valle del Duero como producto turístico es una vieja aspiración de los responsables de las cinco provincias por donde pasa el río, algunas iniciativas<sup>4</sup> se remontan a principios el siglo XX, al catalogarlo como una belleza natural. A pesar de estos pioneros intentos, no será hasta la década de los ochenta del pasado siglo cuando la Dirección General de Transportes y Turismo de la Consejería de Fomento lance la idea de una ruta por *Tierras del*

Mapa 1: Base territorial y demográfica de la ruta del Duero



Cuadro 1: Base territorial y demográfica

PROVINCIAS	COMARCAS AGRARIAS	SUPERFICIE (ha)	POBLACIÓN DE DERECHO	
			1991	2001
SORIA	PINARES	89.870	10.289	9.722
	TIERRAS ALTAS			
	Y VALLE DEL TERA	127.888	4.191	3.779
	CAMPO DE GOMARA	240.404	15.456	13.409
	SORIA	144.361	37.600	40.411
	ALMAZAN	130.522	9.968	8.708
	BURGO DE OSMA	192.884	13.132	11.769
BURGOS	LA RIBERA	158.355	48.249	46.430
VALLADOLID	CENTRO	247.365	378.255	385.884
	SUR	191.694	52.809	51.402
	SURESTE	178.843	40.870	40.677
ZAMORA	ALISTE	194.886	19.080	16.111
	CAMPOS-PAN	217.366	91.902	88.449
	SAYAGO	148.767	12.758	10.604
	BAJO DUERO	151.023	33.721	32.222
SALAMANCA	VITIGUDINO	235.844	26.099	21.884
TOTAL		2.650.072	794.379	781.461

FUENTE: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación. Comarcalización Agraria de España. INE. Censos de población, 1991 y 2001.

*Padre Duero*, resaltando las leyendas y los valores asociados a cada uno de los pueblos que jalonan el lecho fluvial. Para la Junta de Castilla y León, recién obtenida la autonomía, acompañar el curso del Padre Duero suponía *comprender la esencia y la idiosincrasia de las tierras castellano y leonesas, conocer la historia viva de los viejos reinos castellano-leoneses y revivir el potencial turístico de estas comarcas naturales*. El río Duero en esos años se erige en un elemento de identidad a través de la herencia histórica de cada lugar y, al mismo tiempo, en un proyecto de futuro.

El primer *Plan Regional para el Desarrollo Turístico de la Comunidad Autónoma de Castilla y León*, para el periodo (1995-2000)<sup>5</sup>, partía de ocho líneas estratégicas y el respaldo a una serie de *Conjuntos Turísticos* (Rutas, Circuitos y Municipios Selectivos) para conseguir que el sector generara puestos de trabajo e incrementara la renta y, de forma indirecta, conservara los recursos naturales y patrimoniales subutilizados. La elección de los conjuntos turísticos estaba estrechamente relacionada con la valoración de los recursos turísticos, la calidad de las infraestructuras hoteleras y de la oferta complementaria y el nivel de proyección exterior. Tras la evaluación de los indicadores, la zonificación turística regional, estaba compuesta por veinte rutas turísticas de carácter monográfico, por cincuenta y cinco circuitos por las comarcas naturales (uniprovinciales o interprovinciales) y por ciento ochenta municipios selec-

cionados por sus atractivos específicos. Las rutas turísticas monográficas giran alrededor de un eje central, bien sea monumental, costumbrista, de la naturaleza, gastronomía o cultural, cuyos itinerarios discurren por varias provincias. De las veinte rutas turísticas<sup>6</sup>, la Junta de Castilla y León se ha decantado para proyectarlas a escala internacional y nacional, por el Camino de Santiago, la Ruta Vía de La Plata, la Ruta de las Ciudades Patrimonio de la Humanidad, el Canal de Castilla y la Ruta del Duero. El soporte de la guía de la Ruta del Duero, desde su punto de origen en los Picos de Urbión hasta el final en los arribes salmantinos, son los variados paisajes y la riqueza patrimonial de las villas históricas del entorno del cauce. El resto de la propuesta es tan simple como seguir el trazado de las carreteras que unen las localidades: Duruelo de la Sierra, Covalada, Vinuesa, Garray, Soria, Almazán, Berlanga de Duero, El Burgo de Osma, San Esteban de Gormaz, Aranda de Duero, Hoyales, Haza, Roa, Peñafiel, Quintanilla de Abajo, Tudela de Duero, Simancas, Tordesillas, Castromuñoz, Toro, Zamora, Fermoselle, Aldeadávila de la Ribera y La Frejeneda (Muelle de Vega de Terrón).

La apuesta reciente por la Ruta del Duero en la política turística regional ha estado unida a una nueva imagen y una campaña de publicidad más completa al incluir un documental televisivo, un CD-ROM interactivo y la web del Duero. Además, las acciones de promoción de la renovada marca de la *Ruta del Duero: un viaje de color*, han estado acompañadas de las actuaciones de la Semana del Duero destinadas a los escolares y a los profesionales de la hostelería de Soria, El Burgo de Osma, Aranda de Duero, Tordesillas, Toro, Zamora y Vitigudino. El guión del viaje de color está organizado como un libro por las riberas, donde se descubren las distintas caras del río y las vivencias de sus gentes, y también, cabe la posibilidad de rellenar los cuatro cuadernos de campo dedicados al conocimiento de la hidrología, la naturaleza, la cultura y la gastronomía. En esta nueva promoción, la Junta de Castilla y León, piensa que el Duero se puede convertir en el eje vertebrador del turismo regional y en el motor de desarrollo económico y social de las comarcas aledañas; es decir, un cauce de vida.

El segundo *Plan de Turismo de Castilla y León (2002-2006)*<sup>7</sup> no sólo ha potenciado las rutas turísticas de rango regional ya existentes sino que ha proyectado tres nuevos itinerarios que recuerdan la Reconquista, la expansión de la lengua castellana y las luchas dinásticas de la Edad Media en Castilla y León, el Camino del Cid, el Camino de la Lengua Castellana y la Ruta de Carlos V, con el fin de prolongar la estancia media de los viajeros en la comunidad. Para este nuevo plan, las *Rutas Turísticas de rango regional* reúnen un conjunto de recursos turísticos con valor reconocido, que responden a un eje o fundamento determinado, disponen de servicios turísticos básicos y de una cierta divulgación o potencialidad de divulgación. Asimismo, esas rutas contarán con los servicios turísticos de carácter público que sean necesarios, tales como señalización o información turística, y servirán de acicate a la inversión privada. La efervescencia del turismo cultural ha llevado a la administración regional, *ante la gene-*

*rosa abundancia de estímulos de atracción cultural*, a proponer recorridos y organizar objetivos culturales dentro de la planificación regional, que faciliten al viajero el conocimiento del territorio castellanoleonés. En este caso de forma cómoda y amplia, las *Rutas de Turismo Cultural* invitan al descubrimiento universal de la cultura: Ruta del Románico, Ruta del Mudéjar, Ruta de las Juderías, Ruta de las Catedrales, Monasterios y Castillos y Fortalezas. Por otra parte, la fuerte demanda por el turismo arqueológico ha obligado a los responsables regionales a dibujar y poner en el mercado varias *Rutas Arqueológicas*<sup>8</sup>.

## **2. LOS ATRACTIVOS TURÍSTICOS DE LA RUTA: LOS ESPACIOS NATURALES, LOS PAISAJES ECOCULTURALES Y EL PATRIMONIO CULTURAL EDIFICADO E INMATERIAL**

El desarrollo del sector turístico en todos los territorios necesita de unos atractivos naturales y culturales adaptados para su visita y proyectados en el exterior. El área de influencia del Duero cuenta con numerosos y variados recursos turísticos, muchos de ellos aún sin transformar en productos ni conocidos suficientemente, tanto del medio natural como del patrimonio cultural. La puesta en valor del inventario de recursos supone un gran potencial de cara a la atracción de turistas, generación de empleo en los nuevos yacimientos, incremento de las rentas locales y mejora de la calidad de vida, recuperación de espacios degradados y rehabilitación del patrimonio edificado abandonado y en ruina.

En primer lugar, el *patrimonio natural* se corresponde con toda una lista de espacios naturales protegidos y de unidades paisajísticas modeladas por la mano del hombre, atractivos para el desarrollo del ecoturismo, del turismo verde o de naturaleza y del turismo rural. Desde la promulgación de la ley de caza de los años setenta del siglo XX, la riqueza natural de la zona es reconocida con la declaración de las *Reserva Nacionales de Caza* (desde 1996 pasan a denominarse Reservas Regionales) de Picos de Urbión, de las Lagunas de Villafáfila y de la Sierra de la Culebra. El origen de las Reservas Nacionales de Caza responde a un programa, iniciado en España a mediados de los años sesenta, de proteger y conservar a la fauna más selecta, con el doble fin de asegurar la pervivencia de las especies más representativas y la utilización racional de la riqueza cinegética afectada, contribuyendo así a promover la máxima satisfacción social, económica y recreativa.

A principios de los noventa del siglo pasado, con la creación de la *Red de Espacios Naturales de Castilla y León (REN)*<sup>9</sup>, constituida por las zonas de máximo valor medioambiental de la comunidad, se han seleccionado dentro de las Comarcas Agrarias del Duero los siguientes espacios naturales, ya declarados: los Parques Naturales del Cañón del Río Lobos (Soria-Burgos) y Arribes del Duero (Salamanca-Zamora); las Reservas Naturales del Sabinar de Calatañazor (Soria) y las Riberas de Castronuño-Vega del Duero (Valladolid); y el

Monumento Natural de La Fuentona (Soria); y los espacios naturales, aún no declarados, de la Sierra de Urbión en Soria y de las Lagunas de Villafáfila y de la Sierra de la Culebra en Zamora. En el caso de los Arribes del Duero, ambas riberas forman un gran Parque Natural ya que la parte portuguesa fue declarada con el nombre de Douro Internacional<sup>10</sup>, hoy en trámites de denominarse Arribas do Douro. Algunos informes universitarios, de grupos de investigación y asociaciones ecologistas han alentado a la Junta de Castilla y León para que incorpore otros espacios a la REN, como por ejemplo, el Acebal de Garagüeta, en el término municipal de Arévalo de la Sierra, y los diez restantes acebales de la Sierra de Montes Claros y de la Sierra de Alba en Soria. A esta relación, hay que sumar las Zonas y Especímenes Naturales de Interés Especial esparcidos por las comarcas: montes de utilidad pública, montes relacionados como protectores, zonas húmedas, hábitat naturales o seminaturales, vías pecuarias, zonas naturales de esparcimiento y riberas catalogadas. Tanto en el primer inventario como en la ampliación del catálogo de *Zonas Húmedas* existen lagunas y complejos endorreicos compuestos por lavajos, bodones, lastras y salinas, en la franja fluvial.

La propuesta de la *Red Ecológica NATURA 2000*<sup>11</sup>, no sólo incluye las *Zonas de Especial Protección para las Aves (ZEPAs)* declaradas: el Cañón del Río Lobos, las Riberas de Castronuño, las Lagunas de Villafáfila y Arribes del Duero, sino que ha ampliado la relación de ZEPAs y ha propuesto nuevos espacios como Lugares de Interés Comunitario (LIC). En el futuro, estas Zonas de Especial Conservación (ZEC) de la Ruta del Duero se consolidarán como un referente turístico, con la ayuda del ornato que supone para estos enclaves estar rodeados de paisajes agrarios y ganaderos únicos. Los paisajes ecoculturales del Duero abarcan desde las llanuras abiertas de cereal de las campiñas hasta los herbazales de los campos cercados de las penillanuras, sin olvidar, los terrazgos de las vegas, los majuelos de las cuestas y los terrenos forestales de páramos y montañas.

En segundo lugar, el *patrimonio cultural* de las Comarcas Agrarias vinculadas al Duero es muy amplio, según la definición de la reciente Ley de Patrimonio Cultural de Castilla y León: “*integra los bienes muebles e inmuebles de interés artístico, histórico, arquitectónico, paleontológico, arqueológico, etnológico, científico o técnico. También forman parte del mismo el patrimonio documental, bibliográfico y lingüístico, así como las actividades y el patrimonio inmaterial de la cultura popular y tradicional*”<sup>12</sup>. La herencia histórica más relevante, según la normativa nacional sobre patrimonio histórico-artístico, se protegía declarándose *Bienes de Interés Cultural (BIC)* en cinco categorías: Monumento, Jardín Histórico, Conjunto Histórico, Sitio Histórico y Zonas arqueológicas. La norma autonómica ha creado dos nuevas categorías de protección: Conjunto etnológico y Vía histórica. Estas categorías se unen a los reconocimientos genéricos de los *castillos* (1949) y de los *escudos, emblemas, piedras heráldicas, rollos de justicia, cruces de término y piezas similares* (1963). Así mismo, quedan declarados bienes de interés cultural por ministerio

de la ley nacional de 1985, las *cuevas, abrigos y lugares* que contengan manifestaciones de *arte rupestre*.

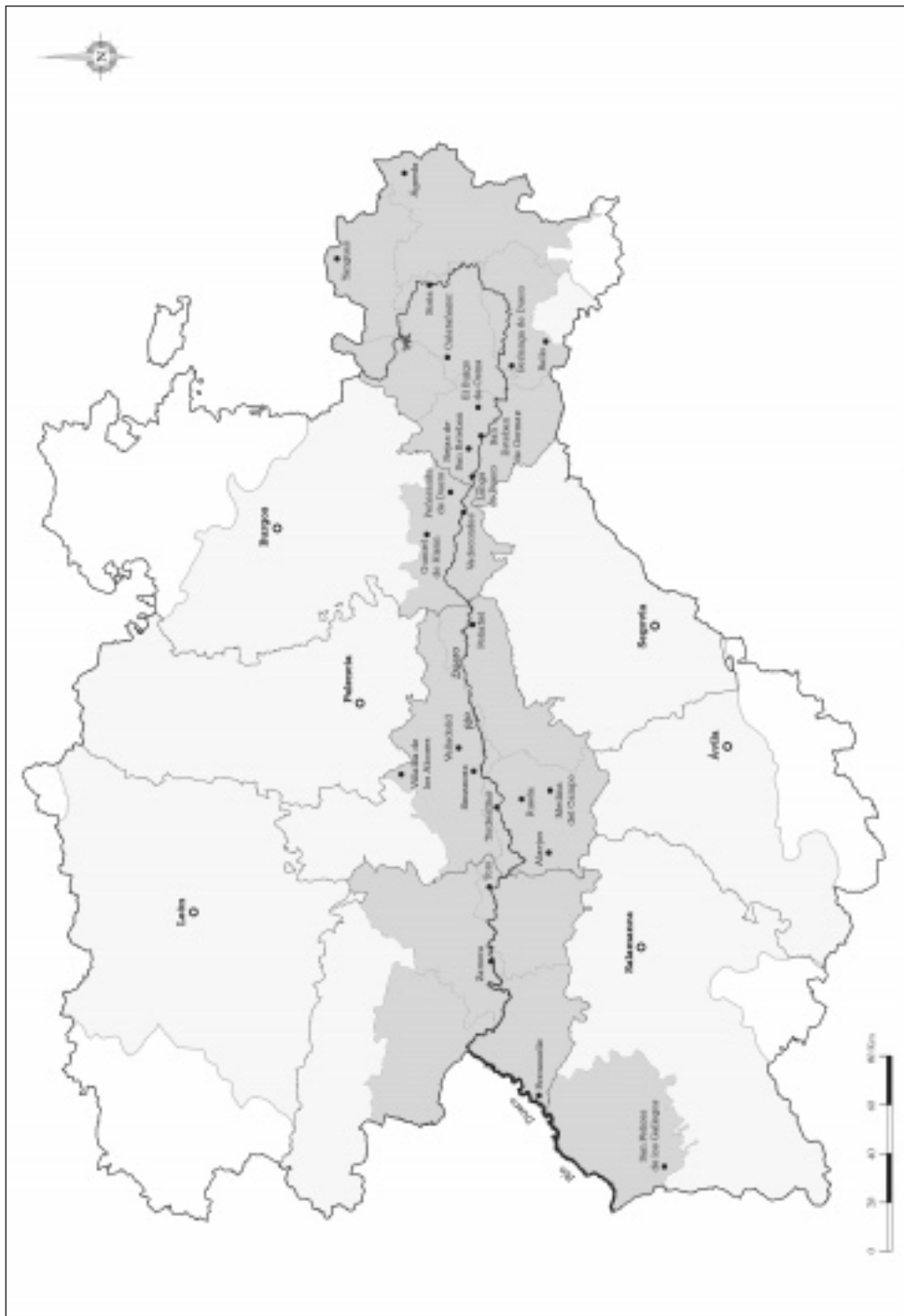
Por tanto, en la Ruta del Duero nos encontramos con un gran número de restos declarados Bien de Interés Cultural (BIC)<sup>13</sup>, en sus diferentes categorías, como máximos exponentes del patrimonio cultural (Ver Mapa n.º 2). La riqueza patrimonial es tan grande que es difícil compendiar en estas páginas todo el inventario, por tanto, tan sólo nos referiremos a las tipologías que podemos encontrar: Ayuntamientos Monumentales, Castillos y Fortificaciones, Hospitales, Conventos y Monasterios, Iglesias y Ermitas, Plazas Porticadas, Palacios y Casas Señoriales, Alhóndigas, Puentes, Teatros, Universidad, etc. La relación se cerraría con las Obras de Ingeniería Civil de finales del siglo XIX y del XX, sin olvidar, los lugares declarados Sitios Histórico y las Zonas Arqueológicas.

Las muestras de *arquitectura tradicional* de la ruta del Duero<sup>14</sup> se caracterizan por la diversidad de elementos constructivos, donde destaca la vivienda, y de materiales utilizados (barro, piedra, madera, etc.). La adaptación a las condiciones del medio físico y a los aprovechamientos agrasilvopastoriles de cada comarca ha dado origen a distintos tipo de casa. La vivienda tradicional, con el paso del tiempo ha perdido su funcionalidad, lo que conllevado una remodelación externa e interna. En las comarcas más periféricas, aún se mantienen en pie valiosos ejemplos del caserío vernáculo como señas de identidad y ejemplos pedagógicos de la cultura popular. Asociados al casar o dispersas por los campos se pueden contemplar todo un elenco de construcciones auxiliares, perfectamente integradas en el paisaje, que tenían un uso muy definido en la economía rural: palomares, molinos, corrales o pariciones, chozos, zarceras, lagares, bodegas, casetas de las eras, almazaras, etc.

Igualmente, el medio rural tiene un patrimonio tradicional relacionado con el entramado caminero. Los caminos de relación y de trabajo cosían el parcelario de tal forma que a su vera aparecían caños, fuentes, cercas, portillos, etc. El mantenimiento de los lugares comunes estaba estrictamente regulado por las costumbres comunales y, posteriormente, por las ordenanzas municipales. Las gentes de Aliste, Sayago y Tras-os-Montes creía en esas leyes intangibles de la tolerancia y la solidaridad<sup>15</sup>. Las vías pecuarias, como un tipo de camino por donde transita el ganado, se gobernaban por sus propias reglas. Las cañadas reales vadean el Duero en busca de los pastos de las brañas y puertos del norte o de las rastrojeras meridionales, apoyadas por las hijuelas y cordeles, abrevaderos, descansaderos, chozos y ranchos de esquila. El paso de los rebaños trashumantes y trasterminantes ha legado a las tierras del Duero de una cultura pastoril propia.

Entre las manifestaciones populares destacan los momentos de carácter festivo, donde sobresalen, las celebraciones reconocidas de interés turístico a escala internacional, nacional o regional. Las *Fiestas de Interés Turístico* destacan por su originalidad, tradición, valor cultural, antigüedad, capacidad de atracción de visitantes y porque su celebración se realiza de forma periódica y

Mapa 2: Patrimonio cultural del Duero (conjuntos históricos)





con una fecha fácilmente determinable (Ver Cuadro n.º 2). Además de estos días señalados de interés turístico, en el Valle del Duero, existen otras fiestas de reconocido prestigio, como por ejemplo en las comarcas zamoranas, las mascaradas de invierno (El Tafarrón – Pozuelo de Tábara –, Los Diablos – Sarracín de Aliste – y El Zangarrón – Montamarta y Sanzoles –), la Procesión del Santo Entierro (Bercianos de Aliste) o las romerías transfronterizas: la Procesión de Los Viriatos de Nuestra Señora del Castillo (Fariza), la Virgen de La Luz (Moveros y Constantim), la Virgen de La Salud (Alcañices), Nuestra Señora de La Riberiña (San Martín del Pedroso y Quintanilha) y Nuestra Señora la Virgen de Fátima (Villarino Manzanas y Petisqueira). También, el ciclo festivo comprende acontecimientos en todas las épocas del año relacionadas con los ritos religiosos y las faenas agrícolas. El descenso demográfico ha reducido sensiblemente los actos y ha obligado a trasladar las fechas de las fiestas patronales en el calendario. En contados casos, las muestras religiosas se complementan con bailes, danzas, espantos, encierros y forcados. Por el contrario, en el medio rural de la cuenca del Duero se están recuperando las ferias agrícolas y ganaderas coincidiendo con la festividad de algún santo, acompañadas de mercadillos, y aparece la solidaridad y cohesión territorial cuando se organiza el Día de la Comarca, de la Mancomunidad, de la Matanza, de la Vendimia o del Emigrante.

Cuadro 2: Fiestas de Interés Turístico Internacional, Nacional y Regional

PROVINCIA	DENOMINACIÓN	TERMINO MUNICIPAL
SORIA	Viernes Santo Bajada de Jesús Nazareno Fiestas de San Pascual Bailón o El Zarrón Jornadas de la Matanza Semana Santa Paso del Fuego y Fiestas de las Móndidas Fiestas de San Juan o de la Madre de Dios Ntra. Sra. Del Pino y San Roque	Agreda Almazán Almazán El Burgo de Osma El Burgo de Osma San Pedro Manrique Soria Vinuesa
VALLADOLID	Fiesta de la Vendimia Semana Santa Los Encierros Tradicionales Fiesta de Ntra. Sra. y San Roque La Bajada del Angel Semana Santa Toro de La Vega Semana Santa	Cigales Medina del Campo Medina del Campo Peñafiel Peñafiel Tordesillas Tordesillas Valladolid
ZAMORA	Los Carochos Carnaval Fiesta de la Vendimia Semana Santa	Riofrío de Aliste Toro Toro Zamora

FUENTE: Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Turismo. Inventario de Fiestas de Interés Turístico.

Finalmente, la variedad gastronómica de la Ruta del Duero nos impide ser muy exhaustivos en este apartado. La elección de un plato, de un vino o de un dulce típico dejaría en un mal lugar al resto y, ya se sabe, que la cocina va por gustos. La calidad de la gastronomía está garantizada al utilizar productos de la tierra, artesanales y ecológicos. En la mesa de los restaurantes del Duero se puede degustar legumbres, carnes frescas, lácteos, frutas y hortalizas, vinos y repostería con alguna denominación de origen o marca protegida<sup>16</sup>. Con esta filosofía, se están recuperando recetas antiguas e innovando guisos de productos autóctonos y naturales como es el caso de las castañas, de las setas y de los hongos (trufas). Las comarcas sorianas están demostrando que una adecuada gestión de la recogida de setas y hongos puede ser un factor de desarrollo al potenciar la gastronomía local y el micoturismo<sup>17</sup>.

### **3. LAS BASES PARA LA CONSOLIDACIÓN DE LA RUTA DEL DUERO: UNA OFERTA DE ALOJAMIENTOS DE CALIDAD Y MÚLTIPLES OPCIONES DE OCIO**

Al amparo del respaldo económico de los instrumentos financieros europeos, en la última década del siglo XX y comienzos del siglo XXI, han surgido muchas iniciativas de desarrollo y promoción del turismo a lo largo de la Ruta del Duero. Las propuestas descansan sobre la base de la puesta en valor de los recursos endógenos, tanto naturales como culturales, vinculados directamente al río o localizados en su área de influencia. Los proyectos promovidos por las entidades públicas o por los empresarios privados han generado una amplia red de alojamientos de calidad en el medio rural y toda una serie de actividades complementarias de carácter educativo, medioambiental, interpretativo, deportivo, etc.

Respecto al *hospedaje* en el del Valle del Duero se constata un incremento significativo de los establecimientos hoteleros de mayor categoría, sobre todo, en el medio rural con la aparición de los catalogados como alojamientos de turismo rural (Casas de Turismo Rural, Posadas y Centros de Turismo Rural). La oferta hotelera de calidad se ha completado con otras formas de alojamiento más informales como los campamentos de turismo y los albergues juveniles. Este doble proceso ha seguido el subsector de la restauración al elevar la categoría de los establecimientos y cubrir los rincones más periféricos de la ruta. En este sentido, hay que reconocer el esfuerzo de los empresarios de alojamientos y de restaurantes (tabernas, mesones, ventas y bodegas) por incorporar a sus cartas platos tradicionales, a base de productos autóctonos y naturales, y el papel trascendental que realizan en su promoción a través de la organización de jornadas gastronómicas en todas las temporadas. La calidad de los establecimientos se deduce porque varios de los alojamientos de turismo rural de la ruta han conseguido la Marca de Excelencia Posadas Reales que otorga la Junta de Castilla y León: Real Posada de la Mesta (Molinos de Duero, Soria), Cabaña Real de Carreteros (Casarejos, Soria), Posada de Salaverri (Hontoria de Val-

dearados, Burgos), Posada del Pinar (Pozal de Gallinas, Valladolid), Castillo de Pajares (Pajares de la Lampreana, Zamora), Dehesa Congosta (San Román de los Infantes, Zamora), Los Vetones (Fresnadero de Sayago, Zamora) y Quinta de la Concepción (Hinojosa de Duero, Salamanca). Y otro dato a tener en cuenta, relacionado con los equipamientos hoteleros, es la implantación de varias cadenas hoteleras y la adecuación de las bodegas para uso turístico, como por ejemplo, la marca Haciendas de España en la zona de la Ribera del Duero y en Los Arribes del Duero: Hacienda Abascal (Quintanilla de Arriba) y Hacienda Unamuno (Fermoselle).

En lo que se refiere a las *actividades complementarias* de los alojamientos turísticos, mantienen unos vínculos comunes al utilizar el territorio y el patrimonio natural y cultural, pero los productos en cada comarca y las fórmulas empresariales son radicalmente distintas. La actividad turística más acomodada a las exigencias personales y de uso público es la práctica del *senderismo*. La señalización y homologación de Senderos de Gran Recorrido (GR) y Pequeño Recorrido (PR) y de Senderos Locales (SL), con las labores de limpieza y restauración de caminos rurales y vías pecuarias, ha sido muy habitual en el entorno del Duero por parte de la Junta de Castilla y León (Consejería de Medio Ambiente a través de los Servicios Territoriales de Espacios Naturales), Administraciones Locales (Diputaciones Provinciales, Mancomunidades y Ayuntamientos), Asociaciones Culturales y Ecologistas y Grupos de Acción Local. Junto al sendero específico del Duero, denominado por el Comité de Senderismo de la Federación Española de Deportes de Montaña y Escala (FEDME) como GR-14 (Senda del Duero), aparecen próximos al río otros senderos de largo recorrido: GR-86 (Sendero Ibérico Soriano), GR 27 (Senda del Valle Esgueva), GR 30 (Montes de Torozos) y GR 89 (Canales de Castilla). Además, han surgido senderos de pequeño recorrido y locales en el área de influencia del Duero gracias, sobre todo, al impulso económico de los Grupos de Acción Local Leader y Proder. También, las subvenciones para este tipo de infraestructuras han llegado de las partidas del Plan Regional de Turismo, a través de la de las convocatorias de la Consejería de Cultura y Turismo de la Junta de Castilla y León, como es el caso, de las rutas de pequeño recorrido y locales de la Mancomunidad Ruta del Vino-Afluyente Rural (Burgos). Estos caminos rurales se han adecuado y orientado en varias zonas, no sólo para paseos a pie, sino para paseos a caballo y en bicicleta de montaña.

Otras actividades de ocio están asociadas a áreas recreativas y zonas de baño al aprovechar las *playas fluviales* y la dotación de *puertos deportivos* en los embalses, que en Los Arribes del Duero, han provocado una gestión común hispano portuguesa en las empresas del Barco – Aula Ambiental – Europarques Hispano-Lusos, S.R.L. Miranda do Douro – y la Sociedad Transfronteriza Congida – La Barca – Freixo de Espada à Cinta/Vilvestre –, o la colaboración mutua entre el Puerto Deportivo de Vega de Terrón (Diputación Provincial de Salamanca) y el Puerto Fluvial de Barca d'Alva (Concelho Figueira de Castelo Rodrigo). Estos equipamientos ofrecen múltiples opciones, desde la observa-

ción de la naturaleza, la pesca y los cruceros, hasta la práctica de deportes acuáticos como la vela ligera, el windsurf, la canoa o la piragua.

Un caso singular de las actividades en la naturaleza son las acciones *de sensibilización y de educación ambiental*, con programas públicos o de iniciativa privada, y que con mucha frecuencia se realizan en los espacios naturales protegidos y zonas húmedas catalogadas. La administración regional y los responsables provinciales cubren esta demanda con equipamientos en pleno medio natural: las Aulas de Naturaleza (Centro de Interpretación de la Naturaleza – Finca de Matallana – en Villalba de los Alcores de Valladolid) y las Casas del Parque (Cañón del Río Lobos en Ucero y La Fuentona y el Sabinar de Calatañazor en Muriel de la Fuente – Soria –, Riberas de Castronuño – Vega del Duero en Castronuño – Valladolid –, Lagunas de Villafáfila en Villafáfila – Zamora – y Arribes del Duero en Fermoselle – Zamora – y Sobradillo – Salamanca). Los promotores privados organizan campamentos juveniles y estancias en el medio rural, como por ejemplo, los programas educativos ofertados por las empresas de los pueblos recuperados de Abioncillo y de Navapalos (Soria).

Las alternativas en el Duero al ecoturismo (la estancia y estudio de la naturaleza en los espacios naturales protegidos), al turismo de la naturaleza o verde y al turismo deportivo y de aventura son infinitas. Los viajeros encuentran muchas opciones de ocio alrededor de los temas culturales, desde yacimientos arqueológicos hasta modelos de explotación del territorio, ya que pueden sólo contemplarlos o profundizar en su conocimiento. También, la presentación de estos productos es muy diversa, bien en forma de visitas a castillos, conjuntos urbanos, monumentos, museos, aulas arqueológicas, centros de interpretación y parques temáticos, bien con la asociación de varios destinos al configurar una ruta temática.

El paseo anárquico o guiado es la forma más frecuente de encarar los conjuntos monumentales y la visita a los museos la fórmula de descubrir los tesoros artísticos ocultos de los destinos turísticos. A lo largo del Duero se suceden castillos, conjuntos, monumentos y zonas arqueológicas que merecen una atenta parada y, en el callejero de las ciudades y villas históricas, surgen museos que guardan colecciones de todo tipo. La temprana ocupación de las tierras del Duero y la ocupación de las sucesivas culturas, han sembrado de restos arqueológicos los campos, bien de asentamientos bien de nichos funerarios de los antepasados. La excavación y descubrimiento de las piezas de dólmenes, castros prerromanos y villas romanas, por afamados investigadores, ha posibilitado la apertura de museos de renombre internacional vinculados a los diferentes yacimientos: la ciudad de Numancia (Garray), la ciudad de Tiermes (Montejo de Tiermes), la Villa Romana de Quintanares (Rioseco de Soria) en Soria; la ciudad de Clunia (Peñalba de Castro) y la Villa Romana de Santa Cruz (Baños de Valdearados) en Burgos; y Yacimiento de Fuenteungrillo en Villalba de los Alcores y las Villas Romanas de Almenara de Adaja-Puras (Valladolid). En otras ocasiones ha dado pie a la configuración de Rutas Temáticas, como por ejemplo, La Celtiberia Soriana, La Ruta de los Torreones, la Ruta de las

Atalayas y Fortalezas en la frontera del Duero y la Ruta de las Fortificaciones de Frontera en Salamanca<sup>18</sup>.

La rehabilitación de muchos inmuebles públicos (las casas del médico, veterinario, secretario y cura), y el afán de las gentes del Duero porque no se pierda la memoria colectiva, son las dos principales razones que explican la emergencia de tantos *museos etnográficos*, *museos comunitarios* o *museos de la "nostalgia"* (Barca y Tardelcuende – Soria –; Fresno El Viejo – Valladolid –, etc.). El concepto clásico del museo ya se ha superado porque los visitantes demandan el conocimiento más exhaustivo del lugar, de sus riquezas naturales, del paisaje ecocultural y de las costumbres tradicionales. Las nuevas fórmulas museísticas, *Centros de Interpretación* y *Parques Temáticos*, se centran en el territorio y recuperan la memoria con las técnicas de la interpretación y de las nuevas tecnologías (*museos del tiempo/territorios de la memoria*)<sup>19</sup>. Por citar algunos ejemplos, de varias temáticas, podíamos incluir la relación de la provincia de Soria: el Centro de Interpretación de Pinares (Salduero), la Casa del Acebal de Garagüeta (Arévalo de la Sierra), el Centro Temático "Pastores de Oncala. Historia de un viaje trashumante" (Oncala), el Centro de Interpretación del Territorio (Agreda) y el Museo de la Resina (Matamala de Almazán).

La cultura del vino en la que viven inmersas varias comarcas del Duero, así como, el descubrimiento como factor de atracción de turistas a las áreas de producción de caldos de calidad por parte de grupos empresariales, ha provocado un resurgimiento del enoturismo<sup>20</sup>. La revalorización del precio del vino de calidad en los mercados ha atraído fuertes inversiones de grupos empresariales exógenos a Castilla y León que han levantado complejos hoteleros anexos a las bodegas. Los pagos vitivinícolas de las Denominaciones de Origen de la Ribera del Duero, Cigales, Rueda y Toro y de las zonas de Medina del Campo, Tierra del Vino de Zamora y Arribes del Duero han encontrado un complemento ideal a los esfuerzos de modernización y de mejora de la producción. Los desvelos y logros de la iniciativa privada han arrastrado a la Diputación de Valladolid a instalar el Museo Provincial del Vino en el Castillo de Peñafiel y al Ayuntamiento de Aranda de Duero a dotarse de un Centro de Recepción de Visitantes dedicado al Vino.

#### **4. RETOS Y PROPUESTAS DE REVITALIZACIÓN TURÍSTICA DE LA RUTA DEL DUERO DE CARA AL SIGLO XXI: UN FUTURO LIGADO A LAS POLÍTICAS DE DESARROLLO RURAL Y DE COOPERACIÓN TRANSFRONTERIZA**

La Ruta del Duero cuenta con numerosos y excepcionales recursos naturales y culturales, muchos de ellos ya transformados y adecuados para su uso turístico; sin embargo, aún quedan retos pendientes de cara al futuro. La ruta ideada para vertebrar de este a oeste una vasta región, desde el punto de vista turístico, se encuentra con una desigual demanda por comarcas y truncada por

la frontera administrativa hispano-lusa. Por tanto, los desafíos más inmediatos estarían relacionados con una *planificación integral de toda la ruta*, que promueva una identificación común de cara al exterior y reduzca las diferencias entre los distintos territorios españoles, y el impulso de los *proyectos de cooperación transfronteriza*<sup>21</sup> con el tramo portugués. Los diferentes informes y estudios han tratado de aportar soluciones para la revitalización turística del Duero con propuestas innovadoras y con la premisa de la unidad ibérica como oportunidad histórica. Algunas ideas se han materializado, a través de asociaciones, pero con escasas intervenciones y con resultados laxos, y otros planes han caído en el olvido por falta de fuentes financieras. Sin embargo, el esfuerzo de cooperación en la cuenca del Duero entre grupos de acción local, entidades locales y agentes sociales puede dar sus frutos en años venideros a partir de proyectos incluidos en los nuevos marcos comunitarios de apoyo y en las iniciativas comunitarias o en otros instrumentos financieros.

Los primeros intentos centrados en el aprovechamiento turístico del río Duero de forma conjunta corresponden al Grupo de Empresas Inzamac & Tecopy e IBERDROLA que a lo largo de 1994 presentaron el Proyecto de Centros Integrados Europeos (CIES) y durante el año 1996 el Proyecto de Desarrollo Turístico de Los Arribes (Europarques). Ambas acciones surgen con el objetivo de crear una red de alojamientos (hospedería y viviendas unifamiliares) en los poblados de los saltos de Los Arribes del Duero y una serie de centros temáticos en el entorno del cañón fluvial. El esquema del *Plan para el Desarrollo Turístico de Los Arribes del Duero entre comarcas fronterizas de España y Portugal* se articula a partir de dos grandes Europarques en cada margen del río (Centros de Turismo Ambiental, Centros Lúdicos Familiares, Fauna en Semilibertad, Observatorios de Fauna, Ruta del Contrabando, Centros de Exhibición con Rapaces, Embarcaderos en el cañón, Reconstrucción de un Castro Celta, Itinerarios Arqueológicos, etc.), seis Centros Integrados Europeos (Picote, Bemposta, Villalcampo, Castro, Aldeadávila de la Ribera y Saucelle) y varias acciones (en el lado portugués: Complejo Turístico Palacio Os Pimenteis – Mogadouro –, Gruta de San Adrião, Complejo Turístico en Mazouco y Cotos de Caza Menor, y en la parte española: Complejo Turístico en La Fregeneda, Centros de Relax Rural, Complejo Turístico Balneario Almeida/Almendra y Dehesas Caza Mayor). El documento redactado por la empresa Inzamac S. A. fue presentado por la Consejería de Cultura y Turismo de la Junta de Castilla y León junto a las Cámaras del Nordeste Trasmontano portugués. Este plan de dinamización de la zona fronteriza del Duero, con la inclusión de la adecuación del río para facilitar la navegabilidad entre La Fregeneda y Oporto, volvió a la actualidad pública en la Cumbre hispano-lusa del año 2000.

Una experiencia práctica para avanzar en una estrategia integrada de desarrollo y de cooperación transfronteriza de toda la cuenca del Duero ha resultado ser el proyecto TERRA DUERO/DOURO<sup>22</sup>, con un presupuesto total de 1.813.019 euros (participación del FEDER 984.669 euros), inscrito en las medidas innovadoras de métodos de ordenación del territorio del artículo 10 del

Reglamento del Fondo Europeo de Desarrollo Regional (FEDER)<sup>23</sup>. El proyecto liderado por la Asociación Ibérica de Municipios Ribereños del Duero/ Associação Ibérica de Municipios Ribeirinhos do Douro (AIMRD)<sup>24</sup>, en colaboración con la Junta de Castilla y León, la Comisión de Coordinación de la Región Norte de Portugal (CCRN), la Sociedad Estatal de Promoción y Equipamiento de Suelo (SEPES), la Fundación Rei Afonso Henriques (FRAH) y la Fundación MAPFRE, perseguía el diseño de una estrategia integrada para el desarrollo coherente del Valle del Duero hispano-portugués y el establecimiento un marco para la planificación continua y el desarrollo de la zona. Las diferentes acciones realizadas por cada uno de los socios se agruparon en varios ámbitos de actuación: el modelo de asentamientos, los recursos culturales, los recursos naturales, la red comercial, la preparación de recomendaciones para la futura cooperación institucional y un programa de actuación territorial. El trabajo desarrollado a lo largo de tres años (1997-1999) se ha plasmado en un Programa para la Acción Territorial, un completo Sistema de Información Geográfica (SIG) y la edición de guías para la promoción del patrimonio natural, cultural y del comercio.

A lo largo del proyecto se incorporaron los Grupos de Acción Local (LEADER II y PRODER) cercanos al río Duero para constituir el Grupo de Trabajo Transnacional para la Promoción Turística del Duero/Douro. La participación de los 18 grupos de acción local estaba reflejado en el documento de trabajo *El Turismo Rural en el Duero/Douro: Políticas de Intervención Local*. El programa de cooperación turística para el grupo de trabajo transnacional Duero/Douro se componía de pequeños proyectos a nivel estratégico (intercambio de información turística, estrategia conjunta de promoción, análisis del potencial turístico, estudio de mercado, planificación del desarrollo turístico) y a nivel práctico (marca y logotipo común, edición de folletos bilingües, desarrollo de rutas, reservas turísticas y cursos de formación). Posteriormente, los Grupos de Acción Local<sup>25</sup> han proseguido su trabajo transformándose en la Asociación para la Promoción Turística del Duero/Associação para a Promoção Turística do Douro<sup>26</sup>.

La Asociación para la Promoción Turística del Duero hizo pública la *Guía Turística Duero/ Douro Internacional*, donde se recogen los aspectos culturales (Arte, Fiestas, Gastronomía, Artesanía y Arquitectura Popular) de cada comarca, el mismo día que la Asociación Ibérica de Municipios Ribereños firmaba un convenio con la Junta de Castilla y León en la localidad vallisoletana de Peñafiel para la apertura de una *Red de Oficinas de Información Turística sobre la Ruta del Duero*: Vinuesa, Garray, Almazán y San Esteban de Gormaz (Soria); Peñaranda de Duero (Burgos); Peñafiel y Castronuño (Valladolid); Toro, Cereses, Alcañices y Bermillo de Sayago (Zamora); y Vitigudino (Salamanca). Al mismo tiempo, la Asociación para la Promoción Turística del Duero presentó la candidatura del proyecto *Red Local Transfronteriza para la Promoción Turística del Duero-Douro* a la iniciativa comunitaria INTERREG III A.

Los Grupos de Acción Local (Leader y Proder), pertenecientes a la Asociación para la Promoción Turística del Duero, han destinado una elevada parte de su presupuesto de desarrollo rural a turismo (Ver Mapa n.º 3). El análisis





detallado de las acciones, por las diferentes tipologías, nos indica que han respaldado numerosos y diversos proyectos de inversión en el sector turístico: hospedaje rural con posible integración de actividades turísticas complementarias; alojamientos no exclusivamente rural (camping y albergues); promoción gastronómica con aumento y mejora de la oferta de restauración; conservación y potenciación del patrimonio histórico-artístico, cultural y de artesanía; acondicionamiento y habilitación de áreas de interés como zonas de ocio, deporte y recreo; inventario, catalogación, promoción y difusión de elementos del patrimonio natural y cultural; y actividades formativas y educativas<sup>27</sup>.

Por su parte, la Fundación Rei Afonso Henriques de Zamora, con la colaboración de la empresa consultora SOCINTEC y la sociedad portuguesa SPIDOURO, ponía de manifiesto la necesidad de reflexionar sobre el desarrollo turístico del Valle del Duero al comienzo del siglo XXI. La redacción del documento final, titulado *Orientaciones estratégicas para el futuro turístico de la Cuenca del Duero 2010*, pretendía que todas las comarcas del Valle del Duero realizaran un replanteamiento estratégico de la actividad turística para conseguir que fuera una verdadera fuente de ingresos y de empleo. La definición en ese marco conllevaba todo un conjunto de medidas que afectaban a las infraestructuras, la regulación urbanística y medioambiental, la promoción de actividades económicas, la formación de los recursos humanos y la adquisición de habilidades específicas, la incentivación a emprendedores, la seguridad, la comunicación con los mercados y la creación de productos turísticos. El avance desaconsejaba las acciones de comunicación aisladas orientadas a la atracción de visitantes porque podían arrastrar consecuencias negativas para el sector turístico.

En su afán de promover lazos de unión entre los pueblos del Valle del Duero, la Fundación Rei Afonso Henriques ha puesto en marcha el proyecto, *Duero: Aguas Discursivas* (de la convocatoria del Programa Cultura 2000)<sup>28</sup>, con el objeto de difundir el patrimonio cultural y artístico del Duero por toda la cuenca entre el año 2002 y el 2004. El programa abarca actuaciones en las artes visuales y escénicas, el patrimonio cultural, talleres de análisis y foros de debate. La Fundación tiene como socios transnacionales a la Junta de Castilla y León y a la Asociación Ibérica de Municipios Ribereños del Duero (España), la Regione de Abruzzo (Italia) y la Municipality of Kilki (Grecia).

También, la voluntad de cooperación turística en el seno de la cuenca del Duero ha quedado reflejada en las reuniones mantenidas entre Castilla y León y la Región Norte de Portugal<sup>29</sup>, tanto en el Primer Plenario de la Comunidad de Trabajo (Porto, 2001) como en el Segundo Plenario de la Comunidad de Trabajo (Valladolid, 2004), con vistas a la oportunidad que representa la iniciativa comunitaria INTERREG III para ambas regiones. Las sesiones de trabajo de la Comunidad de Trabajo en Porto concluyeron con el respaldo a tres ejes de intervención: el turismo verde y los valores medioambientales, la puesta en valor de algunos recursos locales más específicos y la dotación de servicios. Durante el transcurso del segundo plenario, el río Duero fue el gran protago-

nista, porque se creó una comisión específica para el *Desarrollo Integral del Eje del Duero*. Esta estrategia de desarrollo estará orientada a promocionar el potencial turístico, paisajístico, vitivinícola y cultural del entorno del río Duero/Douro semejante del que la Comisión de Coordinación de la Región Norte de Portugal ya está elaborando, el Plan de Desarrollo Turístico del Valle del Duero. El plan se complementará con las acciones del área de Turismo incluidas en el convenio: marca común Duero/Douro, mapa turístico, señalización turística y rutas turísticas conjuntas ligadas al vino, la gastronomía, el río, los espacios naturales y el patrimonio cultural.

El futuro no puede ser más esperanzador para el turismo en el Valle del Duero porque el esbozo del Plan de Desarrollo Integral del Eje del Duero, denominado “Cúpula del Duero”, presentado en la Feria Internacional de Turismo de Madrid (FITUR, 2004) toma como motor de desarrollo la promoción turística en función de cinco grandes áreas (Ver Cuadro n.º 3). Uno de los principales activos de la iniciativa Cúpula del Duero es el turismo enológico por las áreas de las Denominaciones de Origen de la Ribera del Duero, Rueda, Cigales y Toro. El proyecto necesitará una gran inversión (24 millones de euros inicialmente) para desarrollar el Duero por medio de infraestructuras comerciales basadas en el entorno en forma de “cúpula” – de ahí el nombre del plan – donde se muestren todos los productos de calidad que ofrece Castilla y León.

Finalmente, las Comunidades de Trabajo de Castilla y León con las regiones Centro y Norte de Portugal están generando numerosos proyectos a escala local de cooperación transfronteriza en materia turística, siempre con el referente del río Duero, dentro de la iniciativa comunitaria INTERREG III. Uno de estos proyectos financiados por la iniciativa comunitaria INTERREG III A se sustenta en el enoturismo, *Promoción de los Vinos y del Enoturismo en la Cuenca del Duero*, coordinado por el Museo Provincial del Vino de Peñafiel (Valladolid) y la Fundación Rei Afonso Henriques y con la colaboración de los cuatro Consejos Reguladores de las Denominaciones de Origen del Duero y la Asociación de Sumilleres de Castilla y León. El presupuesto está orientado a estrechar los lazos entre ambos países a partir de la promoción de las comarcas vitivinícolas del Duero de cara al turismo. Igualmente, la iniciativa comunitaria EQUAL, a través de la Agrupación de Desarrollo EMRUTA en el seno de la Asociación de Ciudades del Vino de España (ACEVIN), está financiando el proyecto *Iniciativas de Igualdad-Los Yacimientos del Vino*.

La segunda convocatoria de las iniciativas comunitarias INTERREG III A y EQUAL y el resto de instrumentos financieros abre nuevas expectativas para acometer planes conjuntos en el sector turístico en la cuenca del Duero; sin embargo, no se deben financiar proyectos de forma solapada en función de ideas similares. Por tanto, las actividades turísticas en el Valle/Ruta del Duero representan una oportunidad de futuro, sobre todo las vinculadas a los vinos de calidad<sup>30</sup>, pero una vez que se afronten y se superen las debilidades de manera integral y coordinada.

Cuadro 3: Acciones del Plan de Desarrollo Integral del Eje del Duero “Cúpula del Duero”

PROGRAMAS SECTORIALES	ACTUACIONES
PATRIMONIO HISTORICO Y ARQUITECTONICO	El Románico Los Castillos Las Catedrales La Arquitectura Tradicional El Patrimonio Hidráulico
PATRIMONIO NATURAL	Centros de Interpretación de la Naturaleza Espacios Naturales Reservas y Areas de Caza Controlada La riqueza Piscícola Recuperación de la Fauna y Flora Autóctona Sistemas de Información Ambiental
INFRAESTRUCTURAS MEDIOAMBIENTALES	Abastecimientos Saneamientos Adecuación de Riberas Reutilización de Aguas Residuales Prevención y lucha contra Incendios Información Hidrológica
COMERCIO Y RELACIONES EMPRESARIALES	Ventanillas Empresariales Cooperación de las Cámaras de Comercio e Industria Socios Empresariales (Partenariado) Asociaciones Agrícolas y Ganaderas Cooperación de Organizaciones Empresariales Los Nuevos Empleos del Valle del Duero-Douro
PRODUCTOS AGROALIMENTARIOS	Productos Ecológicos Productos Tradicionales Denominaciones y Marcas de Calidad Marca Duero-Douro La Gastronomía del Duero Plantas Medicinales y Esenciales
TURISMO Y OCIO	Ecoturismo (Modalidades) Enoturismo Rutas del Duero Tradiciones Populares (Fiestas tradicionales, Semana Santa, etc.) Deportes de ocio (Golf, náutico, vuelo deportivo, caza, pesca, etc.) Navegabilidad del Duero Página web global y turística Central de Reservas Cúpulas
COOPERACIÓN	Entes Locales Universidades Cámaras de Comercio Empresas Grupos de Acción Local Instituciones (asociación Ibérica de Municipios Ribereños del Duero y Fundación Rei Afonso Henriques) Administraciones Regionales Administraciones Centrales (Confederación Hidrográfica del Duero)

Fuente: Junta de Castilla y León. Consejería de Hacienda.

## BIBLIOGRAFIA

- ALONSO SANTOS, J. L.; APARICIO AMADOR, L. J. y SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, J. L. (2003), "Los espacios vitivinícolas en Castilla y León: la evolución hacia un sistema productivo de calidad", *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, n.º 35, Madrid: pp. 101-122.
- ALVAREZ PERLA, J. Mª. (1999), "La ordenación del territorio en el Duero: el programa comunitario TERRA y el Proyecto Duero Región Fluvial", *Actas del 6.º Congreso de Economía Regional de Castilla y León*. Junta de Castilla y León. Consejería de Economía y Hacienda. Serie Estudios Económicos, n.º 53, Zamora.
- AZEVEDO, J. (Editor) (1998), *Entre Duas Margens. Douro Internacional*, Mirandela: Tipografía Guerra.
- BACHILLER MARTINEZ, J. (1994), "El turismo rural como propuesta de revitalización económica en áreas rurales desfavorecidas: el suroeste soriano", *Revista Ería*, n.º 33, Oviedo: Universidad de Oviedo, pp. 25-39.
- (1996), "Turismo y desarrollo rural en Castilla y León", in *Actas del Congreso de Turismo Rural y Turismo Activo*, Junta de Castilla y León, Avila: Consejería de Industria, Comercio y Turismo, pp. 71-86.
- CABERO DIEGUEZ, V. (coord.) (1994), *Contribución para la definición de una estrategia de intervención y la promoción de iniciativas comunes. Cooperación entre la Región Centro (Portugal) y las Regiones de Castilla y León y Extremadura (España)*, Salamanca: Diputación de Salamanca y Universidad de Salamanca.
- (1996), "Medio ambiente, paisaje y patrimonio en Castilla y León", in García Simón, A. y Ortega Valcárcel, J. (eds.), *Historia de una cultura*. Junta de Castilla y León, Valladolid: Consejería de Educación y Cultura, vol. IV, pp. 231-277.
- (1996), "Modelos de gestión y ordenación de los espacios naturales: ejemplos fronterizos", in Campesino Fernández, A. y Velasco Bernardo, C. (coords.), *Portugal-España: ordenación territorial del suroeste comunitario. Actas, ponencias y comunicaciones del VII Coloquio Ibérico de Geografía*. Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio, Salamanca: Universidad de Extremadura, pp. 410-419.
- (1996), "Los espacios naturales protegidos: el dilema entre la conservación y el desarrollo local", in *Dinamismos sócioeconomicos e (re)organizaçao territorial: procesos de urbanizaçao e reestruturaçao produtiva*. Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra: Universidad de Coimbra, pp. 500-510.
- (2000), "Medio ambiente: sociedad rural y desarrollo local", in Ramos Castellanos, P. (eds.), *Medio ambiente: nuevas tecnologías y sociedad*, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca. Aquilafuente, n.º 14, pp. 89-112.
- (2002), "Los paisajes rurales: la herencia cultural y la conservación del patrimonio. A propósito de la Convención Europea sobre el Paisaje (Florenca, 2000) y de las Directrices de Ordenación del Territorio de Castilla y León", in Ramos Castellanos, P. y Márquez Moreno, Mª. del C. (eds.), *Avances en calidad ambiental*, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca. Aquilafuente, n.º 27, pp. 143-148.
- (2002), "Paisajes rurales y culturales: conservación, educación y desarrollo", in Ramos Castellanos, P. (ed.), *Medio Ambiente: calidad ambiental*. Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca: Aquilafuente, n.º 32, pp. 213-240.
- (2004), *Iberismo y Cooperaçao. Passado e futuro da Península Ibérica*. Centro de Estudos Ibéricos, Guarda: Câmara Municipal de Guarda.
- CABERO DIEGUEZ, V. y CLEMENTE CUBILLAS, E. (1996), "Turismo y medio rural en Castilla y León: nuevos procesos de ocupación y usos del territorio", *Actas del Congreso de Turismo Rural y Turismo Activo*. Junta de Castilla y León, Avila: Consejería de Industria, Comercio y Turismo, pp. 65-70.

- CABO ALONSO, A. (1989), "El paisaje del agua en Castilla y León", in *Los paisajes del agua. Libro jubilar dedicado al profesor Antonio López Gómez*, Valencia: Universidad de Valencia-Universidad de Alicante, pp. 109-120.
- CRISTÓVÃO, A. (1999), "Para a valorização dos recursos naturais do vale do Douro", *Revista DOURO – Estudos & Documentos*, vol. IV (8), Instituto do Vinho do Porto, Porto: Universidade do Porto y Universidade de Tras-os-Montes e Alto Douro, pp. 19-31.
- DIAS, J. (1952), *Rio de Onor. Comunitarismo agropastoril*, Lisboa: Presença, 610 pp.
- GONZALEZ VALVE, J. L. (1985), "El Duero internacional", *Anuario de Instituto de Estudios Zamoranos "Florián de Ocampo"*, 1984, Zamora: Diputación Provincial de Zamora, pp. 171-198.
- HORTELANO MINGUEZ, L. A. (1996), "El Espacio Natural de Arribes del Duero", *Primeras Jornadas de Turismo Rural en Arribes del Duero*, Salamanca: Caja Salamanca y Soria, pp. 131-151.
- (2000), "Proyectos financiados por los Fondos Estructurales en el medio rural de Castilla y León (1994-1999)", *Revista Economía y Finanzas de Castilla y León*, n.º 4, Salamanca: Caja Duero, pp. 131-151.
- (2001), "La planificación del turismo en Castilla y León: un destino emergente dentro de las regiones interiores europeas", in Cantarero Quesada, J. Mª. (coord.), *Planificación y gestión del turismo en el medio rural*, Jaén: Centro de Turismo de Interior de Andalucía (CENTIA). Consejería de Turismo y Deporte. Junta de Andalucía, pp. 85-118.
- (2003), "El desarrollo del turismo cultural en el medio rural de Castilla y León", in Cantarero Quesada, J. Mª. (coord.), *Turismo y Cultura en el medio rural. Gestión Sostenible y Competitiva*, Jaén: Centro de Turismo de Interior de Andalucía (CENTIA). Consejería de Turismo y Deporte. Junta de Andalucía, pp. 77-113.
- (2003), "La planificación y el fomento del turismo en Castilla y León", in Blanco, A. (Ed.). *Presente y futuro del turismo en Castilla y León*, Madrid: Fundación Encuentro y Caja España, pp. 95-134.
- LOPEZ TRIGAL, L. (coord.) (1994), *Zamora. Un espacio de frontera*, Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques.
- (1995), "El nuevo marco territorial de la región del Duero/Douro", *Revista População e Sociedade*, n.º 6, Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. (CEPESE). Universidade do Porto, pp. 293-300.
- (1995), "La frontera hispano-portuguesa: su caracterización diferencial y problemática territorial", in *La Cooperación de Castilla y León con Portugal*, Valladolid: Cortes de Castilla y León, pp. 15-38.
- (1996), "Estado de la planificación transfronteriza regional en España", in Campesino Fernández, A. y Velasco Bernardo, C. (coords.), *Portugal-España: Ordenación territorial del suroeste comunitario. Actas, ponencias y comunicaciones del VII Coloquio Ibérico de Geografía*, Salamanca: Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio. Universidad de Extremadura, pp. 435-441.
- (1999), "La eurrregión del Duero como espacio común para el desarrollo y la cooperación", in *El territorio y su imagen. Actas del XVI Congreso de Geógrafos Españoles*, Málaga: Universidad de Málaga, pp. 847-855.
- MANERO MIGUEL, F. (1997), "Experiencias de turismo interior: logros y fracasos desde la perspectiva del desarrollo local", in Valenzuela Rubio, M. (coord.), *Los turismos de interior. El retorno a la tradición viajera*, Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid (Colección de Estudios, n.º 52), pp. 307-329.
- (1999), "Opciones de desarrollo rural para un espacio en transformación: integración estratégica, valorización de los recursos y aprovechamiento del factor de proximidad", in *La Política Agraria Común (PAC) y la región del Duero*, Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques, pp. 91-104.
- MARTIN JIMENEZ, Mª. I. (1994), "Insólitos Arribes. Donde el Duero quiebra la Meseta", *Revista Cuadernos de Ecología*, Madrid: Troya Editorial, S. L., pp. 36-38.

- (2000), “El turismo rural como motor de desarrollo en las comarcas de Castilla y León”, *Revista Economía y Finanzas de Castilla y León*, n.º 4, Salamanca: Caja Duero, pp. 155-173.
- (2000), “El turismo rural en Castilla y León: análisis territorial”, in *Los espacios rurales en el cambio de siglo: incertidumbres ante los procesos de globalización y desarrollo*. Actas del X Coloquio de Geografía Rural de España, Lleida: Universitat de Lleida y Asociación de Geógrafos Españoles (AGE), pp. 309-314.
- MARTIN JIMENEZ, M<sup>a</sup>. I. y CABERO DIEGUEZ, V. (1995). “Los Arribes”, in *Salamanca y sus comarcas*, Madrid: Mediterráneo-El Adelanto, pp. 113-128.
- MOLINERO HERNANDO, F. (1997), “La Ribera del Duero: transformaciones y dinamismo de una comarca vitícola”, *Revista de Medio Ambiente*, n.º 7, Valladolid: Junta de Castilla y León. Consejería de Medio Ambiente, pp. 19-36.
- (2000), “La Ribera del Duero: transformaciones y dinamismo de una comarca vitícola”, in *II Simposio Anglo-Español de Geografía Rural*, (Salida de Campo), Valladolid.
- NIETO, G. (1982), “Viejas costumbres de la ‘ribera’ del Duero”, *Revista Narria. Estudios de artes y costumbres populares*, n.º 28, Madrid: Museo de Artes y Tradiciones Populares. Universidad Autónoma, pp. 2-9.
- NIETO GONZALEZ, J. R.; SERRANO-PIEDRECASAS FERNANDEZ, L. y HERRERO PRIETO, L. C. (2001), *El patrimonio histórico en el río Duero*, Salamanca: Fundación Rei Afonso Henriques.
- ORTEGA VALCARCEL, J. (1998), “El patrimonio territorial: el territorio como recurso cultural y económico”, *Ciudades*, vol. 4, *Territorio y Patrimonio. Revista del Instituto de Urbanística de la Universidad de Valladolid*, Valladolid: Secretariado de Publicaciones, pp. 33-48.
- PEREZ-RIOJA, J. A. (1952), “Soria y el turismo”, *Celtiberia. Revista del Centro de Estudios Sorianos*, Año II, vol. II, n.º 4, pp. 255-272, Soria.
- PLAZA GUTIERREZ, J. I. (2000), “Incidencia y alcance del turismo rural en las comarcas fronterizas de la provincia de Zamora”, in *Los espacios rurales en el cambio de siglo: incertidumbres ante los procesos de globalización y desarrollo*. Actas del X Coloquio de Geografía Rural de España, Lleida: Universitat de Lleida y Asociación de Geógrafos Españoles (AGE), pp. 346-354.
- (2002), “El turismo rural en territorios periféricos (El ejemplo de algunas comarcas del oeste castellano-leonés)”. *Revista Investigaciones Geográficas*, n.º 27, Alicante: Instituto Universitario de Geografía. Universidad de Alicante, pp. 83-106.
- (2002), “Las rutas historia-naturaleza como complemento del turismo urbano: la experiencia de Castilla y León”, in PARDELLAS, X. X. (coord.), *Estratexias Turísticas Urbanas*, Vigo: Asociación Galega de Ciencia Rexional, pp. 99-125.
- PLAZA GUTIÉRREZ, J. I. y ARAQUE JIMÉNEZ, E. (2000), “El turismo rural como fuente de desarrollo sostenible: best practices”, *Revista de Economía y Finanzas de Castilla y León*, n.º 4, Salamanca: Caja Duero, pp. 77-100.
- PLAZA GUTIÉRREZ, J. I. y HORTELANO MÍNGUEZ, L. A. (2002), “Actuaciones y propuestas para el uso público del patrimonio natural en comarcas fronterizas de Castilla y León (algunos ejemplos y valoración de los mismos)”, in Blázquez, M.; Cors, M.; González, J. M. y Seguí, M. (coords.): *Geografía y Territorio. El papel del geógrafo en la escala local*. Asociación de Geógrafos Españoles (AGE) – Association Francaise pour le Développement de la Géographie (AFDG), Palma de Mallorca: Universitat de les Illes Balears, pp. 269-278.
- RIBEIRO, M. (1998), “Turismo rural e desenvolvimento na região do Douro – Processos e (alguns) resultados da evolução recente do sector”, *Revista DOURO – Estudos & Documentos*, vol. III (6), Porto: Instituto do Vinho do Porto, Universidade do Porto y Universidade de Tras-os-Montes e Alto Douro, pp. 25-49.
- SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, J. L. (2002), “La renovación de las bases productivas en la industria vinícola de Rueda”, in MENDEZ GUTIERREZ DEL VALLE, R. y ALONSO SANTOS, J.

- L. (eds.), *Sistemas locales de empresas y redes de innovación en Castilla – La Mancha y Castilla y León*, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 231-257.
- SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, J. L. (2003), “Capital exógeno y procesos de innovación en la industria vinícola de la denominación de origen ‘Toro’”. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, n.º 36, pp. 61-79, Madrid.
- SANCHEZ LOPEZ, F.; CABERO DIEGUEZ, V. y MARTIN HERNANDEZ, J. T. (1993). *Frontera y Desarrollo. El programa transfronterizo de España y Portugal*, Salamanca: Instituto de Recursos Naturales y Agrobiología y Departamento de Geografía de la Universidad de Salamanca.
- SANCHEZ LOPEZ, F. y CABERO DIEGUEZ, V. (1994), *La frontera hispano-portuguesa en el marco de la nueva Europa: la región fronteriza de Salamanca*, Salamanca: Instituto de Recursos Naturales y Agrobiología y Departamento de Geografía de la Universidad de Salamanca.
- TROITIÑO VINUESA, M. A. (1998), “Patrimonio arquitectónico, cultura y territorio”, *Ciudades*, Vol. 4, *Territorio y Patrimonio. Revista del Instituto de Urbanística de la Universidad de Valladolid*, Valladolid: Secretariado de Publicaciones, pp. 95-104.
- (2000). “El territorio y la revalorización de los recursos endógenos en el desarrollo local”, in Martínez Puche, A.; Pérez i Pérez, D. y Sancho Carbonell, I. (coord.) (2000). *Eines per al desenvolupament. Herramientas para el desarrollo local*, Alicante: CEDER – Aitana y Universidad de Alicante, pp. 103-121.
- VILLALIBRE, J. y SAINZ, J. (1995), *Guía del río Duero – de Urbión a Oporto –*, Madrid: Ediciones Lancia.
- VV. AA. (1994), “Los Arribes del Duero”. *Revista Medio Ambiente en Castilla y León*, Junta de Castilla y León, Valladolid: Consejería de Medio Ambiente, pp. 20-31.

## NOTAS

- <sup>1</sup> La superficie de cada una de las nueve provincias que componen Castilla y León es la siguiente: Ávila (8.048 km<sup>2</sup>), Burgos (14.269 km<sup>2</sup>), León (15.468 km<sup>2</sup>), Palencia (8.029 km<sup>2</sup>), Salamanca (12.336 km<sup>2</sup>), Segovia (6.949 km<sup>2</sup>), Soria (10.287 km<sup>2</sup>), Valladolid (8.202 km<sup>2</sup>) y Zamora (10.559 km<sup>2</sup>).
- <sup>2</sup> LOPEZ TRIGAL, L. (1995). “El nuevo marco territorial de la región del Duero/Douro”. *Revista População e Sociedade*, n.º 6. Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. (CEPESE). Universidade do Porto. Porto, pp. 293-300.  
(1999). “La eurorregión del Duero como espacio común para el desarrollo y la cooperación”, in *El territorio y su imagen*, Actas del XVI Congreso de Geógrafos Españoles. Universidad de Málaga, Málaga, pp. 847-855.
- <sup>3</sup> La Comunidad Autónoma de Castilla y León presentó unas cifras de 2.545.926 habitantes en el censo de población de 1991 y 2.456.474 habitantes en el censo de población del año 2001.
- <sup>4</sup> PEREZ-RIOJA, J. A. (1952). “Soria y el turismo”. *Celtiberia. Revista del Centro de Estudios Sorianos*, Año II, Vol. II, n.º 4. Centro de Estudios Sorianos. Soria, pp. 255-272.
- <sup>5</sup> ACUERDO de 4 de agosto de 1994, Plan Regional para el Desarrollo del Turismo de la Comunidad Autónoma de Castilla y León (BOC y L n.º 162, de 23 de agosto de 1994). PRITUR Y SERVITUR. (1994). *Plan Regional de Turismo de Castilla y León*. Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Turismo. Valladolid.
- <sup>6</sup> Las veinte Rutas Turísticas son: Río Duero; El Vino; Embalses, Lagos y Lagunas; Montaña Meridional; El Mudéjar; Espacios Naturales Sur; Canal de Castilla; Románico Norte; Espacios Naturales Norte; Tierra de Campos; Semana Santa; Museos; La Frontera-Arribes; Ruta de la Plata; Monasterios; Ruta Gastronómica; Plazas Mayores Castellanas; La Montaña Norte; Camino de Santiago y Catedrales y Colegiatas.

- <sup>7</sup> ACUERDO del Consejo de Gobierno de la Junta de Castilla y León, por el que se aprueba el Plan de Turismo de Castilla y León (BOC y L n.º 11, de 16 de enero de 2002).
- <sup>8</sup> DEL VAL RECIO, J. y ESCRIBANO VELASCO, M<sup>a</sup>. C. (2001). *Rutas de Arqueología de Castilla y León*. Junta de Castilla y León. Valladolid.
- <sup>9</sup> AZCÁRATE LUXAN, J. M.<sup>a</sup> Y GARCÍA ARRIBAS, M<sup>a</sup>. P. (1994). *Red de Espacios Naturales de Castilla y León*. Consejería de Medio Ambiente y Ordenación del Territorio. Valladolid.
- <sup>10</sup> Decreto Regulamentar n.º 8/98, de 11 de mayo, de creación del Parque Natural del Douro Internacional (Diario de la República n.º 108, Serie B, de 11 de mayo de 1998).
- <sup>11</sup> ARRANZ SANZ, J. A. Y OTROS (2000). “La Red Natura 2000. La Conservación de la Naturaleza en la Unión Europea”. *Revista Medio Ambiente en Castilla y León*, n.º 13. Consejería de Medio Ambiente. Valladolid pp. 9-18.
- <sup>12</sup> Ley 12/2002, de 11 de julio, de Patrimonio Cultural de Castilla y León (BOC y L Suplemento al n.º 139, de 19 de julio 2002) y Decreto 273/1994, de 1 de diciembre, sobre competencias y procedimiento sobre el patrimonio histórico-artístico (BOC y L n.º 247, de 26 de diciembre de 1994).
- <sup>13</sup> NIETO GONZALEZ, J. R.; SERRANO-PIEDECASAS FERNANDEZ, L.; y HERRERO PRIETO, L. C. (2001). *El patrimonio histórico en el río Duero*. Fundación Rei Afonso Henriques. Salamanca.
- <sup>14</sup> Las referencias a la arquitectura tradicional de las comarcas próximas al Duero son numerosas en los manuales regionales: TORRES BALBAS, L. (1946). La vivienda popular en España, in *Folklore y costumbres de España*. Casa Editorial Alberto Martín. Tomo 3. Barcelona, pp. 139-503.; BENITO, F. (1998). *Arquitectura tradicional de Castilla y León*. Junta de Castilla y León. Consejería de Medio Ambiente y Ordenación del Territorio. Salamanca, etc. y en monografías: BAEZ MEZQUITA, J. M. y ESTEBAN RAMIREZ, A. L. (2000). *La casa tradicional en las Tierras de Alba y Aliste*. Instituto de Estudios Zamoranos “Florián de Ocampo” y Caja España. Zamora; HERRERO AYLLON, A. y ANTÓN PACHECO, J. (1952). “La casa pinariega. Estudio general”. *Celtiberia. Revista del Centro de Estudios Sorianos*, Año III, Vol. III, n.º 5. Soria, pp. 101-119; JIMÉNEZ ARQUES, M<sup>a</sup>. I.; ANABIRARTE URRUTIA, O. y PADILLA MONTTOYA, M<sup>a</sup>. del C. (1978). “Arquitectura popular de Soria”. *Revista Narria. Estudios de artes y costumbres populares*, n.º 11. Museo de Artes y Tradiciones Populares. Universidad Autónoma. Madrid, pp. 3-8; LOBATO CEPEDA, B. E.; FERNÁNDEZ SERRANO, C. y ORTEGA BRAVO, I. (1982). “Arquitectura de adobe de la Ribera del Duero”. *Revista Narria. Estudios de artes y costumbres populares*, n.º 28. Museo de Artes y Tradiciones Populares. Universidad Autónoma. Madrid, pp. 10-13, etc.
- <sup>15</sup> CABO ALONSO, A. (1956). “El colectivismo agrario en Tierra de Sayago”. *Revista Estudios Geográficos*, n.º 65. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto “Juan Sebastián Elcano”, Madrid: pp. 593-658.  
MENDEZ PLAZA, S. (1900). *Costumbres comunales de Aliste*. Imprenta del Asilo de Huérfanos del Sagrado Corazón de Jesús. Madrid, 77 pp.
- <sup>16</sup> MOLINERO HERNANDO, F.; BARAJA RODRIGUEZ, E. y RIVILLA MARTIN, M. (2002). *Inventario de productos agroalimentarios de calidad de Castilla y León*. Junta de Castilla y León. Consejería de Agricultura y Ganadería. Colección Mundo Rural, n.º 25. Valladolid.
- <sup>17</sup> Nos referimos al proyecto LIFE – Medio Ambiente Micología y Aprovechamiento Sostenible (MYAS), gestionado por la Asociación para el Desarrollo Endógeno de Almazán y otros municipios (ADEMA), con un presupuesto de 1.046.000 euros para el período 2001-2004.
- <sup>18</sup> SANZ YAGUE, A. I. Y OTROS. (1998). *Ruta de los Torreones*. Orinoco Artes Gráficas, S. L. Madrid.  
DE CASTRO FERNÁNDEZ, J. Y OTROS. (2001). *Guía de las Fortificaciones de Frontera – Salamanca –*. Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León. Salamanca.  
MELENDO PARDO, M. y CARNICERO ARRIBAS, J. M<sup>a</sup>. (2003). *Guía Turística del Sur*



- de Soria. Atalayas y fortalezas en la Frontera del Duero. Asociación para el Desarrollo Endógeno de Almazán y otros municipios (ADEMA) y Asociación Tierras del Cid. Soria.
- 19 La musealización del patrimonio cultural ha sido tratada en diversos artículos, como por ejemplo, HUBERT, F. (1997). “L’Ecomuseu, entre utopia i nostalgia”. *AIXA, Revista anual del Museu Etnològic del Montseny*, n.º 8. Monogràfic: Cultura – Natura, Museus i Parcs naturals. Girona, pp. 23-28; PARDO, J. (1999). “Museus, patrimoni i turisme. Reflexions a l’entorn del canvi”. *AIXA, Revista anual del Museu Etnològic del Montseny*, n.º 9. Monogràfic: Museus, Patrimoni i Turisme. Girona, pp. 45-58 y PEREIRO PEREZ, X. (2003). “Do museu ao ecomuseu: os novos usos do patrimonio cultural”, in Pardellas, X. X. *Turismo cultural y ambiental*. Servicio de Publicaciones. Universidad de Vigo. Vigo, pp. 141-158.
- 20 HUETZ DE LEMPS, A. (2000). “La resurrection des vignobles du Duero en Espagne”. *Revista Annales de Géographie*, n.º 614-615. Armand Colin. París, pp. 488-504.
- HUETZ DE LEMPS, A. (2001). “L’evolution des paysages viticoles dans le bassin du Duero espagnol”. *Revista DOURO – Estudos & Documentos*, vol. VI (11). Instituto do Vино do Porto, Universidade do Porto y Universidade de Tras-os-Montes e Alto Douro. Porto, pp. 97-119.
- 21 La cooperación transfronteriza entre España y Portugal, relacionada con la gestión del agua, fue objeto de estudio por parte del Segundo Seminario preparatorio del X Forum Económico y Medioambiental de la Organización para la Seguridad y la Cooperación Europea (OSCE). El análisis de la experiencia modélica hispano-portuguesa del Duero versó sobre los problemas del agua en entornos fronterizos y se realizó en La Alhóndiga de Zamora (11-12 de febrero del 2002).
- 22 Decisión de la Comisión SG (97) D/9023, de 31 de octubre de 1997, se concede una ayuda financiera en virtud del artículo 10 del Reglamento del FEDER en el ámbito de la ordenación del territorio, denominado DUERO/DOURO región fluvial.
- 23 Programa TERRA. Redes de autoridades regionales y locales que tienen como objetivo la realización de proyectos piloto innovadores o de demostración en materia de ordenación del territorio en zonas específicas en virtud del artículo 10 del Reglamento del FEDER. Convocatoria de propuestas (96/C 119/08) (DOCE N.º C 119, de 24 de abril de 1996).
- 24 Los socios fundadores fueron los siguientes Ayuntamientos y Cámaras Municipales: Duruelo de La Sierra, Covaleda, Soria, Almazán, El Burgo de Osma, San Esteban de Gormaz, Langa de Duero (Soria), Aranda de Duero, Roa (Burgos), Peñafiel, Tudela de Duero, Laguna de Duero, Valladolid, Tordesillas (Valladolid), Zamora (Zamora), La Fregeneda (Salamanca), Miranda do Douro, Torre de Moncorvo, Peso da Regua, Castelo de Paiva, Peñafiel, Vila Nova de Gaia, Oporto, Figueira de Castelo Rodrigo, Gondomar y Mogadouro.
- 25 Los Grupos de Acción Local que componen este grupo de trabajo son: Asociación Pinares/El Valle para el Desarrollo Rural Integral (ASOPIVA), Proyecto Noreste Soria Asociación de Desarrollo Rural (PROYNERSO), Asociación para el Desarrollo Endógeno de Almazán y otros municipios (ADEMA), Asociación Tierras Sorianas del Cid, Asociación para el Desarrollo Rural Integral de la Ribera del Duero Burgalesa, Asociación Duero Esgueva, Asociación de Desarrollo Rural RUTA DEL MUDEJAR, Colectivo para el Desarrollo Rural de Tierra de Campos, Asociación para el Desarrollo Rural Integral Campos Pan y Norte Duero (ADRI-Palomares), Asociación para el Desarrollo de Aliste, Tábara y Alba (ADATA), Federación de asociaciones Ceder Sayago – Coordinadora de Pueblos (PRODER SAYAGO), Asociación para el Desarrollo Económico de la Zona Oeste de Salamanca (ADEZOS), Associação para o Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina (CORANE TERRA FRIA), Associação para o Desenvolvimento (DOURO SUPERIOR), Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente (DESTEQUE), Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro (BEIRA DOURO), Associação do Douro Histórico (DOURO HISTORICO) y Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega (DOLMEN/BAIXO TÂMEGA).
- 26 Los fines de la Asociación para la Promoción Turística del Duero/Associação para a Promoção Turística do Douro son los siguientes:

- Conocer y estudiar de forma conjunta los proyectos e iniciativas que, en materia de desarrollo turístico, gestionan cada una de las asociaciones, al objeto de coordinar las intervenciones que se están realizando sobre el territorio de la Región Fluvial del Duero.
  - Producir y difundir información sobre aspectos concretos de la actividad turística y de los recursos naturales y culturales a ella asociados.
  - Elaborar estudios e informes y realizar el seguimiento de los proyectos desarrollados por las asociaciones con incidencia sobre las empresas y actividades turísticas, con el objetivo de mejorar su marco de actuación y potenciar la competitividad del sector.
  - Elevar propuestas y proponer medidas concretas ante las administraciones competentes en cada caso que puedan orientar el desarrollo, la ordenación y la promoción del turismo en la Región Fluvial del Duero, con el objetivo de contribuir al incremento de la calidad de los productos y servicios ofrecidos.
  - Servir de foro de encuentros de diálogo, participación y colaboración de todas las administraciones, instituciones y agentes implicados en el desarrollo turístico de la Región Fluvial del Duero.
  - Desarrollar una estrategia global para la promoción conjunta de la Región Fluvial del Duero como destino turístico, así como las acciones que la viabilicen.
  - Elaborar candidaturas y nuevos proyectos conjuntos a Programas e Iniciativas Comunitarias, Nacionales y Regionales que tengan por objeto el desarrollo turístico de la Región Fluvial del Duero, la puesta en valor de su patrimonio natural y cultural y/o el desarrollo de nuevos productos turísticos.
  - Constituir un Observatorio Turístico del Duero como núcleo técnico de documentación, estudio e información de la dinámica turística de la Región Fluvial.
- 27 SANCHO CUBINO, M. y ALVAREZ PERLA, J. M<sup>a</sup>. (2000). *El turismo rural en el Duero-Douro: Políticas de intervención local*. Grupo de Trabajo Transnacional para la Promoción Turística del Duero/Douro. Coordinación de Intervenciones TERRA/LEADER/PRODER. Laguna de Duero, pp. 10-13.
- 28 En la página web de la Fundación Rei Afonso Henriques ([www.frah.es](http://www.frah.es)) y en la propia del proyecto ([www.agusdiscursivas.com](http://www.agusdiscursivas.com)) se puede encontrar más información.
- 29 RESOLUCION de 20 de marzo de 2000, por la que se da publicidad al Acuerdo constitutivo de la Comunidad de Trabajo de Castilla y León – Norte de Portugal (BOE n.º 86, de 10 de abril 2000).
- 30 FRANCO JUBETE, F. (2003). “Turismo rural en Castilla y León”, in Blanco, A. (Ed.). *Presente y futuro del turismo en Castilla y León*. Fundación Encuentro y Caja España. Madrid, pp. 268-278.



# OS MUSEUS NA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO

*Teresa Soeiro*

Chegada finalmente a hora de implantar no terreno o Museu do Douro, criado pela lei 125/97 e desde os primeiros projectos de antanho entendido como instituição destinada a representar uma entidade regional com um território bem definido, aquele em que se pode legalmente produzir um bem único e de excelência, o vinho generoso, questionámo-nos sobre a articulação a estabelecer com outras unidades museológicas presentes. Para obter uma primeira visão de conjunto, realizámos um périplo pelas terras durienses, procurando visitar e recolher documentação sobre os diversos museus<sup>1</sup>.

Mas esta demarcação do âmbito territorial de intervenção, para nós clara<sup>2</sup>, esbarra com a rigidez da geometria administrativa em que se alicerça o poder desde o estado liberal. Baldado o esforço para criar regiões administrativas, a referência continua a ser apenas a da Região Demarcada, delineada para outros fins e ainda hoje, como sempre, na óptica administrativa, uma manta de retalhos dividida por quatro distritos e vinte e um concelhos.

A estruturação da nebulosa museística em presença oscila assim entre a solidariedade duriense vivida e a integração nos círculos do poder estabelecido, que de uma forma mais ou menos acentuada vinculam cada unidade local ou municipal às do distrito a que pertence, de forma mais evidente se no centro existir um museu regional, no sentido que lhe foi dado pela legislação do sector<sup>3</sup>, dependente do Instituto Português de Museus e, por isso, representante próximo da tutela.

Ora, no caso da área compreendida na Região Demarcada, dois dos quatro distritos são dotados de museus regionais desde a República, sediados nas respectivas capitais, Bragança (1915) e Viseu (1916), ambas exteriores ao Douro. Com diferentes percursos, resultando da transformação de estabelecimentos anteriores e dispondo de colecções eruditas significativas, destacam-se no panorama geral, podendo apenas o Museu de Lamego, fundado quase em simultâneo (1917), e já dentro da Região, com eles ombrear.

Nos outros dois distritos, Vila Real e Guarda, apesar de propostas mais antigas, os museus regionais surgirão efectivamente em 1940, na onda subsequente à Exposição do Mundo Português, quando se preconizava a fundação de uma unidade em cada cidade/capital. Estes já não seriam, como os anteriores, estabelecimentos para albergar os *tesouros nacionais* que a desamortização colo-

cara à disposição da sociedade desde a década de trinta do século XIX, mas reuniam colecções de valor regional com uma forte componente de etnografia, não apenas as habituais de arqueologia e arte.

O destino destes dois casos foi bastante diverso. O Museu Etnográfico de Trás-os-Montes e Alto Douro<sup>4</sup>, sediado em Vila Real, precedido por um eventual museu municipal proposto por Leite de Vasconcelos<sup>5</sup> e por um museu regional identificado pelas estatísticas na década de trinta<sup>6</sup>, dependerá da Junta de Província e terá uma vida anémica, sem maiores reflexos na região, pese embora a esperança que nele depositava Jorge Dias<sup>7</sup>, no dealbar da década de cinquenta. Sem instalações capazes, a sua colecção etnográfica veio a ser definitivamente recolhida em 1975, deixando de estar à disposição do público.

Já o Museu da Guarda<sup>8</sup>, outrora *Regional*, fundado em 1940, ocupando as instalações do antigo seminário, que de raiz tem colecções mais variadas, fará o seu percurso passando da tutela municipal à da Junta Distrital, em 1962, para vinte anos depois se encontrar na dependência do então Instituto Português do Património Cultural, ganhando a partir dessa data assento entre os museus de estado.

A situação actual é pois, em resumo, a de existirem na cidade-sede de três dos quatro distritos a que pertence a Região museus do Estado. Lamego<sup>9</sup> configura uma excepção, não a única no país, a que não será alheio e facto de ter a categoria de cidade e sede de bispado, com forte tradição cultural e um rico património a salvaguardar. Recordamos também a longa controvérsia que alimentou com Viseu, procurando reter o poder administrativo e político. De iniciativa episcopal, este museu de *arqueologia artística* nasceria na primeira década do século XX no próprio paço, onde se reuniam obras de arte de elevada qualidade. A República, tomando conta do edifício e das colecções, fez dele um *Museu de Obras de Arte, Arqueologia e Numismática* capaz para albergar pintura, escultura e talha, tapeçarias e outras obras de arte que as transformações urbanas e a demolição de casas religiosas iam libertando. Mais uma vez, serviu de estímulo à luta pela sua efectiva formalização a ameaça de deslocar para o novo Museu Grão Vasco de Viseu algumas obras primas existentes em mosteiros da diocese de Lamego.

Mas, se deixarmos este sobejamente conhecido Museu de Lamego<sup>10</sup> junto dos seus pares nacionais, dado que se enquadra perfeitamente no panorama dos museus dependentes do estado com eruditas e valiosas colecções de arte, olhando para o panorama da museologia duriense vamos deparar com um conjunto de situações do qual sobressai a ausência de museus municipais remontando a finais de oitocentos, à República e, principalmente, dos consolidados desde o Estado Novo. É que, para além de incentivar os museus provinciais, também os municipais receberam então forte impulso, multiplicando-se desde a década de quarenta, como tive ocasião de mostrar relativamente ao distrito do Porto<sup>11</sup>. Na Região Demarcada, o caso que melhor corresponde a este tipo de museu municipal generalista, onde pontua a acumulação de peças, resultante da

linha programática se resumir ao afã de tudo salvar e tudo expor, é o de Vila Flor. O Museu Municipal Dra. Berta Cabral<sup>12</sup>, com sede num antigo solar do mais central e nobre espaço urbano, inaugurado em 1957, é hoje um paradigma deste modelo de museologia municipal, atendendo às suas colecções, de enorme variedade e alguma relevância, e ao facto de ainda não ter sofrido significativas modificações quanto à forma de as expor.

Dos restantes museus municipais que visitámos, todos posteriores à revolução de Abril, salientamos o de Mirandela<sup>13</sup>, integrado num moderno complexo polivalente dedicado a actividades culturais. Inaugurado em 1981, este museu, que leva a designação do patrono, pintor Armindo Teixeira Lopes, expõe uma colecção de artes plásticas, com obras do fundador e de outros artistas seus familiares e contemporâneos, por vezes de renome internacional, num total de 460 exemplares. A coerência da colecção e a eficácia da comunicação e do trabalho de acção cultural em que se integra podem ser apontados como um exemplo de sucesso.

A mesma eficácia não se entrevê no Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real, instalado num edifício antigo muito bem recuperado, mas onde, de momento, apenas se oferece ao público uma longa exposição de numismas<sup>14</sup>, que não pode deixar de ser desmotivadora para os não especialistas. Aguarda-se a abertura de novas secções, estando anunciada a de arqueologia. Esta limitação vai sendo equilibrada pela variedade das exposições temporárias e de outras iniciativas culturais. Como herdeiro de um museu que se quis distrital, o presente programa, bastante jovem, parece ainda pouco enraizado.

No extremo negativo da museologia de responsabilidade municipal colocaríamos o recentíssimo Museu Municipal da Meda, aberto apenas em Novembro de 2001, que nos leva realmente a questionar se neste âmbito não deveria existir uma certificação prévia antes da aposição da denominação museu, de modo a garantir padrões de qualidade mínimos. A maior parte da colecção exposta é formada pelas habituais prendas trocadas entre autarcas, bem acondicionadas dentro de armários, enquanto algumas das poucas peças que poderiam ser realmente interessantes se estudadas e contextualizadas, jazem no solo. Valha-nos o facto de ter sido recuperado o edifício, bastante central, que já serviu de quartel de bombeiros e foi anteriormente tribunal e cadeia. Tere-mos de esperar mais algum tempo para ver que rumo levará.

Na nossa opinião, mais senso demonstrou a Câmara Municipal de Tabuaço que, dispondo de uma recolha etnográfica realizada em 1986 por grupos de jovens orientados por um professor, e tendo-a guardado e exposto no edifício da antiga escola primária do centro da vila, a mantém encerrada, facultando o acesso apenas a quem o solicita, mediante o aviso de que não se trata de um museu mas de uma simples tentativa para reunir peças destinadas a uma futura exposição. Em contrapartida, e enquanto não dispõe efectivamente do museu, a Câmara mantém no Posto de Turismo, permanentemente aberta ao público desde 2000, uma bem organizada mostra da arqueologia do concelho, concebida e executada com profissionalismo.

A museologia autárquica não se esgota nestes exemplos, mas é sobretudo rica em projectos. Tendo inquirido os responsáveis políticos acerca da sua intenção de criar novos museus no concelho, muitos deles foram claramente afirmativos, sendo verdadeiras excepções os que nos responderam estar de momento empenhados, prioritariamente, em completar as suas Casas de Cultura e Auditórios Municipais, onde não esqueceram de prever áreas para exposição, ou mesmo em apoiar salas de exposição já existentes, como é o caso da Escola EB 2/3 de Sabrosa, critérios que certamente têm em conta a realidade dos limitados orçamentos municipais e da falta dos recursos humanos qualificados exigíveis.

Alguns projectos, porém, parecem mais próximos da concretização. Damos, como exemplos, algo aleatórios, a Casa Museu Eduardo Tavares, um compromisso da Câmara Municipal da Pesqueira para com os herdeiros do escultor que cedem o espólio, a abrir muito em breve, o Museu de Arqueologia de Assares<sup>15</sup>, em Vila Flor, com instalações novas já concluídas mas sem conseguir efectivar a posse do espólio em função do qual foi programado, já que se trata de um museu de sítio, ou a Casa Museu Graça Morais, no mesmo concelho, vocacionada para se converter num centro de artes plásticas; o Museu Municipal de Murça, com projecto museológico e de arquitectura concluído e apresentado em candidatura a fundos comunitários, apesar das reticências colocadas pelo actual autarca; o Museu Municipal de Resende; a recuperação da Casa Museu Guerra Junqueiro em Freixo de Espada à Cinta, etc. Muitos Municípios também dispõem de, ou estão a concluir, infra-estruturas que incluem salas para exposições temporárias.

Um outro conjunto de Museus, por sinal bastante dinâmicos na sua intervenção social e com projectos museológicos de qualidade, está na dependência de fundações, associações culturais e de institutos de solidariedade social, com mais ou menos estreitas ligações aos municípios e juntas de freguesia. O Douro Superior é a sub-região onde proliferam e alcançam maior expressão. Consideremos alguns destes exemplos.

Na margem Norte, de montante para jusante, deparamos com o jovem museu Casa Junqueiro, em Freixo de Espada à Cinta, da responsabilidade da Associação para o Estudo, Defesa e Promoção do Artesanato, que mantém também o centro de artesanato da seda, onde se trabalha ao vivo e expõe materiais confeccionados com esta matéria prima. A exposição permanente reconstitui uma cozinha rural e um quarto tradicional, deixando outra área para um discurso de intenção mais didáctica sobre as actividades económicas ligadas à agro-pecuária.

No concelho vizinho impõe-se o Museu do Ferro & da Região de Moncorvo, um projecto maturado e apoiado em investigação científica, recentemente renovado na sua exposição. Como historia o responsável no magnífico catálogo agora publicado<sup>16</sup>, a existência de um museu em Moncorvo era já um desejo antigo, vindo do final do século XIX, devido à iniciativa de mais um colaborador de Leite de Vasconcelos, o erudito local abade Tavares. Falhada esta primeira tentativa, os ensaios irão repetir-se, ao pulsar das tendências que

percorriam o país, sendo apenas depois de 74 que se vêm a realizar. Primeiro como museu mineiro de empresa, junto da Ferrominas EP, pela mão de Jorge Custódio, que então publica um importante estudo sobre as ferrarias da região<sup>17</sup>, depois pela persistente acção de um grupo de jovens arqueólogos reunidos na associação *Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo*, o PARM, que ainda hoje é a responsável pelo Museu. Esta deu, desde então, grande impulso à investigação arqueológica, ao mesmo tempo que desenvolvia uma forte acção de defesa do património concelhio. Encerradas as minas em 1988, o museu da empresa perdia solidez, sendo proposto ao município que o assumisse, integrando-o no futuro museu da região, inaugurado em 1995 e recentemente remodelado com apoio comunitário. Este é um projecto que se deseja assumidamente como museologia do território, e cito *“relacionado, em primeiro lugar, com a valência da arqueologia e história da mineração e metalurgia do ferro, nas suas evidências materiais, paisagísticas e culturais, na longa duração e na sua relação com a economia, a sociedade, o pensamento técnico, as mentalidades e as ideologias”*<sup>18</sup>, com preocupações na área da difusão do conhecimento e numa lógica de desenvolvimento sociocultural, usando o espaço região como lugar de referência.

Na margem Sul, o raiano concelho de Figueira de Castelo Rodrigo surpreendeu-nos com o Museu de Escalhão<sup>19</sup>, dependente de uma Instituição Particular de Solidariedade Social. A actividade desta instituição ultrapassa em muito o Museu, desenvolvendo uma complexa acção social que inclui lar de 3ª idade, infantário, ATL, biblioteca, ludoteca, etc., fruto do dinamismo do fundador, Francisco Távora, que desde os anos setenta se empenhou no projecto. Correspondendo à sua filosofia de actuação, ao pensar no museu procurou apoios profissionais que lhe garantissem qualidade e credibilidade. Terá sido neste espírito que captou a colaboração de António Nabais para desenvolver o projecto museológico. Este cativa não só pela facilidade de leitura da própria exposição, como pela qualidade da informação proporcionada pelos textos e imagens que a acompanham. O facto de transparecer na legendagem das peças a existência de um inventário cuidado é outro aspecto positivo, que confirmámos com o diligente e bem informado funcionário que acompanhou a visita. A preocupação de recolher séries o mais completas possíveis e de as apresentar de forma simples, mas contextualizada, alterna com algumas recriação de ambientes tradicionais. A temática, sempre etnográfica, cobre um vasto leque de situações socioeconómicas, destacando-se as relacionadas com a actividade agrícola e com as artes e ofícios, estes invulgarmente bem representados. O traje e mesmo um assomo à cultura imaterial estão também presentes.

Em Freixo de Numão foi idealizado em 1983 e inaugurado em 1996 o Museu da Casa Grande<sup>20</sup>, da responsabilidade da Associação Cultural, Desportiva e Recreativa, concretizado-se a recuperação do imóvel e a montagem da exposição com apoio de verbas comunitárias. Aqui a arqueologia ocupa um espaço privilegiado, sendo também facultada a visita às ruínas arqueológicas existentes no pátio do museu, e a outras estações cuja investigação está a ser



apoiada por esta Associação, muito dinâmica ainda na defesa do património construído. A vertente etnográfica parece ter vindo a merecer um menor investimento por parte da investigação científica, mas as principais actividades e vivências desta área estão contempladas. Acresce a presença de alguma documentação histórica.

Continuando na margem Sul, no concelho de S. João da Pesqueira deparamos com mais um museu associativo recente, aberto em 2001, muito ligado à paróquia, em Trevões. Instalado em casa recuperada do largo central do povo, versa temáticas do quotidiano local, numa leitura de cariz etnográfico. Tal não exclui outro tipo de espólio como, por exemplo, uma tampa de sepultura romana do tipo *cupa*. O modelo expositivo faz lembrar o desenvolvido em Escalhão, aqui menos conseguido e sem a marcada presença de técnicos, tão necessária para, ao menos, acautelar questões básicas de conservação preventiva.

Na outra margem, concelho de Alijó, freguesia de Sanfins do Douro, uma realidade bem diferente nos aguarda. A Fundação Casa Museu Maurício Penha é um centro de artes plásticas de actividade internacional, registada e reconhecida como de utilidade pública desde 1989, que promove eventos e acolhe artistas que aqui queiram desenvolver os seus trabalhos. Tem por base o legado do fundador, Maurício Penha<sup>21</sup>, um natural que desenvolveu a sua actividade profissional e de forte empenho cívico sobretudo nos círculos da capital, mas quis devolver à terra de origem os frutos alcançados, regressando a ela para continuar os seus trabalhos plásticos com elementos tão radicalmente durienses como as contorcidas cepas. Inovação, lugar aos jovens e a artistas estrangeiros que queiram experimentar a natureza duriense, abertura para colaborações diversas pautam a actuação desta original Fundação, um dos raros oásis na região para as modernas artes plásticas.

No mesmo sentido parece ir o Núcleo de Gravura de Alijó, inicialmente ligado à anterior, que ao enunciar os seus objectivos afirma: “*pensamos ter já preenchido uma notória lacuna regional, no que diz respeito à existência de um organismo multicultural aberto, favorável à livre troca de experiências e ideias*”<sup>22</sup>. É responsável, em parceria com a Câmara Municipal, pela Bienal Internacional de Gravura do Douro, pretendendo, com o espólio recolhido por ocasião destes eventos, constituir um Museu da Gravura.

Ainda a Norte, a Fundação Casa de Mateus é uma unidade ímpar, ontem e hoje apelativa para públicos diversificados, com forte e inovador impacto na cultura regional e nacional, que abre ao público o palácio, com o seu soberbo recheio e os cuidados jardins envolventes, um conjunto equilibrado e de qualidade que documenta bem um momento de esplendor destas terras nortenhas. Oferece uma actualizada e significativa programação e acção de divulgação cultural.

Rematámos este percurso pelos museus associativos e de instituições de utilidade pública com um péssimo exemplo, na margem Sul: o autodenominado Museu, inaugurado em 1987, anexo ao quartel da Corporação de Bombeiros de Armamar<sup>23</sup>. Trata-se de um amontoado de peças, por vezes bastante maltratadas, outras colocadas em armários envidraçados mas nem por isso mais

acauteladas, onde se pode deparar com um pouco de tudo, desde algumas boas peças de etnografia a uma colecção de isqueiros BIC, de artefactos africanos e timorenses a publicações periódicas e álbuns de fotografias em visível deterioração, etc. Ao que parece, a recolha foi feita sem critério nem quaisquer cuidados de documentação, tendo por base o apelo lançado por um jornal local e, como sempre, a boa vontade da população.

Também a paróquia de Vila Marim, no concelho de Mesão Frio, tem, desde a década de oitenta do século XX, uma área dentro das instalações da igreja a que chama museu, recolhendo-se aí algumas imagens, fragmentos de talha, azulejos e alfaias litúrgicas.

Outras associações culturais (ranchos folclóricos, grupos etnográficos, bandas musicais...) e de assistência social têm pequenos núcleos, raramente uma sala, destinada a museu, casos que, pela sua dispersão no terreno e pouca divulgação nos foi impossível, por agora, referenciar e visitar de maneira sistemática, embora tenhamos conhecimento de alguns.

Este périplo pelas unidades museológicas da região leva-nos agora a alguns museus dependentes de empresas privadas. Pioneiro e bem conhecido é o Museu de Curiosidades do Romeu, aberto em 1964 por Manuel Menéres, sendo que a própria aldeia é já uma curiosidade pela forma como foi intervencionada pelo empresário da Sociedade Clemente Menéres. Basta chegar a este local para se reconhecer uma profunda transformação operada em pleno Estado Novo, seguindo ou exagerando as pautas que inventaram *a aldeia mais portuguesa de Portugal* e nortearam muita da transmissão de valores realizada, por exemplo, a partir das Casas do Povo. No interior do Museu explica-se e ilustra-se esta acção civilizadora e de higiene social, que levou o proprietário a modificar as casas rurais, reconstruindo-as, a distribuir mobiliário básico e enxovais, a proporcionar às crianças estadias em colónias de férias, etc. A exposição congrega sobretudo temas relacionados com a histórias das técnicas, som, luz, fotografia, automóvel, etc., com peças de qualidade mas alheias a este meio, além de algumas vinculadas à exploração rural realizada pela empresa.

De entre estes museus devidos a empresas, destacamos dois exemplos que espelham a actividade dominante no Douro, a vitivinicultura. Em Vale de Mendiz, Alijó, pode ser visitado o Museu dos Lagares, uma extensão do Museu da Casa Sandeman sediado em Vila Nova de Gaia. Tendo por cartaz dois lagares circulares construídos no final do século XIX, ao que parece únicos no Douro, este espaço que compreende todo um antigo armazém, com a área dos lagares e, em nível inferior, a da adega, está perfeitamente inserido no ambiente da aldeia e quintas vinhateiras. O discurso expositivo, bastante claro, recorda a luta pela conquista das terras para os vinhedos, os sobressaltos da história da sua exploração, agrupando alguns objectos de referência para as fainas desenvolvidas ao longo do ciclo vitícola anual. O trabalho do lagar merece destaque, inserindo-se na exposição manequins com traje regional, carregando os artefactos apropriados às tarefas encenadas. A visita leva-nos depois até à adega,

ainda com vasilhame em madeira, e termina num balcão de provas e venda de vinho generoso.

A Oficina Vinária, propriedade da Quinta das Azeleiras, localizada no centro histórico de Torre de Moncorvo, é um exemplo recente e conseguido de museu de empresa, sobressaindo a qualidade técnica do projecto museológico e o *design* da exposição. Também instalado num complexo de lagares, deixando o espaço de adega para um estabelecimento de restauração, este museu ilustra com clareza os procedimentos e meios técnicos empregues na exploração vitivinícola da quinta, rematando por uma completa instalação de destilaria. Algumas peças em presença são de grande qualidade.

Sabemos que outras empresas e quintas dispõem espaços ou nichos com colecções ou simplesmente com a evocação de trabalhos e instrumentos caídos em desuso, sendo impraticável ter a veleidade de aqui os referir, diria mesmo, de sequer os conhecer a todos, pelo que registamos estes como os mais significativos e permanentemente abertos ao público.

Queremos terminar com outro caso exemplar, o museu de uma empresa mas também museu de sítio, que é o Museu de Erva Moira<sup>24</sup>, no concelho de Vila Nova de Foz Côa, propriedade da Casa Adriano Ramos Pinto. Inaugurado em 1997, ocupa uma casa da quinta, recuperada no seu material e traço tradicionais, completamente envolvida pela vinha. A temática abordada leva-nos da geomorfologia da região às ocupações históricas do período clássico e medieval, mostrando o espólio e a informação recolhidos nas escavações arqueológicas da estação existente na quinta, grande motivadora da feitura do museu. As actividades económicas tradicionais, os ofícios, com destaque para o núcleo oleiro de Santa Comba, e os produtos da terra têm um tratamento próprio, bem como o espaço dedicado ao enoturismo. O museu está dotado de áreas de reserva e de espaços para a investigação. A visita termina com uma tranquila degustação de diversos vinhos da empresa, em repousante esplanada voltada ao vale do Côa, mas, mediante marcação, pode também ser servida uma refeição.

Apesar do muito que ficou por dizer, este será um primeiro panorama da realidade museológica da Região Demarcada do Douro<sup>25</sup>, aquela em que se deve inserir um novo museu de território, o Museu do Douro<sup>26</sup>, abrangente e polinucleado por definição legal, que esperamos seja capaz de gerar sinergias, contribuindo para a articulação, valorização e divulgação de todas estas unidades e das muitas que estão anunciadas, formando uma verdadeira rede intra-regional de museus qualificados, por sua vez inserida na Rede Portuguesa de Museus e em redes internacionais, particularmente nas de vocação temática<sup>27</sup>.

## NOTAS

<sup>1</sup> Esta é, aliás, a temática que propusemos ao mestrando Marco Paulo Mesquita de Moraes que, esperamos, a desenvolverá com maior profundidade na sua dissertação intitulada *Ten-*

- tativas de Musealização na Região Demarcada do Douro a apresentar para conclusão do Mestrado em Museologia da Universidade Lusófona.
- 2 Trata-se da Região Demarcada do Douro tal como definida no Decreto-Lei nº 166/86 de 26 de Junho.
- 3 A prístina lei de 1836 determinava já que em cada capital de distrito houvesse uma Biblioteca Pública, um Gabinete de Raridades e outro de Pinturas, veja-se: GOUVEIA, Henrique Coutinho – Acerca do conceito e evolução dos museus regionais portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo. *Bibliotecas, Arquivos e Museus*. Lisboa, 1(1) 1985 (1-6), p. 149.
- 4 CHAVES, Luís – O Museu Etnográfico de Vila Real. *Ocidente*, Lisboa, 27, p. 108; GONÇALVES, Silva – O Museu em Vila Real. *Tellus*. Vila Real, 5-6 1979 (7-12), p. 3-11.
- 5 VASCONCELOS, J. Leite de – Museu Municipal em Vila Real (Tras-os-Montes). *O Archeologo Português*. Lisboa, 1, 1895, p. 39-41.
- 6 MOREIRA, Isabel M. Martins – *Museus e monumentos em Portugal, 1772-1974*. Lisboa, 1989, p. 162.
- 7 DIAS, A. Jorge – Bosquejo histórico da etnografia portuguesa. Sep. *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra, 2, 1952, p. 52.
- 8 FARIA, Maria Alice e outros – *Museu da Guarda*. S/d.
- 9 LARANJO, F. J. Cordeiro – *Cidade de Lamego – Museu de Lamego*. Lamego, 1991; RIBEIRO, Agostinho (coord.) – *Museu de Lamego. Roteiro*. Lisboa, IPM, 1998.
- 10 Este museu será, ao que parece em breve, complementado com um novo Museu Diocesano, que albergará o rico espólio entretanto recolhido na diocese, bem como os fundos arquivísticos que lhe são próprios.
- 11 A etnografia nos museus do distrito do Porto. In *Actas do III Congreso de Historia da Antropoloxía e Antropoloxía Aplicada*. Santiago de Compostela: Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos, tomo 2, 1997, p. 247-268.
- 12 DIAS, Nélia (coord.) – *Roteiro de Museus: (Coleções de Etnografia): Região Norte*, v. 4, Lisboa, Olhapim Edições, 2001, p. 117-119.
- 13 *Museu Municipal Armindo Teixeira Lopes: Mirandela: Catálogo geral*. Mirandela, Câmara Municipal de Mirandela, 1983.
- 14 PARENTE, João – *Museu de Vila Real. I As moedas*. Vila Real, 1997.
- 15 SOUSA, Orlando de – *Estatuária antropomórfica pré e proto-histórica do Norte de Portugal*. Porto, 1996; idem – A estação arqueológica do Cabeço da Mina, Vila Flor – notícia preliminar. *Estudos transmontanos e durienses*. Vila Real, 7, 1997, p. 185-197.
- 16 CAMPOS, Nelson – Um museu para Torre de Moncorvo, in: CUSTÓDIO, Jorge; CAMPOS, Nelson – *Museu do Ferro & da Região de Moncorvo. Centro de interpretação*. Torre de Moncorvo, 2002, p. 12-16. Em 1996 este responsável pelo Museu já publicara o programa para a sua instalação: REBANDA, Nelson e outros – *Museu do Ferro e da Região de Moncorvo. Introdução a um programa museológico*. Torre de Moncorvo, 1996.
- 17 CUSTÓDIO, Jorge; BARROS, G. Monteiro de – *O ferro de Moncorvo e o seu aproveitamento através dos tempos*. Lisboa, 1984.
- 18 CUSTÓDIO, Jorge; CAMPOS, Nelson – Museu do Ferro & da Região de Moncorvo: um museu de território, in: CUSTÓDIO, Jorge; CAMPOS, Nelson – *Museu do Ferro & da Região de Moncorvo. Centro de interpretação*. Torre de Moncorvo, 2002, p. 27.
- 19 DIAS, Nélia (coord.) – *Roteiro de Museus: (Coleções de Etnografia): Região Centro (Beiras)*, v. 3, Lisboa, Olhapim Edições, 1999, p. 54-59.
- 20 *Museu da Casa Grande (Freixo de Numão – Vila Nova de Foz Côa – Portugal) – Arqueologia e Etnologia*. Freixo de Numão, s/d.
- 21 SANTOS, Henrique Maria dos – *Maurício Penha: Uma vida prestante, um carácter nobre*. Sanfins do Douro, Fundação Casa Museu Maurício Penha, 1999.
- 22 *1ª Bienal Internacional de Gravura: Douro 2001*. Alijó, 2001.
- 23 DIAS, Nélia (coord.) – *Roteiro de Museus: (Coleções de Etnografia): Região Norte*, v. 4,

- Lisboa, Olhachim Edições, 2001, p. 108-109; MONTEIRO, J. Gonçalves – *Armamar: Terra e gente*. Armamar, Câmara Municipal de Armamar, 1999, p.150.
- 24 GUIMARÃES, Gonçalves (coord.) – Um museu de sítio para a Quinta da Ervamoira (vale do Côa): projecto e programa. *Espaço e Memória – Revista de Património*. Porto, 1, 1996, p. 147-185; idem – *Museu da Ervamoira – Guia do visitante*. Vila Nova de Gaia, Adriano Ramos Pinto (Vinhos) S.A., 1997.
- 25 Aquando do *Inquérito aos Museus em Portugal*, promovido em 1998 pelo Instituto Português de Museus, foram apenas contactados onze dos museus agora referidos, e mais dois ainda em projecto, sensivelmente os mesmo registados no site [www.museusportugal.org](http://www.museusportugal.org). Um maior número de casos e uma melhor documentação foi reunida pelo projecto *Representações da Cultura Portuguesa nas Coleções Etnográficas dos Museus Locais*, da Caminus – Actividades Culturais, que incluiu no seu programa de trabalho visitas às instituições. As publicações resultantes desta última investigação foram particularmente úteis a este trabalho, onde por diversas vezes se citam.
- 26 A este Museu recolheu, em regime de depósito, a colecção reunida pela Associação Cultural Alto Douro, que, durante a década de oitenta, esteve exposta em instalações provisórias no Peso da Régua: DIAS, Nélia (coord.) – *Roteiro de Museus: (Colecções de Etnografia): Região Norte*, v. 4, Lisboa, Olhachim Edições, 2001, p. 111-112.
- 27 Em simultâneo com o processo do Museu do Douro está em discussão o projecto do Museu do Côa, também da responsabilidade do poder central, que, seja qual for a alternativa escolhida, virá certamente a constituir uma forte mais-valia para este conjunto.

# O MUSEU DO DOURO: UM PROJECTO INTEGRADO DE ACÇÃO CULTURAL

*Gaspar Martins Pereira*

1. A região do Alto Douro constitui, no panorama vitícola mundial, um património único, pela sua história, pela diversidade e qualidade reconhecida dos seus vinhos, por uma paisagem excepcional, resultante de uma actividade humana secular na criação e valorização económica da viticultura de encosta. Além disso, o Douro vinhateiro constitui um exemplo pioneiro no domínio das políticas de defesa da qualidade de um produto, com grande precocidade e modernidade em relação a todas as outras grandes regiões vitícolas do mundo (demarcação da área produtora, regulamentação da produção e do comércio, qualificação e certificação do produto), o que lhe confere o estatuto da mais antiga região demarcada e regulamentada do mundo.

2. No entanto, a região do Douro não dispõe de infra-estruturas culturais que preservem e divulguem a memória dessa actividade vitivinícola secular de relevância internacional e, simultaneamente, utilizem esse património como valor de recurso, a utilizar quer no reforço da auto-estima, da identidade e da cultura das populações que aqui vivem, quer como instrumento de valorização das actividades associadas ao turismo cultural e ao enoturismo. Esta carência é tanto mais evidente quanto os vinhos do Douro, e em especial o vinho do Porto, e a sua região de origem são hoje considerados um património, não apenas português, mas universal, pela especificidade, genuinidade e qualidade reconhecida desses vinhos e pela monumentalidade da paisagem cultural evolutiva e viva constituída pelo vinhedo duriense. Além disso, as transformações rápidas e inevitáveis, que se vêm processando nas técnicas vitivinícolas, nos quadros de vida e na própria estruturação social das comunidades locais, têm tido, em muitos aspectos, impactos negativos no património, sendo necessário encontrar formas de preservação que se articulem com a modernização da vitivinicultura e da sociedade durienses.

3. É verdade que pode referenciar-se na região do Douro uma multiplicidade de projectos e manifestações culturais, incluindo diversos museus ou núcleos museológicos, geralmente de iniciativa autárquica ou particular. No entanto, raramente ultrapassam a escala local e muitos deles não dispõem de estruturas físicas e técnicas qualificadas para uma programação regular, nem para o desenvolvimento de projectos consistentes de recolha, valorização e divulgação do património.

4. Nesta perspectiva, o Museu do Douro, criado pela Assembleia da República, em 1997, assume um carácter inovador em relação às experiências existentes. Concebido como Museu de Território, tendo por âmbito a Região Demarcada do Douro, em toda a sua diversidade cultural e natural, e com amplas atribuições nas áreas da museografia, da investigação e da acção cultural, o Museu do Douro, sem se substituir aos projectos locais, pode contribuir, com um sentido agregador, para o reforço, qualificação e integração programática de tais projectos, potenciando a sua inserção numa escala regional e uma maior eficácia social.

Segundo a lei, o Museu do Douro tem as competências de: “a) Reunir, identificar, investigar, preservar e exhibir ao público todas as fontes históricas e antropológicas, espirituais e materiais de todo o património cultural e natural da Região do Douro, em particular o ligado à produção, promoção e comercialização dos vinhos da Região do Douro, em especial do vinho generoso (vinho do Porto); b) Promover e apoiar em qualquer tipo de suporte, no país e no estrangeiro, a publicação, edição, realização e exibição de materiais e de estudos de carácter científico e/ou divulgativo da Região, do seu património, do Museu e das suas colecções; c) Promover exposições, congressos, conferências, seminários e outras actividades de carácter semelhante”.

5. Além disso, também na perspectiva institucional, o Museu do Douro foi concebido como um projecto regional agregador. De acordo com a Lei, a tutela do Museu deveria transitar do Ministério da Cultura para a respectiva região administrativa, logo que esta fosse instituída. A derrota da regionalização no referendo de 1998 não impede, no entanto, a inserção regional do Museu, já que o articulado legislativo aponta para uma colaboração entre o Ministério da Cultura, as autarquias, as instituições do sector dos vinhos e outras entidades públicas e privadas da região. É esse modelo que preside à estrutura institucional de gestão que está, actualmente, em formação.

6. Como é público, as resistências e mesmo a hostilidade que o projecto do Museu do Douro sofreu por parte do poder central, em contraste com o consenso das instituições da região, provocaram atrasos na instalação deste Museu (o único Museu português criado por uma Lei, aprovada por unanimidade na Assembleia da República, em 1997), mas só há pouco mais de meio ano dotado de uma estrutura de projecto. Após vários anos de impasse e de incumprimento da Lei por parte do Estado, foi adoptada uma solução de compromisso, que assumiu a instalação gradual do Museu e permitiu afinar conceitos e metodologias de trabalho e reforçar a sua inserção territorial. A criação de uma estrutura de projecto, em Fevereiro de 2002, para coordenar as acções do Museu em 2002-2003, tornou possível desenvolver uma programa integrado de acção cultural nos 21 concelhos da região, activando formas de cooperação interinstitucional e de envolvimento das populações locais, a par de projectos de recolha e inventariação de património museológico e documental, bem como de produção e edição de diversos instrumentos de divulgação.

Partindo de um conceito aberto de património cultural, entendido, essencialmente, como valor de memória, mas também como valor de recurso, integrando a própria relação com o território e a participação activa das populações que aí vivem, o programa que está a ser desenvolvido pela estrutura de projecto do Museu do Douro irá culminar, em Maio de 2003, com a abertura de uma Exposição Programática. Tal exposição visa simular, de certa forma, a Exposição Permanente do futuro núcleo central do Museu, apontando para um centro de interpretação dinâmico do território duriense.

7. A metodologia que está a ser seguida perspectiva a instalação do Museu como processo, partindo da acção no território e do contacto com públicos diversificados para a constituição gradual dos outros elementos-chave de um Museu, ou seja, os espaços, as colecções, a estrutura orgânica e um corpo técnico especializado. Trata-se, obviamente, de uma solução com riscos, já que o desenvolvimento do processo está dependente do envolvimento e empenhamento contínuos dos vários agentes e níveis da administração envolvidos, a começar pela tutela, na constituição e financiamento da estrutura institucional, capaz de suportar a gestão dos espaços, do quadro técnico e da programação, adequados às funções que a Lei atribui a este Museu. Em contrapartida, se bem que estejamos ainda a meio do percurso e, portanto, longe de poder fazer uma avaliação definitiva desta experiência, podemos dizer que a metodologia seguida, nesta fase, se tem revelado extremamente proveitosa, permitindo, nomeadamente:

- i) a afirmação do Museu do Douro como um centro dinâmico de acção cultural e como um parceiro activo na definição de políticas culturais para a região;
- ii) o estabelecimento de múltiplas formas de envolvimento das populações, através da participação nas diversas acções do Museu, não só como públicos, mas também como agentes culturais e parceiros (caso dos professores de História, por exemplo);
- iii) a criação dessa rede de envolvimento afectivo relativamente ao Museu conduziu já à criação da Associação dos Amigos do Museu do Douro, constituída formalmente no início de Julho de 2002, que conta já com cerca de 350 adesões, tendo como objectivo alcançar, até 31 de Dezembro de 2002, os mil sócios fundadores;
- iv) a colaboração activa de dezenas de entidades públicas e privadas na organização, realização e divulgação das acções que temos desenvolvido nos 21 concelhos da Região Demarcada do Douro, a saber, as 21 Câmaras Municipais e diversas Juntas de Freguesia da Região Demarcada do Douro, as instituições reguladoras e profissionais da região e dos seus vinhos (Instituto do Vinho do Porto, Casa do Douro, Associação de Empresas do Vinho do Porto, Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro), associações de produtores (Associação



de Produtores-Engarrafadores de Vinhos do Porto e Douro, Cooperativas, etc.), grupos empresariais e outras instituições regionais e nacionais (as Regiões de Turismo, a Confraria dos Enófilos dos Vinhos do Douro e a Confraria do Vinho do Porto, o Instituto de Navegabilidade do Douro, a Rota do Vinho do Porto; a Associação Beira Douro; o Parque Arqueológico do Côa; a Associação Bienal da Prata; o Arquivo Distrital de Vila Real; o Centro Português de Fotografia; a Associação de Professores de História; a Fundação Mário Soares; a Cooperativa Árvore, a Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações, grupos de teatro, como o Filandorra, associações culturais, escolas, bibliotecas e museus da região; instituições de solidariedade social, várias quintas do Douro e empresas exportadoras de vinhos do Porto), etc.; tais colaborações, algumas delas com protocolos assinados (com o IVP, o CPF, a APH, o ADP, a Casa do Douro, a ACAD), permitiram configurar parcerias e formas de articulação programática, ao mesmo tempo que consolidaram o projecto do Museu do Douro como um projecto regional, reforçando as condições para a criação de uma estrutura de suporte institucional (Associação ou Fundação) que deverá associar o MC e muitas das instituições com que já trabalhamos;

- v) a colaboração de instituições públicas e privadas, tanto como de particulares, alarga-se também à constituição de colecções do Museu (através de doações ou cedências em depósito) e à cedência do direito de uso de espaços;
- vi) o conhecimento dos recursos culturais do território (espaços, agentes, patrimónios), essencial para configurar, a médio prazo, a estrutura polinuclear do Museu, prevista na Lei.

Apesar das dificuldades que têm rodeado o processo de criação deste Museu, creio que estão reunidas as condições para ultrapassar os obstáculos ainda existentes e avançar para a sua instalação definitiva. Há ainda um longo caminho a percorrer, mas a experiência já desenvolvida permite, desde já, apontar algumas das linhas conceptuais e programáticas do Museu do Douro:

- Uma estrutura integrada, vocacionada para identificar, reunir, preservar, valorizar, interpretar e divulgar os elementos da cultura material e imaterial com maior carga identitária para a região, especialmente os que se relacionam com a actividade vitivinícola, muitos deles em risco de desaparecimento.
- Um Museu de Território, com estrutura polinuclear, vocacionado para a articulação programática e apoio a iniciativas museológicas diversas, públicas e privadas, já existentes ou a criar, de forma a estabelecer na região uma rede integrada, potenciadora de iniciativas locais.
- Um projecto dinâmico, participado e com eficácia sociocultural, quer como lugar receptor de património móvel e de memória, quer como lugar

de estudo e revalorização desse património, transformando-o em factor activo de auto-estima e recurso cultural.

- Um projecto aberto, capaz de se articular com projectos semelhantes de outras regiões vitícolas históricas e de contribuir para uma maior integração da região nas rotas nacionais e internacionais de enoturismo e de turismo cultural, reforçando a imagem do Douro como primeira região vitícola demarcada e regulamentada do mundo e como “paisagem cultural evolutiva viva”, Património da Humanidade.



# VINHO E VIDRO DE EMBALAGEM: CONTRIBUTOS DURIENSES

*José Amado Mendes*

## 1. INTRODUÇÃO

A historiografia do vidro em Portugal, não obstante ter já completado mais de um século – desde que Joaquim de Vasconcelos e, sobretudo, o incansável Francisco de Sousa Viterbo lançaram as suas bases, respectivamente em 1887 e 1902 –, continua a registar numerosas lacunas, tanto no que concerne ao sector propriamente dito, como a empresas e empresários, a artistas e a técnicos vidreiros, aos produtos e respectiva proveniência. Não sendo, aliás, caso único, devido a uma espécie de “mito das origens” que marcou, durante muitas décadas, a produção historiográfica portuguesa, também, neste caso, o período mais recente tem sido, por vezes, o menos estudado. Basta recordar que a obra de Vasco Valente, intitulada *O Vidro em Portugal* (publicada em 1950 e considerada, por alguns, como uma espécie de “bíblia”), nada nos diz acerca da indústria vidreira em Portugal, desde os inícios do século XX.

Ora, foi exactamente a partir dessa altura que se verificou uma profunda revolução no ramo, a qual passou pela automatização de grande parte do fabrico, pela especialização e autonomização dos segmentos hoje existentes – vidro plano, vidro de embalagem e cristalaria – e pela transformação da indústria vidreira, de uma actividade artesanal, muito dependente do *know-how* importado, cujos produtos, salvo raras excepções, apresentavam uma baixa qualidade, numa das indústrias portuguesas mais competitivas e prestigiadas, tanto no país como no estrangeiro.

Uma das ideias feitas sobre a evolução do vidro, em Portugal, consiste em subvalorizar ou mesmo esquecer o importante contributo que algumas localidades têm dado à vidraria, para além, obviamente, da Marinha Grande que, desde a 2.<sup>a</sup> metade de Setecentos, se transformou na capital do vidro e, mais recentemente, também na dos moldes. Refiro-me, por exemplo, ao Covo-Oliveira de Azeméis, a Ílhavo e à Vista Alegre – frequentemente mais associada à porcelana que ao vidro – e às margens do Douro, como, entretanto, veremos.

Recordarei, antes de prosseguir, que aquilo que acabo de enunciar, de forma sucinta, é devidamente esclarecido e fundamentado, num estudo mais desenvolvido, intitulado *História do Vidro e do Cristal em Portugal*, há pouco publicado (Lisboa, Edições INAPA, 2002).

## 2. ORIGENS DA INDÚSTRIA VIDREIRA NO VALE DO DOURO

As origens da produção vidreira nas margens do Douro, fundamentalmente na zona de Vila Nova de Gaia, remontam ao tempo da Revolução Liberal. Todavia, além de não dispormos ainda de um estudo desenvolvido acerca do assunto, escasseiam as respectivas fontes. Restam-nos, pois, informações dispersas, das quais se pode inferir o que, seguidamente, passo a sintetizar.

Entre os anos de 1830 e os finais do século XIX, terão existido naquela área, pelo menos, duas vidrarias: uma oficina e uma manufactura. Vejamos o que sobre elas se conseguiu averiguar.

**Fábrica de Paço de Rei.** Acerca desta escreveu Gonçalves Guimarães, após aludir a outras unidades industriais localizadas em Gaia: “Também no sector vidreiro instala-se uma unidade em vila Nova de Gaia mas que parece ter funcionado apenas depois da vitória liberal: Francisco da Rocha Soares (filho) montou na sua quinta de Paço de Rei uma fábrica de vidro em data anterior a 1839, a qual laborou pouco tempo” (GUIMARÃES, 1997: 59). Segundo informa o mesmo autor, ainda existem ruínas daquela unidade, das quais reproduz uma fotografia (idem: 60).

Pouco mais se sabe, acerca desta unidade. Vasco Valente, reportando-se aos negócios do dito empresário, Francisco da Rocha Soares, falecido em 1857 (o qual obteve considerável sucesso com a sua fábrica de cerâmica de Miragaia, inclusive exportando os respectivos produtos), notou: “Na sua quinta de Paço de Rei, em Mafamude, montou, também, uma fábrica de vidros, empresa que lhe acarretou grandes dispêndios e prejuízos” (VALENTE, 1936: 78-79).

Na ausência de outras informações, pouco mais poderemos acrescentar. Pinho Leal (no seu *Portugal Antigo e Moderno*, ao focar a freguesia de “Mafamude”), afirma, em 1875: “Há, nesta freguesia, muitas e boas quintas, uma fábrica de fundição de panelas de ferro, fábricas de louça (de barro preto e de faiança), uma fábrica de vidros e várias de tecidos de linho e algodão”. A fazer fé neste testemunho, a Fábrica de Paço de Rei ainda estaria activa, em 1875. Ou ter-se-ia Pinho Leal equivocado, confundindo-a com a do Cavaco, a que, entretanto aludirei? Inclino-me mais para esta segunda hipótese.

Por outro lado, também não parece confirmar-se a existência de uma outra fábrica de vidros – Fábrica de Vidros do Bom Sucesso, localizada em Vila Nova de Gaia, em 1825 (COSTA, 1994: 100) –, como, aliás, já foi notado por G. Guimarães (*op. cit.*: 187, n. 112).

**Fábrica do Cavaco ou Fábrica do Cais do Vale da Piedade.** Esta, também localizada na margem esquerda do rio Douro e a jusante da anterior, foi instalada em 1853 e terá laborado até finais de Oitocentos.

Por ter trabalhado cerca de meio século, pela competência técnica dos seus fundadores (franceses), pelos produtos fabricados e pela mão-de-obra ocupada, as informações sobre ela são mais abundantes, pelo que sublinharei, em seguida, as que considero mais significativas.

O referido ano da fundação, 1853, deduz-se das declarações feitas pelo seu

responsável, aquando do *Inquérito Industrial de 1881*, das quais consta a seguinte: “Existe há 28 anos”. Antes de analisarmos a sua evolução, nas cerca de três décadas decorridas entre 1853 e 1881, vejamos algo acerca do desenvolvimento da mencionada vidraria, nos primeiros doze anos de existência (1853-1865).

A Fábrica do Cavaco já apresentou os seus produtos, na Exposição Industrial do Porto de 1861. Foram também expostos vidros da Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande e da Fábrica do Covo, Oliveira de Azeméis. Referindo-se àquela, escreveu um observador coevo: “A par do pequeníssimo contingente da Marinha [Grande], sobressaem as largas vidraças e belas redomas da **fábrica do Cavaco**, em Vila Nova de Gaia, que tanto crédito dá à perícia técnica dos directores, os senhores André Michon e Casimir Pierre”. E acrescenta: “As redomas, principalmente, chamam a atenção pela barateza do seu custo, e dão explicação ao abatimento de preço, que se havia verificado nos armazéns de venda. Pessoas vimos admirarem o preço de 4\$000 réis inscrito numa redoma, de secção oval, e o de 1\$500 noutra, de secção circular” (LUCIANO, 1861: 93).

Quatro anos mais tarde, os vidros da Fábrica do Cavaco compareceram, igualmente, na Exposição Internacional do Porto 1865 (a primeira realizada na Península Ibérica, para a qual foi edificado o Palácio de Cristal, à semelhança do famoso *Crystal Palace*, destinado à 1.<sup>a</sup> Exposição Universal de 1851, em Londres), tendo sido uma das seis unidades do país ali representadas.

Tratava-se do expositor n.º 1287, assim descrito no respectivo catálogo: “**André Michon Casimir Pierre**, *Vila Nova de Gaia*. Mangas de vidraça por estender, redomas ovadas, quadradas, cilíndricas, telha de vidraça, vidro cortado etc.” (*Catálogo da Exposição do Porto. 1865*, 1865: 88).

Das informações transcritas podem inferir-se:

- a) A iniciativa, como aliás muitas outras no sector, entre os séculos XVI e XIX, ficou a dever-se a estrangeiros, no caso presente franceses. Tratava-se de dois empresários e não de um, como poderia deduzir-se da forma como os nomes estão indicados no dito catálogo de 1865 (este lapso detecta-se noutras obras, onde “Casimir Pierre” aparecem como se fossem apelidos de André Michon). Acrescente-se que André Michon, além de empresário, era ainda um técnico vidreiro prestigiado, inclusive como fornalista. Explorou também, durante algum tempo, uma fábrica de vidraça na Figueira da Foz (em Buarcos, próximo do actual cemitério), a qual foi fundada provavelmente em 1858 (MENDES, 1984: 240).
- b) A manufatura do Cavaco dedicava-se ao vidro plano, vulgarmente chamado vidraça, especialidade que se havia aperfeiçoado consideravelmente em França (de modo especial, através dos processos de vidro coado ou vazado e da produção de mangas). O sector do vidro de embalagem, de que falarei posteriormente, só mais tarde viria a desenvolver-se e a autonomizar-se, entre nós.

Ao fim de quase três décadas de funcionamento, no *Inquérito Industrial de 1881* – fonte de importância extraordinária para o conhecimento da industrialização, em Portugal, nos primeiros três quartéis de Oitocentos –, fornece alguns dados do maior interesse sobre a Fábrica do Cavaco. Aí se pode ler:

“Existe há 28 anos [portanto, como se disse já, desde 1853], sob a direcção do dono, que é em pessoa o construtor do forno, levantado em cada campanha. Tem dado lucros consideráveis, mas há anos que os preços de venda baixaram consideravelmente pela concorrência da fábrica da Marinha Grande. Emprega 18 operários, franceses e portugueses. Os primeiros são 4, vencendo, 1, 1\$800 réis e, 3, a 1\$600 réis ao dia; os segundos, carregadores e serventes do forno, são 14, com salários de 320 a 240 réis por dia de dez horas úteis de trabalho. Não foi declarada a importância da produção, que acaso poderá avaliar-se, a serem exactos os números acusados de consumo em: carvão de pedra – 500 toneladas; soda – 40 toneladas; seixo (de Crestuma) – ? Cal (da Figueira) – ?” (*Inquérito Industrial de 1881. Relatório...: 271-272; Inquérito directo. II parte, visita às fábricas*, livro 2.º: 183).

Que ilações poderão extrair-se do exposto? Tratava-se já, para o meio industrial português, de um média empresa (com cerca de duas dezenas de operários e ainda não mecanizada) que poderemos incluir na categoria de *manufactura*. A tecnologia utilizada e os métodos produtivos eram, por certo, de origem francesa, pois os 14 operários portugueses apenas desempenhavam funções acessórias, designadamente como “carregadores” e “serventes do forno”. E, como o saber-fazer especializado, sobretudo se importado, tem um preço substancialmente mais elevado que o trabalho local, os técnicos franceses ganhavam, em média, cerca do quántuplo dos carregadores e ajudantes portugueses.

Posteriormente, as informações relativas à dita vidraria começam, novamente a rarear. Em 1887, referindo-se ao estado da indústria do vidro no País, sublinhava Joaquim de Vasconcelos: “No Museu Industrial do Porto [que havia sido inaugurado recentemente], estão representadas as fábricas do **Sr. Michon**, do Cabo Mondego e a da Marinha Grande. Esta última, que produz variadíssimos objectos (cerca de 2 000 números), organizou uma exposição muito interessante, que produz belíssimo efeito”. E acrescente o autor citado: “É inegável que a indústria do vidro tem prosperado e trabalhado, não há dúvida, mas parece-nos que tem ainda de fazer um grande esforço para excluir do mercado nacional artefactos [importados] que são triviais e indispensáveis. Basta recordar só uma espécie: as **garrafas pretas e brancas para vinho**, que importamos em grande escala, e que representam uma quantia avultada” (VASCONCELOS, 1983: 107).

A Fábrica do Cavaco ainda estaria activa em meados dos anos de 1890, segundo uma carta da empresa dos sucessores de André Michon e Casimir Pierre, datada de *Vila Nova de Gaia, 11 de Junho de 1895* (GUIMARÃES, 1997: 75). Terá encerrado pouco depois, em data desconhecida.

### 3. SUCESSO DA INDÚSTRIA DE GARRAFARIA NAS MARGENS DO DOURO

Até finais do século XIX, as unidades vidreiras instaladas em Portugal, eram polivalentes e, logo, não especializadas. A maior parte, tendo começado por produzir vidraça, veio depois a dedicar-se também à produção de vidro de embalagem e de numerosos outros objectos, genericamente incluídos no ramo da cristalaria.

A especialização, por sectores, não obstante uma ou outra tentativa levada a cabo ao longo do século XIX, só viria a concretizar-se, verdadeiramente, a partir de 1889-1890, com a instalação, no Seixal, da Fábrica da Amora, exclusivamente dedicada à produção de garrafas comuns, para vinho e outras bebidas.

Portugal seguia, afinal, na senda daquilo que, cerca de uma década antes, já se verificava em alguns outros países, como era sublinhado por um empresário vidreiro, em 1881: “O fabrico da garrafa preta ou verde é no estrangeiro uma indústria à parte e as fábricas, assim como os operários que as fazem, não se ocupam de outra coisa, nem sabem mais nada, podendo desta forma produzir muito e barato” (*Inquérito Industrial de 188. Inquérito directo*, livro 1.º: 1881: 367).

Quanto à vidraça, devido à maior complexidade do processo e aos elevados custos do investimento, só em 1941 se deu passo análogo, com o arranque da COVINA, em Santa Iria da Azóia, nas proximidades de Lisboa.

Considerando apenas o **vidro de embalagem**, de acordo com o título do trabalho que me propus apresentar, a semiautomatização, primeiro, e a automatização, em seguida, levaram a circunscrever a produção a um número reduzido de localidades e de fábricas.

Numa primeira fase (inícios do século XX), a *Amora* concentrou a produção da garrafaria preta. A propósito, sublinha José Pedro Barosa: “a Amora concentra [em 1903] a totalidade da produção da garrafaria ‘preta’, isto é, em vidro escuro. Continua apenas, nas outras fábricas, a produção de garrafas em vidro branco, geralmente subproduto da produção de vidraça, cujo vidro (esverdeado) é partilhado com aquela produção” (BAROSA, 1996: 68).

Mais tarde, novos centros de produção automática de garrafa preta se foram constituindo. Assim, após a desactivação daquela fábrica, a produção automática de garrafaria ficou a ser assegurada, como o é actualmente, por fábricas modernas, de produção automática, localizadas, respectivamente, na Marinha Grande, na Fontela-Figueira da Foz e em Avintes-Vila Nova de Gaia. Pela sua relação com a temática do presente Encontro, vejamos, em traços largos, as origens e a consolidação deste último e importante pólo vidreiro.

Durante aproximadamente duas décadas (anos 1890-1919), a tradição da indústria vidreira, nas margens do Douro, é interrompida. Assim, a garrafaria ali utilizada era fornecida por unidades, situadas noutras zonas do país, ou importada. Foi então que os responsáveis pela empresa proprietária da já referida Fábrica da Amora (Companhia das Fábricas de Garrafas na Amora) resol-



veram instalar uma fábrica de garrafas, junto ao rio Douro, desta vez na margem direita. Com efeito, em 1918 (14 de Março), a Câmara Municipal do Porto autorizou a dita sociedade a construir um edifício em terreno pertencente à Quinta do Freixo, em Campanhã. Aí viria a laborar uma importante fábrica de vidro de embalagem, durante precisamente meio século (1919-1969). Nas respectivas instalações, remodeladas e adaptadas, está actualmente instalada a sede da empresa de construção, Mota & C.<sup>a</sup>.

### 3.1. Período de transição: 1919-1930

Pouco mais de ano e meio após a concessão da licença, pela Câmara Municipal do Porto, para a dita construção, no *Jornal de Notícias* (de 26 de Outubro de 1919), era dado grande relevo à inauguração da **Fábrica de Rego Lameiro**, através de uma extensa reportagem, ilustrada fotograficamente.

O título do relato, embora um tanto extenso, é elucidativo do entusiasmo com que o jornalista aplaudia aquele evento: “Sucursal no Porto da Fábrica de Garrafas da Amora. Mais uma demonstração eloquente do engrandecimento e valor industrial da cidade do Porto. A inauguração d'uma grande fábrica que honra sobremaneira a iniciativa portuguesa – O que pode o capital, aliado ao trabalho produtivo e fecundo – Notas impressivas d'uma visita e ‘reportage’ d'uma festa”.

São descritas as instalações (dois grandiosos pavilhões e suas adjacências), as gigantescas chaminés (com a altura de 42 e de 28 metros, respectivamente), o sector da composição, os fornos, a tecnologia instalada, a capacidade produtiva e a mão-de-obra ocupada. Esta era constituída por 450 operários; a fábrica tinha laboração contínua e a sua capacidade de produção semanal atingia as 150 000 garrafas. Quanto à capacidade do forno (a tanque), pode ler-se: “Também tivemos ocasião de observar o funcionamento daquela grande fornalha que pode comportar 110 toneladas de massa”. São ainda referenciados os processos de fabrico, semiautomático (ilustrado, através de uma imagem) e manual.

Poder-se-á perguntar: que factor ou factores terão induzido os responsáveis, pela Fábrica da Amora, a instalar uma moderna e bem apetrechada unidade vidreira, no Norte do País? Ao invés do que sucedeu com a deslocação da indústria vidreira, de Coima para a Marinha Grande, em meados do século XVIII – em que o principal factor atractivo foi a proximidade do combustível, em abundância, no Pinhal do Rei, situado muito próximo –, no presente caso o apelo já vinha da parte de um mercado com grandes potencialidades, numa região vinícola por excelência. É que o abastecimento de energia, de importância fundamental na produção do vidro, com o vapor e a electricidade, havia-se libertado da lenha – e, no caso de indústrias como a têxtil, também da água –, isto é, dos constrangimentos impostos pela natureza.

No fundo, esta ideia encontra-se expressa pelo autor da mencionada reportagem, destacando a necessidade de, no rescaldo de uma guerra que tinha implicado pesados encargos (como é sabido, a I Guerra Mundial, de 1914-18),

se desenvolver a produção industrial e agrícola, auxiliada pela actividade comercial, ao sublinhar: “No artigo especial a que nos dedicamos [ou seja, no **vidro**], enlaçamos aquela tríplice cooperação: no país do vinho, uma das mais valiosas produções do nosso solo *agrícola* gera um movimento *comercial* de exportação, que é o mais importante, e o qual nós auxiliamos, fornecendo pelas nossas empresas *fabris* o invólucro indispensável – a *garrafa* –, conseguindo nacionalizar uma indústria, procurando afastar do mercado a concorrência estranha, substituindo-a completamente para que o trabalho, a mão-de-obra e o capital português auferam os lucros que iriam, pela importação do artigo, beneficiar outros países”.

Entretanto, nos inícios da década de 1920, a Companhia das Fábricas de Vidro na Amora passou por dificuldades financeiras – atingindo, em 1923, um passivo de cerca de 3 000 contos –, pelo que foi decidido alienar a Fábrica de Rego Lameiro. Assim, por escritura de 2 de Maio de 1923, aquela vende a dita fábrica à Companhia Vidreira do Norte de Portugal, pela importância de 2 200 contos.

Do que consta da mencionada escritura e documentos anexos permito-me destacar, pelo seu significado:

- a) as duas empresas, por acordo mútuo, deliberaram efectuar *uma partilha do mercado nacional de garrafas pretas*, pelo rio Mondego, nos seguintes termos: “Dentro da orientação de exercer a nossa acção nas regiões onde exploramos as nossas indústrias [documento da empresa compradora], ficaria assente que essa Companhia [da Amora] não forneceria mais garrafas pretas para a parte do norte do rio Mondego, assim como nós não as forneceremos para o sul do mesmo rio, sob pena de importar responsabilidade por perdas e danos do infractor contra a outra parte”;
- b) por sua vez, em documento emitido pela *Amora*, confirma-se a importância do mercado nortenho para o artigo “garrafas pretas”. Nele se afirma: “o facto de perdermos a clientela do Porto, *a mais importante até hoje para a Companhia por ser aquele o mercado onde tem mais largo consumo a garrafa preta do nosso fabrico*, não impede que dediquemos a nossa atenção, dando todo o desenvolvimento de que é susceptível, à Fábrica da Amora, no fabrico de garrafas brancas, frascaria e outros produtos desta indústria”.

Em 1925, a unidade em foco já adoptava uma nova designação: “Fábrica de Garrafas *RIO DOURO*”. Em ofício, então dirigido ao Governador Civil do Porto, indica-se o horário dos turnos adoptados na Fábrica: 1.º, das 8 às 16 horas, com uma hora de descanso das 12 às 13; 2.º, das 16 às 24, com 1 hora de descanso das 20 às 21; e 3.º, das 24 às 8 horas, com uma hora de descanso das 4 às 5 horas. Note-se que este horário dos turnos, diferente do adoptado nas fábricas vidreiras da Marinha Grande (1.º, 5-13; 2.º, 13-21; e 3.º, 21-5 horas), se manteve até hoje, na fábrica Barbosa & Almeida, à qual aludirei em seguida.

### 3.2. Barbosa & Almeida: de uma pequena empresa comercial a um grande grupo internacional, na produção de vidro de embalagem

Recuando um pouco no tempo, deparamo-nos com a constituição, na cidade do Porto, de uma sociedade comercial, em nome colectivo, denominada *Barbosa & Almeida*, com sede e seu principal e único estabelecimento sito na rua Mouzinho da Silveira (n.º 44-1.º andar). Foram seus sócios fundadores Raul da Silva Barbosa e Domingos de Almeida, cujos apelidos continuam a constar da firma BA – Fábrica de Vidros *Barbosa & Almeida*, SA.

Em 1921 (por escritura de 4 de Agosto), constituiu-se nova sociedade – *Barbosa & Almeida, Ld.<sup>a</sup>* –, com a entrada de novos sócios e aumento de capital (que passa a ser de 500 contos), continuando a dedicar-se ao ramo comercial.

Por seu turno, em 1930, a sociedade foi remodelada – mantendo, porém a mesma designação –, com a entrada de novos sócios (por cedência de cota de alguns dos anteriores) e um alargamento do respectivo objecto que, além de todas as operações mercantis que a sua gerência julgue convenientes, passaria a incluir igualmente a de “explorar a indústria de vidros na dita sua fábrica e noutras que vier a adquirir”. O capital social foi elevado para 1 000 000\$00.

Deste modo, a *Barbosa & Almeida*, de comerciante de vidros e outros artigos, passava a fabricante de vidro de embalagem (1930), pela aquisição da já referida Fábrica de Rego Lameiro (posteriormente designada, como vimos, Fábrica de Garrafas “Rio Douro”), a qual, aquando da sua aquisição pela *Barbosa & Almeida, Ld.<sup>a</sup>*, pertencia à Empresa de Vidros e Garrafas do Porto, Ld.<sup>a</sup>.

Ao fim de uma década de laboração, a unidade vidreira a que nos reportamos era assim publicitada (1940): “**Garrafas e garrafões.** Todos os tipos e capacidades. Garrafas de litro e meio litro com rolhas de parafuso. Fabrico esmerado e aos mais reduzidos preços. **Barbosa & Almeida, Lda.** Escritório: Rua Mouzinho da Silveira, 62-1.º. Telefone, 1405 (P. B. X.), PÔRTO” (*Memória...*, 1940).

Porém, muito mais completo e elucidativo, para o conhecimento da Fábrica de Vidros da *Barbosa & Almeida*, é um outro documento, precisamente do mesmo ano (“Inventário Geral da Fábrica, em 31 de Dezembro de 1940”), que se encontra no arquivo da empresa. Nele se descrevem, minuciosamente, todos os bens existentes na altura, nas diversas secções da unidade. Através dele ficamos a conhecer: o equipamento, mobiliário e tecnologia instalados, os tipos de artigos fabricados (por meio dos respectivos moldes), as matérias-primas e o combustível utilizados, os produtos em “stock”, etc. Das muitas ilações que daquele se podem tirar, saliento apenas os seguintes exemplos:

- i. na casa das máquinas encontravam-se, além do mais, uma máquina a vapor (de 50 HP) e um dínamo-motor (de 20HP);
- ii. dispunha, então, de dois fornos: o forno n.º 1, a tanque, sistema “Siemens”; e o forno n.º 2, por certo a potes;
- iii. já então eram utilizadas 15 máquinas semiautomáticas, descritas como “máquinas de fazer garrafas e acessórios”;

- iv. na casa da composição era usado um britador mecânico;
- v. como meios de transporte próprios ainda se indicam, apenas: um carro, com rodas de ferro, para transportar caixas com garrafas; 4 barcas e acessórios.

O elevado número de moldes referenciado (109 mecânicos e 15 manuais, para garrafas, e 9 para garrafões) revela a grande diversidade de garrafaria produzida. Cerca de um terço dos moldes de garrafas destinava-se ao vinho, com destaque, obviamente, para o Vinho do Porto. Várias empresas, que comercializavam marcas de vinho bem conhecidas (entre as quais, a Companhia Velha, a Ramos Pinto e a Porto Calém), eram, já na altura, clientes da Barbosa & Almeida.

Encontrava-se armazenado um número considerável de garrafas e garrafões (para abastecimento normal, do mercado? Ou já como efeito das dificuldades, resultantes do conflito mundial, desencadeado no ano anterior?); aquelas totalizavam quase um milhão (895 934), na Barbosa & Almeida (em Campanhã) e, os garrafões, empalhados, 22 219. Referenciam-se, também, as existentes noutras fábricas (fornecidas por aquela, à consignação?), nomeadamente nas seguintes: Roldão, Marinha Grande (50 909), Pataias (162 929) e Fontela (12 921).

Não sendo este o lugar adequado para esmiuçar o desenvolvimento da empresa, nas seis décadas imediatas, apenas se referirão alguns factos marcantes dessa trajectória.

O processo de automatização teve início, o mais tardar, em 1947 – pois já então se encontrava instalada uma máquina *Lynch*, de 6 moldes –, tendo prosseguido até ao final da década de 60, a exemplo do que se verificara, no mesmo período, noutras unidades (como na Santos Barosa e na Ricardo Gallo, na Marinha Grande). Em 1965, com a instalação de uma terceira máquina do mesmo tipo, a respectiva produção semanal aumentou para 350 000 garrafas.

Entretanto, a evolução da empresa, num período de acentuado crescimento económico – última década dos já chamados “30 anos de ouro da economia” –, levou a equacionar a problemática da remodelação das instalações, em Campanhã, ou a construção de uma nova unidade, como veio a suceder, em local mais espaçoso e sem os constrangimento de circulação que rodeavam a Fábrica de Rego Lameiro.

Acrescente-se que o desenvolvimento extraordinário da empresa, em meados dos anos 1960, foi estimulado pelo aumento da exportação de garrafas para Espanha. Com efeito, com a proibição da venda de bebidas a granel – e a consequente exigência do seu engarrafamento –, o consumo de garrafas, no país vizinho, mais que duplicou, de 1962 para 1963 (passando de 150 para 360 milhões de unidades). A Espanha passou a ter um défice anual de 1 milhão de garrafas. Consequentemente, pode ler-se num documento da empresa (anexo à acta de 24.11.1964): “exportando para Espanha, ainda que a preço não muito compensador, prolonga-se a nossa campanha vidreira”.

Por seu lado, também o mercado português de garrafas se expandia. Como sublinha Gaspar Martins Pereira (*Dicionário de História de Portugal*, vol. IX,

supl., p. 600): “O valor das exportações [de Vinho do Porto] quase triplicou, entre 1960-1964 e 1970-1974, passando dos cerca de 380 mil contos para mais de 1 milhão de contos por ano. Um dos aspectos que mais pesou na valorização do vinho do Porto exportado foi, sem dúvida, o crescimento do peso do vinho engarrafado no conjunto das exportações”.

Voltando à Barbosa & Almeida, foi então comprado um terreno para as novas instalações (com uma área de 95 830 m<sup>2</sup>), no lugar de D. Julião, no limite de Aldeia Nova, freguesia de Avintes, concelho de Vila Nova de Gaia. Graças a um vultuoso investimento (inclusive com o recurso ao financiamento de 25 000 contos, pelo Banco de Fomento Nacional) e ao apoio técnico de uma firma alemã da especialidade (“Glasswerke Ruhr”), a nova unidade, ampla, automatizada e utilizando equipamento do mais moderno então existente, começou a laborar em Setembro de 1969.

Nas últimas três décadas, os responsáveis pela Barbosa & Almeida adoptaram uma estratégia de expansão, internacionalização e modernização, transformando uma empresa, de capital familiar, num grupo cotado em bolsa (desde 1987), o qual detém, actualmente, quatro fábricas a produzir vidro de embalagem, duas em Portugal (uma em Avintes-Vila Nova de Gaia, onde se localiza a respectiva sede do grupo, e outra na Marinha Grande, ex-CIVE) e duas em Espanha.

Registou diversos aumentos de capital, inclusive com a participação de empresas e grupos bem conhecidos (como a Santos Barosa e a Ricardo Gallo, suas congéneres, a SOGRAPE (Sociedade Comercial de Vinhos de Mesa de Portugal, Ld.<sup>a</sup>) e, mais recentemente, a SONAE (1998).

A relação da empresa com o vinho (sem esquecer, naturalmente, outros mercados: águas minerais, cerveja, refrigerantes, etc.) e, de modo particular, com o Vinho do Porto continua a ser muito forte. A progressiva substituição da venda de vinho a granel pelo engarrafado teve que ser acompanhada por um aumento considerável na produção de embalagens, para o que também contribui o uso da não reutilização da garrafa. Em 2001, foram vendidos para Vinho do Porto, pela indústria nacional (no país e exportados), 168 milhões de embalagens.

Actualmente, a Barbosa & Almeida é o principal fornecedor do mercado do Vinho do Porto, produzindo vidro de diversas cores: branco, verde, verde escuro e preto. Segundo informação fornecida pela própria Empresa (cuja colaboração me cumpre agradecer, publicamente, com destaque para o seu Director Executivo, Eng.º António Vasconcelos), “para o Vinho do Porto Vintage, Barbosa e Almeida desenvolveu um modelo e cor de vidro especialmente para este produto, tendo em atenção o rigor da óptima vedação/estágio e protecção solar”.

É tempo de concluir. Antes, porém, apenas gostaria de sublinhar:

- a) O Douro Litoral (concelhos de Vila Nova de Gaia e do Porto), ao longo de mais de século e meio – apenas com uma ligeira interrupção –, têm marcado presença na produção vidreira.

- b) Sem esquecer o papel, sempre decisivo, dos empresários – a quem cabe, em última análise, tomar decisões, também no que toca à localização das suas unidades produtivas –, o notável progresso, registado na produção de garrafaria, a partir de 1919, não pode compreender-se sem se considerar a proximidade de um importante mercado, constituído por vários géneros de vinho (do Porto, em primeiro lugar, mas também dos vinhos verdes e dos vinhos da zona do Dão-Lafões).
- c) Assim, ao focar-se a importância socioeconómica do vinho, há que aludir ao efeito indutor desse produto, elemento importante da riqueza nacional, bem como ao *cluster* que o mesmo integra (além da embalagem de vidro e da respectiva rotulagem, a indústria corticeira, ao fornecer as respectivas rolhas, a produção de tanoaria, o transporte e a própria comercialização), bem como ao seu contributo no conjunto das exportações.
- d) Por último, dever-se-á acrescentar que o tradicional saber-fazer vidreiro – exercido pelos mestres e artistas, que constituíam uma certa “aristocracia operária” –, cuja tradição, no caso do Douro, não era significativa, foi colmatado pela máquina automática. Esta, com um ritmo de produção impressionante, levou a que a embalagem de vidro, de artigo de luxo noutros tempos, se transformasse num produto de consumo de massas, susceptível de ser comercializado a baixo preço. No que a Portugal diz respeito, nunca é demais recordar o papel do vinho nesse processo, embora sem esquecer o desempenhado, também, por outras bebidas.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

- BAROSA, José Pedro (1996), “As Fábricas de garrafas da Amora: 1888-1926, I parte: Uma empresa e uma fábrica: 1888-1904”, *Estudos e Documentos*, n.º 2.
- Catálogo Oficial da Exposição Internacional do Porto em 1865* (1865), Porto: Tipografia do Comércio.
- COSTA, Maria Paula (1994), “O Centro Vidreiro do Norte de Portugal – Origem do vidro e seu historial”, *Al-Vária. Arquivo de Estudos Regionais*, t. I (1-2).
- GUIMARÃES, Gonçalves (1997), *Memória histórica dos antigos comerciantes e industriais de Vila Nova de Gaia. Livro do Centenário da Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Gaia. 1897-1997*, Vila Nova de Gaia: Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Gaia.
- Inquérito Industrial de 1881. Inquérito directo*, II parte: *Visita às fábricas*, livro 2.º (1881), Lisboa: Imprensa Nacional.
- “Inventário geral da Fábrica [de Barbosa & Almeida] em 31 de Dezembro de 1940” (Arquivo da BA – Fábrica de Vidros Barbosa & Almeida, S. A.).
- “Sucursal no Porto da Fábrica de Garrafas da Amora...”, *Jornal de Notícias*, de 26 de Outubro de 1919.
- LUCIANO, A., *Exposição Industrial do Porto em 1861* (1861), Porto: Tipografia do Diário Mercantil.
- Memória e Descrição do Grande cortejo do Trabalho. Porto 5 de Julho. 1140-1640-1940* (1940), Porto.
- MENDES, José Amado, *A Área Económica de Coimbra. Estrutura e Desenvolvimento Industrial, 1867-1927* (1984), Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro.

- MENDES, José Amado (2002), *História do Vidro e do Cristal em Portugal*, Lisboa, Edições INAPA.
- PEREIRA, Gaspar Martins (1999), “Vinho do Porto” *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX, Suplemento P/Z (coords. António Barreto e Maria Filomena Mónica) Lisboa: Livraria Figueirinhas.
- VALENTE, Vasco (1950), *O vidro em Portugal*, Porto: Portucalense Editora.
- VASCONCELOS, Joaquim (1983, 1.<sup>a</sup> ed., 1887), *Indústrias portuguesas* [“Vidros e cristais”] (org. e pref. de Maria Teresa Pereira Viana), *Estudos e Materiais*, Lisboa: Instituto Português do Património Cultural/Departamento de Etnologia.

# FORMAS DE ARMAÇÃO DO TERRENO NO ALTO DOURO VINHATEIRO: PROTECÇÃO E GESTÃO DA PAISAGEM

*Natália Fauvrelle*

## O ALTO DOURO VINHATEIRO

O Alto Douro Vinhateiro (ADV) é uma paisagem cultural evolutiva viva reconhecida como Património Mundial pela UNESCO desde Dezembro de 2001. Esta paisagem vitícola é um tipo específico de paisagem agrícola representada pela sua produção e pelo uso do solo. Abrangendo uma superfície de 24.600 ha, a zona classificada pretende ser uma mostra da Região Demarcada do Douro (RDD), a primeira região vitícola do mundo a ser demarcada e regulamentada. Esta ocupa uma área de cerca de 250 000 ha ao longo do vale do rio Douro entre a povoação de Barqueiros (Mesão Frio) e Barca d'Alva (Figueira de Castelo Rodrigo), reunindo freguesias de 21 concelhos.

A região é tradicionalmente dividida em três sub-regiões: o Baixo Corgo, o Cima Corgo e o Douro Superior<sup>1</sup>. Estas apresentam características um pouco diferentes em termos de especificidades climáticas e orológicas, o que se reflecte na própria paisagem. Assim, a zona do Baixo Corgo, com maior facilidade de ligação às cidades do litoral, apresentou um desenvolvimento mais precoce em termos de ocupação do espaço, logo seguida pelo Cima Corgo. Embora seja a sub-região com menores dimensões, é no Baixo Corgo que ainda hoje encontramos a maior concentração de vinhas, não só por estes motivos históricos mas pelas próprias características do solo, mais fácil de trabalhar por ser menos inclinado, e do clima, mais húmido e fértil. O mesmo já não aconteceu com o Douro Superior, fechado à região oeste pelo Cachão da Valeira até finais do século XVIII. A expansão da vinha como cultura dominante só se verificou em finais do século XX, o que se traduz numa paisagem diferente da restante RDD.

A selecção da área a candidatar à UNESCO teve por base esta evolução, procurando assim unidades de paisagem que melhor pudessem testificar a singularidade e excelência deste património.

## FORMAS DE ARMAÇÃO DO TERRENO

Geologicamente o Douro está inserido numa zona do complexo xisto-grauvácico pré-ordovício, que se estende ao longo das encostas do vale do Douro



e das secções inferiores dos seus afluentes, delimitada por formações graníticas<sup>2</sup> onde já não é possível o plantio da vinha. Devido à constituição da própria rocha, não há muito solo para trabalhar e o que existe encontra-se muito próximo da rocha mãe. Daqui a necessidade de criar solo através de surribas.

Grande parte dos terrenos de cultivo do ADV são antrossolos, isto é, “solos em que a acção antrópica teve uma influência absolutamente determinante nas suas características, através de mobilização profunda com desagregação da rocha e mistura de camadas, por vezes com movimentação de terras, geralmente acompanhada de fertilizações e a consequente alteração do perfil do solo”<sup>3</sup>. Estes solos apresentam uma espessura variável, bastante pedregosidade à superfície e no interior devido à fragmentação da rocha através das surribas, mas são muito favoráveis ao crescimento das vides, pois permitem uma maior fixação das raízes e da água, evitam a erosão e conseguem manter uma temperatura constante, pois reflectem os raios solares durante o dia e acumulam calor para sobreviverem às temperaturas nocturnas<sup>4</sup>.

Criado o solo é necessário retê-lo para o plantio da vinha e de outras culturas características da região. As técnicas de armação das encostas têm variado consoante as épocas, de acordo com um maior ou menor crescimento económico e populacional e com a evolução das tecnologias. Podemos dividir em dois grupos distintos os tipos de armação encontrados no ADV. Por um lado, as formas tradicionais ou históricas, caracterizadas pela utilização de muros de xisto como suporte do solo, e, por outro, as formas modernas, mais recentes, que visam a mecanização do maior número de tarefas culturais.

### Formas tradicionais/históricas

A solução mais antiga de armação do terreno, utilizada até eclosão da filoxera, consiste na construção de muros de pedra solta, dispostos em socalcos, que retêm o solo e permitem utilização da pedra sobrando da surriba e da rocha mãe, que serve de base à parede. A proximidade entre os muros varia de acordo com o declive do terreno.

Estes socalcos, conhecidos como *pré-filoxéricos*, apresentam muros geralmente baixos, com terraços horizontais e estreitos, comportando uma ou duas fiadas de vinha não aramada, que acompanham as curvas de nível, resultando num desenho curvilíneo e harmonioso da paisagem.

Em grande parte abandonados com a crise filoxérica, subsistem ainda algumas manchas desta forma de armação. A maioria foi invadida por espécies herbáceas e arbustivas autóctones, que caracterizam o mato mediterrâneo, sendo vulgarmente chamados de “mortórios”. Outros foram recolonizados por olival, amendoal, ou mesmo por vinha com bacelo americano enxertado com as variedades autóctones.

Em alguns panos de muro permanecem testemunhos pré-filoxéricos de plantação da vinha em *pilheiros*, uma técnica que consistia na plantação do bacelo em aberturas quadrangulares deixadas nos muros de suporte dos calços

e dos caminhos. Além de deixar livres os terraços para outras culturas, como a do cereal, eliminava uma parte do trabalho de solo e permitia plantar um número adicional de vinha, constituindo um suplemento da produção.

1. Socalcos pré-filoxéricos (V. N. Foz Côa, Arnozelo)



A invasão da filoxera obrigou a uma significativa mudança na viticultura tradicional duriense com a introdução dos porta-enxertos americanos, cujas raízes coabitam naturalmente com o insecto. O sistema radicular desta nova espécie vai exigir uma surribo mais profunda, além de introduzir uma nova operação cultural, a enxertia com as castas tradicionalmente utilizadas na produção dos vinhos da região. A filoxera trouxe também a escassez de mão-de-obra uma vez que grande parte da população, na miséria, emigra para outras regiões ou para fora do país. Tal facto obrigou a uma optimização dos meios por forma a assegurar a produção. Em consequência, assiste-se uma alteração da paisagem do ADV.

Rompem-se novos terraços, caracterizados por uma menor quantidade de muros, mais altos e largos, desenhados segundo um traçado em linhas rectilíneas. Muros mais fortes permitem a sustentação de mais terra, uma redução do declive e a plantação de mais pés de vinha, já que estes terraços permitem a plantação 20 a 40 ou mais fiadas de videiras, já com esteiros de xisto e aramadas.

Com maior incidência dentro do ADV, este tipo de socalco apresenta algumas variações que derivam da inclinação do terreno, da habilidade dos pedrei-

## 2. Mancha de socalcos pós-filoxéricos (Alijó, Qta. do Noval)



ros e mesmo da qualidade da pedra, formando vinhas com valor cénico mais ou menos acentuado. As técnicas de construção empregues aplicam conhecimentos antigos, transmitidos de geração em geração, sendo ainda os mesmos que se utilizam na reconstrução feita na actualidade.

A construção dos muros é executada por pedreiros e/ou trabalhadores rurais, que auxiliam carregando as pedras. O muro parte de uma base larga, diminuindo até ao topo. A técnica utilizada, tendo em vista a maior economia de meios, consiste no progressivo estreitamento do muro em cada fiada, o que também aumenta a resistência à pressão exercida pela terra a sustentar. Assim, uma parede de 10 m de altura apresenta uma base de 2 m, mas no remate a largura ronda os 60 cm.

A disposição das pedras é feita de forma cruzada, assentando as juntas da fiada superior no meio da fiada inferior, sem qualquer elemento de ligação. Na construção de um muro de vinha não há preocupação em acertar as pedras, não se utilizando o prumo. As pedras são colocadas em função da aresta da pedra anterior e assim sucessivamente. É utilizado o saber empírico para as aparelhar de forma correcta. Não há nenhum tipo de cuidado especial no corte das pedras, excepto se estas forem para os cunhais. A pedra é picada de modo a que a aresta superior coincida com a aresta superior da pedra precedente. Deste modo economiza-se pedra e tempo: não se cortam as pedras para lhes dar um aspecto liso, o que significa menos tempo de trabalho e menor desaproveitamento de pedra. Quando há maior preocupação de manter os muros acertados é utilizada

3. Socalco pós-filoxérico. Pormenor de escada (Tabuaço, Qta. do Espinheiro)



a técnica da pedra picada. Neste processo a pedra é picada na face exterior conferindo-lhe um aspecto mais elaborado. Normalmente a pedra picada é empregue nos cunhais dos muros das vinhas.

A utilização de blocos irregulares gera espaços entre as pedras, que depois são *rachados*, técnica que consiste no preenchimento dos espaços entre os blocos de xisto por pedras de pequenas dimensões, tornando o muro mais compacto e evitando que as pedras estalem e ponham em risco a estabilidade da parede. Outra técnica empregue para solidificar o muro é a de *mossiçá-lo*, isto é, reforçar o interior. O *mossiço* é o espaço existente entre o interior e exterior de um muro que, no caso dos muros de vinha, é cheio com terra e pedras soltas.

Os instrumentos utilizados são o martelo de bico, a marreta, o ponteiro e o ferro de vinha, servindo o primeiro para aparar as pedras por forma a dar-lhes a feição desejada. O ponteiro é empregue quando se encontra um *liso*, que permite abrir a pedra na horizontal sem a partir. A marreta serve para partir blocos de maior dimensão. O ferro de vinha é empregue para elevar/mover os blocos e para a colocação de andaimes.

Os diversos terraços são ligados entre si através de rampas ou escadas que podem estar embutidas na própria parede. Neste caso vão ocupar um espaço que é retirado à espessura do muro. A outra forma de construir as escadas consiste na colocação de lajes na transversal, atravessando a parede, deixando uma parte saliente que formará cada degrau da escada. Cada laje fica com uma maior superfície no interior do muro para poder formar um *contrabalanço* que

dá estabilidade à escada. A este tipo de escada dá-se o nome de *escada de salta cão*. As pedras de cada degrau são também devidamente *racheadas* para que possam suportar o peso a que serão sujeitas.

### Formas modernas

A partir das décadas de 60/70 do século XX verificam-se profundas modificações na forma de surribrar/saibrar as vinhas, em grande parte motivadas pela escassez de mão-de-obra e pelos salários elevados. Socorrendo-se dos últimos avanços da técnica, o Homem utiliza máquinas (buldozers) que lhe permitem fazer o desmante das encostas de forma mais profunda e pôr em prática novas soluções de armação do terreno. Surgem assim novas formas e diferentes leituras da paisagem no Douro e também alguns problemas de equilíbrio na utilização do solo, já que passa a ser possível plantar em declives muito acentuados.

#### 4. Patamares (Alijó)



Uma das novas técnicas de armação do terreno são os *patamares*, com taludes de terra, comportando duas fiadas de vinha aramada por patamar, com esteios de xisto ou madeira, no caso dos patamares largos, e uma fiada nos estreitos. As fiadas são colocadas de forma a haver espaço para permitir a utilização de tractores de lagartas (rastos) para várias operações culturais. A altura dos taludes de terra varia em função do declive natural da encosta, desaconsel-

lhando-se este tipo de armação em declives superiores a 40%, o que não se verifica na prática. O desenho que fica na paisagem segue o ondulado das curvas de nível, cortadas pelo entrecruzado dos caminhos de acesso à vinha.

A construção dos patamares é feita com a surriba da encosta, havendo o cuidado de enterrar a pedra, a criação de estradas de acesso, que permitem um fácil manejo das máquinas, e com o alisamento do terreno para plantação. Antes da piquetagem, que determina a colocação dos novos pés de vinha, procede-se ao rampeamento dos taludes, regularizam-se as estradas de ligação e criam-se as redes de drenagem para escoamento das águas pluviais.

#### 5. Vinha ao alto (S. João da Pesqueira)



Uma outra forma de armação do terreno, testada a partir dos anos 80, é a *vinha ao alto*, em que a vinha é plantada segundo as linhas de maior declive. Este processo, vindo da Alemanha, consiste na criação de plataformas inclinadas em que as videiras são colocadas segundo linhas perpendiculares às curvas de nível, separadas por estradas para as máquinas com inclinação para o interior, de modo a permitir o escoamento correcto das águas pluviais. Na horizontal surgem com regularidade caminhos para facilitar a deslocação do pessoal e maquinaria dentro da vinha.

Mais recentemente, tem sido implementado o sistema de micropatamares que permite a conservação de muros pós-filoxéricos, como foi experimentado nas Quintas do Noval e da Corte.

Como vimos, a paisagem do ADV é uma paisagem cultural polimorfa, que apresenta uma grande variedade de formas de armação do terreno vitícola, a par de manchas de vegetação espontânea e de outras culturas que enformam a paisagem. O mosaico da paisagem é assim diversificado, alternando áreas agrícolas – mais ou menos compartimentadas – com áreas de matas e matos e alguns povoamentos florestais.

O equilíbrio do ADV ao longo dos tempos dependeu de uma sábia gestão da escassez do solo e da água assim como do elevado declive do terreno. Estamos perante uma paisagem histórica, que conserva diferentes tipos de armação do terreno de diversas épocas, residindo nesta diversidade a sua riqueza. É pois necessário ter em atenção as dinâmicas naturais entre a manutenção de espaços de produção e a protecção que garantem a sustentabilidade desta paisagem.

Considerando que os principais perigos a que esta paisagem está exposta estão relacionados com a erosão dos solos e a conservação da polimorfia da paisagem e das diferentes áreas históricas que abarca, apresentamos algumas das orientações já propostas para o Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território.

Assim, é visível que o terreno armado apresenta variações significativas dentro do ADV, respondendo precisamente à diferenciação das condições edafoclimáticas. Tal facto põe alguns problemas de conservação, em particular devido ao risco de erosão associado aos declives e às formas de armação. A erosão dos terrenos resulta de uma deficiente armação do terreno, não havendo o cuidado de fixar terras em terrenos com forte inclinação, e de uma gestão de infestantes vivazes a grande escala baseada no uso intensivo de herbicidas residuais.

O controlo destes problemas passaria por:

- a) elaborar um projecto de rede de drenagem, mantendo ou recuperando, sempre que possível, o sistema de drenagem tradicional e adoptando soluções sem impacte na paisagem;
- b) estudar, ensaiar e verificar a viabilidade de desenvolver novos tipos de armação do terreno;
- c) estudar e ensaiar novas formas de modelação dos taludes e limitar os declives por forma a reduzir a altura dos taludes.

No que concerne à conservação da polimorfia da paisagem será necessário:

- a) definir um paradigma de qualidade para a paisagem do ADV que deve servir de base para a sua gestão;
- b) solicitar planos de gestão das explorações vinícolas que contemplem o plantio da vinha, bem como as áreas de mato e património vernacular e sua gestão e salvaguarda;
- c) não autorizar a destruição de muros de pedra, edifícios vernáculos, calçadas de pedra, mortórios, núcleos de vegetação arbórea e subarbórea sem que haja uma justificação em termos paisagísticos;

- d) realizar projectos de melhoramento da paisagem em zonas de patamares e de vinhas ao alto já existentes, com a criação de zonas verdes e de compartimentação (inserção de bordaduras nos caminhos, à semelhança de algumas zonas da região);
- e) regulamentar a plantação de novas vinhas consoante o declive, não autorizando em espaços com declives iguais ou superiores a 50%;

Quanto às áreas históricas, o principal risco parece ser a destruição de valores paisagísticos com significado histórico-referencial e ecológico tais como: áreas com armação tradicional em terraços murados (vinhas antigas e mortórios), formações vegetais autóctones de sobreiros, medronhos etc.; e elementos de arquitectura vernacular ligados à vida material da região (fornos, moinhos, lagares). A sua salvaguarda terá necessariamente de passar por:

- a) levantar e registar todos os núcleos de vegetação arbórea e subarbórea, vinha antiga, mortórios, culturas arbóreas ordenadas (olivais, amendoais e laranjais) e núcleos de vegetação ornamental;
- b) proibir a alteração do coberto vegetal dos espaços naturais, quer os matos mediterrâneos quer as galerias ripícolas e obrigatoriedade de reposição de áreas degradadas;
- c) proibição de qualquer derrube ou corte drástico de oliveiras, amendoeiras, carvalhos, sobreiros, azinheiras, castanheiros, medronheiros, cornalheiras, zimbros ao abrigo da legislação vigente quando se aplique, assim como proibição de corte ou abate de árvores ou subárvores ornamentais e não invasoras presentes nas quintas e casais;
- d) estimular e promover socialmente a formação e profissões relacionadas com o cuidar da paisagem – “zeladores da paisagem”;
- e) levantar e registar todos os muros de pedra existentes (incluindo os nas áreas de mortórios);
- f) incentivar a recuperação e manutenção de todos os muros de pedra e incentivar a construção de novos muros em zona de expansão de vinha ou em zonas de recuperação de patamares;
- g) estimular a reconversão dos terraços com muros de pedra seca, e a manutenção da armação do terreno;
- h) estimular, promover e valorizar as artes e ofícios relacionadas com o trabalho da pedra de xisto, a construção e recuperação de elementos de pedra (escolas de canteiros, construtores de muros e calçadas, edifícios com estruturas vernáculas, etc.); incentivar a criação de empresas relacionadas com a construção e conservação de muros de pedra seca e outras estruturas construídas com carácter vernáculo.
- i) levantar e registar todas as estruturas de arquitectura vernacular relacionadas com a vida material da região, procurando ainda seleccionar exemplares de arquitectura rural que testemunhem o modo de vida dos habitantes do ADV.



## NOTAS

- <sup>1</sup> O Baixo Corgo vai de Barqueiros até rio Corgo; o Cima Corgo daqui até ao Cachão da Valeira; o Douro Superior do Cachão até Barca d'Alva.
- <sup>2</sup> MENDONÇA, F. A; VASCONCELLOS, J. de Carvalho — *Estudo Fitogeográfico da região duriense*. In “Anais do Instituto do Vinho do Porto”, Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1954, p. 17.
- <sup>3</sup> PIOT.
- <sup>4</sup> MAGALHÃES, Nuno Pizarro de — *A região*, in “Enciclopédia dos vinhos portugueses: o vinho do Porto, os vinhos do Douro”. [s. l.]: Chaves Ferreira, 1998, p. 17.

# OPORTUNIDADES Y PERSPECTIVAS DE LOS VIÑEDOS DE LAS ARRIBES DEL DUERO

*Fernando Molinero Hernando*

## 1. EL MEDIO NATURAL DE LAS ARRIBES EN CASTILLA Y LEÓN

Castilla y León es rica en enclaves singulares, como las Arribes del Duero, el valle del Tiétar y la Sierra de Francia y fosa del Alagón, donde se dan condiciones climáticas para que el viñedo y el olivo puedan prosperar y den un fruto que, si no es envidiable en cantidad, sí al menos lo es en calidad.

Y éste es el empeño de los principales productores de Las Arribes para el futuro inmediato: conseguir vinos de calidad y distribuir, por canales comerciales especializados en la calidad, un producto de claro vínculo espacial y netamente singularizado entre los paisajes agrarios de Castilla y León.

En la amplitud ecológica de Castilla y León, basada en la extensión, en la situación de encrucijada atmosférica y acrecentada por el relieve dual de montañas y llanuras, caben con holgura las exigencias del viñedo, permitiendo cierta diversificación. Pero la mayor variedad de condiciones, dentro de la tolerancia de la vid, corresponde a enclaves periféricos, donde la superficie reducida o la energía del relieve devienen limitaciones fuertes o decisivas, como en el Bierzo en el NO, en las “arribes” del Duero en el O y en los valles del Alagón, Tiétar y Alberche en la vertiente sur de la cordillera Central. Salvo en los fondos bajos, abrigados y solanos de esos valles, el frío, propio de la altitud elevada de orla montañosa, veta de pleno al cultivo.

En **abril las heladas** son bastante frecuentes, con promedio de 4 días en Valladolid, que sirve como referencia intermedia entre las llanuras más bajas de Zamora (1,5 días) y las altas y orientales del Duero en Burgos y Soria o del Arlanza, que rondan 7 días. En **mayo** la media de Valladolid cae bruscamente a 0,8 heladas y menos intensas, por lo que se trata de un fenómeno raro y a pesar de que las **mínimas absolutas** del mes han caído hasta -2,1°C en Zamora y -5°C en Valladolid, así como por debajo -8°C en las llanuras altas orientales. Pero el riesgo de una helada, con temperatura especialmente baja y en mayo avanzado, junto con la foliación, floración y fruto adelantados en las cepas, como factores de la catástrofe, es escaso y asumible, dada la frecuencia inferior al decenio en general y mucho menor para las áreas bajas de Zamora y Valla-

dolid. En las “arribes” del Duero y las fosas del Alagón, Alberche y Tiétar el problema se atenúa aún más o no existe, salvo una leve incidencia en las viñas más altas.

**La precipitación** de las áreas vitícolas es bastante similar, variando entre 400 y 600 mm para las de llanura y 100-200 mm más para las marginales. Pero más homogéneos se muestran los regímenes, a partir de un invierno y estaciones adyacentes moderadamente lluviosos, que de octubre a mayo reciben más de 3/4 de la precipitación anual. En junio-septiembre la escasez de lluvia y la disparidad de las tormentas se combinan con el calor, produciendo una **aridez rotunda**, entre mediados de ambos meses para las llanuras o en la totalidad del cuatrimestre para las fosas meridionales, que define al verano. Los diagramas de Zamora y el salto de Aldeadávila para las “Arribes” resultan significativos. La cuantía y el reparto de la precipitación son ventajosos, pues, junto con **el calor, el contraste térmico y la fuerte insolación**, favorecen la calidad de una uva más hecha y rica en sabores, mientras que **la aridez reduce en alto grado el riesgo de las plagas estivales y el uso de agroquímicos**, fomentando la calidad y reduciendo gastos. La **poda en verde** de racimos, en pro de fruto y carga óptimos, se practica en los mejores viñedos y muestra el carácter suficiente de la precipitación, que se acrecienta por una regularidad interanual algo mayor que en el resto de la España mediterránea.

La **oscilación térmica** establece una diferencia clave respecto a otras áreas, tanto por sus términos como por la incidencia en la acidez, el azúcar y el sabor de la uva. Descartando el carácter continental extremado, que erróneamente se ha atribuido al clima, la oscilación media anual no se distingue por sus valores, entre 16,5-17,5°C, idénticos a los de la mayor parte de España, sino por sus **términos relativamente bajos**, en torno a 21° C en julio y 4°C en enero, frente a los 27 y 10°C respectivos en Andalucía y los algo más bajos de Extremadura, La Mancha y el Ebro.

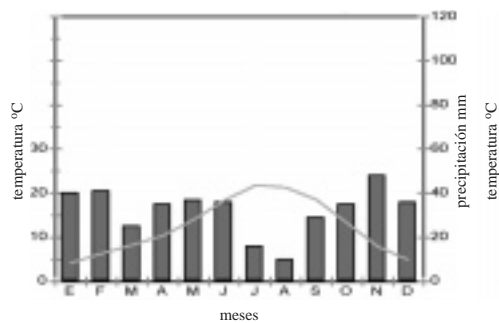
Rasgos similares muestra **la oscilación diaria**, cuyos niveles más altos de julio-agosto alcanzan promedios muy ceñidos a 17°C (Valladolid, 17,3°C, Aranda de Duero, 17,4°C), que se reducen en el Bierzo (Ponferrada, 14,9°C) y se elevan en las “arribes” del Duero y las fosas del Alagón y Alberche. Esos contrastes diarios son algo más bajos que los del sur y este de la Península, pero destacan por las mínimas frescas correspondientes, en torno a 11-13°C; es decir, 5 ó 6 °C más bajas que las del sur de España. La variación térmica o el frescor estival nocturno y mañanero van más allá, pues *casi todos los años abundan máximas cercanas a 35°C, así como mínimas por debajo de 8°C en julio y agosto, donde los promedios de mínimas más bajas no llegan a 10°C en Valladolid, que tiene mínimas absolutas inferiores a 4°C en ambos meses. En suma, el frío invernal y el fresco de las mínimas estivales constituyen las claves de la estacionalidad y la alta frecuencia de contrastes térmicos que, al rozar los límites ecológicos del viñedo, le imprimen carácter.*

En resumen:

- Relieve: desde 200 a 300 m hasta 700 m altitud
- 13-14 °C media anual. En agosto hay 5 °C menos en la penillanura que en el Arribe
- 700 mm precipitaciones
- **Suelos:** hay adaptación de las viníferas y sus portainjertos a los suelos sobre los que se encuentran, en este caso mayoritariamente suelos pizarrosos, que retienen agua en el subsuelo, permitiendo a la planta aprovecharla en los periodos secos, igualmente actúa de regulador térmico entre el día y la noche. También influyen en la formación de estos topoclimas, que son a la vez diferentes entre sí, la orientación o el resguardo de determinadas laderas
- **pendientes** comprendidas entre el 10 y el 30 %,
- en general de poco fondo, **unos 30 centímetros** de media, sobrepasado en algo esta media cuando se asientan sobre pizarras
- **textura areno-limosa**, con numerosas piedras de granito y cuarzo sueltas,
- **Químicamente** son *terrenos pobres en cal*, y de naturaleza ácida con un pH que oscila entre **5 y 6**. El componente en *materia orgánica* es escaso (de un 1,5 a un 3%). Estos suelos son también pobres en elementos y oligoelementos esenciales. Así pues los materiales mayoritarios de estos suelos son producto de la descomposición de las rocas graníticas, aunque también existen importantes franjas con descomposición de rocas metamórficas y sedimentarias metamorfizadas, junto con algunos depósitos detríticos del Cuaternario, arenas y arcillas, formados precisamente por la alteración de las rocas graníticas y de otros tipos constituyentes de la unidad.
- Pero los arduos esfuerzos para poner estas tierras en cultivo no han sido estériles, y al final los **rendimientos son elevados y de calidad**, con producciones medias de 25 Hl por hectárea.

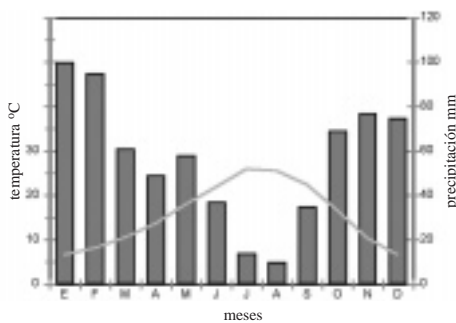
**Zamora (altitud 667m, 41°N)**

Promedios anuales: 12,5°C y 388 mm



**Salto Aldeadávila (altitud 220m, 41°N)**

Promedios anuales: 15,5°C y 678 mm



La **abundancia de arena** es clave de bastantes rasgos edáficos, como la permeabilidad acusada, el carácter suelto, la retención hídrica limitada y **cierto sesgo de acidez**, al ser el cuarzo el mineral de las arenas, así como una evolución escasa, a la que contribuyen factores del relieve, como la pendiente en las cues-

tas o el escalonamiento en las terrazas, que favorecen además un buen drenaje. La **escasez de humus**, casi siempre menor del 1%, concuerda con los rasgos precedentes y es bastante similar a la de otros suelos extensos del resto de las llanuras, con los que comparten perfiles poco desarrollados y profundidad reducida.

Las **alteritas** de las “arribes” del Duero y las fosas meridionales forman mantos finos y discontinuos, **entre asomos rocosos de lanchares o berruecos** y en pendientes acusadas, lo que **dificulta la mecanización** y ha llevado a crear suelos artificiales, incluso en bancales estrechos, aunque predominan rellanos anchos con varias filas de cepas.

Eso no impide reconocer las ventajas de los suelos ligeros, filtrantes, bien drenados, ricos en minerales, moderados en acidez y con profundidad, al menos técnica (sin substrato somero de roca coherente), para viñedos donde prime la calidad frente a la cantidad.

En suma, hay que destacar la **gran extensión de los suelos con aptitud vitícola** en Castilla y León, que rebasan las **250.000 has** excluyendo la Tierra de Campos, donde las arcillas de esta campiña baja e inmensa proveen suelos excesivamente tenaces e impermeables. **Las poco más de 60.000 has actuales de viñedo apenas cubren 1/4 de ese gran potencial**, que ilustran las fichas de suelos de viñedo de Fermoselle (“Arribes del Duero”), Arganza (El Bierzo), Peñafiel (Ribera del Duero), Toro (Valle del Duero) y Valdevimbre (Los Oteros-Páramo leonés).

**Fermoselle. Arribes Duero.**

**Zamora**

Suelo de viñedo en bancal-terrazza  
 Pendiente: **10-20%**  
 Profundidad: **40 cm A (B) C**, 0-15 y 15-40  
 Drenaje: **regular**  
 Textura: **franco-arenosa**, cantos de granito  
 pH: **4 a 5**, muy ácido  
 Humus: **<0,8%**  
 Color: **pardo claro**

**Arganza. El Bierzo. León.**

Suelo de viñedo en substrato mioceno  
 Pendiente: **suavemente ondulada**  
 Profundidad: **18 cm**, 0-20, 20-45,... 80,... 180  
 Drenaje: **bueno**  
 Textura: **franco-limosa**, con cantos silíceos  
 pH: **5,5 a 5,6**, ácido  
 Humus: **Pobre**  
 Color: **pardo rojizo**  
 Relación C/N: **10** en 0-20 y **9** en 20-45

**Peñafiel. Ribera del duero. Valladolid**

Suelo de viñedo en terraza baja-vega  
 Pendiente: **<1%, tabular**  
 Profundidad: **>40 cm A C** en 0-40 y >40  
 Drenaje: **medio a bueno**  
 Textura: **franco-arenosa**, cantos calizos  
 pH: **8,3**, alcalino  
 Humus: **inapreciable**  
 Color: **pardo-amarillento claro**  
 Relación C/N: —

**Toro. Valle del Duero. Zamora**

Suelo de viñedo en gravas de terraza fluvial  
 Pendiente: **débil en plataforma**  
 Profundidad: **>155 cm ABC**, 0-20, 20-70, >155  
 Drenaje: **bueno**  
 Textura: **areno-limosa a franco-arenosa**  
 pH: **6,5-7,5** en 0-20 y **6,5-7** en 20-70, neutro  
 Humus: **>0,40%**, pobre  
 Color: **pardo a pardo rojizo**

Con todo, Castilla y León es rica en enclaves singulares. En las Arribes del Duero, en el valle del Tiétar y en la Sierra de Francia y fosa del Alagón, se dan las condiciones climáticas para que el viñedo pueda prosperar y dé un fruto que si no es envidiable en cantidad, sí al menos lo es en calidad.

## 2. LA IMPORTANCIA DE LAS VINÍFERAS Y LOS SISTEMAS DE ELABORACIÓN

La **variedad Juan García**, bien sola o combinada con otras variedades aporta a los vinos de esta comarca unas características muy especiales, que le dan una marcada personalidad, en la que influyen tanto las condiciones de clima como de suelo, pero muy especialmente la propia configuración del *racimo*, *que es de tamaño medio, pero de buen peso, de bayas abundantes y muy apretadas, hollejo fino y débil, lo que hace que unas bayas expulsen a otras arrancándolas literalmente del pedicelo, lo que da lugar a una prematura pasificación de algunas de estas bayas, a la vez que otras están en su grado justo de madurez, y otras no maduras del todo, siendo frecuente también un ligero toque de podredumbre noble, cuando la plantación esta en terrenos pobres y de ladera. Todo este conjunto le confiere al vino una personalidad única, de manera que incluso los tintos jóvenes tienen un ligero recuerdo a crianza. Sin embargo cuando se elaboran rosados, estos resultan muy frescos y afrutados.*



Los **sistemas tradicionales** se basaban en la mezcla de todo (tintos y blancos). Fermentaba durante 30 días en cubas de madera, al cabo de las cuales se descubaba y a las pasas del descube se les añadía agua para hacer un vino claro

y flojo, la espiensa o aguapié, para consumo propio. Con el resto se obtenía vinagre, tras añadirle de nuevo agua.

Los **sistemas actuales** se basan en la elaboración de los vinos protegidos, que se realizan exclusivamente con uvas de las siguientes variedades: En blancas, la variedad principal es Malvasía y, las variedades complementarias son: Verdejo y Albillo. En tintas, la variedad principal es Juan García, y las variedades complementarias son: Tinta Madrid, Rufete, Garnacha y Tinto Fino.

En cuanto a **normas**, los tipos de vino que se elaborarán bajo la mención Vino de la Tierra Arribes del Duero, serán: Tinto, Blanco y Rosado. Los tintos tendrán una graduación mínima de 12°, en los blancos y rosados la Graduación mínima será de 11,50. Los vinos se elaborarán a partir de las variedades clasificadas como principales y complementarias, citadas anteriormente, con la siguiente proporción:

Tinto, con el **60% de Juan García**.

Blanco con el 60% de Malvasía.

Rosado, con el 60% de las variedades principales, Juan García y/ o Malvasía.

Para calificar a un vino de **varietal**, deberá llevar **el 85%** de la variedad principal de que se trate.

No podemos olvidar que existe un **vínculo claro** con las condiciones ecológicas, especialmente favorables para el desarrollo de la viña, que van unidas al **carácter de seguridad**, que para el viticultor tienen el conjunto de variedades, **pero sobre todo el cepaje Juan García, por su regularidad en la producción**. La tradición, el vínculo a la tierra de las gentes de la zona, y **las escasas posibilidades de cultivos alternativos hacen que la viticultura**, hoy al igual que en pasado, sea la mejor de las opciones de desarrollo para este singular espacio agrario. Además se trata de un cultivo que lleva asociado otros que lo complementan, y de un producto final, el vino, que puede generar rentas importantes, *sin dejar de ser un complemento muy valorable, en el conjunto de la potenciación del futuro parque natural, junto a la gastronomía, y la potenciación global del sector turístico.*

### 3. UN CRECIENTE PAPEL ECONÓMICO

En cuanto al **empleo actual**, se han creado bodegas nuevas, se han reestructurado parte de las existentes, o están en proceso de transformación. Partimos en términos absolutos del año 1997, con seis empleos fijos en bodegas, para pasar *en el 2000 a 13 empleos fijos, más unos 50 temporales*, a lo largo del año.

Respecto a los **flujos comerciales**, se trataría de introducir en el mercado en principio unos *3.000.000 de litros de vino de buena calidad* procedentes principalmente de las cooperativas y de la adecuación de alguna de las bodegas industriales, junto a la construcción y apertura de otras nuevas (en este

momento son dos) que vayan introduciendo en este proceso de los vinos de la tierra al resto de viticultores, que de momento continúan con su rutinaria venta de las uvas, obteniendo unos ingresos muy por debajo de los posibles. Al final del proceso, que podría coincidir con la consolidación de la zona como denominación de origen, la producción si se consiguiese poner en sintonía a la comarca, recuperar y adecuar el viñedo en toda la zona ya delimitada, *podrían alcanzarse cosechas en torno a los 18.000.000 millones de kilos, lo que haría posible poner en el mercado más de 11.000.000 de litros de vino de buena calidad*, de los que una parte muy importante debería venderse embotellado, lo que supondría, la construcción de mas bodegas y la creación de puestos de trabajo, así como el aumento de la renta agraria.

La relación calidad precio hace muy competitivos a estos vinos, lo que junto al distintivo de Vino de la Tierra, lo hacen muy competitivo en el mercado.

Los **mercados**, muy desarrollados a nivel comarcal y provincial, pero también en otras zonas de España, principalmente Madrid, Baleares, Valladolid, Segovia, Valencia, León o Murcia, a través de una red de distribuidores especializados. Entre el 60 y el 70% de la producción se comercializa en Castilla y León, principalmente en Salamanca y Zamora; un 25% se distribuye por el resto del país y un pequeño porcentaje, sobre el 5%, se exporta hacia Dinamarca y Estados Unidos.

Como objetivos se propone conseguir una completa red a nivel nacional, y aumentar el número de países para la exportación. Para hacerlo viable, se debe continuar la política iniciada de promoción y difusión de los vinos y del conjunto de las producciones y valores de la comarca, fomentando su el carácter multiprovincial, lo que requerirá aunar esfuerzos por parte de las administraciones provinciales y municipales de ambas provincias.

Los vinos amparados por la Asociación de Vinos de la Tierra se suministran al mercado *únicamente embotellados en envases de vidrio*. Y cualquiera que sea el tipo de envase en que se expidan los vinos para el consumo, irán provistos de *contraetiqueta numeradas* y expedidas por la Asociación, que serán colocadas en la propia bodega y siempre en forma que no permita una segunda utilización.

Hoy por hoy manifiestan un alto grado de competitividad, con excelente relación calidad precio, originalidad del producto, difusión de los valores turísticos en alza de la zona.

*Catalogación:* vino de la tierra (v.t.)

*Área productiva:* SO de Zamora y NO de Salamanca. 1.500 has

*Volumen de producción:* 10.000 tm

*Valor de la producción en pts.:* 900.000.000 pts. (= 5,41 meuros)

*Nº empresas:* 7

*Tipo establecimiento:* 7 bodegas, de las cuales 3 son embotelladoras.

*Empleos:* 30 personas



#### 4. LAS CARACTERÍSTICAS DE UN PRODUCTO DE CALIDAD

El proceso de calificación de los vinos se realizará de la siguiente manera: Los vinos a calificar estarán localizados en depósitos o partidas de botellas de características homogéneas. La *toma de muestras* se realiza en la bodega elaboradora o embotelladora por los **Servicios Técnicos** de la Asociación cuando el vino está preparado y previamente a su salida al mercado.

El análisis instrumental de las partidas es realizado por la *Estación Enológica de Castilla y León*, aplicándose las siguientes pruebas analíticas: Grado alcohólico, Acidez volátil, Sulfuroso total, Sulfuroso libre, Azúcares reductores, Densidad, Extracto seco, pH, Polifenoles, Antifermentos (en las partidas en que haya transcurrido un periodo superior a un año desde su elaboración), Hierro, Acidez total y Ácido málico.

La orden de 24 de septiembre de 1998 de la Consejería de Agricultura y Ganadería de la Junta de Castilla y León reconoce el derecho al uso de la mención vino de la tierra a los viticultores, elaboradores y embotelladores que pertenezcan a la Asociación Vino de la Tierra Arribes del Duero.

La *forma de presentación* es la típica botella de cristal, normalmente de 750 ml, del tipo bordelesa, rhin, y borgoña, también es frecuente el formato llamado *magnum* por su capacidad (1500 ml). Llevan obligatoriamente siempre etiqueta, y contraetiqueta, ésta puede llevar un mapa de localización, o bien ser una tirilla estrecha conteniendo una numeración de control, en este caso se suele aprovechar para poner una contraetiqueta propia de la bodega, en la que suele ir un texto explicativo.

#### 5. DEBILIDADES AMENAZAS Y OPORTUNIDADES

Un problema fundamental es el relieve accidentado y con fuertes pendientes y desniveles, lo que obliga a mantener bancales, con el aumento de costes que ello conlleva.

La comarca posee un buen suelo y un buen clima, que junto con las variedades de uva autóctonas, adaptadas a ese suelo, se consigue un vino único, con características inconfundibles, pero el grado de envejecimiento de los viticultores es un problema serio para su continuidad.

Ante el auge creciente de la demanda de estos productos se debe valorar la estructura de la producción, los procesos y medios técnicos y las posibilidades que tiene cada producto en un futuro próximo, en función de las tendencias del mercado.

#### 6. CONCLUSIÓN

Las Arribes del Duero tienen un viñedo reducido y de escaso valor económico, desarrollado en un medio físico difícil, pero es su singularidad ecológica,

de suelos, y de tratamiento de los caldos, lo que les da una personalidad propia y una oportunidad en el mercado, que contrasta con las dificultades que encuentran los viticultores para sacar adelante un producto de poca entidad, situado en un área marginal y de difícil accesibilidad, que, además, es elaborado por una población muy envejecida, pero las oportunidades son claras, aunque las perspectivas no lo sean tanto.

## BIBLIOGRAFÍA

- ALAIN HUETZ DE LEMPS (1968), *Vignobles et Vins du Nord-Ouest de L'Espagne*, Bordeaux: Institut de Géographie, Faculté des Lettres.
- CASANOVA TODOLÍ, U. DE (1993), *Comarcas Vinícolas de Castilla y León*, Valladolid: Junta de Castilla y León.
- (1998), *Paseo por las Comarcas Vinícolas de Castilla y León*. Junta de Castilla y León. Valladolid.
- CASANOVA, U. (dir. y coord.) (1999), *Alimentos de calidad en Castilla y León*, Junta de Castilla y León, pp. 169-170.
- Catastro vitícola y vinícola de la provincia de: Zamora*. Elaborado con datos del 79, 80, 81, 95. Publicado en 1983 y 1996.
- Colección de Artículos de *El Mundo de Castilla y León*. Valladolid.
- Colección de Artículos de *El Norte de Castilla*. Valladolid.
- Colección del Semanal *La Posada*, dirigida por J. Pérez Andrés. Valladolid.
- CRESPO REDONDO, J. (1969), *El paisaje agrario de Las Arribes del Duero*, Madrid: CSIC.
- DELGADO, C. (1989), *El Libro de los Aguardientes y Licores*, Madrid: Alianza Editorial.
- INDO – MAPA (1982), *Catastro Vitícola y Vinícola de la Provincia de Salamanca*, Madrid: Ministerio de Agricultura Pesca y Alimentación.
- JUNTA DE CASTILLA Y LEÓN (1988), *Análisis del Medio Físico de Salamanca*.
- (1985), *Los vinos de Castilla y León*. Varios autores, Valladolid.
- (1996), *Los Vinos de Castilla y León*, Valladolid: Junta de Castilla y León – Tecnomedia, S.A.
- (1998), *Análisis del Medio físico. Zamora*, Valladolid, 1998
- (1999), *Quién es quién en los vinos de Castilla y León*, Valladolid.
- (2000), *Directorio de Industrias Agrarias y Alimentarias de Castilla y León*. Inédito.
- MOLINERO, F.; BARAJA, E. y TIVILLA, M. (2001), *Inventario de Productos Agroalimentarios de Calidad de Castilla y León*. Valladolid: Junta de Castilla y León.
- PEÑÍN, J. (1997), *Cepas del Mundo*, Madrid: Editorial: PI & ERRE EDICIONES.



# A IMPORTÂNCIA DO VALE DO RIO DOURO NA CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM E OS PROBLEMAS DE GESTÃO DECORRENTES

*Robert Manners Moura*

## 1. INTRODUÇÃO

O esforço de conservação que Portugal está a fazer no vale do rio Douro só pode ser compreendido através da explicitação da diversidade múltipla existente na sua bacia hidrográfica. O clima (nomeadamente temperatura, precipitação), a fisiografia (principalmente declives e exposição), a geologia e os decorrentes solos são determinantes para a compreensão da diversidade da sua paisagem, esta podendo ser abordada através da cartografia actualizada ligada a Albuquerque, 1954<sup>1</sup>.

Vejamus como todas estas componentes interactuam para se exprimirem em resultantes paisagistas.

O clima mediterrâneo é patente pelas diferenças entre o Inverno e o Verão: Inverno, com temperaturas mais baixas e concentração da precipitação, e Verão, com temperaturas mais altas e quase ausência de precipitação. Isto é: em termos climáticos, os territórios europeus com clima mediterrâneo pertencem, no Inverno, à Europa do Norte, abrangidos pela calote fria setentrional e pelo percurso das baixas pressões que agitam os seus limites, e, no Verão, pertencem à África do Norte, abrangidos pelas massas de ar cálido subtropical e pelas inerentes altas pressões, responsáveis por uma atmosfera quente e sem nuvens.

Portugal apresenta tipo de clima mediterrâneo especial, que decorre da sua posição fora da bacia do mar Mediterrâneo mas, contudo, dentro ainda dos seus parâmetros latitudinais (Portugal está limitado entre os 37° e os 42° de latitude). Portanto, o seu clima é mediterrâneo mas, por estar em contacto íntimo com o oceano (pelo lado Oeste e Sul e projectado ainda pela península Ibérica para Ocidente, para o âmago do Atlântico), apresenta um clima mediterrâneo oceânico, o que se revela, com algumas excepções (por exemplo, Lisboa, Arrábida e Algarve), na qualidade da luz, menos luminosa do que as atmosferas do interior da bacia mediterrânea, em virtude da maior humidade atmosférica. Este fundo de clima mediterrâneo só se atenua quando se sobe em altitude, pois acima dos 700 metros se os invernos apresentam as mesmas características gerais dos climas mediterrâneos, isto é, invernos em contraposição com os estios, a temperatura é mais baixa e a precipitação tende a ser mais elevada enquanto os verões tendem a ser mais frescos e mais húmidos do que nos climas com acentuada influência

mediterrânea, embora tenham também um período de ausência de chuva, o que, em termos de precipitação, é por vezes enganador, dada a existência de precipitações ocultas (orvalhadas), que na montanha conseguem manter a vegetação para um encabeçamento de gado notável e de outro modo inexplicável.

Não obstante, essa base geral de clima mediterrâneo para quase todo o País (exceptuando as maiores altitudes), ele apresenta feições diversas, em virtude do território nacional apresentar fisionomia variada. No centro Norte litoral e no Norte litoral temos um clima mediterrâneo atenuado e de feição atlântica; no centro e litoral Sul temos um clima submediterrâneo que no litoral do Algarve se reforça, tornando-se acentuadamente mediterrâneo (eumediterrâneo); no interior Norte e Centro, com a altitude, teremos um clima mediterrâneo serrano, atenuado à medida que se sobe; no interior Este (Nordeste Transmontano, Beira Alta nordestina, Este da Beira Baixa e Alentejo interior) temos um clima mediterrâneo de influência subcontinental (devido ao factor ibérico, pois a península funciona, em termos de climatologia, como um pequeno continente).

O vale do Douro basal, em território Português, fruto da exposição e dos declives que se conjugam num vale encaixado que se estende do mar à fronteira Este, condensa, espantosamente, alguns destes cambiantes, excepto o clima eumediterrâneo algarvio. Seguindo o rio Douro a uma cota inferior aos 400 metros, na sua foz (cidade do Porto) temos clima nitidamente mediterrâneo atlântico, que se estende para montante, sendo uma área de vinhedos de porte longo, bordejando campos agrícolas, dando origem a vinhos ditos “verdes”, alcoolicamente pouco graduados; de Cinfães para montante a componente atlântica mais se atenua enquanto se reforça a componente mediterrânea; de Barqueiros/ Mesão Frio continua a aumentar a influência do factor mediterrâneo até à foz do rio Corgo (Peso da Régua) e os vinhedos tornam-se baixos e produtores de mosto de elevado grau alcoólico, destinado ao Vinho do Porto; de Peso da Régua ao rio Pinhão a componente mediterrânea já é superlativa e sempre crescente até ser nitidamente submediterrânea (Cachão da Valeira); da foz do rio Sabor para a fronteira aparece com peso crescente a componente ibérica, subcontinental.

Na bacia hidrográfica do rio Douro, em termos de montanha, temos três tipos de Terra Fria, que correspondem a outras tantas barreiras de condensação em relação às massas de ar húmido que circulam de Oeste para Este: na sequência das montanhas da Peneda, Gerês e Larouco, drenadas pelas bacias hidrológicas minhotas, aparecem as serras do Barroso, da Cabreira, Alvão, Marão, Montemuro, Leomil/ Lapa e parte Ocidental de Penedono, constituindo uma Terra Fria de influência atlântica; as alturas de Miranda, Mogadouro (Cimas de Mogadouro) e Marofa, Malcata, constituindo uma Terra Fria de influência subatlântica atenuada, mas já com interferência da interioridade ibérica; Penedono Oriental (Meda), o planalto de Carrazeda de Ansiães, Vila Flor e as serras de Bornes, Nogueira, Montesinho e Coroa constituem, embora com variações, uma zona intermédia de Terra Fria, entre as duas citadas, onde a influência subatlântica é mais marcante do que no cordão montanhoso anterior.

Entre a montanha e o vale, entre os 400 metros e os 700 metros, temos todo

um conjunto de áreas intermédias, planálticas, que os rios vão penetrando por erosão remontante, onde a oceanicidade (atenuando-se de Oeste para Este) e a interioridade (reforçando-se de Este para Oeste) se exercem de forma desigual, dando origem a paisagens diferentes, pois Vila Real/Vila Pouca são diferentes de Valpaços/Lebução e Valpaços/Lebução diversos de Algosos/Vimioso.

Como elemento também importante em termos de diversidade paisagista temos também a geologia. Assim, os xistos favorecem a cultura da vinha enquanto os granitos a limitam; a existência de duas áreas de rochas ultrabásicas (Vinhais e Morais) são selectivas em termos de flora, dada a sua toxicidade, interferindo também até com a própria fisionomia da vegetação (porte e cor).

Em termos de fitoindicadores, isto é, de espécies que melhor reflectem a existência de um certo contexto ecológico, para a bacia hidrográfica do Douro, onde confluem espécies eurosiberianas e mediterrâneas, temos os vários carvalhos como os melhores indicadores dos ecossistemas naturais e seminaturais: o Carvalho Roble está ligado à atlanticidade, o Carvalho Negral (e, fora dos carvalhos, a Bétula) à altitude, o Carvalho Português à submediterraneidade, a Azinheira à interioridade. Como fitoindicadores ligados aos agrossistemas temos: pinheiro bravo e o milho, tão ligados à atlanticidade, e, marginalmente à serra atlântica; a oliveira, a amendoeira, a figueira, ligadas à submediterraneidade, das zonas basais durienses e transmontanas; a macieira, ligada aos planaltos; a cerejeira, ligada ao Douro subatlântico.

Em termos de agrossistemas dentro da bacia hidrográfica do Douro, a policultura atlântica responde à influência superlativa do oceano (Douro Litoral), a policultura serrana responde à altitude, sendo esta selectiva em relação a certas espécies, pois enquanto a policultura da Terra Fria ocidental é uma versão simplificada da policultura atlântica, a Terra Fria de Nordeste é uma campina cerealífera, outrora com montados de azinheira, ou uma paisagem de prado e sebe, ajustada à pecuária mirandesa.

Os planaltos são na verdade complexos ondulados com vales, encostas e festos aplanados cuja fisiografia dá origem a uma policultura planáltica variável, com elementos bióticos de vale e elementos bióticos de altitude, com uma paisagem a variar no percurso para o interior, conforme acima já se disse.

A videira estende-se por toda a zona basal do rio Douro, sendo um medíocre indicador. A videira, no litoral, integra-se na policultura atlântica, bordejando os campos de cultivo, tendo como tutores as árvores atlânticas de folha caduca (choupos, plátanos, etc.). Para montante, com o crescendo da influência mediterrânea, embora integrada num mosaico de vinha e matorral (o *monte*), os vinhedos tornam-se monoculturais (por vezes menos extremos quando se associam à oliveira e cerejeira, esta na margem Sul, em Resende); mas quando a interioridade mais se impõe, aparecem os vinhedos em mosaico, alternando com olivais e a amendoais. No chamado Buraco da Terra Quente (Mirandela) a policultura de tipo submediterrâneo impõe-se (pela vinha, pela amendoeira, pela figueira, pela oliveira, pelo trigo). Não aparece a alfarrobeira porque os invernos são demasiado drásticos para ela.

## 2. ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM E DA BIODIVERSIDADE. INVENTARIAÇÃO DE VALORES

Em Portugal o esforço de conservação da natureza começou com cem anos de atraso em relação aos Estados Unidos da América do Norte, pois estes instituíram o seu primeiro Parque Nacional, o Parque Nacional de Yellowstone, em 1872 já que o primeiro Parque Nacional em Portugal, o Parque Nacional da Peneda-Gerês foi criado em 1971.

Em termos de Portugal poderemos dividir o esforço de conservação em dois períodos temporais, dada as diferenças em termos de abordagem que representam: o período anterior ao 25 de Abril de 1974 e o período posterior. Essa data é referencial porque foi a passagem da ditadura para a democracia, um marco não apenas político mas cultural, com a conseqüente mudança de mentalidades e de atitudes, o que se reflectiu no advento de uma conservação menos simbólica.

O primeiro período representa o início da conservação no terreno embora bastante alegórica, pois no País apenas uma pequena elite tinha, à altura, preocupações de ambiente e de conservação e a primeira área protegida instituída ao nível do Estado nascia integrada na Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, onde a preocupação florestal e económica era prevalecente. Nesse tempo, mesmo pessoas ligadas ao ambiente e à conservação acreditavam que o “progresso” só era possível à custa da degradação do contexto ambiental. Assim, o Parque Nacional da Peneda-Gerês continuou, em grande parte, a ser administrado com um perímetro florestal, embora com algumas preocupações complementares de conservação, onde o pitoresco da paisagem convergia para os interesses turísticos do País, como nicho diferente numa oferta que se desejava crescentemente variada. Neste período criou-se também a Reserva Botânica do Gambarinho para a preservação do *Rhododendron ponticum*, numa área restrita de refúgio de uma espécie que, com a mudança do clima depois da última glaciação, migrou para latitudes mais setentrionais, onde actualmente se encontra e prospera, por vezes como invasora.

A partir da data de 25 de Abril de 1974 o ambiente e a conservação foram-se individualizando e ganhando importância crescente no espectro das instituições governamentais, embora sempre numa situação subalterna em termos dos vectores económico-sociais.

Este período, numa perspectiva de conservação, pode caracterizar-se pela adopção de série de estratégias de conservação, cada vez mais abrangentes, estratégias imbricadas no tempo, pois o advento de uma estratégia não correspondeu à desapareição da precedente, uma vez que essas estratégias são na verdade complementares:

- a) Estratégia de criação de áreas protegidas de interesse nacional patente e indiscutível: certas áreas apresentavam valores óbvios e de interesse superlativo, e essas áreas foram propostas, mesmo sem um planeamento de

fundo que permitisse organizar uma estratégia de conservação em termos de hierarquização relativa, de representação paisagista e de biodiversidade, da maior ou menor fragilidade e urgência, etc. À altura fui crítico desta estratégia de avanço rápido mas hoje, em retrospectiva, penso que foi indispensável esta atitude, pois a oportunidade política favorável à criação fácil das áreas protegidas foi bastante passageira (até 1980), uma vez que, na pós-revolução de 1974, os interesses da economia e a jurisdição crescente de outras instituições, episodicamente abaladas, também com interesses no terreno, depressa começaram a dificultar a criação de áreas protegidas.

Dentro desta óptica, criaram-se os seguintes parques naturais, onde o vector paisagem humanizada foi determinante: Estrela (1976), Arrábida (1976), Ria Formosa (1978), Montesinho (1979), Serras de Aire e Candeeiros (1979), Alvão (1983), Serra de S. Mamede (1989). Em termos de outras categorias: Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António (1975), Reserva Natural do Estuário do Tejo (1976), Reserva Natural do Paúl de Boquilobo (1980); Reserva Natural do Estuário do Sado (1980); Reserva Natural da Berlenga (1981); Reserva Natural da Serra da Malcata (1981), Área de Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (1984), Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (1988);

- b) Estratégia de criação de áreas protegidas de interesse nacional complementar: Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto (1979), Sítio Classificado do Monte de S. Bartolomeu (1979), Sítio Classificado da Gruta do Zambujal (1979), Sítios Classificados do Monte da Barca e Agolada (1980); Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor (1982), Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende (1987); Reserva Natural do Paúl de Arzila (1988);
- c) Estratégia de localização de áreas com interesse em termos de componentes notáveis dos ecossistemas (fauna e flora), quer dentro e quer fora das áreas protegidas: poderemos agrupar aqui a Rede de Biótopos Corine (Inventário de Sítios de Especial Interesse para a Conservação da Natureza) e a Rede Natura 2000 (Directiva Aves e Directiva Habitats), continuadora e complementar da primeira, tendo a Rede Natura 2000 interesse não só nacional mas também em termos da União Europeia (da Lista Nacional de Sítios surgirá a Lista de Sítios de Importância Comunitária). Tanto a rede de Biótopos Corine como a Rede Natura 2000 integram-se num esforço não apenas nacional mas também articulado com a União europeia.
- d) Estratégia suplementar de preservação pedológica, ecológica e hídrica, fora das áreas protegidas, a explicitar através do ordenamento do território, preocupada principalmente com componentes determinantes para os ecossistemas (solos, água) e interfaces de efeito sinérgico (os ecótonos de ecossistemas fundamentais, água/terra, ou sejam, o litoral, as margens dos cursos de água, as suas nascentes e zonas de infiltração): Reserva Agrícola Nacional; Reserva Ecológica Nacional; Domínio Público Hídrico;



- e) Estratégia paralela de ambiente: enquanto a conservação pretende assegurar ao nível dos ecossistemas e agrossistemas os sistemas e processos que garantem a vida, a estratégia de ambiente pretende gerir componentes da Ecosfera como o ar, a água, o som, os efluentes, as disfunções de origem antrópica, o ordenamento do território, etc. Por isto, ambiente e conservação são complementares para a consecução de estratégia global integrada de qualidade do ambiente.

Como característica saliente de toda esta evolução de estratégias poderemos sublinhar a tendência para passar de estratégias parcelares a estratégias cada vez mais abrangentes e articuladas e o futuro é o equilíbrio das componentes económica e social com a componente ecológica, pois a qualidade de vida depende não apenas do nível (recursos individuais) e das condições de vida (recursos colectivos) mas também da qualidade do ambiente e da sua sustentabilidade. Para isto **todo o território deve ter estratégia geral de ambiente e de conservação** embora com desenvolvimentos diferentes em termos quantitativos e qualitativos, pois o funcionamento global da Ecosfera depende do todo ecológico e não apenas de uma sua parte. **Isto, evidentemente, não quer dizer que se transforme todo o território numa área protegida mas que todo o território deve ter, a par com uma estratégia social e económica, uma estratégia de ambiente e de conservação.** Assim, teremos medidas específicas para as áreas protegidas e medidas de carácter geral para o restante território.

Outra característica saliente é o emergente esforço autárquico e privado, em termos de áreas protegidas, o que não pode deixar de ser assim, pois a conservação é uma tarefa imensa onde a contribuição do cidadão individual ou agrupado em ONGs (Organizações Não Governamentais) é essencial, uma vez que as instituições sendo indispensáveis são, contudo, limitadas e tendentes para a entropia, principalmente quando falha o escrutínio exterior. A auto-organização, embora coordenada, é ferramenta indispensável para colmatar os defeitos das instituições, da centralização, da burocracia e das decisões topo/base.

Tendo sido o esforço de conservação em Portugal essencialmente institucional, o vale do Douro teve como enquadramento as estratégias acima referidas, apresentando também um caso singular de área protegida criada à margem do Instituto da Conservação da Natureza, tentando coordenar o esforço municipal local, através de Plano Intermunicipal de Ordenamento do Alto Douro Vinhateiro (PIOADVI), para uma abordagem de planeamento integrado para a área do Douro vinhateiro (o Alto Douro produtor do vinho do Porto), no intuito de o integrar na lista de património da humanidade da UNESCO, mediante a criação de *Paisagem Cultural Evolutiva Viva*. Neste esforço a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território – Norte e a SPIDOURO – Sociedade de Promoção de Empresas e Investimento do Douro e Trás-os-Montes, entre outras entidades, têm tido papel saliente na integração planeada dos interesses em presença frente aos quesitos indispensáveis para a região integrar a lista mencionada.

No presente, a bacia hidrográfica do rio Douro apresenta, no terreno, as seguintes áreas protegidas:

- a) Parque Natural de Montesinho: com 74.100 hectares, representa a parte interior montanhosa, com influência oceânica menor. Decreto-Lei n.º 355/79, de 30 de Agosto;
- b) Parque Natural do Alvão: com 7.239 hectares, representa uma feição mais meridional do Trás-os-Montes oro-atlântico. Decreto-Lei n.º 237/83, de 8 de Junho;
- c) Parque Natural do Douro Internacional: com 86.500 hectares, representa o Nordeste Transmontano, já influenciado pela interioridade ibérica. Decreto regulamentar n.º 8/98, de 11 de Maio;
- d) Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo: com 4.897 hectares, gerida pela Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, representando uma paisagem subatlântica planáltica, com os primeiros laivos de continentalidade. Decreto regulamentar n.º 13/99, de 3 de Agosto;
- e) Reserva Natural da Serra da Malcata: com 16.348 hectares, muito importante em termos de uma espécie emblemática, o Lince Ibérico. Decreto-Lei n.º 294/81, de 16 de Outubro. Tem potencialidades para ser um Parque Natural, se alargada a reserva.

A área total de áreas protegidas em relação à bacia hidrográfica do Douro (Portugal), 18.500 Km<sup>2</sup>, é de 10,2%. Todavia, este é um número aproximado, pois certas áreas protegidas não são exclusivas da bacia do Douro e é necessário acertar.

Em termos de projectos em vias de concretização, a bacia hidrográfica do rio Douro terá o seguinte desenvolvimento (Ministério do Ambiente, 1999):

- a) Douro Vinhateiro como *Paisagem Cultural Evolutiva Viva* (24.600 hectares);
- b) Várias áreas pertencentes à Rede Natura 2000, já delimitadas mas ainda sem medidas de gestão efectiva no terreno, gestão, ao que tudo indica, autárquica:
  - 1) Valongo (2.550 hectares): área de gândara, onde as serras de Pias e Santa Justa se salientam. Nos finais dos anos setenta, houve algum cometimento local para a criação de área protegida para acautelar a vegetação pteridófitas da boca de algumas minas romanas, fojos e nascentes, com herpetofauna, e tentar acautelar planta carnívora local mas, ao tempo, a crispação política da autarquia de Valongo com a Câmara do Porto fez soçobrar o projecto;
  - 2) Alvão/Marão e Vale do Corgo (com o Parque Natural do Alvão, 54.530 hectares): abrangendo estas serras, que na verdade deveriam já integrar o Parque Natural do Alvão, e a secção de jusante do vale encaixado do rio Corgo, onde aparece a *Marsilea quadrifolia*, planta aquática de folhas quadripartidas, flutuantes;

- 3) Padrela (40.550 hectares): serra de interesse relevante para a proteção do lobo com carvalhais de interesse;
- 4) Montemuro (38.760 hectares): abrangendo a serra do mesmo nome, área que na verdade, dados os valores em presença, deveria constituir um Parque Natural;
- 5) Serra da Lapa (46.900 hectares): a área mais importante de ocorrência do lobo a sul do rio Douro;
- 6) Rio Paiva (14.260 hectares): troço médio e inferior de um rio de notável biodiversidade mas que começa a ser subvertido por várias intervenções, sem plano integrador e minimizador de impactes;
- 7) Serra da Freita e Arada (28.650 hectares): área de grande interesse paisagístico e de biodiversidade que mereceria o estatuto de Parque Natural;
- 8) Serra de Nogueira (com o Parque Natural de Montesinho, 107.720 hectares): completa o triângulo montanhoso Montesinho/Coroa/Nogueira. Zona de carvalho negral notável, que deveria integrar o parque Natural de Montesinho;
- 9) Romeu (4.700 hectares): paisagem de montados de sobreiro (*Quercus suber*) e agricultura extensiva;
- 10) Samil (62 hectares): paisagem colinar, de interesse relativamente a vegetação ligada a solos de origem ultrabásica;
- 11) Morais (14.830 hectares): área de vegetação ultrabásica de grande interesse. Esta área deveria ter o estatuto de reserva natural;
- 12) Freixiel (6.890 hectares): montado de sobreiro (*Quercus suber*) com presença de zimbros (*Juniperus oxycedrus*), num contexto granítico notável;
- 13) Rios Sabor e Maçãs (32.150 hectares): o rio Sabor é um curso de água, pouco intervencionado, de grande interesse para a conservação mas ameaçado por um empreendimento hidroelétrico de grande escala. O rio Angueira é afluente deste rio e tem interesse em termos do lagostim-do-rio, bastante localizado e ameaçado (*Austropotamobius pallites*);
- 14) Minas de Santo Adrião (3.490 hectares): montados de sobreiro e azinho e abriga colónias de morcegos, uma delas bastante rara no País (morcego-rato-pequeno);
- 15) Moncorvo (7.740 hectares): bosques exemplares de lodão (*Celtis australis*), zimbro (*Juniperus oxycedrus*), sobreiro (*Quercus suber*) e acer (*Acer monspessulanum*);
- 16) Vale do Côa (13.540 hectares): conhecido internacionalmente pelas suas gravuras rupestres mas também com interesse relativamente ao lobo e também à águia real (*Aquila chrysaetos*);
- 17) Douro Internacional (57.762 hectares): importante tanto em termos de habitat como em interesse ornitológico;
- 18) Malcata (79.080 hectares): a Reserva Natural da Serra da Malcata,

importante na preservação do lince (*Linx pardina*), uma espécie emblemática, apresenta uma periferia com paisagem de grande interesse, ainda com influência subatlântica, que, com a Reserva Natural da Serra da Malcata, é, na verdade, um Parque Natural.

A Rede Natura 2000 apresenta áreas que incluem áreas protegidas e outras áreas que são incluídas por elas, tornando problemática a exactidão dos números. Apresentam-se portanto áreas aproximadas, certamente sujeitas a ajustes no futuro. Contudo, a Rede Natura 2000, no vale do Douro (Portugal), poderá atingir 16,1%. É um valor significativo. Mas mais importante do que a quantidade é a qualidade, ou seja, a necessidade de evoluir de uma gestão tendencialmente simbólica para uma gestão efectiva.

Segue-se lista de Biótopos Corine localizados na bacia hidrográfica do rio Douro.

**Lista dos sítios incluídos no projecto Corine/ Biótopos referentes à bacia hidrográfica do rio Douro**

Código/ Área (ha)	Nome	Motivações*
4/75000	Parque Natural Montesinho	02,06,05,12,13,14,19,17,21
5/7365	Parque Natural do Alvão	02,05,07,12,14,17,21
14/21759	Reserva Nat. Serra Malcata	02,05,06,14,19
32/45140	Alto Douro Internacional	02,07,13,14,19,17,21
33/6442	Vale da Ribeira de Mós	02,06,07,13,14,19,17
34/1356	Penedo Durão	02,06,07,13,14,17,19
35/1680	Lagoaça	02,06,07,13,14,17,19
36/2084	Bemposta	02,06,07,13,14,17,19
37/836	Picote	02,06,07,13,14,17,19
38/224	Miranda do Douro	02,06,07,13,14,17,19
39/228	Vale d'Águia	02,06,07,13,14,17,19
40/312	Aldeia Nova	02, 06,07,13,14,17,19
41/868	Paradela	02,06,07,13,14,17,19
91/2850	Nave Haver/Aldeia da Ponte	02,12,13,15
93/3950	Almeida	02,12,13
946250	Mogadouro	02,12,13
95/1640	Santo Adrião	02,05,06,12,13,14,17,19
967990	Rio Maçãs	01,02,05,09,12,13,14,17,19
97/1100	Campo de Vfboras	02,05,12,13,14
99/640	Rio Angueira	10,11,13
100/6440	Rio Sabor	01,02,05,12,14
101/12000	Morais	02,05,13,14,17,19
102/1000	Azibo	02,05,12,13
103/30625	Serra de Nogueira	02,05,11,13,14,19,21
105/250	Monte S. Bartolomeu (Brag.)	02
126/5500	Serra da Padrela	02,05,12,13,17
127/17500	Serra do Marão	01,02,05,12,13,14,20
141/12000	Serra da Freita	02,05,12,13,14,21
143/21850	Serra de Montemuro/ Bigorne	02,05,12,13,14,17,21
144/12250	Serra da Lapa	02,05,12,13,14,20
180/1550	Rio Paiva	05,06,11,13,19,20
186/1000	Santa Justa e Pias	03,12

\* Ver motivações na página seguinte

Motivações (código):

- 01 – Ecológico (geral)
  - 02 – Botânico (geral)
    - 03 – Plantas vasculares
    - 04 – Plantas inferiores
  - 05 – Zoológico (geral)
    - 06 – Mamíferos
    - 07 – Aves
    - 08 – Répteis e Mamíferos
    - 09 – Peixes
    - 10 – Invertebrados
    - 18 – Insectos
- 11 – Habitats/Comunidades/Ecosistemas
- 17 – Importância geológica e/ou geomorfológica
- 20 – Interesse natural e paisagístico geral
- 12 – Presença de espécies “RARAS”
- 13 – Presença de espécies “VULNERÁVEIS”
- 14 – Presença de espécies “EM PERIGO” de extinção
- 15 – *Loci situ* de um particular habitat ou ecossistema
- 16 – Importante para espécies migratórias
- 19 – Presença de espécies endémicas
- 21 – Sítio de Interesse Ornitológico para a UE

Nota: os estatutos de conservação a que se referem as motivações números 12, 13 e 14 são os referentes a Portugal Continental e que constam do Livro Vermelho dos Vertebrados (ed. SNPRCN, 1991 e 1992); para a motivação número 19 consideram-se os endemismos nacionais, ibéricos e/ou macaronésicos.

Origem: Projecto Corine (SNPRCN, 1992).

A zonação de mamíferos, aves, répteis e anfíbios tem sido também um instrumento muito importante para a orientação de estratégia de protecção e a preservação das espécies com estatuto mais frágil.

Embora o esforço realizado seja notável, a bacia do rio Douro apresenta grande diversidade de paisagem e de biodiversidade e, assim, o esforço terá de continuar para conhecer, através da pesquisa científica, os valores menos óbvios. O rio e os seus afluentes apresentam sistemas lóticos e léticos de grande interesse e o estuário insípiente do rio Douro (Porto) tem algumas áreas, já perdidos ou ameaçadas pela desordem urbana. Aos cursos de água juntam-se sistemas ribeirinhos de vegetação e lagoas temporárias e permanentes com possível interesse. E nos planaltos e na montanha ainda muito se desconhece.

### 3. OS PROBLEMAS DE GESTÃO DECORRENTES DE BACIA EXTENSA E COM GRANDE INTERESSE PARA A CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM E DA BIODIVERSIDADE

É claro que importa referenciar e proteger não só no papel mas no terreno os “pontos relevantes” da paisagem e da biodiversidade mas estas áreas de interesse superlativo devem dispor-se numa matriz geográfica de conservação global, pois **não é admissível proteger a parte sem proteger o todo**, até porque o funcionamento dos sistemas e processos que garantem a vida é geral e não localizado e abrangem os ecossistemas naturais e seminaturais, os agrossistemas e os sistemas urbanos. **Para o todo são precisas medidas genéricas, para**

**a parte são necessárias medidas específicas, para ambas é necessário controlo e incentivos.**

Uma tal amplitude de intervenção pró-ambiental, pró-ordenamento e pró-conservação exige: planeamento, investigação, porque a partir de certo ponto os valores tornam-se menos óbvios; constante monitorização, pois sistemas complexos são difíceis de abordar e sempre sujeitos a produzir efeitos indesejáveis, efeitos cujas causas se devem corrigir constantemente a montante; e auditoria, de forma a que o arbítrio seja reduzido ao mínimo, garantindo as regras e, assim, os interesses da sociedade. O controlo através da fiscalização são os corolários lógicos dos itens atrás explicitados. Para que tudo isto seja levado a cabo com competência, e não apenas com aparência, é necessária constante formação dos dirigentes e não apenas do seu *staff*.

Paralelamente, os estudos e o planeamento, a partir de certa altura, devem ter expressão no terreno, isto é, através de gestão cada vez menos empírica e cada vez mais racional, que possa gerir com eficácia e substância os recursos, o seu próprio sistema de gestão e as externalidades, externalidades de que depende (sem por vezes ter grandes possibilidades de intervenção).

Que diagnóstico podemos fazer da situação presente? Como estamos em face de uma instituição fortemente centralizada em Lisboa (o Instituto da Conservação da Natureza) e com uma jurisdição nacional, é claro que o vale do Douro, por mais importância que tenha, insere-se numa estratégia nacional que ao presente gere no terreno as áreas protegidas, estando as outras figuras de protecção numa fase preparatória, ainda sem medidas de gestão normativa (Rede Natura 2000) ou, inconvenientemente, dispersas por uma série de instituições, como saliente Magalhães (2001), que não apresentam órgãos de articulação por forma que as actividades de uma instituição não prejudique as actividades de outra ou de outras (refiro-me à Reserva Ecológica Nacional, à Reserva Agrícola Nacional, ao Domínio Público Hídrico). A Reserva Ecológica Nacional é articulada pelo ICN mas aplicada no terreno pelas Câmaras Municipais; A Reserva Agrícola Nacional depende do Ministério da Agricultura e o Domínio Público Hídrico é gerido pelo Instituto da Água. No ordenamento do território, tão importante em termos do ambiente e da conservação, a responsabilidade pertence à Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza. A aplicação local da Rede Natura 2000 parece destinar-se a ser administrada pelas Câmaras Municipais como mais uma figura de ordenamento do território, o que vemos com bastante preocupação, pois não se está a formar pessoal para gerir tal responsabilidade e, assim, juntar no mesmo saco interesses ecológicos, sociais e económicos dará como consequência uma prioridade absoluta para estes últimos.

Não me parece mal a descentralização e a responsabilização local, pois, numa tarefa de tão grande amplitude, a descentralização e a desconcentração são indispensáveis como é indispensável a participação do cidadão individualmente e através das suas organizações, uma vez que a política e as instituições são essenciais (não há alternativas) mas de eficácia limitada. O que me parece

preocupante é de facto a ausência de formação prévia das autarquias relativamente a responsabilidades que vão ter e que estão fora das suas tradicionais competências. Todo este esforço exige também coordenação e articulação e nada parece estar planeado para resolver esta importante lacuna.

Em termos de gestão de áreas protegidas o que se verifica é a constante falta de recursos financeiros e um estrangulamento pertinaz em termos pessoal, pois tem havido um congelamento cego de admissões à função pública, que tanto abrange ministérios com excesso como ministérios com deficiências graves de pessoal. Os recursos financeiros decorrem do Orçamento Geral do Estado e é pouco provável que a quota parte reservada ao Ambiente, à Conservação e ao Ordenamento tenha aumento significativo com os problemas existentes ao nível económico, de ensino, de administração da justiça e de outros sectores de interesse imediato e inadiável embora se o sistema do *poluidor/utilizador-pagadores* funcionasse não haveria qualquer problema, desde que essas verbas fossem dirigidas directamente para a área do Ambiente, Ordenamento e Conservação (Moura, 2000). Em resumo: sendo o esforço do Instituto da Conservação da Natureza notável em relação aos meios que tem tido, a sua acção não deixa de ser simbólica, cada vez mais simbólica, em termos principalmente de estrangulamentos económicos e de pessoal. E como a pobreza é invasiva (quando tende a não ser inteligente), agravada pela tendência de ser mais fácil promover imagens do que a conservação real da natureza, isto tudo conduz inevitavelmente às meias soluções (por exemplo, pagamento dos prejuízos do lobo sobre o gado de que se alimenta sem haver uma estratégia de reforço de presas naturais) ou mesmo às soluções de fachada (por exemplo, ter uma política de fogos baseada no combate ao incêndio em vez de na prevenção, o que é espectacular em termos de comunicação pública mas na verdade ineficaz) ou a optar pelos caminhos mais fáceis, que apenas satisfazem a baixa política (por exemplo, promoção de um turismo dito “verde” em prejuízo da gestão real da paisagem e das populações locais) ou ao privilégio de uma burocracia cada vez mais ausente do cometimento para a resolução dos problemas reais, que lhe competem. Reforçado pela falta de formação ecológica e pela falta de escrutínio da hierarquia e do exterior, isto terá, lamentavelmente, o condão de criar hábitos de trabalho e rotinas de aceitação fatalista, considerando natural o que na verdade não é, ainda com a tendência de marginalizar vozes incómodas, que chamem a atenção para estes factos, perpetuando-se, assim, a gestão empírica em vez de uma gestão virada para o auto-aperfeiçoamento, para o qual é indispensável a reflexão e a crítica pertinente sobre os resultados.

Com este tipo de estrangulamentos é claro que a intervenção só pode ser, quando muito, correctiva, nunca de fundo. Corrige-se a deriva mas é impossível corrigir a rota. Assim, herdou-se um património notável em termos de agrossistemas, bastante interessante em termos de biodiversidade, mas estes agrossistemas, à excepção talvez do agrossistema duriense, que o preço elevado do vinho do Porto vai mantendo, estão ameaçados devido à desertificação humana, uma vez que a sua estabilidade depende da regular e mais ou menos

intensa intervenção do homem rural. Para que estes agrossistemas continuem seria preciso fixar as populações em termos de melhoria da qualidade de vida no campo e isto implicaria não só investimentos locais avultados em termos de promoção das condições de vida (recursos colectivos: acessibilidades, água e saneamento, educação, saúde, etc.), fora da tradição da drenagem dos recursos para a capital e para as cidades mais importantes, como também a diversificação dos rendimentos dos agricultores (recursos individuais ou nível de vida) de forma a que se pagasse não apenas os recursos económicos que produzem mas também esse recurso intangível que é a paisagem humanizada, que criaram e sustentam, e de que o turismo muito tem beneficiado, sem aliás contribuir para isso através de qualquer contrapartida financeira.

Seria preciso estratégia bastante agressiva no terreno para inverter a corrente prevalecente resultante do despovoamento, estratégia que, em termos de paisagem, deveria pagar a manutenção da mesma através de apoios vários à recuperação não apenas da casa rural, que não é apenas habitação (são também adegas, eiras, sequeiros, espigueiros, etc.) mas do seu suporte agrário, caminhos, muros, manutenção da tipologia da diversidade, quer formal e funcional, quer biológica. Para isto a paisagem tem de ser vivida, embora com regras, através do turismo e do recreio verdadeiramente “verdes”, pois é daqui que podem também vir os recursos económicos necessários à manutenção da paisagem, sem falar da solidariedade necessária para apoiar este esforço.

Se nada disto é possível, o papel das áreas protegidas é o retardar do inevitável, isto é, a perda do património cultural construído através dos séculos.

É claro que em termos de biodiversidade, o colapso da biodiversidade ligada aos agrossistemas tem como contrapartida novos equilíbrios baseados mais nos ecossistemas naturais e seminaturais e não é por acaso que certas espécies estão em expansão: o javali, o corço, o esquilo, o arminho, o estorninho, etc. Contudo, é catastrófico, num país tão rico em agrossistemas de notável equilíbrio e beleza, tudo isto estar em perigo eminente, o que implica até a perda de parte significativa das nossas raízes culturais.

Se a gestão das áreas protegidas depende destas externalidades isto não é desculpa para que continue a prevalecer a gestão empírica, “a olho”, onde o divórcio entre direcção e a investigação é patente, onde a monitorização é inexistente, onde a fiscalização é mais simbólica do que efectiva, onde a auditoria financeira é um facto mas a auditoria ambiental não existe, onde o escrutínio exterior é inexistente, onde a formação para a eficiência e a modernidade apenas se faz aos níveis hierárquicos mais baixos, continuando os níveis mais altos com licenciaturas generalistas e frágeis, quando muito com mestrados rápidos e, por vezes, inapropriados. A direcção é entregue bastas vezes a pessoas sem a formação de base conveniente e sem *curriculum* na área, cujas lacunas levam muito tempo a colmatar (e isto se houver a humildade e a inteligência de reconhecer falhas de formação). Depois, a sua carreira faz-se na mediocridade das soluções do senso comum e com a sustentabilidade decorrente do dizer o que os políticos querem ouvir, omitindo o preço que o ambiente, o ordenamento e



a conservação necessariamente implicam. E a rotina e o carreirismo instalam-se já que o ambiente, a conservação e o ordenamento em vez de objetivos determinantes passam a ser meros meios.

Na complexidade e amplitude dos problemas e num panorama medíocre como este é claro que é necessário diagnóstico corajoso e medidas terapêuticas enérgicas, pois, de contrário, a resultante de tudo isto não poderá ser optimista.

#### 4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Para a consecução de estratégia nacional ou regional de conservação da natureza pode partir-se ou de estratégia geograficamente pontual de conservação dos valores superlativos, mais ou menos localizados, para, depois, alargar a conservação ao resto do território, ou de estratégia de conservação para todo o território para depois se ir protegendo os valores superlativos pontuais, já que seria muito difícil avançar em simultâneo com uma matriz de conservação geral para todo o território e avançar com a preservação dos valores superlativos nodais, com presteza suficiente.

Portugal partiu da conservação localizada para a conservação generalizada, esta ainda bastante longe de se estabelecer, até porque nunca se explicitou como meta uma conservação omnipresente para todo o território, com excepção de Moura (2000), abrangendo ecossistemas, agrossistemas e espaços urbanos, embora com níveis de intervenção variáveis. A base de tudo isto será sempre a Estratégia Mundial da Conservação, de forma a garantir para todo e por todo o território os sistemas e processos que garantem a vida, a usar sustentavelmente esses sistemas e processos e a manter a biodiversidade, uma vez que esta é essencial, em termos de recursos e como componente dos ecossistemas.

Assim, ao nível nacional existe já rede de áreas protegidas (Parque Nacional, Parques Naturais, Reservas Naturais, Paisagens Protegidas, Monumentos Naturais, Sítios Classificados) e está a caminho a chamada Rede Natura 2000, esta por enquanto só no papel, sobrepondo-se e complementando a primeira (rede de áreas protegidas) em termos de habitats e respectivas espécies, com realce para a avifauna, em especial migradora.

Em termos de ordenamento territorial existem certas figuras que pretendem acautelar valores ecológicos, pedológicos e hidrológicos, fundamentais para o funcionamento dos sistemas e processos que garantem a vida, sendo, no entanto, também localizados, pois estão vocacionados para ecossistemas sensíveis e determinantes como são os litorais, os cursos de água, as nascentes (que os abastecem) e as zonas de infiltração, que condicionam a recarga dos aquíferos subterrâneos, preocupando-se também com os solos, fundamentais como suportes de vida e para a alimentação e, desta forma, fundamentais em termos de ciclo de nutrientes e da sua sustentabilidade, através da limitação das erosões. Essas figuras são: a Reserva Ecológica Nacional (REN), a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e o Domínio Público Hídrico.

Paralelamente, existe uma incipiente estratégia de Ambiente, instalada de forma desigual no território nacional (principalmente nas grandes cidades), preocupada com as componentes dos ecossistemas como o ar, a água ou as disfunções provocadas pelo homem (poluição, contaminação, degradação) ou os impactos provocadas por intervenções potenciais.

Todo este esforço tem sido principalmente governamental mas as autarquias e as organizações não governamentais começam também a contribuir. A Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo, na bacia hidrográfica do rio Douro é um exemplo de área protegida, já instituída, gerida por uma câmara municipal.

A bacia hidrográfica do Douro, como parte do todo nacional, integra-se precisamente nestas estratégias, estando representadas as categorias de áreas protegidas preconizadas pela IUCN, com excepção da figura de Parque Nacional (o Parque Nacional da Peneda-Gerês fica fora da bacia hidrográfica do rio Douro), estando localizadas as áreas mais prioritárias relativas à Rede Natura 2000, e aparecendo nos planos directores das autarquias a Reserva Ecológica Nacional, Reserva Agrícola Nacional e o Domínio Público Hídrico.

Quais as principais lacunas neste processo?

A primeira é a falta de uma estratégia geral de conservação para toda a bacia hidrográfica do rio Douro, uma vez que mesmo os planos de bacia têm por fulcro a hidrologia, embora contemplem outras componentes.

Em termos de áreas protegidas instituídas, a falta de orçamentos compatíveis e de pessoal mínimo têm sido permanentes pelo que só tem sido possível gerir o complementar e nunca o essencial. Herdou-se paisagem rural notável mas não se tem tido meios para a manter, nesta época em que os agrossistemas entraram em colapso devido ao despovoamento.

Paralelamente, a formação dos dirigentes tem sido negligenciada e, assim, não têm a preparação necessária para, tendo os meios, estabelecerem no terreno estratégia de fundo que permita primeiro parar e, depois, inverter o processo de degradação paisagística em curso. São de facto “bombeiros” que tentam, com muito mérito, combater este e aquele “incêndio” com meios mais do que insuficientes mas aos quais o dia-a-dia, lidando com acessório, retirou a capacidade de “olhar o horizonte” e, assim, separar estratégias avulsas de estratégias de fundo.

Relativamente à Rede Natura 2000 tem havido notável esforço de pesquisa e localização geográfica mas é necessário começar a ter medidas de gestão no terreno, que já tardam, pois as pressões sobre essas áreas estão a crescer, e para isso é preciso qualificar, isto é, preparar, quem irá gerir essas áreas que, tudo leva a crer, serão as autarquias locais. Para que essas áreas não tenham uma existência marginal ou se não transformem em meras figuras no “papel”, ou dirigidas para o turismo e recreio (em que se gere o económico e se desconhece os objectivos de fundo, ou seja, a necessidade de manter os processos e sistemas que garantem a vida a funcionar de forma natural) era necessário já ter pessoas formadas para as saber gerir, com credibilidade, enquanto o ICN deveria já ter montado sistema de coordenação e de supervisão de esforços descentralizados, que não podem nem devem fazer-se sem integração. Neste processo é

inconveniente só controlar e, por isso, é preciso consubstanciar estratégias de incentivos.

Relativamente à Reserva Ecológica Nacional, Reserva Agrícola Nacional e Domínio Público Hídrico é necessária a coordenação destas figuras a nível nacional e é preciso que quem as aplica entenda o que com elas se pretende e, assim, faça parte da solução e não parte do problema, pois as autarquias vêm nestas figuras mais obstáculos à gestão do seu território do que reais vantagens para um presente e um amanhã com qualidade de ambiente.

A Associação de Municípios deveria ter papel fulcral na promoção constante do nível dos seus formandos, absorvendo com rapidez novas valências para uma gestão moderna.

As estratégias de ordenamento e de ambiente são inseparáveis uma da outra e é necessário que as autarquias, com o inevitável engenheiro civil, comecem a admitir também engenheiros do ambiente e arquitectos paisagistas, pois não se pode alterar para melhor as respostas sem haver, a montante, ganhos de qualidade. Para haver diálogo com as instituições governamentais de ambiente, de ordenamento e de conservação é preciso haver pessoas dentro das autarquias com formação e sensibilidade para isso.

Neste conjunto de vectores a pesquisa continua a ser essencial e é necessário que a universidade prossiga não apenas na investigação ligada à inventariação de valores ecológicos mas também na pesquisa aplicada à gestão, pois é perceptível o desequilíbrio entre as duas (pesquisa e gestão). Para gerir é preciso conhecer mas, além de conhecer, é preciso orientar a gestão. Os estudos de impacte são essenciais para diminuir impactes negativos de intervenções a estabelecer e a monitorização de todo o processo é também muito importante, pois é preciso corrigir os efeitos negativos. Além disso, a auditoria ambiental deve ser um processo normal e regular, pois é necessário que se cumpram as leis e as regras estabelecidas. A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e o Instituto Politécnico de Bragança, na bacia hidrográfica do rio Douro, podem ter papel muito importante em tudo isto.

A reclassificação das áreas entretanto classificadas é também importante, pois, bastas vezes, o que era aceitável no passado não o é à luz de novos conhecimentos. Certas áreas protegidas devem ser expandidas (o caso do Parque Natural do Alvão e do Parque de Montesinho em relação à serra de Nogueira) e, como acima se referiu, certas áreas de Rede Natura 2000 deveriam ser Parques Naturais (Montemuro, Arada/Gralheira).

Para o Alto Douro vinhateiro há processo de classificação feito à margem do habitual e, por isso, com todos os riscos de estratégia que não se socorreu da experiência entretanto adquirida. Contudo, é aposta muito interessante mas é cedo para ver os resultados de esforço baseado num plano geral, apadrinhado pela Associação de Municípios e respectivas câmaras participantes, que se pretende cumprido ao nível de cada autarquia envolvida. Como resultará em termos de esforço de conjunto?

Em suma: as estratégias de conservação, ambiente e ordenamento são

indispensáveis em termos de totalidade de território para a qualidade de vida e a sua sustentabilidade a curto, médio e longo prazo. Dentro deste contexto, as áreas protegidas são áreas superlativas em termos do que há de melhor. Porém, tudo será simbólico se não houver objetivos, estratégias, estruturas, meios e instrumentos e o ambiente e a conservação não devem viver “insustentavelmente” de um capital patrimonial herdado que não conseguem manter e muito menos melhorar.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, J. PINA MANIQUE e (1954), *Carta Ecológica de Portugal*, Lisboa: Ministério da Economia, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, Serv. Editorial da Repartição de Estudos, Informação e Propaganda, p. 58.
- MAGALHÃES, Manuela R. (2001), “A Arquitectura Paisagista, Morfologia e Complexidade”, *Colecção Estudos*, n.º 3, Lisboa: Editorial Estampa, Novembro, p. 525.
- Ministério do Ambiente, *Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Douro*, 1ª Fase, Análise e Diagnóstico da Situação de Referência, Anexo 9 – Conservação da Natureza, s.l., Abril 1999, p. 600.
- MOURA, Robert M. (2002), “Arquitectura Paisagista e Conservação da Natureza”, *Arquitectura e Vida*, n.º 26, Abril, pp. 60 a 65.
- (2000), *Para o Desenvolvimento de Sistema Integrado de Conservação da Natureza em Portugal. De Sistema Localizado (Tendencialmente Formal) para Sistema Generalizado de Conservação da Natureza (Tendencialmente Funcional)*, Tese de doutoramento, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, p. 352.
- (1992), Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, *Programa Corine, Projecto Biótopos, Inventário de Sítios de Especial Interesse para a Conservação da Natureza (Portugal Continental)*, “Colecção Estudos” n.º 9, Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Março, p. 64.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Secretaria de Estado do Ambiente, Comissão Nacional do Ambiente, Atlas do Ambiente, Carta Ecológica, cartografia preparada por J. Pina Manique e Albuquerque em 1982 e impressa pelo Instituto Hidrográfico em 1984.



# ALTO DOURO DE CONTRASTES

(Texto base de um diaporama)

*José Alves Ribeiro*

## I – O RIO

Minha artéria visceral  
uma alma, uma vivência,  
a minha espinha dorsal...  
Douro velho tão bravio,  
Douro novo, manso rio,  
pratas de água sem igual...

Barcas e velho comboios,  
linhas calmas, sedutoras,  
com lentas locomotoras,  
pontes, pontinhas, pontões,  
caminhos dobrados, geias,  
são as veias recortadas  
à flor da minha pele,  
o meu sangue e o meu sal;  
a nostalgia na alma  
é o meu estado natural...

## II – AS COLINAS

Tortuosos meus abismos,  
rugas de xisto em maré,  
encapelado o meu destino,  
rasgo vales de encanto e pasmo,  
espalho o aroma do meu vinho,  
zimbro, estêva, rosmaninho,  
dobro as faldas do Marão,  
refresco Tormes e Baião,  
vou-me espraiando em Crestuma  
só descanso em Campanhã !...

### III – AS QUINTAS

Quintas velhas, centenárias,  
de barrôcas tradições,  
são vindimas, lagaradas,  
pipas assim transportadas,  
memórias de gerações...  
novas vinhas, novas vias,  
modernas tecnologias  
aliviam meu suor,  
criam novas concepções,  
novos rostos ao meu ser  
e novas contradições:  
algumas anomalias,  
vinhas que expandem demais...  
(é preciso ter em conta balanços ambientais)  
onde estão outras culturas?  
meus antigos olivais,  
as cerejas de Resende,  
meus viçosos laranjais,  
humildes amendoeiras  
até quando deslumbrais?  
Imponentes estes sôbros,  
porque machado esperais?...

Não estou a ver este Douro,  
genuíno e belo Douro,  
uma exótica alegoria,  
uma pobre monotonia  
de efémeros eucaliptais!...

É o progresso dos contrastes:  
belas quintas pombalinas,  
fidalgas e majestosas,  
magníficos brasões  
(já espreita o novo-riquismo  
nalguns destes casarões...)  
mais acima são courelas,  
casas singelas, quintais,  
um atávico conformismo  
que se prolonga demais,  
são as vinhas vindimadas  
com matizes  
e com crises  
outonais!...

#### IV – OS MORTÓRIOS

Há um século uma praga  
de nome filoxera  
fez uma crise maior,  
mudou muito a minha face,  
minha natureza mor,  
retomei meus ares bravios  
e da cinza dos mortórios  
um bem renasceu do mal:  
esses antigos martírios  
são ricos repositórios  
da paisagem natural...

Um PATRIMÓNIO tão rico  
legado pelos avós  
tem que ser mantido VIVO  
para bem de todos nós!





# AS CIÊNCIAS SOCIAIS E O DOURO. ASPECTOS DA EXPERIÊNCIA DA UTAD\*

*Artur Cristóvão*

## **O DES NO CONTEXTO DA UTAD E DO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS**

O Departamento de Economia e Sociologia<sup>1</sup> é uma das unidades da Área Científica das Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a qual integra ainda os Departamentos de Artes e Ofícios, Ciências da Educação, Desporto e Letras. A sua actividade data de há mais de 25 anos. Paulatinamente, foi crescendo e reúne hoje um conjunto de cerca 40 docentes e investigadores com formações diversas, das Ciências Agrárias (Agronomia, Zootecnia, Medicina Veterinária) à Economia, Gestão, Direito, Geografia, História, Antropologia e Sociologia<sup>2</sup>, 14 dos quais são doutorados. Na sua origem era constituído por um pequeno número de docentes com formação quase que exclusiva em Ciências Agrárias, os quais leccionavam disciplinas de Ciências Sociais nos cursos então existentes de Engenharia Agrícola, Zootécnica e Florestal. Com a criação dos cursos de Economia e Gestão o número de docentes aumentou consideravelmente e o leque de formações alargou-se.

O DES corresponde a uma situação pouco comum no ensino superior português. Na verdade, na maior parte das situações os Departamentos (e por vezes Faculdades) foram criados de acordo com a tendência de divisão de trabalho resultante da trajectória histórica de institucionalização das Ciências Sociais (Comissão Gulbenkian, 1996). Assim, o mais comum é existirem Departamentos separados de Antropologia, Economia, Sociologia, Ciências Políticas, Gestão, e outras disciplinas. Na UTAD, no actual contexto, deseja-se preservar a situação actual, embora tal não seja consensual entre os docentes do Departamento de Economia e Sociologia, nem a outros níveis de reflexão, eventualmente favoráveis a uma diferente compartimentação disciplinar<sup>3</sup>.

## **DA EXPERIÊNCIA GLOBAL DE INVESTIGAÇÃO DO DES: OBJECTOS E MÉTODOS**

A experiência de investigação do DES pode ser caracterizada pela natureza predominantemente pluridisciplinar, transdisciplinar e aplicada dos estudos, que têm procurado valorizar os saberes disciplinares diversificados dos seus

investigadores, e pela orientação para as questões do desenvolvimento territorial, empresarial e da sociedade civil, em particular em áreas periféricas/marginalizadas. Tal não significa, porém, que os investigadores não realizem investigação de natureza mais disciplinar e especializada.

Na sua origem, foram marcantes os estudos ligados à Sociologia Rural e à Economia Agrária, nomeadamente dirigidos para o conhecimento das dinâmicas de transformação das explorações agrícolas, do território e da sociedade rural do interior norte de Portugal, bem como para a análise dos processos de desenvolvimento, nas suas dimensões social, económica, política, institucional e tecnológica. Destaque-se o envolvimento em Projectos de investigação estruturantes e mobilizadores de equipas interdisciplinares amplas, nomeadamente: a Unidade de Avaliação do Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes (PDRITM), que funcionou entre 1985 e 1998 com o financiamento do Banco Mundial e do Estado Português; e o Projecto “Design Methods for Endogenous Regional Development” (1990-1994), financiado pela CCE no quadro da linha CAMAR, marco na internacionalização da investigação da Unidade.

Nos últimos anos, no âmbito dos estudos rurais, têm sido conduzidos trabalhos pioneiros, com reconhecimento nacional e internacional, analisando problemáticas sociais de grande relevo e perspectivando a diversificação da economia regional, numa óptica de multifuncionalidade do espaço rural. No primeiro caso, podemos citar a investigação sobre os idosos rurais (PRAXIS XXI), ou as políticas para a juventude rural (FAIR). No segundo caso, o Projecto AIR sobre turismo rural e os estudos sobre a valorização das potencialidades agrárias de Trás-os-Montes e Alto Douro (PAMAF), os produtos agrícolas e agroalimentares de qualidade (AIR, PAMAF, PROCÓA), as novas actividades económicas e a criação de emprego (PRAXIS XXI), a valorização económica do ambiente (PROCÓA) e o papel das pequenas e médias cidades (V Programa Quadro da UE). Ao mesmo tempo, tem-se verificado o progressivo alargamento do âmbito dos estudos, com o envolvimento em Projectos identificados com as áreas da Economia Regional, Economia Industrial, Economia Financeira, Gestão Empresarial, Marketing e Administração Pública, e o aprofundamento das ligações internacionais, particularmente no quadro europeu.

As equipas e investigadores do DES têm usado uma ampla variedade de métodos e técnicas de investigação, sendo de destacar: as abordagens qualitativas de carácter etnográfico, com recurso à observação participante, às entrevistas abertas, e às histórias de vida, entre outras técnicas; os estudos extensivos, com recurso ao inquérito por entrevista, individual ou de grupo, ou por questionário; e o uso de abordagens quantitativas, com aplicação de instrumentos de análise estatística e econométrica. Nesta matéria, porém, destaca-se a versatilidade das equipas, fruto da sua composição disciplinar variada, e um forte pluralismo metodológico e analítico, que procura valorizar os pontos fortes das diferentes metodologias de investigação social.

## AS ESTRUTURAS DE INVESTIGAÇÃO

Até há pouco tempo o DES era uma um dos Departamentos do Instituto de Ciências e Tecnologias Agrárias e Agro-Alimentares (ICETA) da UTAD, macrounidade de investigação constituída em 1993 ao abrigo do Programa Ciência e beneficiária de financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). O ICETA, nas palavras do seu Director, “foi mais um aglomerar de potencialidades científicas já existentes do que um projecto proposto de raiz” (Guedes-Pinto, 1999). Na verdade, esta unidade foi instrumental na obtenção de recursos para dinamizar e qualificar a investigação da UTAD, mas não significou um avanço no domínio da articulação entre departamentos, nomeadamente pela definição de linhas de trabalho abrangentes e construção de projectos interdepartamentais, pluri, inter ou transdisciplinares. Por outro lado, dada a sua dimensão (13 departamentos e mais de uma centena de investigadores doutorados) e gestão relativamente centralizada, não estimulou a adopção de posturas pró-activas por parte dos seus departamentos, gerando alguma inércia. Nessa medida, foi decidido, em 2001, lançar um processo de criação de Centros de Estudos autónomos a partir do ICETA. Assim, o DES propôs a criação do chamado Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD).

Em suma, o trabalho de investigação do DES foi essencialmente desenvolvido no âmbito de uma macrounidade, sem qualquer estrutura específica de direcção e gestão, e sem uma definição de linhas de trabalho que servissem de enquadramento à realização de projectos. O trabalho de investigação evoluiu ao sabor da iniciativa dos investigadores e/ou dos desafios lançados do exterior, quer por outros investigadores ou equipas, quer através de instituições locais, regionais ou nacionais. A criação do CETRAD pretendeu alcançar uma situação distinta, nomeadamente através de uma estruturação da investigação e adopção de uma postura pró-activa, em particular no que toca à definição de prioridades de trabalho e ao diálogo com outras instituições.

A lógica transdisciplinar proposta resulta da própria experiência do DES e do reconhecimento de que, tal como afirma Sousa Santos (1987, 46-47), “a excessiva parcelização e disciplinarização do saber científico faz do cientista um ignorante especializado ... acarreta efeitos negativos”, sendo importante assumir que o “conhecimento é total” e crucial explorar outros caminhos que não a “parcelização disciplinar”, nomeadamente da chamada “parcelização temática”<sup>4</sup>. Na essência, visa-se capitalizar as competências de pluridisciplinaridade já adquiridas, explorando o “trans”, ou seja, “o que está, ao mesmo tempo, entre as disciplinas, através das disciplinas e além das disciplinas”, usando as palavras de Nicolescu (1997).

**CARTA DA TRANSDISCIPLINARIDADE (extractos)\***

Artigo 2. O reconhecimento da existência de diferentes níveis de realidade, regidos por diferentes lógicas, é inerente à atitude transdisciplinar. (...)

Artigo 3. A transdisciplinaridade é complementar da aproximação disciplinar; ela faz emergir da confrontação das disciplinas novos dados que as articulam entre si e nos dão uma nova visão da natureza e da realidade. (...)

Artigo 5. A visão transdisciplinar é deliberadamente aberta na medida em que ela ultrapassa o domínio das ciências exactas pelo seu diálogo e a sua reconciliação com as ciências humanas mas também com a arte, a literatura, a poesia e a experiência interior.

Artigo 6. Em relação à interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, a transdisciplinaridade é multireferencial e multidimensional. Tendo em conta a concepção do tempo e da história, a transdisciplinaridade não exclui a existência dum horizonte transhistórico.

Artigo 13. A ética transdisciplinar recusa toda a atitude que rejeita o diálogo e a discussão, de qualquer origem – de ordem ideológica, científica, religiosa, económica, política, filosófica. O saber partilhado deve conduzir a uma compreensão partilhada, fundada no respeito absoluto das alteridades unidas por uma vida comum numa única e mesma terra.

\* Carta apresentada no 1.º Congresso Mundial sobre a Transdisciplinaridade, Convento da Arrábida, 2-6 de Novembro de 1994 e publicada nos *Cadernos da Educação*, N.º 8, pp. 7-9.

## **O CENTRO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES PARA O DESENVOLVIMENTO**

### **Os objectivos**

A constituição do CETRAD tem por finalidades: reforçar os laços e sinergias entre diferentes disciplinas; melhorar a coerência teórica, metodológica e operacional dos estudos; revigorar os meios e infra-estruturas essenciais ao bom desempenho dos investigadores; dinamizar a cooperação com outras instituições e a participação em redes científicas; colocar os saberes e competências ao serviço da comunidade, privilegiando o trabalho em parceria; apoiar a formação contínua dos investigadores; e fomentar a divulgação da produção científica.

### **Ligação à Comunidade e Divulgação Científica**

É de destacar, como orientação estratégica do Centro, não só a forte ligação a um amplo conjunto de instituições, nacionais e internacionais, bem como a preocupação de divulgar e debater os resultados dos seus estudos, através de seminários, cursos de verão e outros eventos. Neste último aspecto, assume-se uma lógica de partilha de saberes e de construção participada de novas proble-

máticas de investigação e rumos inovadores de intervenção. Tal orientação será reforçada mediante uma política de edição de publicações.

### **Linhas de Trabalho**

Tendo em atenção os objectivos de trabalho do CETRAD, a experiência acumulada dos seus investigadores e equipas, os Projectos actualmente em curso ou delineados, assim como os desafios relativos à consolidação de áreas emergentes com fortes potencialidades, a investigação da Unidade, nesta fase, será estruturada e desenvolvida em torno de três grandes linhas, a saber:

1. Economia, Estado e Políticas;
2. Território, Sociedade e Recursos para o Desenvolvimento;
3. Empresas, Finanças e Dinâmicas Organizacionais.

Esta organização garante a integração de todos os investigadores na Unidade, através de projectos individuais (incluindo os que decorrem do interesse específico de investigadores em pós-doutoramento) e, particularmente, em projectos de equipa<sup>5</sup>. Sempre que possível, os investigadores em mestrado ou doutoramento, serão integrados nas linhas definidas e projectos de investigação em curso. A meta da abordagem transdisciplinar, procurando potenciar as sinergias entre os vários domínios científicos dos membros da Unidade, será sobretudo concretizada a partir dos projectos de investigação em equipa, fortalecendo sistematicamente as sinergias entre as várias competências, e também explorando as sobreposições entre as três grandes linhas de investigação. Como orientação estratégica, será dada continuada atenção à integração de jovens investigadores nos projectos e acções.

### **Membros**

O CETRAD é maioritariamente constituído por membros afectos ao Departamento de Economia e Sociologia da UTAD, mas está aberto à participação de outros membros, efectivos, associados ou convidados (nacionais e internacionais). Com o objectivo de consolidar uma rede de investigação ligada às temáticas acima definidas, será feito trabalho no sentido de dar mais coerência aos contactos já existentes com investigadores do Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIA), de Escolas Superiores Agrárias (Bragança, Coimbra, Castelo Branco e Viseu em particular), assim como de instituições de ensino superior ligadas à Economia, Gestão e Sociologia, com a Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, a Universidade Católica Portuguesa (Porto e Viseu) e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Para além disso, a Unidade procurará promover a colaboração com outras Unidades de investigação da UTAD, bem como de instituições de outros países, sendo prioridades os de língua portuguesa, do sul da Europa e em vias de adesão à UE.

## Estrutura Organizativa

Na estrutura organizativa do CETRAD existem três órgãos: o Director; o Conselho Científico; e o Conselho Consultivo. O Conselho Científico é composto por todos os investigadores doutorados efectivos e por representantes dos não-doutorados. Entre outras funções, compete-lhe: coordenar as actividades; emitir parecer sobre todas as questões que se prendam com a gestão científica da Unidade; aprovar a criação, reestruturação ou extinção de linhas de investigação; propor e aprovar protocolos e outras formas de cooperação e intercâmbio com instituições similares; aprovar regulamentos, planos e relatórios relativos às actividades e finanças da Unidade; pronunciar-se sobre todas as questões consideradas relevantes pelo Director e os seus membros, no quadro das competências da Unidade.

O Conselho Consultivo, a constituir, será composto por um máximo de 12 membros externos, de dois tipos: representantes da comunidade científica que apreciarão, sobretudo, os aspectos científicos (temáticas, metodologias, resultados) do trabalho; e representantes da sociedade (Estado, economia, sociedade civil, comunidades locais) e, particularmente, os potenciais utilizadores da investigação que se pronunciarão sobre a agenda de investigação da Unidade, a pertinência dos projectos e a utilidade dos resultados.

### LINHA 1 – Economia, Estado e Políticas – Áreas de Investigação\*

1. **Análise da produtividade e eficiência das organizações e dos sectores**, aproveitando a experiência adquirida em trabalhos aplicados ao sector financeiro, das cooperativas e explorações agrícolas.
2. **Economia da participação**, no contexto da nova economia, beneficiando de investigação já realizada para o caso específico das cooperativas vitivinícolas portuguesas.
3. **Economia industrial**, abordando, nomeadamente, questões de interacção estratégica em sectores como o do vinho do Porto (com a aplicação da teoria dos jogos).
4. **Macroeconomia**, no âmbito do estudo das flutuações dos principais agregados macroeconómicos na frequência dos ciclos económicos; comportamento dos preços, ao nível agregado, nos vários mercados; análise de políticas económicas e dos seus efeitos na economia portuguesa e comparações internacionais.
5. **Macroeconomia internacional**, nas áreas da teoria das zonas monetárias óptimas, do federalismo fiscal, do euro, preferencialmente no espaço da União Económica e Monetária.
6. **Economia regional**, em particular relacionando os incentivos ao investimento, nomeadamente benefícios fiscais, com o desenvolvimento regional; políticas de âmbito regional, com relevo especial para a provisão por privados de bens públicos (análise do caso particular do Alto Douro Vinhateiro como Património da Humanidade); análise da relação estado-mercado nos aspectos de fundamentação e de implementação de políticas: aplicação à política de concorrência europeia.

\* Elaboração do Prof. Doutor João Rebelo, coordenador da Linha, e equipa.

**LINHA 2 – Território, Sociedade e Recursos para o Desenvolvimento – Áreas de Investigação\***

- 1. Processos de exclusão social – contornos, expressão e diferenciação:** a terceira idade, os jovens, etc.
- 2. As medidas de política para o desenvolvimento:** análise e avaliação de impacto de programas de desenvolvimento estabelecidos pelo III QCA, mormente as políticas de desenvolvimento agrário e rural;
- 3. Formação de capital social:** estudos sobre os constrangimentos e as possibilidades de “empowerment”, de capacitação e formação das pessoas;
- 4. Processos de reconfiguração territorial:** estudos sobre as novas “ruralidades”, sobre o sentido e a estado actual da relação rural/ urbano, sobre os “novos usos dos territórios”, sobre novos grupos sociais emergentes, sejam locais, neolocais, ou externos, etc.
- 5. Identificação e valorização de recursos territoriais para o desenvolvimento:** estudos sobre a multifuncionalidade dos espaços rurais e as possibilidades que dela decorrem para a diversificação da economia – o turismo, os produtos locais, o artesanato, o património construído, a agricultura biológica, a saúde e o desporto, etc.
- 6. Problemas velhos em contextos novos:** pesquisa sobre a emergência, com carácter socialmente relevante, nestes territórios mais periféricos, de problemáticas sociais mais ou menos antigas e correntes fora deles – a prostituição, a toxic dependência, a imigração, etc.

\* Elaboração da Prof.<sup>a</sup> Doutora Manuela Ribeiro, coordenadora da Linha, e equipa.

**LINHA 3 – Empresas, Finanças e Dinâmicas Organizacionais – Áreas de Investigação\***

- 1. Políticas públicas e gestão:** estudos sobre as implicações para a gestão das políticas ligadas às PMEs, organizações sem fins lucrativos e organizações do sector da saúde, nomeadamente centrados nas (1) medidas Agro-ambientais da PAC, (2) medidas para apoiar o papel dos pequenos núcleos urbanos no desenvolvimento regional sustentável, e (3) a modernização de hospitais através da introdução de estruturas e técnicas de gestão privada.
- 2. Gestão estratégica de pequenas empresas:** estudos sobre as evidências de comportamentos estratégicos “intuitivos”, os factores explicativos de uma transição para uma estratégia mais consciente, e de comparação dos vários tipos e escalas de organização, em diferentes fileiras e posições da cadeia de valor. Serão também analisados as estratégias de fusão, aquisição e “outsourcing” de empresas portuguesas e espanholas que procuram assegurar vantagens competitivas nas economias ibérica e europeia, e estudadas as reconfigurações territoriais e organizacionais resultantes.
- 3. Intermediários de conhecimento no desenvolvimento económico local:** estudos sobre o impacto do papel de actores ligados ao conhecimento nas estruturas empresariais e seus desempenhos (competitividade organizacional e territorial, adaptação, etc.), centrados numa variedade ampla de actividades (assistência técnica, preparação de projectos, marketing de produtos, “star-ups” de empresas, etc.) realizadas por consultores (formais, informais, individuais, agregados em empresas).
- 4. Eficiência e acesso a mercados financeiros em maturação:** estudos sobre eficiência do mercado, comportamentos dos actores envolvidos no seu funcionamento, e impactes de instrumentos financeiros inovadores.

\*Elaboração do Prof. Doutor Chris Gerry, coordenador da Linha, e equipa.



## O DOURO NA INVESTIGAÇÃO DO DES/CETRAD: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

O trabalho de investigação do DES sobre o Douro não é vasto nem muito diversificado. Se olharmos para o período 1985-2000<sup>6</sup>, podemos verificar que o Departamento esteve envolvido em 14 projectos exclusiva ou significativamente relacionados com uma ou mais dimensões da realidade duriense. A viticultura, a olivicultura, a valorização de outros recursos agrários ou agro-alimentares e o turismo foram os principais temas abordados, sendo claramente dominantes os estudos relativos a aspectos socioeconómicos das actividades agrárias. Outros projectos se realizaram neste período com alguma incidência no Douro, mas de forma mais pontual ou marginal, pelo que não foram contabilizados.

No mesmo período foram apresentados 4 relatórios finais de licenciatura (3 sobre vitivinicultura e 1 sobre turismo em espaço rural), 3 teses de mestrado (sobre vitivinicultura, iniciativas empresariais no quadro da iniciativa Comunitária LEADER e associativismo cultural), e 1 dissertação de doutoramento (sobre cooperativismo vitivinícola), estando em preparação uma tese de mestrado (sobre mercado de trabalho no concelho de Murça) e duas dissertações de doutoramento (uma sobre valorização da paisagem e outra sobre turismo). Em matéria de publicações, identificámos 8 artigos de revista (predominantemente sobre vitivinicultura e turismo), 2 capítulos de livro (também nas mesmas áreas) e 10 outros trabalhos (dominantemente sobre temáticas agrárias).

A esta lista devem ser acrescidos 14 documentos resultantes de estudos sobre as intervenções do Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes (PDRITM) na região do Douro, realizados pela Unidade de Avaliação sediada no DES no período entre 1987 e 1995. Tais estudos dizem respeito a domínios como a plantação de novas vinhas, o associativismo vitícola, o mercado dos vinhos do Douro, a situação económica e financeira das adegas cooperativas, a estrutura fundiária, a mão de obra agrícola, as tecnologias vitícolas e o estado da olivicultura.

A maior parte dos projectos e publicações referidos reflectem uma análise pluridisciplinar das temáticas em causa, sendo as equipas de investigação predominantemente constituídas por investigadores com formações de base e especializações diversas. Assim, por exemplo: no projecto “Synergistic Pluriactivity – The Development of Agrotourism and Related Activities as Adjustment Strategy for Disadvantaged Rural Areas”, a equipa do DES era constituída por uma socióloga, um economista e uma engenheira agrícola; no projecto “Estratégias para a Valorização dos Recursos Endógenos Agroalimentares de Trás-os-Montes e Alto Douro” a equipa era constituída por um engenheiro agrónomo, um economista e um engenheiro zootécnico; no projecto “Policies and Young People in Rural Development” a equipa do DES incluía dois agrónomos, dois economistas, um sociólogo e uma engenheira zootécnica; no estudo de “Caracterização Socioeconómica dos Concelhos Incluídos no Plano Integrado de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro” trabalharam dois economistas,

dois sociólogos e um engenheiro agrícola. Note-se que os elementos referidos com formação de base em ciências agrárias possuem especializações nas áreas da economia agrícola, sociologia rural e desenvolvimento rural. (As caixas seguintes apresentam o perfil de alguns dos projectos).

**PROJECTO “POLICIES AND YOUNG PEOPLE IN RURAL DEVELOPMENT”/O CASO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO**

Objectivos: (1) Análise das mudanças da natureza e duração da transição juvenil e das suas relações com as oportunidades de emprego e de inclusão/ exclusão social; (2) Análise dos efeitos das políticas e programas visando a integração dos jovens nos mercados de trabalho das áreas rurais.

Enquadramento geográfico: Concelho de Santa Marta de Penaguião, Douro.

Enquadramento institucional: Projecto financiado pela UE (FAIR), no qual participaram equipas de seis países europeus.

Período de realização: 1998-2001.

Equipa: José Portela, Chris Gerry, Carlos Marques, Patrícia António, Vasco Rebelo e Sónia Abreu.

**PROJECTO “SYNERGISTIC PLURIACTIVITY – THE DEVELOPMENT OF AGROTOURISM AND RELATED ACTIVITIES AS ADJUSTMENT STRATEGY FOR DISADVANTAGED RURAL AREAS”**

Objectivos: Investigar a natureza da oferta e procura de produtos de turismo em espaço rural nos países participantes (França, Portugal e Reino Unido) e explorar o contexto socioeconómico, político e institucional em que tal turismo funciona.

Enquadramento geográfico: Douro e Gerês.

Enquadramento institucional: Projecto financiado pela CCE (AIR), no qual participaram equipas de três países europeus.

Período de realização: 1993-1996.

Equipa: Manuela Ribeiro, Francisco Diniz e Carlota Carqueja.

**PROJECTO “ESTRATÉGIAS PARA A VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS AGROALIMENTARES DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO: O CASO DO SECTOR DOS PRODUTOS TRADICIONAIS BENEFICIÁRIOS DE UMA PROTECÇÃO COMUNITÁRIA”**

Objectivos: (1) Avaliar a importância socioeconómica dos produtos beneficiários de designação protegida da região em estudo (área de produção, número de explorações envolvidas, peso da actividade na área de produção e na região e potencial de produção); (2) Traçar uma panorâmica geral sobre o estágio de desenvolvimento das diversas designações protegidas, de forma a identificar as suas potencialidades e debilidades, nomeadamente ao nível da sua capacidade de penetração no mercado, valorização do produto e distribuição do valor acrescentado ao longo da fileira, e grau de envolvimento dos agentes.

Enquadramento geográfico: Trás-os-Montes e Alto Douro.

Enquadramento institucional: Projecto financiado pelo MAPDR através do PAMAF/ Estudos Estratégicos.

Período de realização: 1999-2001.

Equipa: Artur Cristóvão, Manuel Luís Tibério e Mário Sérgio Teixeira.

O aprofundamento da pluridisciplinaridade, a caminho de um conhecimento transdisciplinar da realidade duriense, exige um aprofundamento da via que tem sido seguida pela maioria dos estudos realizados ou em curso. Trata-se, na essência, de olhar a realidade do Douro nos seus diferentes níveis, múltiplas facetas e problemáticas, assumindo claramente a sua complexidade. A preparação do conjunto de pré-propostas de investigação que se seguem, vendo o Douro como espaço de amplas potencialidades e oportunidades, mas também de debilidades, tem por base tal lógica<sup>7</sup>. Para a concretização de tal programa, o CETRAD procura uma articulação de esforços com unidades de investigação e outras instituições de Espanha, para que, em conjunto, se alargue a análise ao Vale do Douro-Duero.

## **RECURSOS E CONDIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO DOURO-DUERO**

### **7 Pré-propostas de investigação**

#### **Título: Integração no mercado ibérico, estratégias empresariais transfronteiriças e desenvolvimento local**

Objectivos: O estudo realçará essencialmente 4 temas interrelacionadas: (1) a experiência recente à escala peninsular no que respeita as fusões e aquisições empresariais e os seus efeitos económicos, territoriais e sociais; (2) as recentes iniciativas de investimento realizadas por empresas portuguesas em Espanha, por empresas espanholas em Portugal, e por empresas de origem não ibérica em qualquer destes dois países; (3) as implicações e efeitos das tendências (acima esboçadas no ponto 2) nos espaços nacionais dos dois países (em geral) e nos territórios contíguos da fronteira (em particular) – em termos económicos, competitivos, organizacionais, sociais e territoriais, bem como em termos da criação de emprego e fixação das populações nas zonas menos favorecidas; e (4) a incidência relativa de distintas formas de concorrência e cooperação transfronteiriça, e as suas implicações para a formulação de políticas mais eficazes de promoção de desenvolvimento local, económico, empresarial e social.

Contacto: Chris Gerry (cgerry@utad.pt)

#### **Título: Dinâmicas organizacionais e desenvolvimento local rural no Douro-Duero**

Objectivos: Analisar e comparar as dinâmicas organizacionais ligadas ao desenvolvimento rural e local nos territórios em causa, identificando os grandes marcos da sua evolução e tendências de desenvolvimento futuro; Identificar e caracterizar estruturas e práticas organizacionais inovadoras, com efeitos positivos na promoção de projectos de desenvolvimento rural e local, e proceder à sua divulgação; Identificar obstáculos a um melhor desempenho das organizações e necessidades das mesmas nos domínios da formação de dirigentes e técnicos; Estabelecer e/ ou fortalecer o trabalho em rede envolvendo investigadores, actores de desenvolvimento, decisores políticos e outros relacionados com o desenvolvimento local e rural no Douro-Duero.

Contacto: Artur Cristóvão (acristov@utad.pt)

#### **Título: Benefícios recreativos, culturais e ambientais da paisagem do Douro – valor monetário e promoção da sua valorização**

Objectivos: Obter informação sobre as preferências do público por diferentes atributos paisagísticos e o valor monetário dos benefícios associados a opções de gestão da paisagem alter-

nativas para a Região em questão; Comparar os benefícios dessas alternativas de gestão da paisagem com os respectivos custos, com vista a identificarem-se as melhores opções do ponto de vista dos agentes envolvidos (agricultores, visitantes e turistas, população local e público em geral); Utilizar a informação referida para identificar e formular medidas de política e/ ou soluções alternativas de valorização dos benefícios recreativos, culturais e ambientais proporcionados pelos agricultores e populações locais aos visitantes e turistas e público em geral.

Contacto: Lúvia Madureira (lmadurei@utad.pt)

**Título: Microproduções rurais e desenvolvimento local no Douro-Duero**

Objectivos: Caracterizar as fileiras das microproduções de qualidade específicas da região (sistemas de produção, quantidades produzidas, formas e circuitos de comercialização, actores envolvidos e relações entre eles); Avaliar as capacidades e dinâmicas dos produtores e organizações ligadas às fileiras das microproduções; Estimar a apetência dos visitantes para o consumo dos produtos locais de qualidade identificados; Contribuir para a definição de estratégias de valorização dos produtos locais de qualidade identificados; Comparar as situações do Douro e Duero e estimular a partilha de experiências e organização conjunta de iniciativas; Estabelecer e/ ou fortalecer o trabalho em rede envolvendo investigadores, actores de desenvolvimento, decisores políticos e outros relacionados com o desenvolvimento local e rural no Douro-Duero.

Contacto: Manuel Luís Tibério (mtiberio@utad.pt)

**Título: Trabalho, tecnologia e eficiência técnica em sistemas de produção vitícola da RDD**

Objectivos: alargar e aprofundar, numa perspectiva sistémica, o conhecimento existente na Região Demarcada do Douro (RDD) sobre o mercado de trabalho, tecnologia e práticas culturais, e formas de organização das empresas vitícolas, de molde a serem tomadas medidas de política e a serem disseminadas pela generalidade das explorações vitícolas da RDD a utilização das melhores tecnologias, práticas vitícolas e formas de organização.

Contacto: Vasco Rebelo (vrebelo@utad.pt)

**Título: Turismo rural no Douro-Duero**

Objectivos: Analisar comparativamente as políticas de desenvolvimento do Turismo Rural; Identificar os padrões de difusão temporal e espacial dos estabelecimentos de Turismo Rural em ambos os territórios; Construir uma tipologia dos estabelecimentos, tendo em conta factores organizacionais, conceitos de produto, estratégias comerciais, perfis de clientes, ligações às comunidades e economia locais; Partindo desta tipologia (e variáveis subjacentes), identificar os factores críticos de (in)sucesso do negócio (estabelecimentos) e das políticas (governos).

Contacto: Carlos Marques (cmarques@utad.pt)

**Título: Valoração do património cultural do Douro – uma perspectiva económica**

Objectivos: Identificar o carácter de bens públicos da estrutura do património cultural do ADV; Face às características de bem público, determinar o nível óptimo de património cultural preservado; Detectar e propor medidas de política económica associadas ao bem cultural em causa capazes de o manter e valorizar.

Contacto: João Rebelo (jrebelo@utad.pt)

## DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL NA UTAD

Como vimos, o CETRAD é herdeiro de uma experiência de 25 anos de investigação social do Departamento de Economia e Sociologia da UTAD. A sua criação tem em vista consolidar e expandir o trabalho, trilhando novos caminhos e procurando responder positivamente a um vasto conjunto de desafios. Aqui deixamos, como alimento para a reflexão necessária e a partilha de ideias, sete desafios imediatos:

1. **Alargar a agenda de investigação**, ainda hoje muito vinculada ao sector agrário e ao turismo no espaço rural, contemplando outras dimensões da realidade e do desenvolvimento duriense (cultura, educação e formação, cidadania e movimentos sociais, quadro institucional, trabalho e emprego, serviços, comércio, dinâmica empresarial, etc.).
2. **Ampliar a base disciplinar dos estudos**, quer com recursos humanos próprios (por exemplo nas áreas da antropologia, história, geografia e demografia), quer através de maior articulação com equipas de outros Centros de Estudo da UTAD e de outras instituições, nacionais e estrangeiras, nas áreas das Ciências Sociais, Naturais e Tecnológicas.
3. **Profundar a responsabilidade social**, nomeadamente aumentando a interacção com a comunidade e com um espectro mais amplo de actores de desenvolvimento regional e local (municípios, serviços públicos, escolas, empresas, associações de desenvolvimento, outras organizações da sociedade civil). Tal interacção é essencial para estimular a procura social da investigação, partilhar e construir saberes, ajustar as agendas de estudo, debater resultados e estimular a sua apropriação.
4. **Abrir o leque de opções metodológicas**, nomeadamente ensaiando o uso de abordagens de investigação-acção e investigação participativa, assim como técnicas de apreciação expedita (“rapid appraisal”), explorando a perspectiva da “transgressão metodológica” sugerida por Sousa Santos (1987, 48).
5. **Desenvolver a oferta de formação avançada**, nomeadamente sobre Trás-os Montes e Alto Douro, numa lógica transdisciplinar, organizada em parceria e dirigida a um público com formações e interesses diversificados.
6. **Apoiar as intervenções de desenvolvimento** de acordo com uma lógica territorial e integrada, assentes num “novo profissionalismo”, valorizador da participação social, dos saberes locais, da acção interdisciplinar e em parceria, e pautado por atitudes de “animação” que facilitem a construção de projectos válidos (Cristóvão, 2000: 43).
7. **Partilhar a informação acumulada** até à data, designadamente através da publicação de livros e outros documentos, e da incorporação desse capital em conferências e seminários, na região, no país e no estrangeiro.

## BIBLIOGRAFIA

- CRISTÓVÃO, Artur (2000), “Valorização de Recursos Naturais: Discursos, Obstáculos e Condições (Reflexão inspirada pelo Vale do Douro)”, *Actas do Seminário sobre Estratégias de Valorização de uma Paisagem Cultural. O Vale do Douro*, pp. 35-44, Zamora: Fundação Rei Afonso Henriques.
- Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais (1996), *Para Abrir as Ciências Sociais*, Lisboa: Publicações Europa-América.
- GUEDES PINTO, Henrique (1999), “Um Ano de Consolidação e Reflexão para o Futuro”, in *Relatório Anual de Actividades do ICETA 1999*, pp. 7-9, Vila Real: UTAD.
- MORIN, E., B. Nicolescu e L. de Freitas (1995), “Carta da Transdisciplinaridade”, *Cadernos de Educação*, n.º 8, pp. 7-9.
- NICOLESU, Basarab (1997), “A Evolução Transdisciplinar da Universidade: Condição para o Desenvolvimento Sustentável”, *Conferência no Congresso Internacional “A Responsabilidade da Universidade para com a Sociedade”*, Bangkok: International Association of Universities.
- SOUSA SANTOS, Boaventura (1987), *Um Discurso sobre as Ciências*, Porto: Edições Afrontamento.
- UTAD (1995), *Relatório Anual de Actividades do ICETA/ UTAD 1995*, Vila Real: UTAD, Sector Editorial dos SDE.
- (1996), *Relatório Anual de Actividades do ICETA/ UTAD 1996*, Vila Real: UTAD, Sector Editorial dos SDE.
- (1997), *Actividades de Investigação Científica 1985-1994*, Vila Real: UTAD, Sector Editorial dos SDE.
- (1997), *Relatório Anual de Actividades do ICETA/ UTAD 1997*, Vila Real: UTAD, Sector Editorial dos SDE.
- (1998), *Actividades de Investigação Científica e Extensão 1995-1996*, Vila Real: UTAD, Sector Editorial dos SDE.
- (1998), *Relatório Anual de Actividades do ICETA/ UTAD 1998*, Vila Real: UTAD, Sector Editorial dos SDE.
- (1999), *Relatório Anual de Actividades do ICETA/ UTAD 1999*, Vila Real: UTAD, Sector Editorial dos SDE.
- (2000), *Relatório Anual de Actividades do ICETA/ UTAD 2000*, Vila Real: UTAD, Sector Editorial dos SDE.

## NOTAS

- \* O autor agradece os comentários críticos e sugestões dos seus colegas Alberto Baptista, José Portela e Vasco Rebelo, que ajudaram a melhorar a estrutura e conteúdo do texto.
- <sup>1</sup> Foi recentemente proposta a alteração da designação para Departamento de Economia, Sociologia e Gestão (DESG), tendo em conta o desenvolvimento mais recente da área da Gestão.
- <sup>2</sup> Actualmente são maioritárias as áreas disciplinares da Economia e Gestão. Existe apenas um licenciado nos domínios da Antropologia, Direito, Geografia e História.
- <sup>3</sup> Sublinhe-se que existem na UTAD docentes-investigadores da área das Ciências Sociais não inseridos no DES ou em qualquer outro Departamento. Trata-se, nomeadamente, de docentes em serviço no Pólos de Chaves e Miranda do Douro, com formação em Antropologia, História e Serviço Social.
- <sup>4</sup> Sousa Santos (1987, 47) defende que “Os temas são galerias por onde os conhecimentos progredem ao encontro uns dos outros. Ao contrário do que sucede no paradigma actual, o conhecimento avança à medida que o seu objecto se amplia, ampliação que, como a da

árvore, procede pela diferenciação e pelo alastramento das raízes em busca de novas e mais variadas interfaces”.

- 5 Privilegiando a rotatividade da liderança, de acordo com a natureza das questões de investigação e a disponibilidade dos investigadores.
- 6 Dados obtidos pela consulta dos Relatórios das Actividades de Investigação Científica da UTAD 1985/ 94 e 1995/ 96 e dos Relatórios do ICETA referentes a 1995/96/97/98/99/2000.
- 7 Tais propostas foram elaboradas na sequência de desafio do Vice-Reitor da UTAD para a Investigação Científica e Relações Internacionais, no sentido de preparação de Projecto de Investigação a apresentar ao INTERREG.

# SEGURANÇA FRONTEIRIÇA EM TRÁS-OS-MONTES NA CORRESPONDÊNCIA DO GOVERNO CIVIL DE BRAGANÇA (1870-1874)

*Maria da Graça Martins*

## INTRODUÇÃO

O Livro de Correspondência Expedida Confidencial apresenta-nos um conjunto de cartas, ofícios, circulares, telegramas, enviados para vários órgãos locais, nacionais e da vizinha Espanha, emitida pela Administração Geral do Distrito de Bragança, onde se apresentam algumas questões relacionadas com necessidade de promover a segurança do espaço fronteiriço entre Portugal e Espanha, circunscrito ao Distrito de Bragança e que envolvia as autoridades nacionais, regionais, as povoações raianas e suas gentes.

Reúnem-se, pois, ingredientes que suscitam a leitura atenta desta fonte e a exploração do seu conteúdo, atendendo às suas variáveis espacial e temporal, no sentido de melhor compreender o relacionamento institucional, entre estes dois países, numa zona de fronteira, como a do Nordeste Transmontano, bem como o espírito preventivo, de constante alerta a que era submetida a respectiva Administração Geral e os apelos que, constantemente, eram lançados aos organismos e autoridades regionais, solicitando a cooperação, envio e confirmação de informações, deslocamentos de forças militares, verificação postal e alfandegária, entre outros.

A fronteira constituía uma zona de passagem de pessoas, géneros, artigos, correspondência, informações que poderiam pôr em causa a actuação dos governos das duas nações vizinhas. Esta era, pois, uma zona que deveria ser vigiada, da qual se deveriam conhecer todas as movimentações, exercendo sobre ela uma atitude de prevenção, no sentido de não se comprometer a manutenção da ordem, tranquilidade e segurança públicas. Esta também uma importante atribuição do Governo Civil do Distrito de Bragança.

Algumas questões poder-se-ão, então, colocar:

1. Qual o contexto específico desta agitação política, de que a fronteira transmontana era reflexo evidente?
2. Sobre o que incidia a vigilância nesta zona?



3. Que mecanismos foram utilizados no sentido de garantir a segurança da fronteira?
4. Quais as atitudes preventivas do Governo Civil perante a agitação política espanhola de então?

## 1. APRESENTAÇÃO DA FONTE

O *Livro da Correspondência Confidencial Expedida pela Administração Geral do Distrito de Bragança*, Livro 26, Caixa 8, faz parte do Fundo Documental do Governo Civil de Bragança.

Fonte manuscrita do século XIX, reveste-se de uma componente regional, que a caracteriza, pela entidade que a emite, pelos conteúdos, mas que alarga o seu valor geral e nacional, também pelo significado desses mesmos conteúdos, pelos destinatários da correspondência, pelos temas confidenciais e sigilosos, que encerra e que transpõem a própria fronteira nacional. Estes cuidados denotam-se na falta de numeração de grande parte dos ofícios, na integração destes registos de correspondência em livro destinado a outros assuntos, na inexistência de paginação, em grande parte das folhas, no número sucessivo de cartas abordando os mesmos assuntos; sinal evidente de uma preocupação e necessidade de actualização constante.

Como documento oitocentista, é um documento de natureza formal e institucional que revela na sua leitura a formalidade, o pragmatismo, a institucionalidade das questões que regista e retrata; do órgão que faz cumprir a legislação vigente, preserva a ordem, a segurança dos governos e das populações, zela pelos acordos, tratados, especificamente entre Portugal e Espanha, nesta região nordestina, que tutela.

Nesta fonte, percepção-se o diálogo entre os alcances regional, nacional e internacional das questões pertinentes que encerra; a forma como retrata o espaço, e o espaço de fronteira em particular, que deve ser vigiado, porque potenciador de perigos, de descaminhos, de ideologias revolucionárias, de tumultos, refúgio de rebeldes; microespaço que se comprime e dilata de uma forma tão subtil, tornando-o eleito para validação da eficácia legislativa e governativa.

## 2. CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO

Mais importante do que caracterizar aqui qualquer contexto ou facção política, na sua especificidade, importa antes de mais, sublinhar os cuidados que rodeavam a preservação da integridade deste espaço de fronteira na manutenção da segurança das duas nações peninsulares.

A correspondência, incluída neste documento, encontra a sua razão de ser num contexto em que a Península Ibérica assiste a um período conturbado, pai-

rando no ar a suspeição de movimentos de revoltas por parte dos adeptos do carlismo espanhol, que actuava primordialmente na zona norte de Espanha e miguelistas portugueses, de quem se dizia encontrarem naqueles verdadeiros auxiliares da causa que os movia e que, entretanto, demonstrava sinais mitigados. Se, estes dois partidos, isolados poderiam favorecer focos de rebelião, a solidariedade entre eles constituía pois perigo para a estabilidade governativa de Portugal e Espanha.

Neste sentido, a leitura desta fonte conduz-nos à necessidade de identificar algumas das motivações do Governo Civil de Bragança, no que diz respeito à vigilância do espaço fronteiriço, onde era determinante a turbulência política e as movimentações revolucionárias espanholas de então e que preocupavam as autoridades de ambas as nações.

Da leitura dos relatórios do Governo Civil de Bragança, que nos foi possível consultar, datados de 1870, 1872, 1875, não se podem ler quaisquer tipos de registos relativamente a este cenário.

No entanto, em toda a correspondência externa expedida pelo Governo Civil neste período, encontramos transversalmente, a temática da agitação política da época em Portugal e Espanha e a vigilância dos eventuais contactos estabelecidos entre os revoltosos de ambas as nações peninsulares.

### 3. ANÁLISE DE CONTEÚDO

Nesta fonte manuscrita, podemos recensear um conjunto de aspectos que mereceram, por parte das autoridades locais, uma atenção especial, revestidos de um forte cariz institucional e confidencial e sobre a qual era exercida, primordialmente, a vigilância nesta zona da raia:

1. Apreensão de artigos ou material de guerra
2. Controle da pólvora de contrabando
3. Verificação de correspondência suspeita
4. Vigilância de espanhóis na raia. Informações sobre eventuais agitadores e revoltosos

A correspondência, cerca de 50 ofícios, circulares e telegramas, foi emitida durante o período em questão, pelos seis Governadores Cíveis do Distrito de Bragança de então: Carolino d'Almeida Pessanha (nomeado em 19/01/1870); António Joaquim Ferreira Pontes (nomeado em 25/05/1870); Jerónimo Barbosa de Abreu e Lima (nomeado em 02/09/1870); Diogo Albino de Sá Vargas (nomeado em 30/03/1871); Tomás António Ribeiro Ferreira (01/08/1872); Adriano José de Carvalho e Melo (25/11/1873 a 10/01/1877).

Destinava-se às seguintes entidades: Ministério do Reino; Governador Civil de Zamora; Governadores Cíveis (nomeadamente Vila Real e Guarda); Administradores, especialmente dos concelhos de fronteira como Vinhais, Bragança,

Vimioso, Miranda do Douro, Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta; Comissário Geral da Polícia do Porto, General Comandante da Subdivisão Militar de Chaves; Comandante do Batalhão de Caçadores N.º 3 de Bragança; Alfândegas de Barca d'Alva, Bragança e Chaves; Director dos Correios de Bragança.

### 3.1. Apreensão de artigos ou material de guerra

É notória a necessidade de conhecer, controlar e apreender tudo o que pudesse constituir material bélico, passível de circular entre ambos os lados da fronteira e funcionar como incentivo a revoltas, tumultos, sublevações, guerrilhas e propagação de ideologias revolucionárias.

Várias cartas dão-nos conta desta preocupação.

Podemos ler, numa carta enviada ao Governador Civil de Zamora, em 9 de Março de 1870, a comunicação, por telegrama, enviada ao Governador Civil de Bragança, acerca da apreensão de espanhóis, na cidade do Porto, em cujo poder se encontravam artigos de guerra: *“acabam de ser presos (...) alguns emigrados espanhóis, em cujo poder foram encontrados pólvora, balas e outros artigos de guerra; presume-se que eram destinados para os Carlistas de Hespanha”*<sup>1</sup>.

Refere-se que estes objectos, passando pelas cidade de Bragança e Zamora, destinavam-se a serem infiltrados em Espanha.

Estabelece-se também o possível circuito de comunicação entre os vários intervenientes na circulação deste tipo de objectos: *“Um dos presos é que dirigia todo o movimento, chamado D. Mateus Tablares (...) corresponde-se com o Cónego da Sé dessa cidade, Luís Guerra, por intermédio do qual tinha correspondência com D. Manuel Lhanos de Puebla de Sanábria”*<sup>2</sup>.

Ao Governador Civil de Bragança pedia-se cuidado especial no apuramento desta situação: *“Convém que V. Ex.ª mande averiguar o que há a este respeito, porque este negocio está muito recomendado pelo Governo e é de suma importancia”*<sup>3</sup>.

De imediato, providenciou-se também no sentido de alertar as autoridades espanholas de Zamora, através deste mesmo ofício, no sentido de serem tomadas diligências, em conjunto, contrariando este movimento, onde a colaboração das autoridades de Bragança era total: *“tenho a honra de participar confidencialmente a V. Ex.ª para seu conhecimento (...) em quanto, por minha parte devo mais declarar a V. Ex.ª que estou procedendo com actividade, mas com a circunspecção que semelhantes diligencias exigem para serem bem sucedidas, no intuito de descobrir e malograr quaisquer planos sediciosos, que por acaso se tentassem neste distrito. E se V. Ex.ª obtiver alguns esclarecimentos sobre a cumplicidade do predito Guerra, ou de outro qualquer indivíduo português, eu espero da bondade de V. Ex.ª que se dignará pôr-me ao corrente de tudo”*<sup>4</sup>.

A preocupação em alertar as restantes autoridades locais está patente numa carta, denominada como *confidencial e urgente*, enviada ao Administrador do Concelho de Miranda do Douro, concelho raiano do Distrito de Bragança, onde se informa sobre a captura de referidos emigrados espanhóis, a quem se apreen-

deu material e *apetrechos* de guerra. Solicita-se a este Administrador de Concelho, com expressões incisivas, uma vigilância apertada nas entradas e saídas de espanhóis, pela zona fronteiriça de Miranda: “*que se destinavam para Espanha, onde se deviam introduzir, segundo se supõe, por algum ponto deste distrito. É necessário que V. Ex.<sup>a</sup> redobre de vigilância para evitar que por esse concelho se faça a introdução daqueles ou outros artigos suspeitos, fiscalizando activamente a entrada e saída de espanhóis, capturando e enviando para esta cidade em custodia os que lhe parecerem suspeitos*”<sup>5</sup>.

No mesmo ofício sugerem-se buscas, dentro de enquadramento legal, no sentido de se apreender correspondência e/ou documentação comprometedora e comprovativa desta situação e dando poderes para tal se efectuar na hora: “*Talvez fosse conveniente dar uma busca na casa de D. Antonio Peres, porque é passível que nela se encontrem correspondências suspeitas, ou alguns objectos de guerra para serem introduzidos em Espanha. Se V. Ex.<sup>a</sup> entende que a minha suspeita é fundada proceda logo á dita busca, com inteira observância das formalidades prescritas nos artigos 914 do regulamento geral da policia e seguintes, lavrando os autos ali mencionados, antes e depois da diligência, que me remeterá com os papeis que apreender*”<sup>6</sup>.

Uma extensa carta, datada de 16 Março de 1870, com cerca de seis páginas, dirigida ao Ministério do Reino, testemunha a confidencialidade destas questões, adjectivadas de “*gravíssimo e importante assumpto*” e as atitudes preventivas e urgentes a levar a cabo, com vista a minimizar os riscos provenientes da circulação ilegal deste material bélico, pois destinavam-se a fortalecer forças rebeldes espanholas: “*muitos artigos e munições de guerra se destinavam para armamento de forças carlistas incumbidas de auxiliar a revolução preparada neste sentido, no vizinho reino*”<sup>7</sup>.

A este Ministério é dado conhecimento de todas as acções desenvolvidas pelas autoridades locais: “*expedi terminantes ordens aos administradores de concelhos, recomendando-lhes a maior vigilância sobre a entrada e saída de espanhóis e bem assim para fazerem apresentar neste Governo Civil não só os indivíduos de que suspeitassem, mas também os emigrados que porventura existam nas povoações de suas jurisdições ou nelas se apresentem agora. Todos os administradores da fronteira me tem respondido, assegurando-me não existirem emigrados nem terem descoberto agentes carlistas, certificando-me que empregam a maior vigilância para descobrir os planos dos inimigos da ordem publica na península (...)*”.

Além destas diligencias estou procedendo a outras investigações a que me levam também as cartas apreendidas e do resultado darei igualmente conta a V. Ex.<sup>a</sup>. Foram expedidas novas recomendações às autoridades administrativas da fronteira para continuarem na mais activa e constante vigilância sobre espanhóis e na entrada e saída de volumes que possam ocultar armas ou munições. Igual recomendação foi feita aos chefes fiscais das alfândegas de Bragança, Chaves e Barca d’Alva (...) e finalmente asseguro a V. Ex.<sup>a</sup> que dedico a mais activa e constante atenção a este importante serviço, do qual não levan-

*tarei mão e que serei rigoroso com as autoridades locais no cumprimento das ordens que lhe tenho transmitido”<sup>8</sup>.*

Sobre os indivíduos suspeitos e sua movimentação quotidiana exerce-se também vigilância apertada, da qual não ficam isentos nem os mais ilustres ou mesmo os padres, que poderiam ser interrogados para apurar o relacionamento com estes movimentos. A pertinência de algumas passagens desta carta, levamos a transcrevê-las:

*“Nesta cidade existia um padre espanhol chamado D. Mathias del Com-pogñao que se havia apresentado como emigrado e que o meu predecessor tinha permitido permanecesse aqui-logo (...) que um dos presos chamado D. Matheus Tablares y Chapon se correspondia com o beneficiado da Sé desta cidade Luis Augusto de Moura Guerra, mandei dar na casa deste uma rigorosa busca mas não lhe foi porem encontrado objecto algum suspeito, como tive a honra de dizer a V. Ex.<sup>a</sup> no meu telegrama do dia 9.*

*As íntimas relações que o referido beneficiado mantinha com o P.e Mathias del Campo fez-me suspeitar deste e de que a sua residência nesta cidade há perto de seis meses não podia deixar de ser motivada pela impossibilidade de por qualquer circunstancia voltar a Espanha (...). Procedeu-se a outra diligencia de busca na casa que habitava D. Mathias que depois dela realizada este se apresentasse neste Governo Civil. Esta busca produziu o mesmo resultado que a outra; nenhum objecto suspeito, nenhuma carta ou papel foi encontrado. O P.e Mathias apresentado no Governo Civil e rigorosamente interrogado, confessou ser emigrado carlista e por isso lhe dei logo guia de marcha para a cidade do Porto, devendo apresentar-se em Vila Real ao Governador Civil do distrito, apresentação que efectivamente teve lugar no dia 12”<sup>9</sup>.*

A busca em casas e revista a outros locais suspeitos de esconderem material bélico e clandestino eram também diligências que se poderiam tornar necessárias. A mesma carta relata as suspeitas de estarem escondidos, em palheiros quase fora da cidade, objectos destinados a Espanha.

O ofício confidencial n.º 254, enviado aos Administradores da fronteira, em 24 de Outubro de 1870, foi elaborado no sentido de solicitar total colaboração por parte destas autoridades nas suspeitas que, sem serem fundadas, deveriam ser averiguadas sobre agentes do partido carlista em Espanha *“apoiados por correligionários residentes em Portugal e dos miguelistas que têm feito transportar por este Distrito e conservam escondidos nas povoações portuguesas, vizinhas da raia caixas contendo armas e porções de pólvora embalada e outros artigos de guerra. Chama-se a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> sobre este importante assumpto, que lhe consagre a maior vigilância e actividades, a fim de descobrir a verdade do que fica exposto.(...) Lembro a V. Ex.<sup>a</sup> a conveniência de expedir aos funcionários seus subordinados as ordens e instruções que mais adequadas lhe pareçam e que me comunique com regularidade o resultado de suas indagações”<sup>10</sup>.*

No concelho fronteiriço de Freixo-de-Espada-à-Cinta procedeu-se mesmo à busca de um depósito de armas. O Governador Civil de Bragança, autorizou o Administrador do Concelho de Mogadouro a passar à povoação de Lagoaça,

no concelho de Freixo e a proceder a uma rigorosa busca na casa ou casas indicadas pelo Sr. José Ramires Lobo, com o fim de descobrir e apreender um depósito de armas que se dizia existir na referida povoação. O Administrador fez-se acompanhar pela força de caçadores e cavalaria. Avisou-se o Sr. Administrador de Freixo, para que se encontrasse em Lagoaça, no dia em que se fizesse a diligência, e proceder ao levantamento de auto de investigação, caso fosse encontrado o referido depósito.

Era pois prioritário indagar e apreender, sob variadas formas, material de guerra, bem como suspeitos que o mantinham a circular, podendo activar a sua utilização clandestina em causas revolucionárias.

### 3.2. Controlo da pólvora de contrabando

A pólvora, representava, dentro do material de guerra suspeito de circular ilegalmente pelo Distrito de Bragança, com destino a Espanha, aquele sobre o qual a vigilância tinha uma malha mais apertada, até porque a legislação oitocentista estabelecia regulamentos para a mesma e condenava a sua circulação, fora dos padrões legais, ou sob a forma de contrabando.

A posse de pólvora constituía ainda um incentivo a rebeliões ou tumultos, fazendo perigar a segurança das populações e das medidas governamentais. Pólvora, em zona de fronteira, sem estar sujeita aos preceitos legais ou para o exercício da actividade dos organismos competentes que a utilizavam, redobrava ou multiplicava as consequências nefastas do seu uso indevido e, para tal, as autoridades locais deveriam reforçar a sua vigilância, no sentido de evitar a sua circulação, desenquadrada dos regulamentos legislativos, entre ambos os lados da fronteira.

Sobre o contrabando e circulação ilícita de pólvora, tomemos como exemplo a portaria do Ministério do Reino, de 20 Setembro de 1839, publicada no *Diário do Governo* n.º 224, de 21 de Setembro, onde já se sentia a necessidade de obstar ao contrabando da pólvora, providenciando, energicamente, para reprimir tão pernicioso tráfico: *“apesar das mui enérgicas e reiteradas ordens por este Ministério expedidas, no intuito de obstar ao contrabando da pólvora, este continua a ser feito, o que induz a crer que as Autoridades, a quem incumbia cumprir e executar todas as providencias ordenadas para a extinção de tão escandaloso abuso, se não têm havido com todo o zelo e eficácia no desempenho de seus deveres; e sendo de urgente necessidade evitar por todos os meios que progrida o contrabando da pólvora, pelos gravísimos prejuízos que dele resultam para a Fazenda Nacional: Manda Sua Majestade (...) suscitar a literal observância de tão ponderoso objecto (...) recomendando às autoridades competentes a maior energia e actividade na execução das providências consignadas”*<sup>11</sup>. Indicava-se ainda que seriam distinguidos os empregados de zelo eficaz e punidos os que se houverem desleixado, ordenando o envio de informações circunstanciadas sobre os resultados deste assunto e o modo de procedimento dos empregados que levam a efeito estas providências.

O decreto do Ministério da Guerra, de 22 de Julho de 1842, publicada no *Diário do Governo* n.º 182, de 4 de Agosto, regulamenta mesmo o método de arrecadação da pólvora apreendida por contrabando, o preço deste género, o prémio que devem ter os denunciadores ou apreensores da mesma e do qual se extraem os aspectos mais relevantes: “Art.º 1.º – A pólvora apreendida será entregue, por depósito, no paiol das praças de guerra, ou no de qualquer Corpo do Exército mais próximo do lugar em que se verificar a apreensão. (...) Art.º 2 – Depois de processada a tomada, a autoridade militar mandará lavrar o competente termo, que deverá ser entregue ao Magistrado respectivo, bem como o recibo autêntico do encarregado do dito paiol, ficando o género desde logo à Fazenda Nacional, para ter o conveniente destino. Art.º 3.º – (...) Com os dois documentos (...), além de outro legal das despesas do transporte haverá os denunciadores ou apreensores da pólvora de contrabando, do Administrador do Tabaco do Distrito em que se tiver feito a tomada, tanto o prémio que por lei lhes compete, calculado a razão de cento e vinte réis o arrátel, como a importância das ditas despesas. Art.º 4.º – Os pagamentos (...) serão encontrados no saldo a entregar pelo produto da pólvora vendida no Contrato do Tabaco, correspondente ao trimestre em que forem pagas tais importâncias assim documentadas”<sup>12</sup>.

A portaria de 15 de Dezembro de 1843, publicada no *Diário do Governo* n.º 297, de 18 de Dezembro, orienta-se no sentido de evitar o contrabando abusivo da pólvora, recomendando a execução dos decretos e portarias publicados sobre a matéria, estabelecendo novas providências, dado que a pólvora continuava a circular e a ser vendida em muitas terras do Reino, contra as disposições expressas nas leis já promulgadas até então, “e cumprindo que de uma vez cesse um tal abuso tanto mais criminoso quanto é uma reiterada infracção da Lei, e que dele resulta grave prejuízo à Fazenda Nacional: Manda Sua Majestade a Rainha (...) que se expeçam as mais terminantes ordens a todas as Autoridades, a fim de que por todos os meios ao seu alcance evitem a venda de pólvora que não tenha sido manufacturada na Fabrica Nacional, em Lisboa, fazendo apreender toda a que não tiver aquela origem e proceder contra os vendedores (...) e fazer sentir às Autoridades que a pólvora manufacturada em qualquer parte de Portugal que não seja a referida Fábrica é contrabando, como se fosse importada de qualquer país estrangeiro”<sup>13</sup>.

O Livro de Correspondência Confidencial do Governo Civil de Bragança, apresenta-nos também a preocupação em apreender indivíduos que faziam circular na raia, pólvora sob a forma de contrabando, e que poderia contribuir para incrementar movimentos revolucionários do Reino vizinho ou que com eles se estabelecessem suspeitas de relação “*próxima ou remota, directa ou indirecta*”.

Numa carta, confidencial e urgente, dirigida às Alfândegas de Barca de Alva, Bragança e Chaves, o Governador Civil de então manifesta-se sobre esta grave questão, pedindo colaboração total das autoridades alfândegárias no controle de pessoas suspeitas: “*Havendo graves suspeitas de que se pretendem introduzir em Espanha pelas povoações da fronteira deste distrito administra-*

*tivo, armas, pólvora e outros apetrechos de guerra destinados para armamento de forças carlistas incumbidas de auxiliar a revolução preparada neste sentido naquele reino; vou rogar a V. Ex.<sup>a</sup>, em virtude das ordens recebidas do Governo, e por bem do serviço publico. Que se sirva ordenar aos fiscais seus subordinados e estes a todos os empregados da sua dependência do seguinte: 1.º – Que exerçam a mais activa vigilância sobre o trânsito, entrada e saída de espanhóis fazendo apresentar aos administradores de concelho mais próximo todos aqueles que por qualquer motivo ou circunstância induzam suspeita de que não vêm a este reino para objectos comerciais ou de interesse próprio, ou que não trouxeram passaporte legal, quando se destinarem ao interior do reino, dando parte as autoridades locais de tudo o que observarem e lhes seja suspeito de ter relação próxima ou remota, directa ou indirecta com os planos carlistas”<sup>14</sup>.*

O mesmo Governador apela e alerta para a circulação de volumes contendo géneros suspeitos: “2.º – *Que exerçam a mais activa vigilância na entrada e saída do reino de quaisquer volumes que possam ocultar armas, munições, pólvora ou qualquer outro artigo de guerra, apreendendo esses volumes e seus condutores, fazendo apresentar tudo neste Governo Civil. 3.º – Que auxiliem as autoridades administrativas dos concelhos nas diligências que sobre este assunto houverem de fazer e sempre que por essas entidades lhe for requisitado semelhante auxílio”<sup>15</sup>.*

Na fase final da carta, o Governador, de forma incisiva, atesta a importância e a gravidade do assunto e apela, mais uma vez, para que os chefes fiscais das alfândegas e seus subordinados (empregados administrativos e fiscais) cooperem com o Governo de Sua Majestade e prestem *bom serviço* a este respeito, sob pena de serem castigados os “*omissos*” e “*negligentes no desempenho deste gravíssimo dever*”<sup>16</sup>.

Solicita ainda, às autoridades destinatárias, ser informado da recepção deste ofício.

Em carta de 8 de Março de 1870, dirigida ao Administrador do Concelho de Bragança, menciona-se a colaboração com o movimento carlista espanhol de um padre, também espanhol, a cuja casa se deveria efectuar uma busca no sentido de apreender pólvora, balas, armas, outros artigos e correspondência suspeita, lavrando o auto com as respectivas formalidades. “*Ao mesmo tempo que for dar busca à casa do P.e Luís Guerra fará capturar um padre espanhol, que reside ao Loreto e logo em seguida dará rigorosíssima busca a todos os bens e papéis que lhe pertençam, bem como na casa em que reside, procurando minuciosamente. (...) Torna-se suspeito o referido padre espanhol pelas conhecidas relações com o indivíduo indicado na participação do Governo Civil do Porto e por se ignorar quais os interesses que o prendem nesta cidade e porque consta que ele é emigrado espanhol”<sup>17</sup>.*

O preso deveria recolher à cadeia civil, conservando-se incomunicável. Para o êxito total desta missão, foi concedida autorização ao administrador, para poder delegar no seu escrivão algumas destas diligências.



Apreender a pólvora, seria uma forma de reduzir ou eliminar uma das principais fontes de sustentação de focos revolucionários.

### 3.3. Verificação de correspondência suspeita

As buscas na correspondência particular suspeita poderiam desencadear-se, no sentido de obter elementos comprovativos da envolvimento em movimentos políticos, estando esta na mão do destinatário ou impedindo que a mesma lhe fosse entregue, sem ser verificada previamente, para o qual foi alertado o Director dos Correios de Bragança.

Em carta enviada ao Ministério do Reino, o Governador Civil de Bragança dá conta das diligências tomadas a este respeito, relativamente a um padre espanhol suspeito, residente na cidade e entregue às autoridades portuenses:

*“Antes, porém, da saída deste eclesiástico, constou-me que ele tinha no correio uma carta de Espanha e que havia outra que suspeitei era para ele por vir dirigida sob o nome do dono da casa em que se achava hospedado. Ambas elas me foram apresentadas pelos destinatários e com autorização deles abertas perante mim, mas não continham coisa alguma que induzisse suspeita de ter relação com quaisquer planos carlistas, apenas manifestação de esperanças mui vagas de que em breve poderia voltar para Espanha e queixas pela falta de cartas do P.e Matias (...).*

*O Director do Correio desta cidade havia sido prevenido por minha ordem das desconfianças de que eu tinha de que por esta cidade vinham de Espanha e saíam para ali correspondências para muitos indivíduos suspeitos; pedi-lhe por isso vigiasse ele, avisando-me de tudo o que observasse. Efectivamente este hábil e inteligente funcionário preveniu-me de que certas cartas, pelas condições de segurança com que estavam fechadas lhe faziam crer que poderiam dar alguma luz sobre os planos e projectos que eu tanto ansiava descobrir. Foi então que ordenei que as cartas não fossem entregues e pedi (...) instruções do que mais convinha fazer (...) autorizando-me V. Ex.<sup>a</sup> para todas as diligências que fossem necessárias. O Director do Correio tinha também consultado o seu chefe e este o Ex.mo Ministro das Obras Públicas, obtendo em resposta que se satisfizesse as minhas exigências, mas na presença da autoridade judicial, o que me motivou que a abertura das cartas só pudesse efectuar-se no dia 11 (...). A morosidade e formalidades com que são praticados os actos judiciais, deu lugar a que só no dia 15 o auto e cartas me fossem entregues.*

*Estes documentos serão enviados a V. Ex.<sup>a</sup> a logo que tenha feito certas investigações a que dá lugar um bilhete (...) dirigido por um espanhol ao furriel de Caçadores N.º 3, António Correia, convidando-o a ir ao Porto ou a escrever a Oróbio Brás, morador na Batalha. Este bilhete foi remetido ao Comandante do referido Batalhão para proceder aos devidos interrogatórios (...) indicando eu mesmo os pontos principais sobre que me parecia conveniente que o interrogatório recaísse”<sup>18</sup>.*

E a preocupação com a correspondência que se destinava ou vinha de Espa-

nha, entre espanhóis e entre espanhóis e portugueses, mantém-se como prioritária, mesmo que nem sempre as suspeitas se concretizassem: “*Constou-me que uma espanhola que reside nesta cidade mantinha activa correspondência com Espanha. Mandeí hoje dar-lhe busca na pequena casa que ocupava e apenas lhe foram encontradas algumas cartas de um irmão que tem no vizinho reino, mas que não continham cousa alguma que indicasse que ela fosse receptora ou transmissora de correspondências suspeitas*”<sup>19</sup>.

Num outro ofício, enviado para o Ministério do Reino, indicam-se todas as dificuldades para obter informação sobre planos carlistas e os poucos resultados da apreensão de cartas suspeitas, depois de cumprir as formalidades legais exigidas para o efeito – auto de diligência e solicitação pela autoridade judicial da comarca. Algumas cartas eram escritas em estilo figurado, só podendo ser decifradas em Espanha; outras com indicação errada ou falsa de vilas ou povoações que não existem no Distrito; uma outra destinada a Alexandre Mosqueira, na Rua de Trás, não era conhecido o destinatário, procurado dias antes pelo carteiro, antes também de se terem feito diligências no sentido de obter informações sobre planos carlistas espanhóis na cidade de Bragança; a carta de Ramon Fontecha também não lhe foi entregue, por não se encontrar, de acordo com a indicação do carteiro no subscrito do envelope, nem foi reclamada no correio.

*“As cartas apreendidas e abertas neste Governo Civil pela autoridade judicial pouca luz lançam na questão dos projectos carlistas (...) mas a carta N.º 11, 12, 13 foi a que mais chamou a minha atenção, acerca da qual procedi às mais rigorosas investigações (...) assinada com o pseudónimo de Roque, é um espanhol, que há perto de um mês residia nesta cidade, exercendo a profissão de marceneiro, chamado João Pelaes Álvares, natural de Pandorado, província de Léon e apresentou a cédula, de data recente, mostrando que não era emigrado. Mandeí a cédula (...) ao Governador de Léon, ao qual pedi que me dissesse se o documento era legítimo ou se o seu portador se achava implicado em crimes civis ou políticos – ainda não obtive a resposta.*

*(...) Fiquei sempre suspeitando que ele não era o que se inculcava e esteve sempre mui cuidadosamente vigiado até que no dia 10 me constou que ele lançara ao correio uma carta para Lisboa, carta que fiz apreender (...). Chamou logo a minha atenção o bilhete (n.º 12) incluso na carta dirigido a um furriel de Caçadores N.º 3, convidando-o a ir ao Porto. Para averiguar o que a tal respeito pudesse haver oficieí logo o Comandante do referido Batalhão, dando-lhe conhecimento do bilhete e pedindo que ele procedesse a rigoroso interrogatório (...). Na administração do concelho foi interrogado o espanhol que escrevera a carta (...) a que foi presente o secretário geral deste Governo Civil, mas que não produziu resultado algum, pelas respostas contraditórias e de todo o ponto inacreditáveis que o interrogado deu. É certo, porém que a carta a que me tenho referido, dirigida a José Reis (...) era para um D. Pascual, que o interrogado se negou pertinazmente a declarar quem era, bem como qual a empresa ‘empreñada’ a que esta carta se referia, apesar de dizer que o conhecia. (...) Não podendo fazer aqui nenhuma outras diligências, acerca das*

*cartas apreendidas, envio-as, com o respectivo auto a V. Ex.<sup>a</sup> para os fins que tiver por convenientes; devendo, porém, certificar mais uma vez a V. Ex.<sup>a</sup> que não poupo esforços para descobrir os planos e projectos carlistas e que por mim e pelos meus subordinados exerço e faço exercer a mais activa e constante vigilância sobre tão momentoso assumpto*<sup>20</sup>.

O telegrama, dirigido ao Administrador do Correio de Vila Real, reflecte também as dificuldades da apreensão de cartas, suspeitas de traduzirem alguma cumplicidade com os planos revolucionários carlistas, onde a colaboração com várias instituições de distritos mais próximos se tornava imperioso: *“Por motivos de grave suspeita rogo se envie ordens ao Director do Correio desta Cidade que retenha em seu poder as cartas de Espanha e as que daqui se expedirem e que por mim lhe forem indicadas até que o governo resolva a consulta que lhe dirijo sobre o assunto*”<sup>21</sup>.

Idêntico foi o conteúdo do ofício enviado ao Director do Correio de Bragança: *“Por bem do serviço público, rogo a V. Ex.<sup>a</sup> (...) enviar-me todas as 2.<sup>as</sup> e 4.<sup>as</sup> feiras uma relação das cartas procedentes de Espanha e das que para aquele Reino forem expedidas de Portugal, em que se declare – nome dos destinatários e residências, procedência postal, data da entrada na estação postal expedidora, data da saída – qual a língua do subscrito e, além destes acrescentará V. Ex.<sup>a</sup> todos os mais esclarecimentos e informações que julgar convenientes*”<sup>22</sup>.

Para o administrador do Concelho de Bragança, envia-se em 21 Outubro de 1870 um ofício, referente às suspeitas em relação a um espanhol que recebia, frequentemente, correspondência de Espanha: *“Luciano Martins (...) recebe frequentemente correspondências de Espanha que é de supor não sejam para ele mas que vindo sob o seu nome, encobrem os verdadeiros destinatários e como pelas comunicações que lhe tem sido feitas está V. Ex.<sup>a</sup> ao par das tramas dos inimigos da ordem publica em Espanha e em casa do referido Martins residem alguns espanhóis, cumpre que V. Ex.<sup>a</sup> chamando este indivíduo a essa administração procure investigar para quem são as aludidas cartas, qual o seu conteúdo e o motivo por que vem sob o seu nome, ocultando-se assim o verdadeiro*”<sup>23</sup>.

A procura da identidade de suspeitos, colaboradores e dos seus planos, passava forçosamente, por reter cartas ou documentos escritos e, através deles, obter informações comprometedoras e fundamentadas. Apesar de tudo, muitas vezes achavam-se apenas notícias com dados particulares ou familiares.

### **3.4. Vigilância de espanhóis na raia. Informações sobre eventuais agitadores e revoltosos**

A presença de espanhóis no Distrito de Bragança, atendendo à proximidade geográfica com o país vizinho, constituía uma presença normal, característica de distritos raianos mas, simultaneamente, esta presença era alvo de suspeitas constantes, principalmente em períodos conturbados em qualquer dos lados da fronteira, neste caso específico, o da revolução carlista espanhola e sua associação aos adeptos miguelistas portugueses.

Difícil se torna, pois, separar a vigilância exercida sobre as pessoas suspeitas que residiam ou circulavam no Distrito (padres, almocreves, principalmente espanhóis, ou colaboradores, efectuando buscas em casas dos mesmos), da vigilância sobre a circulação de eventuais artigos de guerra (armas, balas, pólvora) que os mesmos poderiam pôr a circular e de que era alvo toda a correspondência com origem ou destino a Espanha (investigando cartas que poderiam conter informações ou dar pistas sobre planos revolucionários e seus autores).

Por esta mesma razão, este Livro de Correspondência do Governo Civil de Bragança, contém muitos ofícios na sequência de cartas anteriores, onde se fala do mesmo assunto, repetidas vezes, ou do seu desenvolvimento, porque dirigidos a diferentes autoridades, solicitando ou ordenando a sua colaboração, dificultando, assim, a separação destas temáticas.

Em carta dirigida ao Administrador de Miranda do Douro, suspeitava-se de agentes do partido carlista infiltrados na zona, entre S. Gregório e Mogadouro, devendo, rapidamente, investigar-se tal facto: “*Consta também pior participação ao nosso Governo pelo Ministro de Espanha em Lisboa que há grande movimento entre a povoação de S. Gregório e Mogadouro supondo-se com fundamento, que são agentes do partido carlista, que tem algum centro organizado neste reino. Empregue as mais activas diligências para investigar o que há acerca deste gravíssimo assunto, dando-me conta do resultado sem perda de tempo. Quaisquer despesas que V. Ex.<sup>a</sup> faça serão abonadas*”<sup>24</sup>.

O ofício dirigido ao Administrador do Distrito de Bragança, fala-nos deste tipo de suspeitos que se supunham encorajarem movimentos revolucionários na Península Ibérica e das buscas nas casas onde habitavam, de acordo com as formalidades prescritas: lavrar um auto com declaração dos motivos da suspeita, tomando precauções para que nestes casos não saíssem indivíduos, papéis, objectos e outros apetrechos de guerra destas casas, antes de se efectuarem as buscas, na presença de testemunhas e do(s) suspeito(s): “*D. Mateus Tabares correspondia-se com o Cónego da Sé desta cidade Luís Guerra (...) cumpre por isso que V. Ex.<sup>a</sup> amanhã pelas 8 horas do dia, passe à casa daquele Luís Guerra, acompanhado pelo escrivão dessa administração, ou na sua falta, por um dos empregados dela, por um oficial de diligência e duas testemunhas, e lhe dê uma rigorosa busca em todos os papéis, apreendendo aqueles que induzirem a mais leve suspeita de terem relação próxima ou remota com os planos atribuídos aos emigrados espanhóis de revolucionarem a península (...) se dos objectos apreendidos resultar alguma culpabilidade a Luís Guerra, V. Ex.<sup>a</sup> o fará recolher em custódia na cadeia civil*”<sup>25</sup>.

Em cartas dirigidas aos administradores dos concelhos fronteiriços de Mogadouro, Freixo e Vimioso, zonas do distrito de Bragança, com pontos suspeitos para permanência de espanhóis que poderiam contribuir para a introdução de objectos e material de guerra destinados a Espanha, o Governador Civil solicitava, à semelhança de outras autoridades, uma colaboração extrema.

“*É necessário que se empreguem as mais activas diligências para investigar o que há acerca desses espanhóis, capturando os que lhe parecerem sus-*

peitos e enviando-os logo para esta cidade em custódia (...). Vigie V. Ex.<sup>a</sup> também a passagem para o Reino vizinho de quaisquer objectos apreendidos (...). De tudo o que ocorrer V. Ex.<sup>a</sup> dará conta imediatamente”<sup>26</sup>.

Os acontecimentos relativos a esta matéria confidencial eram comunicados pelo Ministro de Espanha em Lisboa que afirmava haver “grande movimento de espanhóis (...) supondo-se com todo o fundamento que são agentes do partido carlista (...) neste reino”<sup>27</sup>, como se comprova na introdução de carta dirigida aos administradores dos concelhos supra citados, que desta feita eram informados e alertados no sentido de reforçarem as atenções, perante a gravidade do assunto.

O Comandante do Batalhão de Caçadores N.º 3 de Bragança é informado dos planos e projectos “atribuídos aos carlistas de Espanha no Distrito e às suas íntimas relações com os miguelistas portugueses, e que ambos os partidos tem o fim de revolucionar a península”<sup>28</sup> e de um bilhete, referido já anteriormente, enviado ao furriel do Batalhão, António Correia: “este bilhete dirigido por um espanhol a uma praça do exército português, o convite que se lhe faz para a cidade do Porto, leva-me a suspeitar que o furriel Correia mantinha relações altamente suspeitas com indivíduos espanhóis que trama contra a ordem pública da península e por isso apresso-me a levar tudo ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup>, rogando-lhe por bem do serviço público se sirva mandar submeter a um rigoroso interrogatório o referido furriel, para se descobrir quais as relações que ele tem com o indivíduo que escreveu o bilhete, o fim para que o convidaram a ir ao Porto, donde é natural ou aonde reside o indivíduo que assegura o bilhete, que é Oróbio Brás, morador no largo da Batalha no Porto, se tem escrito descobrir e malograr quaisquer planos sediciosos, que por acaso se tentassem neste distrito algumas vezes como se deduz do bilhete (...) indagar e descobrir tudo o mais que entender nos pode guiar na descoberta de quaisquer planos ou maquinações dos inimigos das dinastias e das instituições liberais que governam e regem os dois reinos da península”<sup>29</sup>.

Deveria evitar-se também a permanência prolongada de espanhóis em povoações da raia, de almocreves e comerciantes ambulantes que por aqui transitavam sem serem conhecidos e exercer sobre eles atenção especial, a fim de evitar intromissões de agentes carlistas. Os seis administradores de fronteira foram avisados novamente para redobram as atenções e sobre o facto de estarem sujeitos a penalizações os que se mostrassem negligentes:

“Esperando que empregarão todo o zelo e dedicação para frustrar os planos dos inimigos das instituições liberais e das dinastias que regem a península. Além das recomendações que já lhes fiz (...) sobre vigilância mais activa e constante que deve exercer por si e seus subordinados na entrada e saída de espanhóis, na apreensão de quaisquer armamentos que exista nesse concelho ou por ele transitarem (...) entrada e saída do reino de quaisquer volumes (...) dando as instruções que pareçam necessárias para o desempenho do serviço (...) todas as povoações da raia devem ser activa e constantemente vigiadas – não deve nelas nem nas outras do concelho a seu cargo, permitir a permanência de quaisquer

*espanhóis que não sejam conhecidos, como insuspeitos, fazendo-me entregar os suspeitos e os que forem emigrados.*

*Os almocreves que vierem do Porto, Braga ou de qualquer terra do interior do reino, devem também ser vigiados e examinados os volumes que conduzirem, a fim de se conhecer se contem armas ou munições de guerra ou outro artigo que se destine a Espanha e possa servir para (...) os revoltosos ou auxiliá-los por qualquer forma (...). Duas vezes na semana me dará V. Ex.<sup>a</sup> parte das diligências que fizer e dos resultados que delas colher, bem assim me indicará as providências que tomar (...), pois que o Governo de Sua Majestade, segundo me foi comunicado em ofício do Ministério do Reino (...) está resolvido a castigar as autoridades locais que forem omissas ou negligentes no desempenho deste gravíssimo dever”<sup>30</sup>.*

A preocupação era também extensiva a todos os funcionários que trabalhavam nas várias dependências administrativas e que poderiam ser agentes de informação. O Governador Civil escreve ao Administrador do Concelho de Mirandela em 2 de Abril de 1870 e afirma: *“Cumpro proceder à formação de um auto de investigação acerca dos factos (...) que atribuem ao escrivão dessa administração José Inácio Baptista de revelar os segredos da secretaria. No auto devem ser inquiridas as testemunhas que melhor possam depor sobre o assunto e depois de feito deverá V. Ex.<sup>a</sup> ouvir o escrivão arguido, dando-lhe conhecimento dos factos e em lhe declarar o nome das testemunhas. O processo, assim preparado, será devolvido a esta Repartição com a sua informação”<sup>31</sup>.*

Ao Ministro do Reino foram enviadas informações sobre o apuramento da identidade de espanhóis, no seguimento de um outro ofício, enviado por uma autoridade espanhola: *“Tendo recebido do Governador da Província de Léon o ofício transcrito na cópia adjunta, mandei proceder às necessárias diligências para verificar a qual dos dois irmãos Pelaes pertencia a cédula que me tinha sido apresentada como pertencente a João Pelaes Álvares, conhecendo-se em resultado que o súbdito espanhol a quem por este Governo Civil se conferiu guia para a cidade do Porto, em 19 de Março, sob o nome de João António Pelaes Álvares não é o indivíduo a quem pertence este nome, nem tão pouco a cédula referida. O verdadeiro nome do dito espanhol é António Pelaes Alvares, efectivamente é emigrado carlista, tendo-se apresentado aqui com a cédula pertencente ao irmão.*

*Contra este, que actualmente reside numa povoação próxima desta cidade, exercendo o ofício de carpinteiro, não resulta suspeita alguma, como se vê do ofício do referido Governador da província de Léon e está por isso legitimando a sua entrada e permanência aqui, em conformidade do regulamento geral da polícia”<sup>32</sup>.*

Com suspeitas de agitadores carlistas se aproximarem e concentrarem nas povoações de fronteira, é dada carta circular aos seis administradores dos concelhos de fronteira deste distrito, alertando-os para este facto e para tomarem as devidas precauções: *“Consta ao Governo de Sua Majestade que os agitadores carlistas se aproximam e tratam de concentrar-se nas povoações da fron-*

teira, com o fim de promoverem a guerra civil em Espanha de acordo com os partidários do infante D. Miguel.

*Tem o Governo o maior interesse em impedir por todos os meios ao seu alcance que em território português se organizem forças ou se preparem elementos que tendam a alterar a ordem pública estabelecido em Espanha.*

*Por este fundamento ordenou o Ex.<sup>mo</sup> Ministro do Reino que se recomende a V. Ex.<sup>a</sup> o emprego de todas as diligências próprias para descobrir quaisquer agentes carlistas que estejam homiziados ou refugiados nas povoações da fronteira, assim como os planos das conspirações se com efeito existem; e que faça apresentar neste Governo Civil quaisquer agentes carlistas que forem conhecidos, dando-me conta do que apurar sobre tão importante assunto”<sup>33</sup>.*

Aos mesmos destinatários, insistente e incisivamente, referia-se que o acolhimento de emigrados carlistas influentes e conspiradores reincidentes, na fronteira portuguesa era acto condenado pelo Governo português, atendendo ao perigo que estes infiltrados poderiam representar, atentando contra a tranquilidade nacional e o governo do reino vizinho “*estando disposto a empregar todos os meios para frustrar os planos dos conspiradores. Neste intuito recomendo a V. Ex.<sup>a</sup> que frustre por si e faça frustrar pelos seus subordinados a mais séria atenção a tão melindroso assunto, na inteligência de que o torna responsável pelas faltas ou omissões que cometer em matéria de tanta gravidade.*

*Empregue V. Ex.<sup>a</sup> a maior vigilância sobre os súbditos espanhóis que transitarem pelo concelho a seu cargo, vigilância que tão recomendada lhe tem sido em diversos ofícios deste Governo Civil, devendo dar e fazer dar rigoroso cumprimento às disposições do regulamento geral da polícia de 7 de Abril de 1863, para o efeito de considerar suspeitos os que se não legitimarem em termos do capítulo 2º do mesmo regulamento.*

*Deverá V. Ex.<sup>a</sup> ter em vista que os emigrados que deixaram de aproveitar das benéficas disposições da amnistia concedida pelo governo de Espanha e não se apresentarem neste país até ao dia 31 de Agosto último, são considerados pelo mesmo governo sem direito a estes benefícios e como reincidentes.*

*Finalmente confio que (...) empregará todo o seu zelo em cumprir e fazer cumprir as ordens do governo por forma que evite por todos os meios ao alcance da sua autoridade que se conservem nas povoações de fronteira quaisquer indivíduos suspeitos e que se introduzam em Espanha armas, munições ou outros objectos de guerra”<sup>34</sup>.*

As cartas enviadas ao Ministério do Reino reflectem as preocupações em informar sobre uma vigilância apertada, exercida relativamente às suspeitas de se conspirar na fronteira do distrito de Bragança contra o governo espanhol e da confiança que o governo podia depositar na responsabilidade das autoridades locais para cumprir os regulamentos, e colaborar com o governo para frustrar qualquer tipo de tentativa revolucionária na zona: “*Tenho prestado a maior atenção às recomendações que me foram feitas (...) para obstar a que no território de Portugal se conspire contra o governo do reino vizinho, ou que nas povoações da nossa fronteira permaneçam carlistas ou outros indivíduos suspeitos.*

*Ordenei aos Administradores dos concelhos da fronteira a maior vigilância e que a fiscalização sobre os espanhóis que entrarem ou saírem do reino seja severa e feita em harmonia com as disposições do regulamento geral da polícia, tornando-os responsáveis pelas faltas ou omissões que cometerem em matéria de tanta importância (...). Por esta ocasião e pelas comunicações que tenho recebido dos magistrados, administrativos meus subordinados não consta que nas povoações portuguesas da fronteira haja espanhóis suspeitos de carlismo (...) que tentem perturbar a ordem pública da Espanha”<sup>35</sup>.*

O diálogo entre várias autoridades das regiões da fronteira nacional permitia obter esclarecimentos, informações e referências sobre a conduta de cidadãos, que deveriam permanecer em sigilo e de que os telegramas, enviados ao Governador Civil de Braga, traduzem de forma inequívoca:

1. *“João Baptista da Fonseca é irmão de D. Augusta da Fonseca, ambos irmãos do falecido Barão de Santa Bárbara, filhos de outro do mesmo título – Paulo Cândido Ferreira de Sousa e Castro que se assigna por abreviatura Paulo Ferreira – é casado com D. Augusta Fonseca e é primeiro oficial deste governo civil (...). Estiveram ultimamente em Verin, Espanha, tomando águas e dali vieram por Orense, Vigo até Braga, onde estavam dia 8, devendo estar no Porto, hoje. Já disse que a meu ver são cavalheiros insuspeitos que não andam envolvidos em partidos políticos. Darei todas as informações que forem necessárias para as averiguações a que V. Ex.<sup>a</sup> está procedendo”<sup>36</sup>.*
2. *“D. Augusta da Fonseca é filha e irmã dos Barões de Santa Bárbara, que estiveram emigrados, é casada com o primeiro oficial deste governo civil, ausente com licença e não inspira a mais leve suspeita. O marido é empregado de inteira confiança, separado há muito da política em que não toma parte alguma. Se aquela senhora anda envolvida em correspondências suspeitas, é sem que ela o prestasse ou há equívoco. Em todo o caso se V. Ex.<sup>a</sup> me comunicar o que dá causa à desconfiança, talvez se possa encontrar algum fio que nos guie”<sup>37</sup>.*

As autoridades combatiam também, nestas suspeitas revolucionárias no país e mais em particular na região, a ligação ou envolvimento dos carlistas espanhóis com as forças miguelistas portuguesas que, em conjunto, conspirariam contra os dois governos da Península Ibérica. É enviado aos Administradores o seguinte texto:

*“Há fortes indícios de que agentes do partido carlista de Espanha, de combinação com os miguelistas e alguns afeiçoados da situação transacta conspiram contra o governo e instituições dos dois estados da Península, escolhendo para campo das suas combinações e manejos as principais terras das províncias do norte.*

*Fazendo a V. Ex.<sup>a</sup> esta comunicação, previno-o de que é indispensável*



*guardar a este respeito o maior sigilo e descrição, por forma que possam dar o desejado resultado as medidas que se tomarem. Vigie pois com toda a assiduidade as povoações da fronteira, onde deve ir para verificar se em alguma delas existem espanhóis emigrados ou não, que por qualquer motivo se tornem suspeitos, em cujo caso os deverá mandar apresentar neste governo civil, devidamente custodiados. Vigie também por si ou por pessoas da sua maior confiança os indivíduos mais afeiçãoados à situação transacta, por forma que, sem mostrar desconfiança, esteja ao par de quaisquer passos que derem (...) e se tomam parte em alguns planos ou projectos tendentes a alterar a ordem pública em Portugal ou em Espanha e dê-me parte de tudo o que observar e descobrir, mas com toda a reserva e segredo”<sup>38</sup>.*

Em 12 de Outubro de 1870, o então Governador Civil de Bragança continuava a responder a solicitações do Ministério do Reino sobre este clima de suspeição:

*“Preveni mais uma vez, muito reservadamente os administradores de concelho do que ocorria, recomendando-lhes a mais assídua vigilância sobre quaisquer indivíduos que transitarem pelos concelhos e que não permitissem residência nas povoações da fronteira a súbditos espanhóis, dos quais tivessem a mais leve suspeita de que mantinham relações tendentes a perturbar a ordem pública em Portugal e Espanha (...) e empregarei todos os meios legais para frustrar quaisquer planos”<sup>39</sup>.*

Miranda do Douro, enquanto concelho fronteiriço com Espanha, era uma das zonas que deveria estar sob observação especial, tal como nos comprova a carta enviada ao Ministério do Reino, no sentido de se executar uma política preventiva e de actualização constante sobre a presença ou permanência de súbditos espanhóis suspeitos de transitarem nesta região, questão a que se prestava, prioritariamente, toda a atenção: *“o ofício que recebi do Administrador do concelho de Miranda, zeloso funcionário que me comunica as diligências a que tem procedido para verificar se naquele concelho existem súbditos espanhóis suspeitos de tomarem parte nos planos e projectos atribuídos ao partido carlista (...), dos magistrados administrativos do concelho (...) recebo participações de que nas povoações que o compõem não existem indivíduos suspeitos de conspirarem contra os dois estados da Península”<sup>40</sup>.*

Os habitantes da cidade de Bragança, principalmente donos de estalagens, poderiam ser também, directa ou indirectamente, intencionalmente ou não, possíveis cúmplices de algumas movimentações, ao albergarem espanhóis em suas casas. O seu envolvimento ou a obstrução ao mesmo, deveria ser alvo de investigação minuciosa. A carta, que se segue, fala-nos dos procedimentos a tomar nestes locais, como foi exemplo, na zona do Loreto, a casa de Luciano Martins: *“Em casa de Luciano Martins (...) aceitam-se espanhóis suspeitos, alguns dos quais suponho não legalizaram a sua entrada no reino, como determina o regulamento geral da polícia. (...) Proceda imediatamente a um rigoroso exame sobre o assunto (...) procurando saber quem são os espanhóis que tem em casa, a razão porque não tem satisfeito o que determinam as leis do reino, qual o objecto ou negócio que os traz a este reino, obrigando-os a legitimarem-se devidamente.*

*Igual procedimento terá V. Ex.<sup>a</sup> com todos os estrangeiros que entrarem nesta cidade, quer seja para nela permanecerem quer para seguir para outro ponto. Os donos das hospedarias, estalagens e de quaisquer casas que costumam dar pousada devem ser intimados para não receberem estrangeiros alguns de qualquer qualidade ou condição, com excepção dos espanhóis que forem jornalheiros e dos que costumam andar em tráfico habitual entre as povoações das fronteiras e que são conhecidos, sem que os mesmos estrangeiros tenham satisfeito o preceito consignado no artigo 3º do regulamento de 7 de Abril de 1863, de cuja disposição (...) dará conhecimento aos referidos donos das hospedarias e estalagens (...) que fará afixar na parte interna das respectivas casas por forma que esteja patente a todos, vigiando V. Ex.<sup>a</sup> por meio de frequentes visitas às mesmas casas se as suas ordens são ou não cumpridas, entregando ao poder judicial, com os respectivos autos, os desobedientes”<sup>41</sup>.*

Da permanência de estrangeiros no distrito deviam todos os administradores dos concelhos estar prevenidos, para serem tomadas as precauções mais adequadas quanto ao exercício das suas actividades profissionais, da razão de se fixarem ou transitarem por esta zona, do seu quotidiano, das suas amizades: *“recomendo a V. Ex.<sup>a</sup> a maior vigilância sobre quaisquer estrangeiros que entrem por esse concelho em Portugal, havendo comunicar-me sem a menor demora (...) qualquer ocorrência extraordinária, que por ventura haja. Deve V. Ex.<sup>a</sup> renovar as suas instruções aos regedores de paróquia, a fim de que estes funcionários possam pô-lo ao corrente do que houver. V. Ex.<sup>a</sup> me dará também parte regularmente, todas as 4.<sup>as</sup> feiras de cada semana, embora não haja causa alguma notável”<sup>42</sup>.*

E a correspondência é exaustiva nas cartas, ofícios, telegramas, enviados aos ditos administradores, verdadeiros elos de ligação entre o governo civil, as autoridades e as populações locais. Sobre eles incidia grande parte das ordens emitidas pelo Governador Civil. Vejamos outro exemplo relativo a providências para captura de oficiais espanhóis:

*“Passaram por aqui, com direcção a Braga D. António Lima, tenente de caçadores da Catalunha, natural de Olivença e D. Eduardo Altamira, tenente de caçadores de Palência (...) natural de Zamora. São agentes carlistas, que vêm trabalhar de acordo com os influentes deste partido e do miguelista, residentes em Portugal, e a prisão deles é muito recomendada pelo Governo de Espanha.*

*Ordeno pois a V. Ex.<sup>a</sup> para cumprimento do que acaba de me ser determinado pelo Ministério do Reino, (...), que empregue o maior zelo e diligência para obter o descobrimento e captura dos referidos oficiais (...) quando porventura transitarem no concelho a seu cargo”<sup>43</sup>.*

Neste clima de inconstância, nem mesmo os padres deixavam de ser fustigados pelas suspeitas, circulando a ideia de que prejudicados pelos regimes liberais dos Governos de ambos os países poderiam ser induzidos a aderir a causas que pudessem repor antigos ideais políticos. O ofício resposta, que se apresenta, retrata esta situação: *“cumpre-me informar que o padre espanhol – baixo, trigueiro e alguma cousa bexigoso – (...) que supponho ser D. Matias del*

*Campo, residente em Castillo de Cabrera, foi efectivamente com guia deste Governo Civil para o de Vila Real, em 9 de Março último, regressando novamente a esta cidade, em Setembro findo, apresentou nesta Repartição documento (...) de se haver apresentado, em Lisboa, ao Cônsul Geral, anteriormente a 21 de Agosto passado para gozar da amnistia.*

*Em companhia deste presbítero, no seu regresso, vinha um outro espanhol, com igual documento de se haver apresentado no referido Cônsul Geral. (...) Estavam estes dois emigrados compreendidos na aludida amnistia, (...) resposta afirmativa que me foi comunicada por ofício de 30 do referido mês de Setembro último.*

*O presbítero de que se trata, ausentou-se novamente desta cidade, com destino à de Lisboa pelo princípio do corrente mês de Outubro, o outro companheiro ainda se conserva nesta cidade sob austera vigilância.*

*Quanto aos caixões, contendo armas e pólvora que, segundo se digna comunicar-me, foram conduzidos de Braga e do Porto, com direcção à fronteira, já expedi as ordens convenientes para o fim de descobrir a verdade. E devo assegurar a V. Ex.<sup>a</sup> que estou vigilante neste assunto”<sup>44</sup>.*

Os trajectos de eventuais suspeitos e os procedimentos a tomar, são também descritos na correspondência, dos quais a carta de 28 Outubro de 1870 do Governador Civil de Bragança é testemunho, relativamente a um funcionário deste mesmo órgão: “*O primeiro oficial da secretaria deste Governo Civil – Paulo Cândido Ferreira de Sousa e Castro, que se achava no gozo de licença por moléstia, regressou a esta Cidade e entrou no exercício do seu lugar. (...) Foi por mim interrogado sobre (...) a correspondência a ele concernente do Governo Civil de Braga e do Ministério do Reino, bem como acerca dos termos usados no telegrama dirigido daquela para esta Cidade a D. Augusta da Fonseca, sua esposa (...) que o tornavam suspeito por coincidir a linguagem do boletim com a empregada pelos corifeus da situação ultimamente caída; foram tais as explicações produzidas, que me confirmaram de que nada havia com ele relativamente a política.*

*Ignorava este meu subordinado tudo quanto se passava a seu respeito, pois que as notícias dadas à família durante a sua digressão desde que saíra de Verin, na Espanha, para onde daqui tinha partido para usar das águas mineiradas do Soudas, foram todas por meio de transmissões telegráficas, limitando-se a comunicar a chegada (...) em companhia de seu cunhado – João Baptista da Fonseca e com relação ao boletim expedido de Braga no dia 8 explica ele muito naturalmente o motivo do respectivo, dizer, oferecendo a apreciação o anterior telegrama, do dia 6 (...).*

*Comunicara neste a sua chegada e anunciava a sua saída para Vizela, afim de tomar banhos (...) intenção com que ele e seu cunhado chegaram a Braga; mas, a chuva tão forte e torrencial que então caíra os obrigou a abandonar os banhos de Vizela, alteração que determina a linguagem do telegrama de Braga: ‘a tempestade mudou tenções’.*

*É esta a pura verdade, ratificando o conteúdo no meu ofício confidencial*

N.º 275 de 18 do corrente (...). O aludido empregado inspira inteira confiança (...) estranho a todo e qualquer manejo político (...). Expedi ordens aos administradores de concelho meus subordinados a fim de diligenciarem o descobrimento do administrador do correio de nome Stefan Aytai, fazendo-o deter, no caso de vir a ser encontrado”<sup>45</sup>.

A vigilância deveria ser efectuada de um modo minucioso e sigiloso mas, muitas vezes, não se apuravam os resultados pretendidos e assiste-se mesmo a passagens algo caricatas, com a referida anteriormente, onde se entendia que as cartas continham códigos de comunicação e a expressão “*tempestade*” poderia significar algo mais do que a sua verdadeira acepção, contendo indicadores de “revolução”, para terceiros.

Indagava-se também sobre a residência de um coronel carlista na aldeia de Portelo, perto da fronteira. A informação chegou ao Governo Civil de Bragança, através de um telegrama do Governo Civil de Zamora, enviado ao Ministro de Espanha em Lisboa e do qual foi enviado o seu conteúdo para o Administrador do Concelho de Bragança: “*Por informação fidedigna sei que reside na povoação de Portelo, fronteira a Calabor, um indivíduo intitulado coronel carlista, que está em correspondência com a junta do seu partido em Sanábria desta Província de Zamora. Digne-se V. Ex.ª tomar as medidas que julgue convenientes para evitar a continuação da residência na mencionada povoação do referido agente carlista e de qualquer outro em iguais circunstâncias*”<sup>46</sup>.

Deveria, pois, efectuar-se uma profunda investigação para conhecer a verdade desta situação e da eventual relação de outros súbditos espanhóis suspeitos, domiciliados na referida aldeia ou em outras das redondezas.

Em ofício destinado ao Ministério do Reino, podemos constatar a continuidade do assunto da carta anterior: “*O súbdito espanhol D. José de León, residente em Portelo, do concelho de Bragança, a quem se atribui qualidades de coronel carlista, se acha legitimado nos termos do regulamento geral da polícia e que sobre ele se tem exercido activa vigilância, não constando que traz planos de conspiração*”<sup>47</sup>.

E podemos ler outros exemplos:

Em 21 de Março de 1873, em carta dirigida ao General da Subdivisão Militar de Chaves, o Governador apela para o perigo dos partidos carlistas que se pretendem introduzir na Galiza, utilizando o trajecto de Vinhais: “*Tenho a honra de acusar a recepção do ofício confidencial (...) em que fico prevenido acerca dos partidos carlistas que se pretendem levantar na Galiza.*

*Vou prevenir também o administrador do concelho de Vinhais, para que exerça a maior vigilância e me previna prontamente de tudo o que ocorrer nas povoações espanholas limítrofes daquele concelho e de tudo o que me constar darei pronto conhecimento a V. Ex.ª e ao comandante militar desta cidade*”<sup>48</sup>.

Ao administrador do Concelho de Miranda do Douro foi também solicitado fazer apresentar no Governo Civil os carlistas e os objectos custodiados na referida vila: “*Estão dadas as providências para que uma escolta suficiente*

*conduza à minha presença os carlistas que V. Ex.<sup>a</sup> tem custodiados. Recomendo muito que tenha em bom recado tanto os homens como os objectos apreendidos e que tudo me seja entregue. Que sejam os carlistas tratados com devido respeito, mas com a máxima vigilância. A escolta que acompanhe também a esta cidade o português que os acompanhava”<sup>49</sup>.*

Solicita-se ao Administrador do Concelho de Vimioso informações sobre o paradeiro de um agente carlista que pretendia organizar uma guerrilha na raia espanhola e do qual o Governador Civil lamenta não ter sido avisado, criticando o referido administrador da sua falta de atenção e descuido perante tão grave assunto: *“Esteve nessa vila no dia 25 do corrente, ao que parece organizando guerrilhas para o serviço carlista um D. António Peres da Costa, bem conhecido pelo seu génio turbulento e aventureiro (...) e que já por mais vezes tem tentado inquietar na raia de Espanha o Governo constituído. (...) Logo depois da sua entrada em Vimioso foi visto nas imediações de Alcañices comandando um troço de guerrilha carlistas, em que entravam alguns portugueses. Se este facto é verdadeiro ou se por esta forma for suspeito e havendo desconfiança sobre os seus intentos, V Ex.<sup>a</sup> se descuidou ao ponto de o não fazer vigiar e capturar quando fosse preciso e nem ao menos da parte desta ocorrência, lamento semelhante descuido que me coloca numa pouco agradável situação para com o Governo de Sua Majestade. Assim, sem perda de tempo, proceda a uma rigorosa investigação e diga-me com o maior escrúpulo e com a maior brevidade também se são verdadeiros os factos que deixo relatados e quais os intentos certos ou presumíveis que levaram a essa vila o mencionado D. António, fazendo-o capturar em qualquer ponto do concelho onde se encontre e os que o acompanharem, fazendo apreensão imediata em todos os objectos que levar consigo, que serão inventariados (...) É urgentíssimo e confidencial este serviço”<sup>50</sup>.*

Sobre o mesmo assunto foi informado o Administrador de Miranda, bem como das posturas a tomar no sentido de isolar o agente Hermenegildo Carlos d’Ordaz e o centro de engajadores carlistas no Distrito: *“Torna-se necessário que V. Ex.<sup>a</sup> proceda imediatamente à captura do mencionado D. António em qualquer ponto do concelho em que for encontrado e que proceda a uma rigorosa busca na casa que ele habitava nessa cidade, apreendendo quaisquer papéis e objectos que tenham relação com o assunto de que se trata, os quais serão inventariados e relacionados com a presença do dono, se for encontrado ou da pessoa de sua família, ou na de testemunhas que assinam, remetendo para esta cidade, não só o aludido D. António mas também os papéis e objectos apreendidos. De tudo levantará auto, que remeterá ao poder judicial e uma cópia a este Governo Civil. Recomendo a máxima actividade e prontidão nesta diligência.*

*D. António Peres da Costa tem andado efectivamente aliciando gente em Portugal para engrossar os partidos carlistas de Espanha, que Hermenegildo Carlos d’Ordaz é agente e centro dos engajadores carlistas neste distrito. Sem mais demora se ainda o não fez, faça V. Ex.<sup>a</sup> com todo o escrúpulo e com toda*

a minuciosidade uma visita à casa daquele cidadão, para apreender alguns objectos e papéis que possam ter alguma relação com o crime que se denuncia e que é mencionado no artigo 156 do Código Penal, além do que nos tratados se estabelece e do que do direito internacional resulte, entregando o competente auto com os documentos ao poder judicial (...).

Faça V. Ex.<sup>a</sup> reconhecer devidamente a letra da carta inclusa para se juntar ao auto. Convém fazer um interrogatório minucioso aos espanhóis emigrados, a cada um de per si, em relação às causas da sua entrada, a sua profissão, se são ou não militares e as suas relações com D. António da Costa e seu filho e bem como com Ordaz. Em separado ouvir estes três suspeitos e escrever quanto disserem para se compararem as declarações.

O Governo português não tem obrigação de dispensar subsídio a emigrados e que só o tem feito aos militares; muito menos tem obrigação de sustentar cavalos a esses emigrados, que enquanto têm cavalos que vender não carecem de recorrer às prestações obsequiosas do Governo português. O administrador do concelho de Vimioso há-de participar o nome do criado de Ordaz, que levou carta a Domingos Carvalho, faça-o capturar logo que receba aviso e interrogue-o para saber se ele foi portador de outras cartas, quer para indivíduos portugueses quer para espanhóis, fazendo igual interrogatório aos demais criados do referido Ordaz”<sup>51</sup>.

A vigilância de empregados menores e criados destes suspeitos, era também prática corrente: “É urgente saber de Domingos José de Morais Carvalho o nome do criado de Ordaz, que lhe levou a carta deste e comunique-o logo ao administrador de Miranda; se já tiver partido o correio, por um próprio.

Saiba do mesmo o nome do indivíduo que acompanhou D. António da Costa à quinta de Vale de Pena e interrogue-o para verificar se efectivamente o acompanhou até aquele ponto, se ali se demorou e em casa de quem ou se seguiu para Espanha. Chame à sua presença Domingos Manuel de Oliveira e interrogue-o sobre se é verdade que deve alguma quantia a D. António e se este esteve ultimamente em sua casa”<sup>52</sup>.

Os administradores dos concelhos foram avisados do perigo dos carlistas espanhóis e das eventuais implicações para o nosso país, com o reforço das forças miguelistas das posturas prudentes e reservadas a tomar nas investigações e dos eventuais promotores e adeptos desta causa, mesmo junto do clero. Pela importância deste texto, passamos a transcrevê-lo:

“Diz-se que o antigo partido miguelista, animado com o incremento que o carlismo teve em Espanha, se agita, celebra reuniões e conferências, preparando-se para uma ocasião que lhe pareça oportuna para levantar a sua bandeira. Alguns avisos me tem sido feitos indicando que mesmo neste distrito se trabalha em reunir e agrupar os elementos dispersos e que se celebrariam algumas reuniões a que assistem indivíduos cujos nomes me foram enviados e até alguns empregados públicos entram neste comboio.

Não sei até que ponto sejam verdadeiros estes boatos, alguns dos quais a imprensa liberal tem propagado. É porém dever das autoridades régias (...)

fazer abortar algum plano subversivo da ordem pública, mas também para evitar que se levem a efeito tentativas que ameacem as instituições liberais e a dinastia reinante.

É certo que o miguelismo não dispõe de elementos com que possa levar por diante quaisquer loucos projectos que porventura conceba; mas em todo o caso é conveniente que não nos encontre desprevenidos e que, confiando na nossa boa fé, na tolerância que com ele havemos tido se atreva a obrar.

Devo portanto chamar a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> sobre um tão importante assunto, para que empregando toda a vigilância sobre os indivíduos reconhecidamente affectos ao antigo regime procure saber os seus planos e projectos, quem neles toma parte, se os favorece, por modo que se habilite e proceda energicamente quando as circunstâncias o demandem.

Neste serviço (...) é preciso que se use da maior prudência e reserva quanto a suspeitas e desconfianças (...). A vigilância deve ser exercida por V. Ex.<sup>a</sup> e auxiliado por pessoas reconhecidamente affectas aos princípios liberais ou que por sua privada honradez e probidade lhe inspirem inteira e completa confiança. Deverá dar-me conta de tudo o que for sabendo, por meio de officios confidentiais, indicando-me com possível brevidade os nomes dos indivíduos residentes nesse concelho que tem manifestado ultimamente, por qualquer modo, ideias favoráveis ao miguelismo ou que são reconhecidamente considerados como affectos aos seus princípios, designando-me muito especialmente aqueles que por sua posição social, influência e meios de que dispõem devam ser considerados como aptos e capazes de promoverem, dirigirem ou auxiliarem qualquer movimento popular no sentido indicado.

Em geral é o clero quem mais favorece o absolutismo, leva-o para aí a falsa ideia de que o partido liberal é inimigo da religião, quando é certo que os diferentes ministérios que se tem sucedido no país desde o restabelecimento do governo institucional tem por todos os modos e maneiras manifestado sempre a sua sincera adesão à religião católica romana que a carta constitucional reconhece como religião do estado. É preciso vigiar muito o clero paroquial e dar-me conta de quais os párocos que a opinião pública considera como mais ardentes partidários do miguelismo.

De V. Ex.<sup>a</sup>, cuja lealdade me é conhecida, confio eu que empregará todos os esforços e diligências para corresponder à confiança que me merece e que me dará novas provas do seu zelo e actividade no desempenho de quanto por este officio lhe recomendo”<sup>53</sup>.

As desordens instigadas pelos miguelistas estão patentes neste telegrama enviado ao Governador Civil de Vila Real: “No domingo à noite alguns indivíduos desta cidade resolveram festejar o levantamento do circo de Bilbau, percorrendo as ruas com música, lançando foguetes. Alguns mal intencionados, não sei se instigados pelo partido miguelista ou se embriagados (...) deram vivas a D. Carlos e a D. Miguel pelo que foram presos imediatamente 3 dos desordeiros que já se achavam entregues ao poder judicial. Completo sossego, não obstante pretenderem explorar estes incidentes alguns candidatos a depu-

*tados despeitados (...). Consta que nessa vila houveram manifestações miguelistas, diga-me V. Ex.<sup>a</sup> se isso é verdade*<sup>54</sup>.

Ao administrador de Zamora informa-se sobre prófugos ao recrutamento para o exército espanhol e o Governador Civil de Bragança manifesta total solidariedade e cooperação nesta matéria: *“Da cópia inclusa, extraída autenticamente da ordem que nesta data acabo de transmitir aos administradores dos concelhos limítrofes a Espanha verá V. Ex.<sup>a</sup> que tomei a resolução para obstar a que continuem os inconvenientes por V. Ex.<sup>a</sup> indicados de serem tomados neste país e no distrito administrativo a meu cargo prófugos ao recrutamento do exército espanhol.*

*Sei quanto nos devemos de mútuo auxílio e leal cooperação na difícil conjuntura por que está passando a Nação espanhola, tão digna de melhor sorte e conte V. Ex.<sup>a</sup> que na justa medida das faculdades que me concedem as leis deste país hei-de prestar-lhe a mais leal cooperação em tudo o que de mim dependa*<sup>55</sup>.

Guardar a nossa fronteira para evitar o fornecimento de material que atearia a guerra civil em Espanha era um dos objectivos a cumprir com solidariedade entre autoridades variadas, onde constam também os destacamentos militares, como é o caso da Subdivisão de Chaves, a quem o Governador Civil, Tomás Ribeiro, transmite as *“medidas que se devem empregar para guardar a nossa fronteira, para nas povoações portuguesas se não formarem guerrilhas que procurem atear em Espanha a guerra civil. (...) Para que não consintam nas povoações de fronteira indivíduos espanhóis emigrados, ou que sejam suspeitos de pertencer ao carlismo e que com relação a estes e mesmo contra quaisquer portugueses que os auxiliarem ou coadjuvarem, se proceda com todo o rigor, mandando apresentar aqui em custódia aqueles e entregando estes aos tribunais.*

*É preciso que os administradores de concelho sejam auxiliados eficazmente pelos destacamentos que guarnecem a fronteira, que os comandantes obrem neste sentido e de acordo com aqueles magistrados, percorram as povoações que lhes forem indicadas por forma que por todos os meios seja exercida a mais activa fiscalização*<sup>56</sup>.

No concelho de Freixo, fizeram-se várias buscas e diligências frustadas, para capturar o cabecilha espanhol Munõz, que se acoitava nesta zona, atendendo ao facto de permanecer pouco tempo no mesmo local. O Governador Civil apela ao Administrador do concelho de Freixo, oferecem-se gratificações para quem descobrir e capturar o suspeito, colocando ao dispor uma força militar auxiliar: *“Recomendo mais uma vez a V. Ex.<sup>a</sup> o emprego de todos os esforços para realizar esta captura (...) e se tanto for necessário entrar nos noutros concelhos do distrito, onde o mencionado Munõz possa acoitar-se.*

*Neste sentido vou fazer já as competentes comunicações aos administradores dos concelhos de Moncorvo, Carrazeda, Vila Flor, Mogadouro e Miranda, devendo V. Ex.<sup>a</sup> também no caso de descobrir o paradeiro daquele chefe comunicá-lo, por escrito, ao respectivo administrador, na certeza de que*



*será satisfeita por este governo civil toda a despesa que V. Ex.<sup>a</sup> fizer neste serviço. Lembro ainda a V. Ex.<sup>a</sup>, que se lhe parecer conveniente oferecer alguma gratificação a indivíduos da sua confiança que se encarreguem de descobrir e capturar o referido Muñoz, pode tentar este meio que eu mandarei satisfazer prontamente. A força militar permanecerá nessa vila ou em outro ponto do concelho, enquanto julgar necessária a sua presença, mas não retira sem ordem minha. (...) Confio que não se poupará a esforços nem fadigas para realizar a captura a que se alude”<sup>57</sup>.*

No mesmo sentido, é dirigida uma carta aos Administradores dos concelhos do Distrito, a quem se pede, confidencialmente e com urgência, a captura de outro chefe carlista:

*“Empregue e faça empregar pelos seus subordinados as mais activas e incessantes diligências, para conseguir a captura do chefe carlista Lozano e de mais cinco denominados oficiais que o acompanham que, depois da completa derrota da guerrilha por eles dirigida procuram refugiar-se neste reino para fugirem à activa perseguição das autoridades de Espanha. O nosso Governo tem o mais decidido empenho no bom resultado desta diligência, muito recomendada pelo de Espanha. Previno V. Ex.<sup>a</sup> que os fugitivos se apresentam com cédula e selo da Vila Nueva de los Infantes. Se se verificar a captura (...) deve ter o maior cuidado em os fazer guardar, com toda a segurança, remetendo-os debaixo de prisão e bem vigiados para esta cidade”<sup>58</sup>.*

Ao Governador Civil da Guarda solicita-se apoio na captura do referido salteador espanhol, fornecem-se as características físicas do mesmo, o nome da quinta do Douro onde se refugia, bem como o tipo de pessoas que deveriam ser inquiridas sobre o paradeiro deste indivíduo:

*“O salteador Narciso Muñoz esteve em Freixo e pôde escapar-se às diligências que necessariamente se empregaram para a sua captura. Consta-me agora por informações, que tenho por verdadeiras, que é provável se oculte em algumas das quintas do Douro e especialmente nas das Figueiras, onde já trabalhou alguns anos. Como aquela quinta pertence ao distrito ao digno cargo de V. Ex.<sup>a</sup> permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que eu lhe faça algumas indicações, tendentes a que as diligências que vai empregar para a captura daquele malvado não sejam infrutíferas – indicações que também me foram feitas pelo indivíduo que me deu os primeiros indícios acerca da formação da quadrilha de que Muñoz era chefe, que tantos crimes cometeu nas proximidades de Ciudad Rodrigo.*

*Não devem pedir-se informações aos feitores ou empreiteiros da quinta, porque o malvado seria avisado e nada se conseguiria. Será conveniente encarregar a diligência ao administrador da quinta, por intervenção do dono dela, o digno par do reino Francisco José da Silva Torres, recomendando-lhe o maior segredo para com os empreiteiros e jornaleiros, e que o próprio administrador – em pessoa – averigue se com efeito o homem lá está, serviço aliás muito simples porque se reduz a percorrer uma vez as ranchadas.*

*É fácil descobri-lo entre milhares de pessoas 1<sup>o</sup> – porque não é galego, é espanhol e os espanhóis são raros, como sabe V. Ex.<sup>a</sup> nos serviços vinhateiros*

do nosso país; 2º – porque tem uma cicatriz no rosto, tão acentuada, que o denuncia a grande distância.

*Seria conveniente que nas outras quintas do Douro, pertencentes a esse distrito, se fizessem idênticas diligências e pelo que respeita às do distrito de Vila Real oficiem ao respectivo Governador Civil*<sup>59</sup>.

Confidenciais e urgentes eram também as cartas em que se ordenava o reposicionamento de efectivos militares, ou reforço dos mesmos. Por exemplo, em 21 de Setembro de 1874 providenciava-se para que o general comandante da referida subdivisão militar fizesse marchar uma força auxiliar de 30 baionetas e 12 cavalos do destacamento de Miranda para Mogadouro, para o desempenho de uma “*comissão de serviço público*”. Solicitava-se a organização do aquartelamento e ração de feno para os cavalos.

Sobre os concelhos fronteiriços de Vimioso, Miranda do Douro, Mogadouro e Freixo de Espada à Cinta incidiam, primordialmente, as atenções das autoridades, evitando que a partir destas zonas se fomentasse a guerra civil nas Províncias de Zamora e Salamanca. Os procedimentos, para a o direito de permanência, vigilância e fiscalização de espanhóis na fronteira, eram enviados aos administradores dos concelhos, bem como uma relação de outras autoridades auxiliares (destacamentos militares, empregados fiscais, directores e empregados das alfândegas locais, regedores de paróquias de fronteira) e do tipo de apoio que cada uma poderia prestar neste objectivo comum, sob pena de penalizações.

O carácter supranacional desta matéria conduzia à apresentação de algumas opiniões correntes em Espanha que em nada abonavam em favor da vigilância activa da nossa fronteira e do exercício dos deveres dos nossos funcionários públicos.

Apesar de tudo, defendiam-se os princípios da solidariedade e relacionamento amigável com a vizinha Espanha, de que alguns tratados eram prova evidente, bem como a necessidade de demonstrar, na prática, a implementação destes princípios e a demonstração dos seus resultados, onde as tentativas revolucionárias deveriam ser combatidas, em ambos os lados da fronteira, servindo, simultaneamente os dois governos vigentes. A carta do Governador Civil, Carvalho e Melo, que se segue, constitui, sobre este assunto, um testemunho lapidar:

*“É tal o empenho do Governo em manter com o governo do país vizinho as melhores relações de amizade e não menos de obstar a que tanto num como noutro país se empreguem e se favoreçam ideias opostas ao regimen actual que, apesar das ordens repetidas que tem transmitido, ainda agora acaba de se chamar a minha atenção sobre a necessidade que todos temos de empenhar-nos com todos os nossos esforços e faculdades para resguardar a nossa fronteira dos conspiradores e revolucionários carlistas que, agora mais do que nunca, tratam de reunir forças e de apurar recursos para mais fazer atear o fogo da guerra civil que tem assolado a Espanha.*

*No conceito das autoridades espanholas há nas nossas povoações do norte muita gente suspeita a proteger a causa carlista, chegando-se a afirmar que em muitas terras alguns funcionários públicos dão grande ajuda e protecção*

àquele movimento, de combinação com os partidos do governo absoluto de Portugal. Não creio que haja funcionários públicos neste país tão esquecidos dos seus juramentos e da sua dignidade que se prestem a auxiliar uma causa tão oposta às ideias da civilização e das instituições liberais porque nos rege-mos. Não é, porém, para estranhar que se forme opinião desfavorável dalguns deles, desde que na nossa fronteira tem ocorrido e estão ocorrendo factos que justificariam as acusações feitas, se elas não tivessem explicação, como penso que têm na inércia e falta de energia de alguns empregados os quais tem o dever de ser vigilantes e discretos. (...) É mister desenvolver a maior actividade em perseguir os revoltosos e os que lhes prestam auxílio.

Para isto se conseguir vou recomendar V. Ex.<sup>a</sup> além do exacto e fiel cumprimento das ordens que ultimamente lhe tem sido expedidas a este respeito, nomeadamente nos ofícios N.º 276 e 315 de 10 e 28 de Julho findo, faça comparecer imediatamente todos os regedores da fronteira e lhes determine positiva e terminantemente que não permitam que na área de suas paróquias residam espanhóis emigrados ou mesmo não o sendo que nelas se conservem e que sejam reconhecidos e se reconheça que nenhum negócio ou interesse ali os retém. Faça-lhes V. Ex.<sup>a</sup> sentir que todos os espanhóis naquelas circunstâncias devem ser mandadas apresentar nas administrações e (...) apresentarem documentos comprovativos da sua identidade e os motivos porque vieram a Portugal, resolver mandatos para esta cidade, convenientemente custodiados ou fazê-los voltar para Espanha, se eles assim o quiserem, mas verificando se eles saem efectivamente do nosso território. Não basta a vigilância sobre os espanhóis é necessário que se exerça também e em tamanha ou maior escala sobre os nacionais que, sendo reconhecidamente partidários do miguelismo, prestem por qualquer meio ou maneira auxílio e favor aos carlistas espanhóis, mantenham com eles relações ou que procurem aliciar portugueses para fazerem guerrilhas e juntamente com espanhóis vão atear a guerra civil em Espanha.

Nos destacamentos que guarnecem a fronteira desde Vinhais até Miranda do Douro e nos guardas e empregados da fiscalização externa das alfândegas encontrará auxiliares que poderá empregar da maneira que julgar mais conveniente. Pelos empregados fiscais poderá saber tudo o que ocorrer nas frentes que eles ocupam e percorrem, para cujo fim se lhes vão dar as necessárias ordens pelos directores das alfândegas; pela força armada pode fazer vigiar e marcar qualquer ponto da fronteira que lhe pareça mais apropriado para se prepararem quaisquer tramas carlo-miguelistas e neste sentido vão os respectivos comandantes receber instruções.

Direi ainda a V. Ex.<sup>a</sup> a fim como estou disposto a louvar e a recomendar ao Governo os serviços importantes que prestem os meus subordinados, também e sem hesitar proporei a substituição de qualquer dos empregados dependentes deste governo civil que eu reconhecer menos zeloso no cumprimento de tudo quanto lhe seja recomendado (...). Diariamente dará V. Ex.<sup>a</sup> uma parte, relatando tudo quanto chegar ao seu conhecimento sobre este importante assunto”<sup>60</sup>.

Sobre as medidas tomadas para a vigilância e fiscalização da fronteira luso-espanhola em terras transmontanas, dos espanhóis e portugueses suspeitos que aqui circulavam ou permaneciam, era dado, com muita frequência, pelo Governador Civil, conhecimento ao Ministério do Reino, que constituía o principal interlocutor junto do Governo, dando igualmente resposta a ofícios enviados por este organismo central, solicitando este tipo de informações:

*“Transmiti aos administradores de concelho deste distrito, limítrofes ao reino vizinho as mais terminantes ordens para vigiarem as povoações da fronteira e fiscalizarem (...) espanhóis e portugueses suspeitos de favorecer qualquer causa do carlismo em Espanha e organizar de mútuo acordo a do miguelismo em Portugal, tratando e desenvolvendo nas comunicações que a tais dirigi os preceitos e recomendações que me foram transmitidas.*

*Igualmente oficiei aos Directores das Alfândegas de Bragança, Chaves e Barca D’Alva para ordenarem aos funcionários e guardas da fiscalização externa que prestassem aos Administradores dos Concelhos e aos Regedores das Paróquias de fronteira todo o auxílio que por eles lhe fosse requisitado, (...) dando-lhes conta de tudo o que ocorresse.*

*Da autoridade militar requisitei que fizesse marchar para Miranda do Douro alguma cavalaria e reforçar o destacamento de caçadores que ali está e estou tratando de colocar melhor os que actualmente existem em Vinhais e Vimioso para melhor guarnecer e guardar a fronteira (...) para desempenhar a parte que neste assumpto lhes incumbem os regulamentos militares e ordens do Exército (...). Assim, creio ter satisfeito, em toda a sua plenitude os intuitos e ordens de V. Ex.<sup>a</sup> (...) e não haverá o mais pequeno motivo para arguir as autoridades deste distrito, sobre zelo no cumprimento dos deveres, cujo empenho tanto interessa à nação vizinha como a este país.*

*(...) É meu dever informar V. Ex.<sup>a</sup> que, defrontando este Distrito com a Província espanhola de Zamora, tenho procurado manter com a respectiva autoridade as melhores relações institucionais e neste intuito tenho solicitado ao Governador Civil respectivo, mesmo particularmente, a minha intervenção para que se exerça a mais severa fiscalização sobre os espanhóis a fim de evitar que muitos prófugos ao recrutamento militar do reino vizinho se refugiassem nas povoações da fronteira ou se internassem nos concelhos deste distrito sob a aparência de se destinarem a trabalhar no campo, prontamente acudi a esta solicitação e expedi as necessárias ordens (...) fazendo-lhe saber da minha total e leal cooperação em tudo aquilo que as leis deste país e os respectivos tratados e convenções possam autorizar.*

*Segundo as informações que tenho, a causa do carlismo não pode contar com elementos de importância na Província de Zamora e nos povos confinantes e creio que estarão convencidos os seus defensores em presença do insucesso que os seus esforços para alterar a ordem e arvorar a bandeira daquela causa, repetidamente tem sofrido. Não creio por isso que os absolutistas e miguelistas deste país ou os carlistas de Espanha se combinem e cooperem para alterar a ordem e embaraçar o governo de Espanha, sobre este ponto.*

*É porém certo que em tempos fui informado que alguns indivíduos do concelho de Vinhais mantinham relações com alguns curas do reino vizinho e procuravam entender-se frequentemente e que em outros pontos deste distrito e até nesta cidade existiam comissões encarregadas de angariar donativos para os feridos carlistas.*

*Dei as necessárias ordens para que uns e outros fossem vigiados de perto (...), e as informações que até ao presente tenho recebido não me autorizam a proceder contra tais indivíduos com severidade, nem a solicitar qualquer medida de rigor, porque os actos por eles praticados não só não são de natureza a inspirar receios, como não caem sob as sanções das leis. Constou-me que entre os indivíduos de Vinhais, autores do carlismo em Espanha se tem feito notar o recebedor da Comarca Manuel Diogo. Procuo indagar com verdade o fundamento das afirmações que me foram feitas e o alcance e importância dos actos praticados por aquele funcionário e se me convencer que ele se torna perigoso para a ordem pública e possa comprometer as relações internacionais, solicitarei a V. Ex.<sup>a</sup> a sua transferência ou mesmo substituição, para assim se dar um exemplo de severidade contra os empregados públicos que mal compreendem os seus deveres e que a todos sirva de exemplo a demonstração de que a tolerância e a liberdade não compreende traidores e perjuros”<sup>61</sup>.*

Em suma, num período de conjuntura instável, onde agentes carlistas espanhóis e miguelistas portugueses se infiltravam no distrito, encorajando eventuais movimentos revolucionários, onde as fronteiras eram zonas sensíveis, sob a mira de olhares vigilantes, sob a atenção do Governo do Reino, porque mais permeáveis à passagem de pessoas, material bélico, correspondência ou intentos revolucionários, tudo se fazia para levar a bom porto as diligências tomadas no sentido de saber da identidade de eventuais suspeitos, dos seus trajectos, das suas actividades profissionais, da razão da sua permanência ou passagem pelo distrito, dos seus documentos legais, da sua correspondência particular, dos seus amigos e colaboradores, das suas amizades, do seu quotidiano e dos eventuais planos que architectavam. Neste filtro cerrado, não ficavam imunes ilustres cidadãos, criados, oficiais, militares, funcionários públicos, mulheres, donos de estalagens ou de casas que albergavam espanhóis e até mesmo párocos.

As autoridades não se poupavam a esforços para estabelecer redes de informação permanentes, não só dentro do distrito de Bragança, como nos distritos limítrofes, criando pontos auxiliares e de reciprocidade, em matéria de elevado interesse regional e nacional, onde se privilegiava a solidariedade e o relacionamento amigável com a vizinha Espanha.

## CONCLUSÃO

O *Livro de Correspondência Confidencial do Governo Civil de Bragança*, compreendido entre os anos de 1870-1874, apresenta-nos como pano de fundo

o período de perseguição ao carlismo espanhol, caracterizado pela instabilidade causada ao governo de Espanha e pelas repercussões sentidas no nosso país, especialmente nas regiões de fronteira, com as influências vindas do exterior, potenciadoras dos apoiantes do miguelismo e dos auxílios que, clandestinamente, poderiam ser proporcionados aos rebeldes de ambas as facções.

Da leitura e análise atenta desta fonte manuscrita, apresentam-se algumas das principais ideias:

1. Como documento institucional, toda a linguagem utilizada reveste-se de uma natureza formal e manifesta a preocupação do Governo Civil de Bragança no cumprimento e na prevenção de questões tão delicadas.
2. A forma incisiva com que certas temáticas são abordadas, as expressões e adjectivação imperativas, como: “*gravíssimo assunto*”, “*matéria de tanta gravidade*”, “*constante vigilância sobre tão momentoso assunto*”, “*melindroso assunto*”, “*gravíssimo dever*”, “*maior vigilância para descobrir os planos dos inimigos da ordem pública na península*”, “*importante assunto*”, “*activas diligências para investigar*”, “*descobrir e malograr quaisquer planos sediciosos, que por acaso se tentassem neste distrito*” comprovam o sigilo dos assuntos que a mesma correspondência retrata, acrescentando o facto de muitos dos ofícios não serem numerados e neles se encontrarem inscritas as expressões “*confidencial/reservado/urgente*”.
3. Preocupação constante em identificar, isolar, averiguar e obter informações sobre potenciais focos de rebelião na linha de fronteira e nas povoações da raia, apreensão de material de guerra, pólvora de contrabando, correspondência com conteúdos suspeitos, vigilância de espanhóis emigrados e de eventuais agitadores ou revoltosos que pretendiam reforçar o partido carlista espanhol e o miguelismo português (entendendo-se ser um pequeno grupo e pouco organizado que poderia beneficiar do apoio proporcionado pelos carlistas), desenvolvendo perante os mesmos um comportamento estratégico preventivo, defensivo, operacional, eficiente e eficaz. “*O Director do Correio desta cidade havia sido prevenido por minha ordem das desconfianças de que eu tinha de que por esta cidade vinham de Espanha e saíam para ali correspondências para muitos indivíduos suspeitos.*”

Transparece da leitura destas cartas o paralelismo entre a urgência do Governo Civil, em consonância com demais autoridades locais, em cumprir as ordens régias, a legislação vigente, combatendo a propagação de ideais revolucionários, que faziam perigar a estabilidade e a ordem pública; as providências excepcionais a tomar, no terreno, quanto a esta matéria, desenvolver atitudes de alerta e vigilância; os poucos resultados obtidos em várias diligências; com uma “discreta satisfação” ou alívio pelo facto de não se encontrarem situações que, pela quantidade e gravidade, fizessem perigar a “imagem pública” que estas autoridades deve-

riam manter intacta, tanto no sentido da prevenção destes casos, na neutralização de suspeitos e no cumprimento de todas as diligências regulamentares, solidificando a concepção de uma zona de fronteira, potencialmente perigosa, mas sob controle estratégico total.

4. Estabelecimento de uma rede cooperante de informações, conseguida através da conjugação e articulação dos serviços prestados por várias autoridades: governos civis e seus funcionários, alfândegas locais e respectivos empregados de fiscalização, correios, administradores de concelhos (especialmente os de fronteira), regedores de paróquias, destacamentos militares, magistrados do poder judicial, autoridades centrais (nomeadamente com o Ministério do Reino), autoridades espanholas vizinhas, no sentido de actualização de informações, vigilância de indivíduos portugueses e espanhóis suspeitos, material bélico, documentos e produtos que circulavam clandestinamente e sob a forma de contrabando. Podemos ler cartas, com a mesma data, sobre o mesmo assunto, dirigidas a diferentes organismos e muitas vezes repetitivas nos conteúdos, onde os governadores afirmam dedicar *“a mais activa e constante atenção a este importante serviço, do qual não levantarei mão e que serei rigoroso com as autoridades locais no cumprimento das ordens que lhe tenho transmitido”*.
5. Concessão de regalias, cobertura de despesas e poderes especiais às autoridades locais, para melhor exercício da vigilância da fronteira luso-espanhola na zona de Trás-os-Montes. *“Será satisfeita por este Governo Civil toda a despesa que V. Ex.<sup>a</sup> fizer neste serviço. Lembro ainda a V. Ex.<sup>a</sup>, que se lhe parecer conveniente oferecer alguma gratificação a indivíduos da sua confiança que se encarreguem de descobrir e capturar os suspeitos pode tentar este meio que eu mandarei satisfazer prontamente”*.  
A correspondência menciona ainda os procedimentos legais a adoptar para buscas a residências, captura de suspeitos e apreensão de objectos, onde se destacam elaboração de autos, interrogatórios, escoltas, encaminhamento para o poder judicial e para o Governo Civil. São também dadas indicações sobre a postura a adoptar, na vigilância de suspeitos, nestes casos reservados e confidenciais e da forma como as mensagens deveriam chegar ao Governador Civil. Em muitos casos são indicadas penalizações para quem revele desleixo, incúria, negligência e falta de cumprimento das ordens emanadas sobre a rigorosa vigilância de tudo o que se relacionava com este assunto de interesse capital para a região, o país e o governo da vizinha Espanha. *“O Ministério do Reino (...) está resolvido a castigar as autoridades locais que forem omissas ou negligentes no desempenho deste gravíssimo dever”*.
6. Defesa dos princípios da ordem, tranquilidade, segurança públicas e do bom exercício da prática governativa de ambos os países, que a proximidade geográfica, os tratados e as relações de amizade fomentavam, conduzindo a obstar *“planos ou maquinações dos inimigos das dinastias e das instituições liberaes que governam e regem os dois reinos da Península”*.

## FONTES DOCUMENTAIS

*Livro de Correspondência da Administração Geral do Distrito de Bragança*, N.º 26, Confidencial, Caixa 8, 162, Maço 33, Anos 1870-1874, Fundo Documental do Governo Civil de Bragança, no Arquivo Distrital de Bragança.

*Collecção de Leis e Outros Documentos Officiais Publicados no Anno de 1839, Nona Série.*

*Collecção Official da Legislação Portuguesa, Legislação de 1842 em diante.*

*Collecção Official da Legislação Portuguesa, Legislação de 1843 em diante.*

## NOTAS

- <sup>1</sup> *Livro de Correspondência da Administração Geral do Distrito de Bragança*, N.º 26, Confidencial, ofício confidencial, dirigido ao Governador Civil de Zamora, 9 de Março, s/n, 1870, pp. 7 a 7 verso.
- <sup>2</sup> *Ibidem.*
- <sup>3</sup> *Ibidem.*
- <sup>4</sup> *Ibidem.*
- <sup>5</sup> *Ibidem*, ofício confidencial para o Administrador de Miranda do Douro, 9 de Março, s/n, 1870, pp. 8 a 8 verso.
- <sup>6</sup> *Ibidem.*
- <sup>7</sup> *Ibidem*, ofício N.º 66, confidencial dirigido ao Ministério do Reino, 16 de Março de 1870, pp. 9 a 11 verso.
- <sup>8</sup> *Ibidem.*
- <sup>9</sup> *Ibidem.*
- <sup>10</sup> *Ibidem*, ofício N.º 254, confidencial, dirigido aos Administradores de fronteira, 24 de Outubro de 1870, pp. 27 e 27 verso.
- <sup>11</sup> *Collecção de Leis e Outros Documentos Officiais Publicados no Anno de 1839, Nona Série*, Portaria do Ministério do Reino, de 20 Setembro de 1839, publicada no *Diário do Governo* N.º 224 de 21 de Setembro, pp. 374-375.
- <sup>12</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa, Legislação de 1842 em diante*, Decreto do Ministério da Guerra, de 22 Julho de 1842, publicada no *Diário do Governo* N.º 182 de 4 de Agosto, p. 281.
- <sup>13</sup> *Ibidem, Legislação de 1843 em diante*, Portaria de 15 de Dezembro de 1843, publicada no *Diário do Governo* de 18 de Dezembro, pp. 297-298.
- <sup>14</sup> *Livro de Correspondência da Administração Geral do Distrito de Bragança*, N.º 26, Confidencial, ofício N.º 328, confidencial e urgente, dirigido às Alfândegas de Barca d'Alva, Bragança e Chaves, 16 de Março de 1870, pp. 11-11 verso.
- <sup>15</sup> *Ibidem.*
- <sup>16</sup> *Ibidem.*
- <sup>17</sup> *Ibidem*, ofício s/n, dirigido ao Administrador do Concelho de Bragança, 8 de Março de 1870, pp. 6 verso e 7.
- <sup>18</sup> *Ibidem*, ofício N.º 66, confidencial, dirigido ao Ministério do Reino, 16 de Março de 1870, pp. 9 a 11 verso.
- <sup>19</sup> *Ibidem.*
- <sup>20</sup> *Ibidem*, ofício N.º 69, confidencial, dirigido ao Ministério do Reino, 19 de Março de 1870, pp. 15 a 17.
- <sup>21</sup> *Ibidem*, telegrama, urgente e confidencial, dirigido ao Governador Civil de Vila Real, 14 de Outubro de 1870, p. 24.
- <sup>22</sup> *Ibidem*, ofício s/n, dirigido ao Director do Correio de Bragança, 15 de Outubro de 1870, pp. 24 a 24 verso.



- <sup>23</sup> *Ibidem*, ofício confidencial e urgente, s/n, dirigido ao Administrador do Concelho de Bragança, em 21 de outubro de 1870, p. 26 verso.
- <sup>24</sup> *Ibidem*, ofício confidencial, dirigido ao Administrador de Miranda do Douro, 9 de Março, 1870, pp. 8 a 8 verso.
- <sup>25</sup> *Ibidem*, ofício s/n, dirigido ao Administrador do Concelho de Bragança, 8 de Março de 1870, pp. 6 a 6 verso.
- <sup>26</sup> *Ibidem*, ofício s/n, confidencial e urgente, dirigido aos Administradores de Mogadouro, Freixo e Vimioso, 9 de Março de 1870, pp. 8 a 8 verso.
- <sup>27</sup> *Ibidem*.
- <sup>28</sup> *Ibidem*, ofício N.º 329, confidencial e urgente, dirigido ao Comandante do Batalhão de Caçadores N.º 3, 17 de Março de 1870, pp. 12 verso a 13 verso.
- <sup>29</sup> *Ibidem*.
- <sup>30</sup> *Ibidem*, ofício N.º 330, confidencial e urgente, dirigido aos Administradores de Vinhais, Freixo, Bragança, Mogadouro, Vimioso e Miranda do Douro, 17 de Março de 1870, pp. 13 verso a 14 verso.
- <sup>31</sup> *Ibidem*, ofício N.º 419, confidencial, dirigido ao Administrador do Concelho de Mirandela, de 2 de Abril de 1870, p. 17.
- <sup>32</sup> *Ibidem*, ofício N.º 93, confidencial, dirigido ao Ministro do Reino, em 5 de Abril de 1870, p. 17 verso.
- <sup>33</sup> *Ibidem*, carta circular s/n, dirigida aos Administradores dos Concelhos de Vinhais, Bragança, Vimioso, Miranda, Mogadouro e Freixo, em 6 de Setembro de 1870, pp. 19 verso e 20.
- <sup>34</sup> *Ibidem*, ofício s/n, dirigido aos Administradores dos Concelhos de Vinhais, Bragança, Vimioso, Miranda, Mogadouro e Freixo, em 14 de Setembro de 1870, pp. 20 a 21.
- <sup>35</sup> *Ibidem*, ofício s/n, dirigido ao Ministério do Reino, em 14 de Setembro de 1870, pp. 21 a 21 verso.
- <sup>36</sup> *Ibidem*, telegrama confidencial, dirigido ao Governador Civil de Braga, em 10 de Outubro de 1870, p. 21 verso.
- <sup>37</sup> *Ibidem*, telegrama confidencial, dirigido ao Governador Civil de Braga, em 10 de Outubro de 1870, p. 22.
- <sup>38</sup> *Ibidem*, circular N.º 31, confidencial e reservado aos Administradores do Concelhos, 10 de Outubro de 1870, pp. 22 a 22 verso.
- <sup>39</sup> *Ibidem*, ofício N.º 262, confidencial e reservado, dirigido ao Ministério do Reino, em 12 de Outubro de 1870, pp. 23 a 23 verso.
- <sup>40</sup> *Ibidem*, ofício N.º 268, dirigido ao Ministério do Reino, em 17 de Outubro de 1870, pp. 24 verso e 25.
- <sup>41</sup> *Ibidem*, ofício s/n, dirigido ao Administrador do Concelho de Bragança, em 21 de Outubro de 1870, pp. 25 verso a 26.
- <sup>42</sup> *Ibidem*, ofício Circular N.º 38, dirigido aos Administradores dos Concelhos, em 22 de Outubro de 1870, p. 27.
- <sup>43</sup> *Ibidem*, ofício N.º 39, urgente e confidencial, dirigido aos Administradores de Fronteira, em 24 de Outubro de 1870, pp. 27 verso e 28.
- <sup>44</sup> *Ibidem*, ofício N.º 279, confidencial, dirigido ao Comissário Geral da Polícia do Porto, em 25 de Outubro de 1870, pp. 28 e 28 verso.
- <sup>45</sup> *Ibidem*, ofício N.º 282, confidencial, dirigido ao Ministério do Reino, em 28 de Outubro de 1870, pp. 29 e 29 verso.
- <sup>46</sup> *Ibidem*, ofício s/n, dirigido ao Administrador do Concelho de Bragança, em 10 de Junho de 1871, p. 32 verso.
- <sup>47</sup> *Ibidem*, ofício N.º 105, dirigido ao Ministério do Reino, em 21 de Junho de 1871, p. 33
- <sup>48</sup> *Ibidem*, ofício s/n, dirigido ao General da Subdivisão Militar de Chaves, em 21 de Março de 1873, p. 37 verso.
- <sup>49</sup> *Ibidem*, ofício confidencial s/n, dirigido ao Administrador do Concelho de Miranda do Douro, em 28 Março de 1873, p. 38.

- <sup>50</sup> *Ibidem*, ofício confidencial s/n, dirigido ao Administrador do Concelho de Vimioso, em 28 de Março de 1873, pp. 38 e 38 verso.
- <sup>51</sup> *Ibidem*, ofício confidencial s/n, dirigido ao Administrador do Concelho de Miranda do Douro, em 28 de Abril de 1873, pp. 38 verso a 40.
- <sup>52</sup> *Ibidem*, ofício confidencial s/n, dirigido ao Administrador do Concelho de Vimioso, em 28 de Abril de 1873, p. 40.
- <sup>53</sup> *Ibidem*, circular N.º 17, confidencial e reservada, dirigida aos Administradores, em 13 de Abril de 1874, pp. 51 verso a 53.
- <sup>54</sup> *Ibidem*, telegrama, dirigido ao Governador Civil de Vila Real, em 5 de Maio de 1874, pp. 53 a 53 verso.
- <sup>55</sup> *Ibidem*, ofício s/n, dirigido ao Governador Civil de Zamora, em 10 de Junho de 1874, pp. 54 verso a 55.
- <sup>56</sup> *Ibidem*, ofício s/n, dirigido ao General da Subdivisão de Chaves, em 3 de Agosto de 1874, pp. 56 a 56 verso.
- <sup>57</sup> *Ibidem*, ofício s/n, dirigido ao Administrador do Concelho de Freixo, em 16 de Outubro de 1874, p. 66.
- <sup>58</sup> *Ibidem*, ofício s/n, dirigido aos Administradores de Concelho, em 2 de Novembro de 1874, p. 66 verso.
- <sup>59</sup> *Ibidem*, ofício s/n, dirigido ao Governador Civil da Guarda, em 6 de Novembro de 1874, p. 67 a 67 verso.
- <sup>60</sup> *Ibidem*, ofício s/n, dirigido ao Administradores de Concelho, em 3 de Agosto de 1874, pp. 56 verso a 57 verso.
- <sup>61</sup> *Ibidem*, ofício s/n, dirigido ao Ministério do Reino, em 3 de Agosto de 1874, pp. 57 verso a 59.



# NOTAS SOBRE LA NAVEGACIÓN DEL RIO DUERO, 1820-1880\*

*Ricardo Robledo*

*Para Ángel Cabo  
que sabe de paisajes y de historia.*

Mi intervención se dedicará a exponer los orígenes de la navegabilidad del Duero recogiendo informaciones muy dispersas que permitan hilvanar un relato, necesariamente descriptivo como corresponde a una primera aproximación. Antes, haré una introducción que permita situar la evolución en el uso de los recursos del agua, comprobando una vez más que no existe cultura fuera de la historia. La ruta histórica del Duero, como la de cualquier otro río, es el resultado del enfrentamiento del hombre con la naturaleza para corregir la irregularidad del curso fluvial o para servirse de su energía<sup>1</sup>. El aspecto de la irregularidad es tan llamativo que el Duero es capaz de tener estiajes de dos metros por segundo a su paso por Toro y, luego, de 10.000 m<sup>3</sup> en el tramo internacional. De este modo, no es raro que coincidieran en el pasado años de rogativas para impetrar las lluvias y otros para que cesaran.

Pues bien, ese enfrentamiento del hombre para dominar la irregularidad y la escasez ha tenido varias etapas a lo largo de la historia que paso a exponer someramente siguiendo fielmente la clasificación efectuada por el profesor A. Cabo. En la primera y más amplia se trató de conseguir el abastecimiento directo de personas y ganados, pero también de aplicar la energía de las corrientes a elementales instalaciones fabriles. Numerosos molinos y batanes, muchos de ellos hoy arruinados, son testimonio de este aprovechamiento. De esta etapa, que va de la Edad Media hasta bien entrado el siglo XIX, disponemos de bastantes edificios de carácter laico y, sobre todo, religioso que buscaron con su emplazamiento abastecerse de agua o de pescado (tal era el cometido de las pesqueras) y así cumplir con los deberes de la abstinencia de aquella época.

A medida que aumentaba la producción y los excedentes comercializables, era preciso buscar salida para los granos fuera de la comarca con el inconveniente de unos transportes terrestres que encarecían sobremanera el precio del grano; suele estimarse que su precio se duplicaba cuando se recorrían unos 400 kilómetros de distancia (S. Madrazo). Las economías europeas trataron de solventar este escollo mejorando la construcción de las carreteras y, sobre todo, con la navegabilidad de los ríos; los canales, en efecto, proporcionaron un sistema de transporte seguro, de gran capacidad y de bajo coste. Gracias a los

canales, Inglaterra, pudo transportar mercancías voluminosas como el carbón para atender la demanda de los núcleos urbanos.

Ahora bien, ni las características de nuestros ríos ni las del crecimiento económico eran comparables a las de la economía británica. Aún así, no faltaron proyectos tempranos de navegabilidad. Cuando Portugal se incorporó a la Corona de Castilla ya se creyó que Oporto podría convertirse en puerto de salida directa al mar a lo largo del Duero, pero fue sobre todo en el siglo XVIII cuando los ilustrados idearon unos ambiciosos proyectos de caminos y canales que quedaron muchas veces en eso, en proyectos, como no podía ser menos con la interconexión de los ríos Duero y Tajo por medio del Henares y aquél, con el Ebro “por medio de algunos ríos menores de la Rioja”<sup>2</sup>. Sin embargo, cuando no se caía en “la errónea percepción de las características geográficas del territorio”, pudo cobrar impulso en la segunda mitad del siglo XVIII la construcción de una red de canales navegables en nuestra región como fue el Canal de Campos y Canal del Norte<sup>3</sup>. Por estas fechas se iba perfilando ya la hegemonía de Santander como *puerto artificial* de Castilla frente al *puerto natural* de Oporto. No obstante, como veremos más adelante, el Duero se convirtió por unas décadas en salida para los excedentes agrarios de las comarcas más próximas. Una tercera etapa tiene lugar cuando el río decae como medio de transporte y se potencia entonces su uso como medio de riego; el regadío aparece entonces como la panacea para regenerar la economía española. Así nacieron embalses y presas que jalonan el Esla, el Carrión, el Adaja y tantos otros ríos de la Cuenca del Duero.

Finalmente, una cuarta etapa es la de la explotación integral del Duero, lo que no hace más que acentuar la escasez de sus recursos. El río Duero es en esta etapa contemporánea fuente para abastecer de agua a núcleos populosos, fuente energética, que tuvo en la construcción de los Saltos del Duero su episodio más significativo, y, sin dejar de ser útil para el riego, el río sirve también como lugar de ocio (deportes náuticos, turismo...). Ahora bien, esta nueva utilización del río Duero como aprovechamiento del ocio se sustenta en unas infraestructuras que nacieron en lo que hemos denominado segunda etapa, cuando el río era fundamentalmente un medio de transporte; el canal de Castilla que sirvió en su día para articular el mercado nacional produciendo y dando salida a las harinas castellanas por el puerto de Santander, ha querido utilizarse, no siempre con éxito, como ruta turística. Algo parecido ocurre con la explotación que se está haciendo de Vega Terrón, allí donde confluyen el río Águeda con el Duero y desde donde en el siglo pasado salían las barcazas cargadas de trigo o de mantas de lana. ¿Cuándo se empezó a regularizar un tráfico que de modo más o menos clandestino debió existir siempre en la “Raya húmeda”, esa frontera que el río establece durante 116 kilómetros?

Después de siglos de desencuentro y de recelo mutuos, el Duero se convirtió a principios del siglo pasado en lazo de unión de ambas naciones; de hecho, antes de la llegada del ferrocarril, era uno de los pocos medios de comunicación que enlazasen con Portugal, pues hasta bien entrado el siglo XIX sólo se

disponía de una carretera que uniera Portugal (el Norte) con España<sup>4</sup>. Una vez superados los efectos de la guerra de la Independencia, cuando se volvió a recuperar la normalidad económica y política (el Congreso de Viena contempló la circulación de personas y mercancías en los ríos de los países miembros), coincidieron en varias provincias castellanas unas buenas cosechas que, junto a otras circunstancias de índole internacional, deprimieron los precios del cereal a partir de 1815-17. Ante esta situación, hubo que solicitar al Consejo de Castilla<sup>5</sup> permiso para la extracción de granos en dirección a Portugal con el fin de detener el envilecimiento de los precios provocado por la crisis agraria en Europa después de las guerras napoleónicas.

El estímulo de los bajos precios para un país deficitario en granos como era Portugal explica que en los años 1818 y 1819 empezaran a llegar a la Fregeneda barcos de porte de mil a tres mil fanegas para cargar trigo, juntándose alguna vez más de treinta embarcaciones, que navegaban desde noviembre hasta mayo, “todas de un palo con vela y remo, o como en los canales, ayudados del tiro de una caballería con maroma”<sup>6</sup>. El principal impulso vino, pues, de parte de la demanda, de Portugal, luego completado por parte española cuando llegaron al poder los liberales en 1820. La reciente investigación de Irene Castells proporciona un excelente marco político para entender cómo la ideología nacionalista vintista no abandonó del todo la posible unión con España, y en consecuencia se favoreciese, por unas y otras autoridades, los proyectos de navegación del Duero<sup>7</sup>. Al año siguiente, la Diputación de Salamanca solicitó que se habilitase la navegación del Duero “para dar salida a los inmensos frutos...”. Aunque se mandó que una comisión facultativa de caminos y canales efectuara un reconocimiento del Duero, desde La Hinojosa hasta Oporto, había tal prisa para “la extracción inmediata de granos” que el mismo Jefe político de Salamanca con algunos diputados se encargaron de hacer el reconocimiento del Duero confirmando su navegabilidad desde Oporto hasta La Hinojosa y que no había obstáculo alguno insuperable salvo en el caso de subir más allá de Fermoselle.

Después de esta exploración y de la recogida de diversas informaciones se encargó al representante de Lisboa promover con aquel gobierno la navegación del Duero, proyecto que se vio retrasado por las luchas políticas en que se vieron envueltos ambos países. Pese a todo, en 1829 se firmó el Tratado para la libre navegación del Tajo que se había hecho extensible al Duero por un artículo adicional<sup>8</sup>. El año anterior, por disposición del ministro L. López Ballesteros, se presentó en 1828 el proyecto del Arquitecto Agustín Marco que expresaba “de un modo detallado y evidente las obras necesarias para hacer efectiva esta navegación desde Aranda de Duero hasta el puerto de la Fregeneda, en la raya de Portugal, a donde llegan en la actualidad barcos procedentes de Oporto. Manifiesta ser fácil el arreglo de esta navegación desde Aranda hasta el Carrascal más debajo de Zamora, y muy difícil desde este punto hasta el embarcadero de La Fregeneda, y calcula el importe total en 28 millones de reales próximamente”<sup>9</sup>.

Si bien prolongar la navegación más allá del punto de La Fregeneda era extremadamente costoso, al menos se había ido consolidando un cierto tráfico estacional habiendo sido los portugueses los que vencieron los obstáculos en cauce y orillas para hacerlo navegable de hecho hasta La Fregeneda. Pero la regularización del tráfico estaba sometida a diversas restricciones, algunas de índole política y otras de tipo arancelario.

Parte de estas restricciones se intentaron superar a partir de 1834 cuando en ambos países se produjeron cambios políticos hacia la consolidación del liberalismo: en Portugal triunfó el radicalismo que llevó al trono a la reina María II en contra del miguelismo mientras que la causa de Isabel II salió reforzada de su enfrentamiento con el carlismo. El desarrollo de instituciones liberales se percibió por los contemporáneos como un medio para que la opinión pública favorable a los proyectos se hiciera más influyente cerca de los gobiernos, identificando la navegación del Duero como prosperidad de los pueblos frente a la “tiranía de los enemigos eternos de las luces”<sup>10</sup>. En líneas generales, los cambios institucionales de la década de los treinta tenían que potenciar, más que en el antiguo régimen, proyectos de transporte como éste en un momento en que aún continuaba el problema de los trigos sin salida. “Deseando por todos los medios posibles promover la extracción de granos de esta provincia...” así se inicia, en efecto, la presentación del escrito de “Petición sobre la Navegación del Duero” dirigido al Estamento de Procuradores el 1 de diciembre de 1834. En él se solicitaba facilitar y fomentar la navegación del Duero, *“para la extracción inmediata de los granos y caldos de Castilla, y en particular de la provincia de Salamanca, único modo de equilibrar el precio de éstos, y que no sufra por la falta de ellos o por su excesivo valor una gran parte de España en razón de las malas cosechas que ha experimentado, mientras que otra por su abundancia y falta de salida de sus frutos perece, con ruina del labrador por el ínfimo precio de los mismos”*<sup>11</sup>. Con la navegación del Duero se buscaba, pues, desarrollar la articulación del mercado interior.

El 31 de agosto de 1835 se firmó en Lisboa el Tratado por el cual se declaraba libre, sin ninguna restricción o condición especial que favorezca a los unos más que a los otros, la navegación del Duero en su extensión navegable actualmente o que en adelante lo sea. Así rezaba el artículo 1, comprometiéndose ambas partes a conservar expedita en el estado en que se hallaba la navegación del Duero, haciendo las obras necesarias al efecto, ocupándose en mejorar en cuanto fuera posible la navegación (art. 2). El Tratado, previsto para una vigencia de 25 años, buscaba incrementar los intercambios con el establecimiento de un depósito en Oporto para las mercancías españolas que llegaran por el Duero (pagando el módico derecho de los puertos francos de Oporto y Lisboa) mientras que las autoridades españolas se obligaban a declarar puerto habilitado el embarcadero que habría de construirse en La Fregeneda (art. 8 y 9)<sup>12</sup>.

Para la entrada en vigor del Tratado hacía falta un reglamento que debería haber elaborado una comisión mixta que se disolvió al año siguiente sin llevar a cabo su cometido. Da la impresión de que los recelos seculares volvieron a

hacer su aparición en los agitados años de la primera guerra carlista. En un folleto portugués de 1849 se afirma que el ejército de Espartero amenazaba al finalizar la guerra las fronteras de Portugal que hubieran sido invadidas si una oportuna reconciliación no hubiese puesto término a una guerra de capricho...<sup>13</sup>.

Al final, el Reglamento de policía y tarifa de derechos se aprobó el 23 de mayo de 1840 estableciendo tales restricciones, que más parecía un reglamento para limitar el tráfico que para potenciarlo. En efecto, por el art. 6 se limitaba la entrada y tránsito de vinagres, vinos, aguardientes y demás bebidas espirituosas procedentes de España, en espera de un acuerdo posterior; además, por el art. 7, los productos que entraran por la barra de Oporto para ser importados por el Duero estaban sometidos al pago de derechos de consumo en Portugal y de nuevo al atravesar la frontera. En tales circunstancias, la doble tributación de consumos en Portugal más el recargo arancelario hacían prohibitiva la entrada de géneros portugueses con lo que los barcos venían de vacío haciendo subir los fletes de retorno<sup>14</sup>.

Disponemos de una memoria donde se incorpora la estadística de lo poco que significaba la instalación de la Aduana de Fregeneda, un promedio de 23.400 reales al año en concepto de recaudación de 1841 a 1848, cantidad que no servía para sufragar los gastos de los empleados y demás gastos de la aduana. Este magro resultado contrasta con el establecimiento de buenos y cómodos almacenes en las inmediaciones del embarcadero, de tal suficiencia que se podían empanar en ellos 180.000 fanegas de grano. La estadística de esos años demuestra que salvo en el año de 1846 en que se llegó a 130.000 fanegas, el resto de años la exportación se mantuvo en unas cifras muy modestas de 30-40.000 fanegas, lo que venía a suponer 20 ó 30 veces menos de lo que salía por cabotaje en el puerto de Santander. Además, la importación fue insignificante.

De esta situación se hizo eco hacia 1850 la redacción del Diccionario Madoz cuando en la voz Duero apuntó, no sin perplejidad, que *“no obstante tantos trabajos y tantas superiores disposiciones a favor de una cosa de que ambas naciones habían de reportar las más positivas utilidades, estamos en el caso de decir, con admirable extrañeza, que la navegación del Duero se halla en el día lo mismo que antes de elevarse su libertad a tratado, cuando era un simple proyecto”*.

Cabe señalar sin embargo, según el *Informe* de 1855, que faltaban obras de infraestructura básicas como la finalización del camino y la construcción de un muelle en la orilla del río para facilitar los embarques. Sobre ello existían unos planos levantados en Agosto de 1843 por el eminente Ingeniero D. Juan Subercase, el cual trazó los desmontes necesarios para la colocación de las aduanas y formó el proyecto de una máquina y raíles para bajar los géneros desde la aduana al río cualquiera que fuere la altura de sus aguas. El presupuesto era poco mas de 1.000.000 de rs. y fue aprobado por la Junta de caminos en 28 de Septiembre del mismo año; y debió de pensarse en realizarlos porque se hizo la expropiación de los terrenos particulares que se necesitaban. El asunto sin



embargo quedó en tal estado y no finalizó la construcción del muelle hasta 1860, como recuerda hoy un panel publicitario en el muelle de Vega Terrón. Más eficaz y cumplidor con el Tratado de 1834 fue en este punto el Gobierno Portugués, pues levantó sus aduanas en la margen opuesta del Águeda que confluye con el Duero, “habiendo sido sus elegantes edificios principios de una población que ha crecido notablemente y que se promete llegar a ser de importancia”.

En estas circunstancias es comprensible que, mediado el siglo XIX, se volviera a escuchar la retórica de un país muriendo “víctima de su propia abundancia” por no poder dar salida a sus excedentes de cereales, como se lee en la citada memoria de M. Alonso, dedicada a un ministro, el Sr. Mon, que seguramente tomó buena nota de ella no para impulsar la navegación del Duero sino el puerto de Santander con la promoción del Ferrocarril de Alar del Rey en donde tenía intereses muy concretos<sup>15</sup>. ¿A qué se puede atribuir el escaso éxito de la navegación del Duero?

Sin duda había muchos obstáculos que limitaban el desarrollo de las relaciones transfronterizas por la vía fluvial, empezando por los mismos “estorbos físicos o derivados de la naturaleza”, pues el río se encajona salvando desniveles de más de 400 metros precisamente en el tramo internacional. Faltó, además, hasta 1860 la infraestructura previa que hiciera viable el ‘puerto’ de Vega Terrón: la construcción de la carretera de Salamanca a La Fregeneda, la del embarcadero y los edificios necesarios a la Aduana, que no estaba en el puerto sino a dos leguas, en el pueblo.

*“El transporte en tales condiciones efectuado es económico, pero se verifica con lentitud, de un modo irregular, lleno de riesgos y contrariedades. Hay, generalmente, que pagar un seguro crecido por las mercaderías que se embarquen; es frecuente verlas detenidas en el muelle por falta de barcos, y en ciertas épocas del año, precisamente en las que hay alguna demanda de medios de transporte éstos se ven obligados a detener su marcha por más o menos tiempo, para evitar los riesgos de navegar con temporales. Todo esto impide que la navegación se desarrolle por un río, en cuyo cauce desigual y tortuoso no se han construido las obras necesarias para proteger y asegurar la marcha de las embarcaciones”<sup>16</sup>.*

Pero había también obstáculos de otra índole. Siguiendo la clasificación de Jovellanos de “estorbos morales o derivados de la opinión” nos encontramos, por una parte, con la presión del grupo representante de los exportadores de vino de Oporto, teóricos defensores del librecambio cuando buscaban conseguir la disminución de los aranceles para los productos ingleses en Portugal, pero opuestos ahora a la entrada de vinos y aguardientes españoles que podían hacerle la competencia; los celos y antipatías de los responsables del *Jornal do Porto* no hicieron más que crecer en la década de 1860 al plantearse la Unión Económica de Portugal con España<sup>17</sup>. Por parte española, sin embargo, tampoco se deseaba favorecer demasiado un tráfico fluido sino tan sólo dar salida a los excedentes de cereales, sin por eso potenciar una vía que era sobra-

damente conocida como vehículo de contrabando, particularmente de tejidos de algodón<sup>18</sup>. Lo que favorecía tal contrabando era la doble imposición a que estaban sometidos los artículos que entraban por Oporto en dirección a La Fregeneda. Este asunto de la política arancelaria estuvo siempre presente como no podía ser menos en las relaciones con el país vecino poniendo en evidencia las contradicciones en que se incurría cuando por una parte se clamaba “contra los funestos resultados del librecambio” respecto a la introducción de cereales en las provincias castellanas y al mismo tiempo se pedía rebajar los derechos de entrada de los mismos productos en Portugal; tal era la difícil misión que la Diputación de Salamanca encargaría al portugués Pinto da Costa<sup>19</sup>.

Cuando se analiza el escaso éxito de la navegación del Duero resulta sorprendente cómo se pudo exportar algunos años varios miles de Tm. de cereales, miles de cántaros de aguardiente, etc. sin carreteras, apenas sin caminos vecinales y con un Tratado que penalizaba la introducción de mercancías Duero arriba. El énfasis debería hacerse, en éste como en otros casos, en la ausencia de una inversión pública para desarrollar una red de carreteras que enlazara Salamanca, Ciudad Rodrigo, Béjar... con el puerto de La Fregeneda<sup>20</sup>.

Por si fueran poco estos obstáculos, la promoción del “puerto natural” de Castilla siempre contó con la hostilidad del poderoso grupo de presión de los defensores del “puerto artificial” de Santander, tradicional salida para los excedentes de cereales y harinas castellanos. Eran demasiados antagonismos que no harían más que aumentar cuando entrara en escena la “alucinación” del ferrocarril en la década de los cincuenta. Un buen testimonio de lo que decimos es el escrito de la Diputación Provincial de Salamanca en 1850, que con sólidos argumentos trataba de defender la navegación del Duero para dar salida a los excedentes en dirección a los mercados del Mediterráneo, sin tener que depender exclusivamente de la expedición de harinas hacia La Habana:

*“El productor necesita muchos mercados para la salida de los frutos; dirigir exclusivamente la vista a uno sólo, es siempre un mal cálculo, y si ese mercado no es por añadidura natural, si para sostenerse requiere el medio violento de la prohibición, si el pueblo con que se ejerce es una colonia, entonces el error sube de punto, y arrastra tras de sí la pena del engaño (...) que es el Comercio de las Colonias, semejantes en condición, como decía Turgot, a las frutas que se caen cuando están maduras...”*

Lo que los firmantes de este interesante escrito – V. Brusi, A. Gil Sanz entre otros – solicitaban era: 1) El arreglo de Tratado de navegación para permitir libre extracción e importación con menos derechos, “sin más trabas ni restricciones que las indispensables de policía fiscal”, 2) Unión con el Canal de Campos por Zamora, 3) Implicación del Gobierno con fondos y formando una sociedad hispanoportuguesa, 4) Si se acordara la enajenación de bienes de propios, aplicación de sus fondos para la navegación y no para la construcción del FC de Alar del Rey<sup>21</sup>.

Esta postura reivindicativa – como la de la Junta de Agricultura salmantina

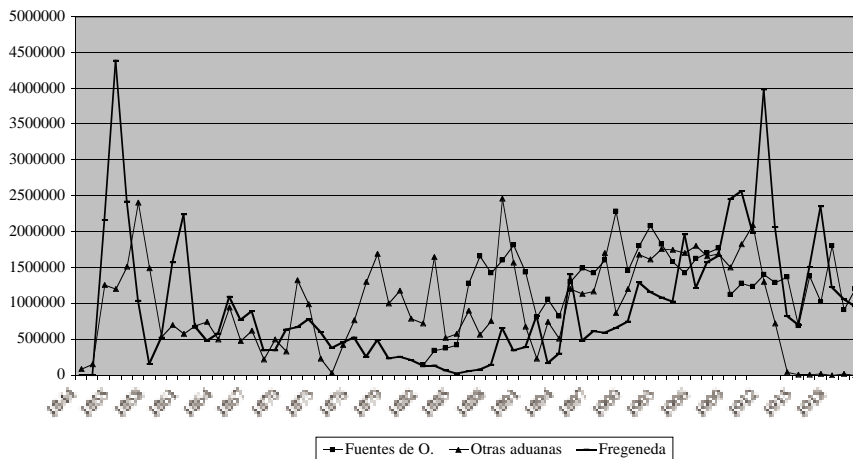
en 1855 soñando con una agricultura, que “estimulada por el consumo aumentará sus productos en gigantescas proporciones” –, se está planteando en unos años en los que, pese a todos los obstáculos antes, reseñados, la exportación por el puerto de La Fregeneda alcanzó ocasionalmente cifras respetables. Todo ello no hacía más que ilusionar a los promotores de la navegación del Duero para que se hicieran las obras que pudieran hacer competitivo este medio de transporte creyendo que esa situación era repetible cuando seguramente se trataba de una coyuntura excepcional provocada por las circunstancias que atravesaba el principal demandante europeo de granos.

En efecto, como muestra de la articulación de un mercado europeo de cereales que atendiera las necesidades de la industrial Inglaterra, “taller del mundo”, tanto en el año 1846 (hambre de Irlanda) como en 1855 (guerra de Crimea, que cortó el flujo de cereales rusos que salían de Odesa) hubo necesidad de aprovisionarse de grano en España. El primero de los años citados salieron por el Duero 3.273.307 kilos con destino a Inglaterra, lo que suponía el 40% de la exportación de trigo del periodo 1841-48; el año de 1855, la exportación superó los 6,5 millones de kilos<sup>22</sup>. Como por estas fechas, aún faltaba por concluir carretera y obras de acceso al puerto, resulta llamativo el esfuerzo humano que debió suponer el transporte muy en consonancia con el empeño que exigió la construcción del suelo agrícola en Los Arribes<sup>23</sup>.

El Gráfico 1, que está basado en los datos recopilados por M.<sup>a</sup> do Carme Espido, recoge parte del auge inicial que tuvo la aduana de La Fregeneda figurando en el periodo 1854-58 como la principal aduana española en las exportaciones hacia Portugal. En el citado periodo, el 35% del total de las salidas españolas hacia Portugal se hicieron por La Fregeneda; si añadimos lo que se expidió por las aduanas salmantinas, se llegaría al 55%. Después, son las aduanas del sur de la Raya (Badajoz, Valencia de Alcántara), quienes toman el relevo a medida que los enlaces ferroviarios conectan a otras provincias productoras de granos; la aduana de la Fregeneda llega a caer entonces por debajo del 5% en el total de las exportaciones españolas a Portugal. El Gráfico 1 ilustra bien la recuperación de esta aduana cuando se completó la línea ferroviaria de La Fuente de San Esteban-Barca d'Alba a fines de 1887.

Quizá de todos los males que aquejaron a la navegación del Duero, la novedad del ferrocarril se percibió siempre como la amenaza más preocupante, no sin exageración. Como se demuestra en el Gráfico 1, veintitantos años antes de que llegara el ferrocarril a la frontera, ya se había producido el declive de las salidas Duero abajo, lo que da a entender que había otro tipo de condicionantes, que, en parte, se relacionan en el Apéndice; cabría tener en cuenta también el informe de la Asociación Comercial de Oporto que indicaba la carestía de los fletes fluviales para justificar la necesidad de un ferrocarril<sup>24</sup>. Por último, no puede olvidarse que la calificación, un poco enfática, de Salamanca “granero de Portugal” tenía sus días contados mediada la década los setenta, como percibió el Cónsul de España en Oporto, R. Pinto da Costa, al referirse a la competencia internacional<sup>25</sup>.

Gráfico 1: Exportaciones a Portugal por aduanas salmantinas (pts.)



Cabe reconocer, sin embargo, que la política ferroviaria que se llevó a cabo absorbió demasiados recursos en un país que no andaba sobrado de ellos. Como intuían nuestros diputados provinciales en 1850, “*la novedad del ferro-carril produce una especie de alucinación y dirige todas las miradas hacia esa obra, a riesgo de convertirla, andando el tiempo, en rival de la que dejamos insinuada*”. Algo de esto se puso de manifiesto cuando se celebró el Convenio de 1866. A diferencia del anterior tratado y del reglamento de 1840, desaparecían ahora todas las trabas al intercambio entre ambos países, con alguna limitación<sup>26</sup>; ahora bien, este convenio dejaba libre de exacción fiscal el tránsito por vías férreas mientras imponía un peaje módico cuando el tráfico era por el Duero. Por escaso que fuera el peaje, se trataba sin duda de una cierta discriminación que presagiaba el modesto lugar de la navegación fluvial frente al auge que tomaría el tráfico ferroviario. Para algún contemporáneo, ésta sí que había sido una oportunidad perdida y, no sin hipérbole, se quería hacer equivalente el puerto de La Fregeneda con el puerto santanderino:

*“Desgraciadamente ya es tarde... hace años el convenio hubiera sido de grande importancia. Mientras que hoy apenas se dejará sentir en La Fregeneda que pudo ser otra Santander y dar vida comercial a Salamanca, Zamora, Cáceres y parte de las provincias lindantes; [La Fregeneda], el verdadero puerto de Castilla ya no podrá competir con las vías férreas de Santander y Bilbao”<sup>27</sup>.*

Ahora bien, hasta 1886-87 no llegaría el ferrocarril y por tanto hubo unos años en los que la navegación fluvial tuvo que seguir siendo atractiva y debió notarse su influencia en las comarcas próximas ante las mejores condiciones para la exportación de cereales o aguardientes. En 1869, en un artículo aparecido en *El Eco de las Aduanas*, se recomendaba a los agricultores de Zamora y Salamanca a seguir “el ejemplo de los dueños de las dos magníficas quintas

formadas al pie del embarcadero de Fregeneda, cuyos terrenos que sólo producían pastos y abrojos, dan hoy vinos tan buenos como los de Oporto, ricas almendras y otros frutos, y excelente aceite”<sup>28</sup>. Habría que añadir la instalación en diversos pueblos de los Arribes del Duero de “fábricas de aguardiente” que era demandado para la elaboración del oporto<sup>29</sup>.

He aquí un buen ejemplo de crecimiento y de diversificación inducido por el comercio exterior, pero con un “anillo” de influencia que no debía de ser muy amplio. Si descontamos las exportaciones extraordinarias de trigo en el año 1869, las medias anuales registradas por las aduanas españolas con destino a Portugal entre 1849 y 1878 no llega a las 7.000 tm., algo menos del 10% de la producción media anual de Salamanca estimada para fines del XIX aunque antes de 1865, que es cuando acaba el prohibicionismo cerealícola, es posible que las ventas reales estuvieran muy por encima de las registradas. Como afirma Espido: “*La exportación de cereales parece haber sido (...) un comercio fundamentalmente rayano y regional, organizado y fuerte únicamente quizás durante la primera mitad del siglo como contrapartida del contrabando de textiles ingleses hacia España y luego en ocasiones extraordinarias como en las crisis de subsistencias. En este sentido no parece que tuviera una influencia macroeconómica sobre la producción española de cereal y ni siquiera determinante a un nivel regional. Comarcal o localmente, en las zonas más próximas a la Raya es posible que sí, que esos pocos miles de toneladas que se intercambiaban con los vecinos del otro lado significaran mucho*”<sup>30</sup>. Por tal motivo se entiende el lamento en los años ochenta de haberse “perdido el mercado de Portugal, para donde antiguamente se exportaban los granos de Ciudad Rodrigo y Vitigudino” según contestación de los informantes a la encuesta de *La Crisis Agrícola y Pecuaria*<sup>31</sup>. Para entonces, no sólo la navegación del Duero como principal medio de transporte, sino la exportación de cereales por éste u otros medios, ya eran historia pues España figuraba en la lista de países importadores de grano.

## APENDICE: DOS TESTIMONIOS SOBRE LA NAVEGACIÓN DEL DUERO (1855-1880)

Se presentan a continuación parte de dos informes que ilustran dos momentos y dos opiniones contrapuestas sobre la viabilidad económica de la navegación del Duero. El primero corresponde a la Junta de Agricultura salmantina en 1855 en un ambiente donde aún dominaba la “ilusión exportadora” de España como país exportador de cereales y en un momento de cambio político que llevó a los progresistas al poder durante el corto periodo de 1854-56. El segundo está elaborado por el ingeniero que redacta la memoria para justificar la construcción del ferrocarril a la frontera portuguesa. Eso hace que su mirada a la navegación del Duero no sea muy condescendiente, si bien aporta datos objetivos que merece conocer. Por las mismas fechas en que se redacta esta memoria, noviembre de 1880, el cónsul español de Oporto finalizaba su informe afirmando que se pensaba establecer la navegación del Duero “a vapor en forma regular y permanente”, proyecto que no sabemos si se llevó a cabo en alguna ocasión.

### 1) Informe de julio de 1855

[ ... ] *Más fácil o sino mas independiente de la acción extraña es la ejecución de las obras que la navegación reclama: la construcción del camino desde esta ciudad a La Fregeneda, la del embarcadero y de los edificios necesarios a la aduana en la llamada Vega del Terrón.*

*La carretera de La Fregeneda está reconocida como general por enlazar a Madrid con un puerto, y en este sentido se declararon reintegrables por el estado los fondos de pósitos que se destinaron a su construcción. Por los años de 1836 y siguientes se hicieron varias obras desde esta Ciudad al Duero de las cuales muchas se aprovechan en el proyecto que se acaba de formar y remitir al gobierno. Según éste, servirán para el nuevo camino los puentes de Cerralbo y de Camaces y otros que ahorran buena parte de las obras de fábrica: se aprovecha las nueve leguas que hay explanadas, principalmente las dos de bajada al Duero, que serian mas costosas; y el presupuesto total de las obras restantes asciende aproximadamente a 5.000.000 rs.*

*Concluido este trozo de carretera quedaría enlazado Madrid a La Fregeneda salvo el tránsito desde Ávila al límite de esta Provincia, de que se ha hecho mención en la carretera de Vigo. A la vez que la construcción del camino seria precisa la de un muelle en la orilla del río para facilitar los embarques que hoy se hacen con grandes dificultades. Sobre ello existen unos planos levantados en Agosto de 1843 por el eminente Ingeniero D. Juan Subercase, el cual trazó los desmontes necesarios para la colocación de las aduanas y formó el proyecto de una máquina y raíles para bajar los géneros desde la aduana al río cualquiera que fuere la altura de sus aguas. El presupuesto era poco mas de 1.000.000 de rs. Estos proyectos fueron aprobados por la Junta de caminos*

en 28 de Septiembre del mismo año; y debió de pensarse en realizarlos porque se hizo la expropiación de los terrenos particulares que se necesitaban. El asunto sin embargo quedó en tal estado y no parece que se ha vuelto a pensar en llevarlo a cabo.

Más eficaz en este punto el Gobierno Portugués, cumpliendo por su parte una promesa que también hizo por la suya el Gobierno Español en el tratado de navegación, ha levantado sus aduanas en la margen opuesta del Águeda que confluye con el Duero, habiendo sido sus elegantes edificios principios de una población que ha crecido notablemente y que se promete llegar a ser de importancia.

Las dificultades para la construcción de estas obras han sido como siempre la falta de fondos, o a decir mejor, la falta de garantías, porque si estas se hubieran ofrecido se habrían presentado empresarios que tomasen a su cargo la construcción de la carretera y aun la del muelle y de las aduanas. Ahora sin embargo es tiempo a propósito para iniciarlas y fácil sería verificarlo por medio de una contrata cuyo pago se asegurase con el producto de los bienes nacionales. Tocando al Estado sufragar los gastos de esta carretera y pudiendo destinar a obras semejantes el 50 por 100 del producto de la venta de dichos bienes, según dispone el artículo 15 de la ley de desamortización, bastaría garantizar el pago de la carretera, muelle y aduanas con el ingreso en las cajas de bienes nacionales de la provincia en los años próximos, para que desde luego se celebrase la contrata y comenzaran sin intermisión las obras.

Entonces a la vez que facilitados los arrastres por la mejora del camino, libre el embarque de las tardanzas y contrariedades que le hace sufrir la distancia de la aduana, y abierta la barra de Oporto a los géneros importables, la navegación del Duero abriría una nueva época a la prosperidad de las provincias de Castilla. Todavía con los obstáculos que la impiden han seguido haciéndose las exportaciones por el río en progresión ascendente. Pero si desapareciese todas las trabas nuestros trigo se presentarían con una ventaja imposible de igualar en los mercados de Cataluña y Cuba, y aún en los de Inglaterra, el comercio de la importación cobraría vida, se reanimaría la industria y la agricultura estimulada por el consumo aumentaría sus productos en gigantescas proporciones [...]

Informe remitido al Sr. Gobernador Civil de la provincia de Salamanca por la Junta de Agricultura de Salamanca. Imp. de D. Telesforo de Oliva, Julio de 1855, p. 22-24.

## 2) Informe de 29 de noviembre de 1880

[...] “Por la carretera de Salamanca a La Fregeneda, discurren actualmente caballerías y carros que llevan al muelle de La Fregeneda lanas, pieles, vinos, aceite, almendras, cereales y algunos otros productos agrícolas. El

*muelle está situado en la margen derecha del Águeda, y en la misma confluencia de este río con el Duero; y a él acuden barcos de vela, toscamente contruidos y con aparejos muy malos para cargar las mercaderías y bajarlas a Oporto flotando por el río Duero.*

*El transporte en tales condiciones efectuado es económico, pero se verifica con lentitud, de un modo irregular, lleno de riesgos y contrariedades. Hay, generalmente, que pagar un seguro crecido por las mercaderías que se embarquen; es frecuente verlas detenidas en el muelle por falta de barcos, y en ciertas épocas del año, precisamente en las en que hay alguna demanda de medios de transporte éstos se ven obligados a detener su marcha por más o menos tiempo, para evitar los riesgos de navegar con temporales.*

*Todo esto impide que la navegación se desarrolle por un río, en cuyo cauce desigual y tortuoso no se han construido las obras necesarias para proteger y asegurar la marcha de las embarcaciones.*

*En 1860 se construyó el muelle de la Fregeneda y para facilitar las faenas de carga y descarga, se le dotó de una rampa o plano inclinado, por el cual habían de deslizarse los cargamentos, movidos por aparatos y máquinas especiales para ese efecto contruidos.*

*Pues bien, tan pequeña cantidad de mercancías acuden al muelle de la Vega de Terrón, por este nombre conocido en el país el muelle de La Fregeneda, que aún no se han empleado los citados medios especiales de carga y descarga.*

*Esto quiere decir que la navegación fluvial del Duero es tan defectuosa y molesta que tales medios de comunicación con Oporto acabarían por desaparecer, atraídas las corrientes de tráfico por otras vías más expeditas; y que interesa mucho si se quieren desarrollar nuestras relaciones comerciales con aquella plaza y su puerto a lo largo del Duero, que se construya el ferrocarril proyectado en ambos reinos.*

*Portugal pudiera prescindir de este camino si mejorase las condiciones navegables del río, pero sobre ser esto mucho más costoso, tendría el inconveniente de que si España no prolongaba esas mismas obras hasta Zamora, por lo menos, o construía un ferrocarril a Vega de Terrón, la navegación del Duero tendría poco más transporte que los que actualmente le ofrecen el muelle citado y las orillas del río.*

*Este camino de hierro viene, pues, a sustituir en Portugal a unos medios de transporte defectuosos en extremo. Por lo que a España respecta, las ventajas no son tan notorias.*

*Ferro-carriles de Salamanca a la Frontera Portuguesa. Bifurcación de Boadilla a Barca de Alba. Tomo I. Año de 1880, pp. 25-28. Archivo General de la Administración Civil del Estado, fol. 25-28. (Agradezco a L. A. Hortelano el conocimiento de esta fuente).*



## NOTAS

- (\*) Con algunas variantes se reproduce el capítulo “La ilusión de la navegabilidad del Duero” publicado en ROBLEDO coord., J. L. MARTIN dir.: *Historia de Salamanca, Siglo Diecinueve*, Salamanca: Centro de Estudios Salmantinos, 2001, pp. 450-459.
- <sup>1</sup> CABO, A.: “Los paisajes del agua en Castilla y León”, *Los paisajes del agua. Libro jubilar dedicado al profesor Antonio López Gómez*. Universitat de València, Universitat de Alicante, 1989.
- <sup>2</sup> Este era uno de los proyectos de Cabarrús en 1795, ARROYO, F., CAMARERO, C.: “Los proyectos ilustrados de navegación fluvial” en *Los paisajes del agua*, ob. cit. Una relación de los proyectos de navegación interior en Castilla y León en HELGUERA, J.: Aproximación a la historia del Canal de Castilla” en *El Canal de Castilla*, Valladolid, 1988. Todavía en 1855 Coello creía que el Duero se podía hacer navegable hasta Soria, cfr. LÓPEZ GÓMEZ, A.: “Coello y la navegación interior”. *Estudios Geográficos*, n.º 236 (1999).
- <sup>3</sup> HELGUERA, art. cit.
- <sup>4</sup> “Siendo [la carretera que entra en España por Verín] la única que sin solución de continuidad une este distrito con la extensísima frontera española que la circunda; puesto que en su parte E. y SE. que abarca un grado y medio geográfico, no hay ninguna que ingrese ni enlace con otra de España”. DIRECCION GENERAL DE ADUANAS: *Memorias comerciales redactadas por los cónsules de España en el extranjero publicadas por la Junta de aranceles y valoraciones*, vol. VI, Madrid 1881, Memoria del cónsul de Oporto, p. 17.
- <sup>5</sup> A. H. N. Consejos, Leg. 3.225.
- <sup>6</sup> *Boletín Oficial de la Provincia de Salamanca* (B.O.P.S.) 17-I-1835.
- <sup>7</sup> CASTELLS, I.: “Los orígenes del iberismo (1815-1832)”, *Josep Fontana. Història i projecte social. Reconeixement a una trajectòria*. Barcelona, Crítica, 2004. La opinión favorable a la navegación por parte de las autoridades políticas y económicas portuguesas en los albores del vintismo en MEIRELES PEREIRA, M<sup>a</sup> da C.: “A navegação do rio Douro no século XIX. Algumas questões”, *Douro. Estudos & Documentos*, Vol. II (4) 1997 (2º), pp. 253-254.
- <sup>8</sup> ESPIDO BELLO, M<sup>a</sup> do Carme: *As relacions económicas hispano-portuguesas, 1850-1920*. Tesis doctoral inédita, Universidade de Santiago de Compostela, 1995, p. 474.
- <sup>9</sup> CABANES, Francisco X. de: *Guía General de Correos, Postas y Caminos*. Madrid, Imp. de Miguel de Burgos, 1830. p. 116. Según Esteban Canales, Cabanes se había desplazado a Portugal en 1817 de cara a una posible invasión como represalia por la ocupación portuguesa de la banda oriental del antiguo virreinato del Río de La Plata, citado en CASTELLS, art. cit. p. 1035.
- <sup>10</sup> *Informe remitido al Sr. Gobernador Civil de la provincia de Salamanca por la Junta de Agricultura de Salamanca*. Imp. de D. Telesforo de Oliva, Julio de 1855, p. 22. Aunque resulta arriesgado asociar el proyecto de la navegación del Duero a partidos políticos, puede afirmarse que el citado proyecto tenía más partidarios en las filas progresistas, (al fin y al cabo el Tratado había sido firmado por Mendizábal), mientras que los moderados aparecían como más reacios; esto se deduce de la polémica que mantuvieron *El Eco del Comercio* y *El Correo Nacional* en 1840 según se reproduce en *El Labriego*, n.º 13 (1840).
- <sup>11</sup> B.O.P.S. 21-II-1835, p. 703.
- <sup>12</sup> *Convenio y reglamento para la libre navegación del Río Duero*, Madrid: Imp. Nacional, 1841.
- <sup>13</sup> E. H. V. M. *Apontamentos sobre a Livre navegação do Douro*, Typographia Comercial, Porto, 1849. No dispongo de elementos para explicar cómo se pretendía imponer por las armas el Tratado de 1835 como se dice en este folleto donde se defiende la libre navegación del Duero.
- <sup>14</sup> ALONSO Y CASTILLO, Mariano: *Memoria sobre el estado actual de la aduana de La Fregeneda, navegación del Río Duero y medios que se proponen para sus mejoras, la dedica*

- su digno jefe, el Excmo. Sr. D. Alejandro Mon. Salamanca, Imp. D. Telesforo Oliva, 1849. Cfr. También, *Informe remitido* (1855) citado anteriormente. *Apontamentos*, ob. cit. p. 11.
- 15 GARCIA BARZANALLANA, J.: *La liga aduanera ibérica*, 2ª ed. Madrid, 1878, p. 110-111. “Sí, señores. La España puede tener grande mercado de trigos, puede hacer de ellos gran exportación; a eso está llamada España (...) Un camino de hierro que partiendo de Santander pusiera en comunicación este punto con el Canal de Castilla ¿no podría llevar nuestros trigos a Inglaterra en competencia con los de Odesa? (...) que hoy en Salamanca, por ejemplo, tienen que abandonar los propietarios el cultivo de la mitad de la ribera del Tormes por no haber fácil exportación para sus productos...” Discurso del Sr. Mon, *Diario de Sesiones del Senado*, 8 de Julio 1849.
- 16 He transcrito en el Apéndice la exposición que se hizo en 1855 de estos déficits porque hay argumentos (la diferente actitud del Gobierno portugués frente al español, por ejemplo) que se han vuelto a oír hace poco con motivo de la explotación del muelle de Vega Terrón. Según éste y otro informe puede deducirse que la construcción de las obras complementarias pudo llevarse a cabo entre 1855-60.
- 17 MEIRELES PEREIRA, art. cit., p. 264 y ss.
- 18 ESPIDO, *tesis cit.*, p. 505. En una Memoria manuscrita, redactada hacia 1840, que se conserva en la Casa de Cultura de Zamora se encuentra el siguiente testimonio sobre la importancia del contrabando de tejidos en una zona fronteriza: “y por desgracia lo más de los algo crecidos [caudales] se deben al comercio ilícito que hacen con el Portugal, donde introducen de contrabando potros andaluces, moruecos merinos y lasos, plata & con increíble perjuicio de los intereses de la nación. En la pequeña bicoca de Braganza se tiene por cierto que entran cada día un millón de rs. en pesos duros; extrayendo su importe en tejidos de algodón que llevan mui al interior de la nación, pasando el Guadarrama y aun el Despeñaperros”.
- 19 AHDS. Libro de Actas, 7-VI-1875.
- 20 Cfr. GARCIA BARZANALLANA: *La liga aduanera...* ob. cit., p. 112.
- 21 *Acuerdo de la Diputación Provincial de Salamanca relativo a la importación de granos extranjeros en las Islas de Cuba y Puerto Rico*. Salamanca, Imp. de J.J. Morán, 1850. La navegación del Duero se convirtió en reclamo político de los liberales salmantinos y alumbró publicaciones como *la Revista Salmantina. Sección de Agricultura, Industria y Comercio* en cuya portada figuraba un dibujo que hacía alusión a este tema.
- 22 ESPIDO, *tesis cit.*, p. 541. Inglaterra junto con Cataluña constituyeron los principales destinos de las exportaciones; era, pues un comercio de tránsito. En el periodo 1841-49, junto con el trigo, sobresale la exportación de centeno, corcho y lana, mientras que en el periodo 1854-63 hay que añadir la salida de aguardiente.
- 23 En la obra clásica de J. CRESPO: *El paisaje agrario en los Arribes del Duero*. CSIC, Madrid, 1968 p. 21, se explica bien el esfuerzo ímprobo que supuso la construcción de paredones y bancales en una comarca de fuertes pendientes.
- 24 “[...] nuestro río obliga al pago de crecidos fletes; sus aguas fuerzan a largas interrupciones o a peligrosos trabajos. Pueden calcularse entre 5.110 a 10.220 reis las variaciones del precio de transporte de una tonelada métrica desde Barca de Alba, a más de dos y tres cuartillos por ciento del valor de las mercancías que se pagan a las compañías de seguros fluviales: en el mismo camino de hierro el mismo peso de trigo pagaría 2.880 reis. Como de mayo a octubre la navegación es casi imposible en una gran parte del río y últimamente se ha hecho todavía menos navegable, el camino de hierro ha de transformar sin duda las condiciones del comercio de esta ciudad (Oporto) con el Duero, Trasmontes y España...”, Informe citado en la Reunión de la Diputación de Salamanca. *B.O.P.S.* n.º 45, setiembre de 1880.
- 25 “Diariamente arriban a la barra de Oporto buques cargados de trigos y harinas de primera clase a precios tan ventajosos que no pueden menos de deprimir los de nuestras provincias limítrofes a este reino, y en particular la de Salamanca, que ha sido, por decirlo así, el granero de Portugal”. Memoria comercial del Cónsul de Oporto (1876) citada en ESPIDO: *tesis*

- cit.*, p. 283. Pinto da Costa recibiría el título de Conde de Lumbrales por su papel en la construcción del ferrocarril a Portugal.
- <sup>26</sup> Hasta el año de 1877 que no hubo reglamento, el vino estaba prohibido en las exportaciones mientras que España, hasta 1872, seguía aplicando recargos de bandera, ESPIDO, *tesis cit.*, p. 509.
- <sup>27</sup> *El Eco de las Aduanas*, 1866, citado en ESPIDO, *tesis cit.*, p. 508.
- <sup>28</sup> *El Eco de las Aduanas*, 1869, p. 108.
- <sup>29</sup> CRESPO, ob. cit., p. 74. Cuando en junio de 1860 se admitió el comercio de aguardiente se exportaron, hasta 1863, 61.000 cántaros de aguardiente, *El Eco de las Aduanas*, 1869, p. 108.
- <sup>30</sup> ESPIDO, *tesis cit.* p. 306-307.
- <sup>31</sup> Citado en ROBLEDO, R.: *La renta de la tierra en Castilla la Vieja y León, (1836-1913)*, Madrid: Banco de España, 1984, p. 138.

# REGIONES Y CIUDADES EN LA CONSTRUCCIÓN DE LA UNIÓN EUROPEA

*Celso Almuíña*

“La Question européenne, la voici: est-il possible que sur la petit presqu’île européenne, 25 États vivent côte à côte dans l’anarchie internationale, sans qu’un pareil état de choses conduise à la plus terrible catastrophe politique, économique et culturelle? L’avenir de l’Europe dépend de la réponse qui sera donnée à cette question.” *Manifeste Paneuropéen*, 1924.

## I. EUROPA, DIVERSA Y UNA

Soplan nuevos vientos de cambio en la vieja Europa<sup>1</sup> desde hace medio siglo (1957) con la novedosa propuesta, por ambiciosa y por el método empleado (uniones voluntarias), de unir a todo el continente europeo en una supernación, la Unión Europea. No obstante, con haber sido muy notorio el camino hasta aquí recorrido; el proceso sigue abierto. Sin embargo, a cada nueva ampliación los problemas aumentan en la medida que el número de naciones es mayor, pero posiblemente aún más, porque la diversidad crece exponencialmente a cada ampliación. Así lo ha puesto de manifiesto la última ampliación a veinticinco; la cual, como nunca hasta ahora, parece haber abierto la caja de Pandora, puesto que a problemas pendientes se han venido sumar (multiplicar) otros nuevos. El organigrama se complica sucesivamente con cada ampliación, porque la diversidad aumenta progresivamente y a los problemas a los que hay que hacer frente son múltiples y cada vez más complejos, desde los económicos, sociales hasta el modelo político de la futura Unión; sin olvidarnos, obviamente, del aumento creciente de la diversidad cultural<sup>2</sup>. Es aquí, posiblemente como en ningún otro campo, en dónde se va a jugar el futuro de Europa.

Entre los tradicionales vientos de la homogeneización<sup>3</sup> y la idolatría de la diversidad<sup>4</sup>, será necesario encontrar una vía de compromiso entre el respeto a las peculiaridades nacionales y/o nacionalistas (pueblos) y la imprescindible voluntad creadora de ahorrar por fusión una cultura paneuropea superadora de las contradicciones tradicionales; puesto que el pasado sigue pesando aun demasiado especialmente en muchas mentes nacionalistas. En otro caso, la diversidad cultural en vez de “riqueza”, como suele afirmarse un tanto alegremente en muchas ocasiones, se podría convertir en disgregadora fuerza centrífuga<sup>5</sup>. Para embridar (encauzar) esta realidad únicamente se puede acometer desde lo que los teóricos de la organización llaman la ley de la “variedad reque-

rida”<sup>6</sup>. Esta ley parte del requisito básico que para que la variedad se autorregule y se autoorganice tiene que tener, cuando menos, igual grado de variedad que lo que pretende regular; es decir, no valen las fórmulas simples, hay que afrontar la complejidad desde subsistemas capaces de asumir la diversidad, pero que obviamente ellos mismos resulten viables<sup>7</sup>.

El plano más inmediato y por ello más visualizable es el económico. Los fondos estructurales se van a revisar en el año 2006. Un horizonte demasiado próximo y muy preocupante para muchas regiones por los recortes que se avencinan. A partir de ese momento, con la incorporación de regiones más pobres, por simple juego estadístico, muchas regiones antes “pobres” pasarán sin solución de continuidad a ser consideradas como “ricas”. No tanto por desarrollo interno efectivo, como por el aumento de la pobreza del nuevo conjunto resultante de la ampliación. Por otra parte, las naciones ricas no quieren aumentar su contribución, cuando realmente ésta está apenas en un 1,27% del total del presupuesto europeo. No hay que olvidar que la Unión difícilmente se podrá construir sin rascarse los bolsillos los pudientes so pena de ahogarse por falta de capacidad de absorción de la creciente producción por parte del nuevo mercado comunitario.

El problema ya ha comenzado al plantearse con cierta intensidad en determinadas regiones ante el panorama de la retirada de subvenciones a producciones tales como la minería, el tabaco, etcétera. Sin duda dos sectores éstos, entre otros muchos (aceite, vino, lino girasol, etc.) especialmente espinosos. Hay que tratar con cuidado al energético por ser estratégico (asegurar cierta independencia del petróleo), por los recursos que mueve, pero también por las múltiples implicaciones sociales; sin embargo, la complejidad del mismo aumenta exponencialmente desde el momento de la incorporación de Polonia a la Unión, puesto que este país, entre otros, posee importantes y muy rentables explotaciones carboníferas.

Otra cuestión bien distinta son las subvenciones al tabaco. Aquí nos movemos, cuando menos, en la pura contradicción: entre el problema social (asegurar nivel de rentas a determinados sectores) y la deriva sanitaria (tabaquismo) como una de las grandes plagas de nuestro tiempo. Sería una incoherencia manifiesta que mientras estamos llevando a cabo campañas contra el consumo de tabaco, lo estemos subvencionando al mismo tiempo. Sin duda habrá que ayudar a los campesinos, que viven de dicho cultivo, a reconvertirse a otras producciones no dañinas; aunque posiblemente no les resulten tan rentables. En el fondo, *mutatis mutandis*, es lo mismo que se les está pidiendo e incluso imponiendo a los campesinos colombianos, pongamos por caso.

Junto al aspecto económico, nada desdeñable ciertamente, especialmente para regiones de dudosa viabilidad dado el actual modelo de desarrollo, estamos también en el campo político en puertas de cambios sustanciales. Sin duda no se podía seguir funcionando con la misma composición con la ampliación a veinticinco. La gran prueba para la Unión va a ser la ratificación de la Constitución por todos y cada una de las naciones integrantes; máxime cuando se

escoja la más democrática vía del referéndum. Aparte de otros muchos aspectos, sin duda peliagudos, está el del reparto del poder, más bien de los diversos poderes, entre los grandes, medianos y pequeños y minúsculos países. Pero junto a este reparto con connotaciones más político/nacionalistas está el problema más de fondo: el del modelo de la futura Europa con base en naciones, regiones y/o ciudades.

Los alemanes han puesto sobre la mesa su propuesta regionalizadora o, para ser más precisos, un modelo intermedio entre el actual nacional y el de los “pueblos”. Su misma estructura nacional federalizante les ha impulsado a ello. Pero como contrapartida a esa construcción de tipo federal, las regiones (landers) obtendrían nuevas competencias en campos claves (como distribución de fondos, por ejemplo), con lo cual la propuesta alemana puede desembocar en contradicciones o en efectos no deseables: impulsar la unión por la vía federal con más competencias a las regiones puede llevar en la práctica a que las regiones más ricas se podrán desvincular del resto; mientras que las pobres quedarán huérfanas de recursos, aunque sí con mucha más capacidad para autogobernarse. El principio de solidaridad y de desarrollo armónico, sospecho, que por este camino dejará mucho que desear.

El modelo francés, más nacionalista *a priori*, entiende que la futura Unión tiene que hacerse, como hasta ahora, a partir de los acuerdos que libremente vayan pactando los estados nacionales. Por lo tanto, el papel de las regiones dentro de este modelo tiende a congelarse<sup>8</sup>.

Ambas propuestas se olvidan de sujetos nuevos<sup>9</sup>, que convendría tenerlos muy en cuenta, las ciudades; al menos las grandes metrópolis con problemas muy distintos al de sus respectivas regiones dentro de las cuales están encuadradas y, por otra parte, muy similares a otras de sus mismas dimensiones, aunque se ubiquen en un medio geo-histórico distinto. Posiblemente la dicotomía entre grandes urbes/zonas ruralizadas sea mucho mayor, con tendencia a agravarse en el futuro, que entre regiones ricas/pobres.

El problema ya no se ciñe, pues, únicamente al viejo dilema entre naciones y pueblos (regiones); las grandes ciudades son un nuevo sujeto a tener muy en cuenta, puesto que tanto cuantitativa como y sobre todo cualitativamente son los nuevos motores que van a protagonizar el futuro de la Unión. En cierto modo, las naciones y las regiones son el pasado en cuanto cristalización de la historia; mientras que las nuevas ciudades, como concreción de nuevas realidades, con problemas comunes a los que dar respuesta, van a encontrar mayor sintonía y ayuda allende las fronteras nacionales que dentro del estrecho marco comarcal/regional e incluso nacional propio.

En cualquier caso, el debate sobre el futuro modelo está servido: Europa de las regiones (pueblos), de las naciones y/o de las ciudades. No cabe duda que la dinámica hasta aquí seguida del protagonismo de las naciones continuará por lo menos a medio plazo. Sin embargo, parece que habrá que ir concediendo progresivamente mayor protagonismo tanto a sujetos “románticos” (pueblos) como y sobre todo a nuevos de carácter funcional: conurbaciones o red de ciu-

dades de características similares y/o complementarias. La revolución de las comunicaciones y unas interrelaciones cada vez más globalizadas son dos poderosos factores que apuntan en esta dirección.

Las regiones deberán tener un cierto protagonismo en la futura construcción europea; sin embargo, no menos cierto es que hasta ahora los motores del proceso han sido las naciones. No tiremos por la borda instrumentos contrastados, mientras no tengamos otros, supuestamente, mejores. Y no cerremos las puertas del siglo XXI en aras de clichés decimonónicos, puesto que, junto a las ciudades, es muy posible que sobre el escenario europeo surjan nuevas fuerzas de carácter económico y/o sociocultural que traten de crear su propia dinámica. Por otra parte, si estos nuevos protagonistas no surgiesen sería, posiblemente, una señal de que el proceso de construcción se habría vuelto conformista, con lo cual la esclerización sería inevitable.

Cuestión distinta es el considerar, desde una perspectiva global de futuro, si con estos movimientos supranacionales y continentales no estaremos asistiendo a una especie de “deriva de continentes” que en vez de acercarse se van separando – como lo hace físicamente América y Europa – y de forma cada vez más ostensible al tiempo que se van uniendo intracontinentalmente. El continente europeo ha sido el que ha puesto en marcha el mecanismo, precisamente con la creación de la Unión Europea. También parece que se comienza a perfilar dicho proceso en América, en torno a dos ejes: Sur (Mercosur) y en el Norte (incluido Méjico) en torno a USA. Sin duda, ésta ha comprendido que sola ya no podrá ostentar el recién conseguido liderazgo mundial; mientras que abrirse hacia el sur le supone, según algunos puristas (Huntintong) abrir un portillón (mestizaje sureño) en sus esencias más queridas, lo que el grupo anglosajón considera como sus señas identitarias: WWW.

En Asia los grandes polos de atracción son aun varios, están equilibrados y de momento resultar ser muy antagónicos: la diversidad priva aun sobre un posible común denominador. El continente africano, más allá de la referencia geográfica, no existe; puesto que es fuertemente dependiente del exterior (nuevo colonialismo), está tremendamente fragmentado (para los teóricos de la diversidad tendría que ser una situación óptima) y por si fuera poco es un multifoco de confrontaciones por motivos tribales, religiosos, racistas, culturas, costumbres, vivencias y/o todo tipo de intereses (externos e internos) disgregadores. Salvo el islamismo en el norte, no se atisba de momento ninguna otra fuerza centrípeta suficiente para oponerse con éxito a la multitud de fuerzas centrífugas dominantes en este continente.

Entre ese futuro de macronaciones geográficas, que puede desembocar en un choque de continentes, más que de civilizaciones – la geografía parece que una vez más va a imponerse a las improntas culturales – y las viejas fuerzas (naciones)<sup>10</sup> hay que abrir espacios para los nuevos sujetos constructores: posiblemente las regiones (pueblos), pero sin duda también las ciudades y otros que están emergiendo de carácter económico, social y cultural para hacer frente a los nuevos retos de la sociedad de la comunicación e información globalizadas.

Entre las tendencias macroconcentradoras y las minidisgregadoras, *revivals* rescatados en la última década, el tejido intermedio, imprescindible para una auténtica integración social del conjunto, tenemos que tener en cuenta a toda otra serie de protagonistas entre los cuales ciertamente están los “pueblos”, aunque desprendidos de la carga historicista excluyente. Lo que no cabe duda, es que hay que contar en este proceso constructivo con el fenómeno urbano. En principio es posible que sólo con las conurbaciones (grandes polos de atracción), para ir luego ampliándolo sucesivamente a otras ciudades menores que hagan de mallas intermedias de la misma cadena de unión. La impronta de las *civitas*, tan característica de nuestra civilización desde sus mismos orígenes, terminará por abrirse camino sobre formas de vida tradicionales que cada vez se volverán más anacrónicas en la medida que frenen el desarrollo funcional del conjunto. Resultado y motor de ese proceso será el nuevo ciudadano europeo, puesto que la Unión Europea será y forjará su identidad en función de cómo resulte ser el *europae novi cives*<sup>11</sup>.

## II. LAS REGIONES NATURALES EN EL PROCESO DE COMPACTACIÓN EUROPEA. LA REGIÓN DUERO/DOURO

Ciertamente hablar de regiones dentro de Europa<sup>12</sup> es cuando menos ambiguo, puesto que el concepto tiene significaciones muy diversas, según desde la perspectiva y enfoque que se aborde. Así puede variar el significado si el término lo emplea un geógrafo, economista, sociólogo, historiador, politólogo y/o ideólogo de los viejos/nuevos conceptos de nación.

No vamos a entrar en este debate<sup>13</sup>. Con la vista puesta en la región natural del Duero/Douro, más que hablar desde un punto de vista histórico, puesto que esta región natural ha estado fragmentada e incluso enfrentada por avatares históricos, al menos desde finales de la Edad Media, convendría detenerse en su coherencia desde un punto de vista natural; pero también desde la carga de futuro que encierra esta región en función de factores económicos, turísticos, medioambientales, culturales y sociales frente a la secante “raya” tradicional. Un ejemplo claro de cómo los avatares históricos, en la medida en que han creado fronteras caprichosas han distorsionado la realidad y el normal desarrollo de las relaciones de ambas partes de la frontera<sup>14</sup>.

Este tipo de regiones “sin pasado” en común o mejor con “pasados divergentes”, pero con una capacidad real de crear futuro para mejorar la calidad de vida de los habitantes de ambas partes, puede ser el ejemplo más acabado de cómo las nuevas fuerzas se están abriendo camino enmendándole la plana a la caprichosa (irracional) Historia.

Es posible que las regiones denominadas históricas<sup>15</sup>, me refiero a aquellas que han ido cristalizando a lo largo de los tiempos, al par de los más diversos factores – lengua, religión, formas de vida impuestas por los recursos y/o circunstancias – y bajo las formas políticas más diversas – reinos, condados o



simples demarcaciones administrativas – han quedado, en muchos casos, en contra de lo que suele ser doctrina correctamente aceptada, mucho más descolocadas, precisamente en función de los nuevos factores (fuerzas) en presencia, que estas otras naturales/funcionales, como es ésta que estamos analizando.

La construcción europea no va a radicar tanto en el mantenimiento y/o imposición de ese maniqueísmo dialéctico entre naciones/pueblos, como en la medida en que el tejido social sea capaz de autoorganizarse y relacionarse de adentro/afuera y arriba/abajo. Y, en este sentido, entiendo que, aparte de otros posibles y deseables nuevas fuerzas constructoras, las regiones naturales/funcionales y las grandes ciudades van a ser las dos nuevas fuerzas motrices de la unión, más que las naciones o las regiones históricas; sin que ciertamente su papel haya desaparecido y así lo recoge la nueva Constitución europea por lo que se refiere fundamentalmente a las naciones, pilares del proceso desde sus orígenes hasta hoy.

Está claro que esta amplísima región natural que ha ido dibujando el padre Duero/Douro a lo largo de tiempos geológicos, pese a su extensión y a cierta diversidad y peculiaridades, tiene una coherencia y funcionalidad que la historia, pese a su empeño, no ha conseguido romper; aunque sí imponer disfuncionalidades a lo largo de siglos. Las decisiones políticas, aquí tenemos un claro ejemplo, sí pueden llegar a producir grandes distorsiones funcionales.

Es obvio que el devenir histórico, por todos conocido, ha introducido toda una serie de distorsiones, cuando menos funcionales, entre las cuales no hay que olvidar las de carácter político/administrativo más recientes. En este plano, la parte española ha introducido desde hace algunos años (1983) nuevas divisiones político/administrativas: Comunidades Autónomas, con bastantes competencias en diversos campos. En este caso, la cuenca del Duero, salvo pequeños añadidos, coincide prácticamente con la Comunidad Autónoma de Castilla y León<sup>16</sup>. Sin embargo, en Portugal, sin divisiones de este tipo (regiones), la cuenca del Douro acapara la mejor parte del norte lusitano, pero sin un reconocimiento político/administrativo expreso.

Una disfunción político/administrativo en cuanto que todos los posibles acuerdos transfronterizos por parte portuguesa tienen que pasar necesariamente por Lisboa (capital); mientras que muchas de las competencias de la parte española radican en Valladolid, como capital de dicha Comunidad. No se pueden establecer por ende acuerdos directos entre Porto y Valladolid en muchos asuntos; si no que tienen que pasar, por mor de la internacionalidad, a la postre por Lisboa y Madrid. Sin duda, un elemento retardatario y hasta distorsionador. Sin embargo, al menos de momento, resulta insalvable; puesto que junto a la posible dimensión funcional (administrativa) late de fondo una concepción de la soberanía aun demasiado “soberanista” (nacionalista) e incluso quisquillosa como para recurrir a “atajos” político/administrativos por muy ventajosos que resulten en la praxis para ambas partes. Aspecto que no se debería olvidar, pero que debemos de tratar de paliar en la medida de lo posible.

Pese a la unidad y hasta complementariedad de esta región natural, lo cierto es que por lo menos hasta fechas muy reciente (1999), las relaciones comer-

ciales de Castilla y León<sup>17</sup>, por lo que se refiere a miembros de la unión Europea, han girado fundamentalmente en torno a Francia, Alemania, Italia y Reino Unido, por este orden; sin que Portugal figure entre nuestros cuatro principales *partenaires* económicos; pese al creciente y privilegiado papel de intercambios económicos de los últimos años entre España y Portugal. Realidad que deja más al descubierto, por contraste, los débiles flujos económicos castellano-leoneses con el norte lusitano.

Posiblemente, el primer culpable, después de haber vivido de espaldas durante centurias y fruto precisamente de ese vivir de “costas”, son las pésimas comunicaciones entre ambas partes de la “raya” siguiendo la línea natural del Duero/Douro<sup>18</sup>. La navegabilidad del Duero/Douro, pese a cuantiosas inversiones realizadas en algunos casos (Vega Terrón), fruto más de voluntarismos dispendiosos que de estudios contrastados, no parece, más allá del no despreciable aprovechamiento turístico – aun en mantillas – que sirva para resolver el imprescindible intercambio de mercancías y personas entre ambas partes de manera rápida y económica.

Si los intercambios han sido bajos cuando menos insuficientes hasta el presente, las potencialidades, sin caer en voluntarismos aunque sean bienintencionados, sí que abren nuevas vías de colaboración, puesto que esta región ocupa una posición geográfica central entre el norte y el sur de la Península y es camino obligado de paso hacia el centro de Europa. Las comunicaciones del interior (Castilla) hacia el mar a través de este corredor no tropiezan con grandes dificultades geográficas. Existen recursos naturales no despreciables como los hidráulico/energéticos – gran centro productor de electricidad –, productos agrarios (acreditado centro vitivinícola), minerales diversos, etc.; sectores industriales punteros (automóvil) y de servicios, potencial turístico (rico patrimonio histórico y medioambiental), cierto desarrollo tecnológico, muy elevada cualificación personal<sup>19</sup>, etc.

Las potencialidades, sin caer en las *laudes hispanae* de Isidoro de Sevilla, parecen suficientes para alcanzar un mayor desarrollo y albergar a mucha más población de la existente actualmente, al menos por parte hispánica. La complementariedad o si se quiere la unidad de la región natural debe producir efectos positivos mediante la adición, puesto que los efectos de la resta histórica han conducido, precisamente para ambas bandas, a una especie de yermo a lo largo de toda la frontera. Glacis que se debe principal y fundamentalmente a la existencia de la “raya”. Si en algún lugar la frontera es paradigma de efectos negativos, en todos los sentidos – materiales, sociales y culturales – es precisamente aquí; cuando, por otra parte, la geografía, en vez de separar, llama a la comunicación.

### III. LAS CIUDADES EN LA CONSTRUCCIÓN DEL NUEVO TEJIDO EUROPEO. PORTO Y VALLADOLID

“En esa nueva Europa a construir – he escrito en otro lugar – se hace totalmente imprescindible una profunda reordenación del territorio. Junto a otros

muchos elementos, posiblemente sean las nuevas ciudades uno de los sujetos dinámicos encargados en buena medida de apuntar hacia un nuevo horizonte de convivencia. Redistribución horizontal y vertical – solidaridad y equilibrio – conjugando eficacia y equidad”<sup>20</sup>.

Deberíamos recordar, en este sentido, que Europa nace asociada al fenómeno urbano, desde las polis griegas hasta las grandes ciudades, conurbaciones, actuales<sup>21</sup>. Marcos de convivencia y relación que cada vez tienen menos que ver con el medio rural que las circunda y sí mucho más con otras homónimas con las cuales, pese a la distancia geográfica, llega a compartir problemas y preocupaciones muy similares.

Y es en este nuevo marco de relaciones en dónde está cuajando un especial espacio que podríamos denominar como “territorio del urbanícola”. No tanto porque se haya construido un nuevo medio artificial<sup>22</sup>, sino porque en este concentrado espacio vivencial está surgiendo un hombre distinto, en cuanto tiene a mano toda una serie de nuevos instrumentos (tecnología), nuevos problemas a los que hacer frente, pero también nuevas seguridades<sup>23</sup>. Nueva realidad social, cultural, costumbres y modos de vida, hasta cambios psicológicos profundos, que están alumbrando a un nuevo tipo de persona; lo que he venido a denominar hace algún tiempo como nuevo sujeto del proceso de construcción europea o, si se quiere, nuevo ciudadano europeo (*europae novi cives*)<sup>24</sup>.

En este sentido, Maastricht<sup>25</sup> de forma indirecta dio un innovador paso a delante, puesto que, partiendo de reconocer la diversidad cultural como riqueza, trata de fomentar la creación de un patrimonio cultural común<sup>26</sup>, bien por el camino de la asunción entre todos de esa diversidad, descargada previamente de todo planteamiento exclusivista y/o xenófobo<sup>27</sup>; pero también por la vía de construir nuevas realidades compartidas. Nuevo patrimonio, a partir de lo existente. Nuevo horizonte mental abierto a nuevos sujetos y nuevas realidades.

Aquí ya entraríamos en otra dimensión, en el sentido de interrogarnos de qué forma y a través de qué instrumentos se puede conjugar esa herencia cultural histórica de los diversos microcosmos existentes (pueblos) con la creación de nuevos valores compartidos por todo el conjunto de millones de nuevos ciudadanos europeos. En este sentido, lo cuantitativo, en cuanto que a medida que crece aumenta la complejidad, necesariamente tiene que encontrar un nuevo punto de equilibrio y respeto a las diversas tradiciones, pero que al mismo tiempo no pongan en peligro su propia viabilidad como proyecto de conjunto abierto a otras incorporaciones (diversidades).

Sin ir más lejos, ¿se puede pensar que la postulada incorporación de Turquía a la Unión Europea no llegaría a producir cambios importantes dentro del conjunto?. Todo apunta a que sí, simplemente con atender a su peso demográfico, pero también a su cultura y costumbres, hasta su especial posición estratégica entre mundos tan de “costas”, al menos en estos momentos.

La diversidad, dicen los teóricos preocupados por la organización de conjuntos complejos, tiene un punto crítico a partir del cual la viabilidad del conjunto es imposible porque el grado de dispersión (fuerzas centrífugas) es supe-

rior a los elementos de unión (compartidos). Es justamente a ese punto de equilibrio al que debemos atender, puesto que por mucho que lo ignoremos no dejará de cumplirse el principio<sup>28</sup>.

En el caso de nuestra región Duero/Douro, lo primero que constatamos es que el grado de urbanización es escaso; es decir, la ratio población urbana/campesina tanto en comparación con parámetros españoles, portugueses y no digamos de otras regiones más densamente pobladas de Europa. Salvo Porto (sobre el millón de habitantes) y a media distancia (cuantitativa) Valladolid, el resto de las ciudades de la cuenca son de escasas dimensiones tanto a un lado de la frontera como del otro. El déficit obviamente es mayor de parte española, dadas las dimensiones territoriales y la baja densidad y escasa concentración urbana. Ciudades que o no llegan a no van mucho más allá de los 100.000 habitantes. Salvo en la franja costera, dentro de la conurbación de Porto, estamos ante un tipo de poblamiento escaso, dispersos y con muchos rasgos ruralizantes. Prácticamente en las antípodas de ese futuro horizonte de una Europa de las ciudades (urbana). El camino a recorrer en este caso es todo un reto. Los dos núcleos motores son, en este sentido, Porto y Valladolid, cada uno en su marco específico (marítimo e interior), a los cuales corresponde papeles complementarios.

En cuanto al grado de diversidad existente, fruto de historias divergentes, es no despreciable: lengua, cultura, tópicos, recelos ancestrales, etc. No se puede ignorar esta realidad si realmente queremos trascenderla. Sin embargo, las diferencias son mucho menores si las comparamos con otras regiones europeas entre sí. Las recetas concretas serían tales como tratar de acrecentar los más diversos contactos y por todas las vías y planos posibles, que tengan como meta final llevarnos a un mayor conocimiento y cooperación mutuo. En este sentido, la enseñanza compartida y con objetivos de aproximación – lejos de los tradicionales tópicos descalificadores – puede ser una herramienta importante, aunque no única. Hoy los medios de comunicación de masas son imprescindibles. Este es un capítulo sobre el cual no voy a volver, puesto que ya en otras ocasiones me he referido a él<sup>29</sup>.

Lugares como el Instituto Rei Afonso Henriques puede ser un buen paradigma en este sentido como lugar de encuentro entre diversos sectores sociales transfronterizos. Su utilización debería aumentarse y diversificarse, acorde con lo anteriormente señalado.

#### **IV. ALGUNAS IDEAS Y PROPUESTAS A RETENER**

- 1) Si la historia nos ha mantenido de “costas”, la nueva historia, que parte de 1986 – fecha de la incorporación de la Península Ibérica a la Unión Europea –, debe marcar un antes y un después. En otro caso, la incorporación no iría más allá de simple mercado común o yuxtaposición (suma) de partes. Este no es el horizonte que queremos para el futuro de la Unión Europea.

- 2) Regiones como la Duero/Douro son un acabado ejemplo de los prejuicios históricos, los cuales deberíamos de volver por pasiva, para convertir lo pasivo (negativo) en activo. La “raya” es el acabado paradigma de lo que nunca debiera ser y ha sido.
- 3) Dentro de esta región natural, aunque hay varias ciudades, la mayoría son de reducidas dimensiones. Sin embargo, Porto y Valladolid no sólo por su tamaño sino también por su situación, peso económico, político y cultural pueden y deben ser los dos polos complementarios de dinamización regional. Habría que ir pensando en programas comunes y complementarios. Lo cual no implica, al margen de este pilotaje inicial de las dos mencionados centros capitalinos, que el resto de las ciudades no deban integrarse y aprovechar las sinergias para el cual están en mejores condiciones respectivamente, dentro del conjunto regional. Las ciudades deben ser el motor principal del desarrollo global y armónico de la región.
- 4) Las diversidades, que existen, incluso tanto dentro de las partes que componen la submeseta norte como en el caso luso entre las distintas zonas norteñas, no es tan importante globalmente considerada como que impida un progresivo y mayor grado de complementariedad dentro de las distintas comarcas duriense/dourienses.
- 5) Los instrumentos a través de los cuales interactuar son muchos, sin embargo, todos aquellos que se refieren al campo de las comunicaciones, desde las primarias (fluviales, férreas y/o de rodaje) hasta las terciarias (medios de comunicación social) se debieran mimar con especial cuidado, al menos en una primera fase; dentro de la cual aun nos encontramos. La realización de proyectos compartidos y/o comunes, que aprovechen las sinergias existentes u otras que se puedan crear en el futuro, será la mejor forma de avanzar por ambas partes y de consolidación de este conjunto regional.
- 6) Por último, aunque sin que el repertorio quede agotado ni muchos menos, habrá que prestar especial atención y facilitar la concreción de nuevos sujetos dinámicos capaces de crear futuro, aprovechando las potencialidades específicas de esta “nueva” región duriense/douriense.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Para el término Europa o Európe como expresión geográfica, puede consultarse Antonio García Bellido: *España y los españoles hace dos mil años, según la “Geografía” de Strábon*. Madrid, Espasa-Calpe, 1968, número 515 (4ª edic.). Véase los términos “Europa” y “Európe”. En cuanto al sentido mitológico, tan importante para el mundo griego, puede verse Hesiodo: *Teogonia*. Fragmentos 140 y 141 (Rapto de Europa por Zeus) 357 (Los padres de

- Europa: Tetis y Oceano). Cfr. P. Grimaldi: *Dictionaire de la mythologie Grecque et romaine*, París, 1963, pp. 151-152.
- 2 A medida que la variedad aumenta, nos dice Ashby: “sólo la variedad puede absorber variedad”; por lo tanto, frente situaciones complejas, no hay soluciones sencillas (simples). El gran dilema es: Cómo regular la variedad sin aplastarla, puesto que no se puede ignorar (la ley se cumple de todas formas), bajo el peso de la uniformidad, pero, al mismo tiempo, garantizar la viabilidad del conjunto. Esta es la cuestión. Aquí radica gran parte del nudo gordiano de las futuras ampliaciones.
- 3 En realidad, la forma tradicional de organización europea, incluso desde la Edad Media, pero especialmente desde la modernidad (siglo XV/XVI), es en racimo: todos los granos están unidos, pero cada uno es (relativamente) independiente: reinos, monarquías, estados, naciones.
- 4 “Una de las modas ideológicas hoy más acendradas es celebrar la diversidad como la mayor de las riquezas culturales humanas, por lo cual debe ser protegida y potenciada cuanto sea posible, so pecado reaccionario de perversa globalización. Los chantres de la diversidad brotan a cada paso y a cada paso y a cada fórum, aquí cultivando la diversidad que existe, allá subrayando la que parece un tanto desvaída o no suficientemente apreciada e incluso inventándola valientemente donde por culpa de la negligencia no la hay todavía. Cuando se les escucha, se diría que sólo la confirmación de la diversidad humana es protección eficaz contra el racismo y la xenofobia que tanto nos afligen. Lo cual no deja de ser paradójico, porque nadie es tan sensible a la evidente diversidad humana como los racistas y xenófobos, hasta el punto de que se la toman tan en serio que por un color de epidermis o una variación lingüística están dispuestos a negar a sus convecinos la ciudadanía plena e incluso la pertenencia *optimo iure* a la especie humana.” Fernando Savater: “Idolatría de la diversidad”. El País, 1-VII-2004.
- 5 “Europa, la vieja Europa de los mil pueblos, se ve sacudida por el fenómeno nacionalista de forma bastante generalizada. Incluso con brutalidad en algunos casos, especialmente en aquellos países sometidos hasta hace poco a un rígido ‘internacionalismo’ comunista. Sería poco pragmático y contrario a la filosofía misma de la Unión Europea prescindir de esta fuerza. Ahora bien, su desbordamiento (triumfo generalizado de los regio-nacionalismos) al menos de momento sumiría a Europa en una peligrosa ola de inestabilidad, cuyas imprevisibles consecuencias podrían ser trágicas e incluso de dimensiones universales, como lo han sido en las dos últimas grandes confrontaciones”. Celso Almuíña: “Nacionalismo e identidad europea”. *Europa, hoy*. Buenos Aires, Editorial Ciudad Argentina, 1994, p. 144.
- 6 “Ley de variedad requerida – Un buen regulador – según Stanffor Beer – de un sistema tiene que tener al menos igual variedad que el sistema que pretende regular. Sólo la variedad absorbe la variedad”. Cfr. José Pérez Ríos: *Pensamiento Sistémico*, Valladolid: Universidad, 2001.
- 7 “El modelo de sistemas viables funciona sobre el principio de recursión. La complejidad de una organización no puede ser asumida en un mismo nivel, por ello se divide en subsistemas, que a su vez contienen otros subsistemas. Estos subsistemas tienen las características de autorregulación y autoorganización”, *ibidem*.
- 8 “Sans doute faut-il que les nations qui s’associent ne cessent pas d’être elles-mêmes et que la voie suivie soit celle d’une coopération organisée des États, en attendant d’en venir, peut-être, à une imposante Confédération.” Ch. De Gaul (Discurso del 31 de mayo de 1960).
- 9 Especialmente para el tema de los “motores para la construcción europea”, véase Celso Almuíña: “Nacionalismo e identidad europea”. *Europa, hoy*, Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1994, pp. 77-145.
- 10 “La nation, creuset de l’identité. La première question est celle des Nations européennes. Les grands textes prémonitoire écrites dans l’entre-deux-guerres sur le déclin de l’Occident et le recul de la civilisation européenne ne suffisent pas, me ensemble-t-il, à instruire définitivement le procès de la Nation. Il est trop tard pour déclarer avec Ortega y Gasset que ‘Le

découpage de l'Europe en Nations néxprime pas cette essence permanente, ne traduit pas nos vieilles diversités régionales, religieuses, idéologiques, linguistiques et ne les a pas fécondées, mais au contraire, explique le sentiment de paralysie et de décadence qui a régné sur la première moitié de notre siècle'. Une bonne part du renouveau européen de l'après-guerre s'est accomplie dans le cadre national. Et c'est avec le consentement des nations, non à leur insu ni à leur détriment, que la Communauté européenne des 12 accélère, depuis 1984, la marche vers son unité." Jacques Delors: "28 siècle d'Europe. Essai de commentaire". Denis de Rougemont: *28 siècles d'Europe*, Paris: Christian de Bartillat, éditeur, 1990, p. IV.

<sup>11</sup> Celso Almuiña, ob. cit., pp. 136-142.

<sup>12</sup> Para seguir la evolución de la presencia de las regiones dentro de la Unión Europea – especialmente a partir del Tratado de Maastricht en que dan el salto de ser consideradas como simples expresiones geográficas – puede verse Pablo García-Berdoy: "La Regiones en la Unión Europea: Una reflexión general". *España y las transformaciones de la Unión Europea*. Madrid, Fundación FAES, 1999.

<sup>13</sup> Celso Almuiña ob. cit, passim.

<sup>14</sup> Deberíamos recordar en este sentido que desde el primer momento de la puesta en marcha de la Unión (mercado común, entonces) ya aparece la idea clara que, para asegurar el progreso y un desarrollo armónico, es necesario contribuir a reducir las diferencias entre las diversas regiones y acelerar el retraso de las menos favorecidas. Preámbulo al Tratado Fundacional de la Comunidad Económica Europea, Roma: 27 de marzo de 1957.

<sup>15</sup> Celso Almuiña, ob. cit., pp. 103 ss.

<sup>16</sup> La Comunidad de Castilla y León (1983) tiene una extensión de 94.224 km<sup>2</sup>. Es la más extensa de Europa, superando en extensión a gran número de los países que componen la Comunidad Europea: Austria, Bélgica, Dinamarca, Holanda, Irlanda, Luxemburgo, Portugal y buena parte de los de la última hornada. Su extensión representa el 18,6% del territorio español y el 2,9% del de la Unión Europea antes de la última incorporación. Salvo pequeñas comarcas que vierten a otras cuencas (Sil, Ebro, etc.) la mayor parte de la Comunidad se vertebraba en torno al Duero.

Esta Comunidad está dividida en nueve provincias: Avila, Burgos, León, Palencia, Soria, Valladolid, Segovia, Salamanca y Zamora. Siendo estas dos últimas las protagonistas de la "raya" con la zona trasmontana portuguesa.

En contraste con esta gran extensión, y distribuidos a lo largo y lo ancho de esta extensa región, únicamente habitan 2,5 millones de personas, lo que representa una densidad demográfica (1995) del 26,67%, mientras que España está en los 78% y la media europea (antes de la última addenda) 116%. Siendo Valladolid, la capital regional, la más poblada con una conurbación que ronda los 400. 000 h.; la mitad aproximadamente de su partenaire portuguesa, Porto. Sin embargo, en buena medida son complementarias en muchos aspectos, la una capital de "tierra firme", la otra, de salida allende los mares.

Posición "central" de la Comunidad castellano-leonesa en cuanto limita (2.671 kms.) y es lugar de paso (bisagra) para las regiones limítrofes de Asturias, Cantabria, País Vasco, La Rioja, Aragón, Castilla – La Mancha, Madrid, Extremadura y Galicia; estas dos última limítrofes, además, con Portugal. El corredor del Duero/Douro permite de forma natural la salida hacia el Atlántico de la submeseta castellana a través del oeste portugués con Porto como punto clave de engarce.

<sup>17</sup> La producción castellano-leonesa de exportación se caracteriza por una concentración espacial (Valladolid, Palencia y Burgos), sectorial (material de transporte, productos químicos, maquinaria no eléctrica y productos agropecuarios) e incluso empresarial (Fasa-Reanult, Michelin, etc.) muy acusada, acorde con la estructura productiva de una región diversa y polarizada.

<sup>18</sup> Déficit histórico que parece mitigarse un tanto en los últimos tiempos, aunque con un ritmo muy acorde con el que ha impuesto la parsimonia histórica.

- <sup>19</sup> Sólo en Castilla y León hay ocho centros universitarios, cuatro públicos (Valladolid, Salamanca, León y Burgos) y cuatro privados.
- <sup>20</sup> Celso Almuíña, ob. cit., p. 94
- <sup>21</sup> “La historia de las ciudades europeas y la historia de Europa constituyen durante un largo período un acontecimiento unitario”. Leonardo Benevolo: *La ciudad europea*, Barcelona: Crítica, 1992, p. 1.
- <sup>22</sup> En puridad, no existiría absolutamente, salvo raras excepciones, espacios que no sean “artificiales” en el sentido de que prácticamente todo el globo terráqueo, en mayor o menor medida, ha sido hollado y transformado por el hombre, desde el medio paisajístico al animal. Desde los testimonios que aparecen en los grabados/gravuras de Siega Verde y/o en Vila Nova de Foz Côa hasta las modernas posadas rurales, que en muchos casos son simples hoteles disfrazados de ruralismo. Desde Atapuerca (Burgos) a la conurbación de Madrid o Lisboa lo único que les diferencia es el grado de intervención humana, no que existan territorios vírgenes en sentido estricto; por lo tanto, debiéramos cuidar un poco más las calificaciones de “natural” o “artificial”; puesto que, además, a lo largo de la historia son dos conceptos variables y cuando menos ambiguos.
- <sup>23</sup> La búsqueda del “pan nuestro de cada día” sigue siendo efectivamente un problema para ciertas capas de la población, pero no lo es en el sentido tradicional (angustia vital de asegurarse la supervivencia) dentro del marco europeo, gracias al acceso a ayudas sociales, sanidad, educación y a un cuadro de libertades básicas. Serían muchos los aspectos y profundas las diferencias entre un urbanícola europeo actual y seres similares de hace un par de siglos atrás.
- <sup>24</sup> Celso Almuíña, ob. cit., pp. 136 y ss.
- <sup>25</sup> Título IX, Art. 128.
- <sup>26</sup> Celso Almuíña: “De la diversidad cultural a la unión plural. *Europae novi cives*”, *Revista de Estudios Europeos*, Valladolid: Centro de Documentación Europea, núm. 11 (1986), pp. 43-51.
- <sup>27</sup> “Este extremo de la diversidad es a menudo considerado como un obstáculo para la unión. Ello se convertirá en cimiento el día en que los europeos se convenzan de que su unidad no sólo económica sino también política es la mejor salvaguarda de su diversidad cultural. Para convencerles, el primer paso consiste en considerar la diversidad como elemento esencial de la identidad europea y su defensa como un objetivo esencial de la política europea”. R. Toulemon: “*L’Europe à la recherche de son identité (Les composantes de l’identité européenne): Etude sur identité européenne et pluralité des cultures*”. *Groupe d’Etudes Politiques Européennes*, Buxelles: 1989, p. 8.
- <sup>28</sup> Hay leyes que por mucho que las ignoremos o tratemos de “pasar” de ellas se cumple improporrogablemente. Ley de Ashby.
- <sup>29</sup> Celso Almuíña: “El papel de la comunicación dentro de ámbitos culturales complejos”, *Actas*, Porto: Universidad Lusíada, 2001.





NOTA DE ABERTURA .....	5
<i>Fernando Sousa</i>	
INTRODUÇÃO .....	7
<i>Maria da Conceição Meireles Pereira</i>	
<i>Celso Almuiña Fernandez</i>	
<b>ARTIGOS</b>	
O VALE DO DOURO NO CONTEXTO DA UNIÃO EUROPEIA .....	11
<i>Juvenal Silva Peneda</i>	
O ALTO DOURO. DA DEMARCAÇÃO POMBALINA À CLASSIFICAÇÃO DE PATRIMÓNIO MUNDIAL .....	19
<i>Fernando de Sousa</i>	
EL TURISMO EN EL VALLE DEL DUERO. UNA RUTA TEMÁTICA JALONADA DE HITOS NATURALES Y CULTURALES .....	31
<i>Luis Alfonso Hortelano Mínguez</i>	
OS MUSEUS NA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO .....	59
<i>Teresa Soeiro</i>	
O MUSEU DO DOURO: UM PROJECTO INTEGRADO DE ACÇÃO CULTURAL .....	69
<i>Gaspar Martins Pereira</i>	
VINHO E VIDRO DE EMBALAGEM: CONTRIBUTOS DURIENSES .....	75
<i>José Amado Mendes</i>	
FORMAS DE ARMAÇÃO DO TERRENO NO ALTO DOURO VINHATEIRO: PROTECÇÃO E GESTÃO DA PAISAGEM .....	87
<i>Natália Fauvrelle</i>	
OPORTUNIDADES Y PERSPECTIVAS DE LOS VIÑEDOS DE LAS ARRIBES DEL DUERO ..	97
<i>Fernando Molinero Hernando</i>	
A IMPORTÂNCIA DO VALE DO RIO DOURO NA CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM E OS PROBLEMAS DE GESTÃO DECORRENTES .....	107
<i>Robert Manners Moura</i>	
ALTO DOURO DE CONTRASTES (texto base de um diaporama) .....	125
<i>José Alves Ribeiro</i>	
AS CIÊNCIAS SOCIAIS E O DOURO. ASPECTOS DA EXPERIÊNCIA DA UTAD .....	129
<i>Artur Cristóvão</i>	
SEGURANÇA FRONTEIRIÇA EM TRÁS-OS-MONTES NA CORRESPONDÊNCIA DO GOVERNO CIVIL DE BRAGANÇA (1870-1874) .....	143
<i>Maria da Graça Martins</i>	
NOTAS SOBRE LA NAVEGACIÓN DEL RIO DUERO, 1820-1880 .....	179
<i>Ricardo Robledo</i>	

---

REGIONES Y CIUDADES EN LA CONSTRUCCIÓN DE LA UNIÓN EUROPEA .....	195
<i>Celso Almuíña</i>	
NOTA SOBRE OS AUTORES .....	209
RESUMOS/ ABSTRATS .....	217
NOTÍCIAS .....	231
CATÁLOGO DAS PUBLICAÇÕES DO CEPES .....	243
NORMAS DE CITAÇÃO DA REVISTA <i>POPULAÇÃO E SOCIEDADE</i> .....	251



Colaboraram neste número:

Artur Cristovão  
Celso Almuiña Fernandez  
Fernando Molinero Hernando  
Fernando de Sousa  
Gaspar Martins Pereira  
José Alves Ribeiro  
José Amado Mendes  
Juvenal Silva Peneda  
Luis Alfonso Hortelano Mínguez  
Maria da Conceição Meireles Pereira  
Maria da Graça Martins  
Natália Fauvrelle  
Ricardo Robledo  
Robert Manners Moura  
Teresa Soeiro



Fundação Eng. António de Almeida



Universidade do Porto



UNIVERSIDADE LUSÍADA PORTO



Carnady®  
Comércio Internacional, L.ª



GOVERNO CIVIL DO PORTO



FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR

Portugal



ISLA



Programa FCT



2003 Escola Superior de Educação de Guimarães

CORDEIROS GALERIA



Fundação Dr. António Cupertino de Miranda

ISSN 0873-1861



9 770873 186002

13

